

**Giselli Ventura de Jesus**

**DESENVOLVIMENTO URBANO DA PORÇÃO NORTE DA  
ILHA DE SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

**Orientador:** Prof. José Messias Bastos

**Florianópolis  
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Jesus, Giselli Ventura. Desenvolvimento urbano da porção norte da Ilha de Santa Catarina / Giselli Ventura de Jesus; orientador, José Messias Bastos, 2017.  
422 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Processos de urbanização. 3. Porção Norte da Ilha de SC. 4. SC-401. I. Bastos, José Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.




**Giselli Ventura de Jesus**

**Desenvolvimento urbano da porção Norte da Ilha de  
Santa Catarina**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do  
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma  
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

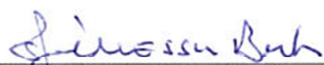
Florianópolis, 25 de maio de 2017.



---

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira  
Coordenador do PPGG/UFSC

**Banca Examinadora:**




---

Prof. Dr. José Messias Bastos  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof. Dr. Nazareno José de Campos  
Universidade Federal de Santa Catarina



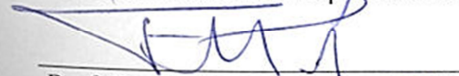
---

Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira  
Universidade do Vale do Itajaí



---

Prof. Dr. Edson Telê Campos  
Centro Universitário Municipal de São José



---

Prof. Dr. Carlos Cassemiro Casaril  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



## AGRADECIMENTOS

Ando devagar  
Porque já tive pressa  
E levo esse sorriso  
Porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz, quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco sei  
Ou nada sei  
[...]  
É preciso amor  
Pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir  
Penso que cumprir a vida  
Seja simplesmente  
Compreender a marcha  
E ir tocando em frente  
[...]  
Todo mundo ama um dia  
Todo mundo chora  
Um dia a gente chega  
E no outro vai embora  
Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si  
Carrega o dom de ser capaz  
E ser feliz

“**Tocando em Frente**” (Almir Sater e Renato Texeira)

Dedico esta tese á duas grandes mulheres e alicerces da minha vida: minha vó materna, Luzia, que me ensinou a ser forte e nunca me render às dificuldades da vida (que mesmo não estando mais entre nós, me inspira e se faz presente nas lembranças), e minha grande companheira e amiga, minha mãe.

Agradeço todo o carinho e paciência do meu orientado e amigo, José Messias Bastos, pela oportunidade de realizar essa tese.

Mas a caminhada em busca do conhecimento não se faz sozinha e sim com pessoas dedicadas, Professores que vão além de repassar o conteúdo, procurando olhar cada aluno e percebendo suas dificuldades e evolução. Todo o meu carinho e respeito aos professores que passaram

em minha vida - a Clarete, minha primeira professora do primário- lembro ainda do primeiro dia de aula e como ela despertou em mim o encantamento pelo conhecimento, como também aos outros que ao longo do Ensino Básico fizeram toda a diferença. Ao Colégio de Aplicação que me acolheu durante todo o Ensino Fundamental e Médio e que transformou minha vida. Aos professores do curso de Geografia da UDESC, em especial aos professores Fábio, Ricardo, Isa, Márcio Moreira e Graciana. Aos que me acompanharam na trajetória do mestrado, agradeço todo respeito, carinho e contribuição para minha evolução intelectual e como pessoa: Fábio, Nazareno, e Raquel, que estiveram presentes novamente na qualificação do doutorado, assim como Edson Telê.

Não poderia esquecer também de pessoas tão importantes, que contribuíram através de palavras de carinho e estímulo, ouvindo minhas angústias e opinando. Ao Lucas que representou não apenas a figura de um amigo, como também a de um companheiro, com o qual convivi durante 10 anos. Ele me fez perceber que nada é para sempre, que nunca é tarde para recomeçar e que a vida sempre nos reserva coisas boas. Também deixo aqui o meu carinho aos amigos: Marilda e Maycon.

Aos colegas do Labeur que estão sempre dispostos a ajudar: Edson e Lucca, muito obrigada.

Aos colegas de trabalho do Instituto Federal Catarinense Camboriú que me acolheram tão bem e fazem da minha passagem um momento tão especial.

A todos os entrevistados, pela boa conversa, pelo carinho.

Aos funcionários das Instituições e Órgãos Públicos que me ajudaram na coleta de dados para a pesquisa. Ao Junior Shaden por sua amizade e por ter contribuído de forma significativa no fornecimento dos dados frente à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Ao Curso de Pós Graduação de Geografia, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, através da concessão de bolsa de doutorado me deu condições para a realização dessa pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo, analisar a dinâmica do processo de Urbanização da Porção Norte da Ilha de Santa Catarina, desde a sua gênese até os dias atuais. Além disso, buscou compreender os diversos modos de produção que vão se apresentando ao longo dos processos históricos, como a ascensão e decadência da pequena produção mercantil, até a atual conjuntura, quando o uso e ocupação do solo apresenta outra dinâmica econômica. Para tanto, o referencial teórico utilizado na tese tem como base o paradigma de formação socioespacial – tendo como suporte os estudos regionais de MAMIGONIAN (1958)-dentro de uma perspectiva marxista, a qual auxilia na interpretação da formação socioeconômica do litoral catarinense e da área de estudo. Assim, como a teoria da “Dualidade Brasileira” RANGEL (1981) contextualizando o Estadual e o Local com a realidade da formação social econômica brasileira. Utilizou-se também como suporte para a estruturação da tese, a periodização de BASTOS (2000) com o intuito de compreender as conjunturas políticas e econômicas que contribuíram para a formação desse espaço. A primeira etapa de ocupação e urbanização BASTOS (2000) do Norte da Ilha iniciada no século XVIII, com a instalação dos “açorianos em Santo Antônio de Lisboa, de onde ganharam Rationes, Canasvieiras e Rio Vermelho” (PAULI, 1973, p.177), sendo a região concentradora de boa parte desses pequenos produtores mercantis, os quais passam a ser influenciados pelo capital comercial português. No segundo processo de urbanização, ocorre a ascensão desses pequenos agricultores, tornando uma das principais áreas agrícolas da Ilha, momento em que surgem novos comerciantes, decorrentes da segunda migração para os Vales Atlânticos catarinenses, no século XIX. A terceira fase do processo de urbanização, após as políticas da década de 1930, acaba tendo como reflexo, a decadência desses pequenos produtores, como também outras mudanças, o pacto de poder estabelecido no Brasil RANGEL (1981) entre as oligarquias regionais provocaram na capital do estado grandes mudanças, sobretudo após a década de 1960, pois, a partir de meados do século XX, os interesses da “elite florianopolitana”, atrelada ao poder político de Santa Catarina, vão determinar as áreas de desenvolvimento que deveriam receber investimentos em infraestrutura, como a grande artéria do Norte da Ilha, a SC-401. Por fim, o atual contexto econômico em que temos despontando não apenas o setor do comércio, turismo e o da construção civil, como também o setor de tecnologia, que a cada dia vem ganhando mais espaço em Florianópolis - cidade mais representativa no setor-

apresentando “o melhor resultado entre os polos do país, com expansão de 6,9%” ACATE (2016), apesar do cenário de crise econômica brasileira. A porção Norte da Ilha de SC, por apresentar uma rodovia de acesso duplicada, a SC-401, vem atraindo cada vez mais as empresas de tecnologia, como também o comércio, além de contar com os Balneários dotados de infraestrutura turística e dos principais empreendimentos de alto padrão. O próprio Plano Diretor vem privilegiando o crescimento da cidade no sentido Centro-Norte da Ilha, onde a valorização da terra e os empreendimentos de alto padrão estimulam cada vez mais os investimentos, não apenas do setor privado, mas também do Estado como as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o que vem se justificando pela intensificação do fluxo de pessoas e empresas nesta direção.

**Palavras-chave:** Processos de urbanização, Porção Norte da Ilha de SC, SC-401.

## ABSTRACT

The present study had the objective of analyzing the dynamics of the urbanization process in the Northern region of Santa Catarina, from its genesis to the present day. In addition, it aimed to understand various modes of production that are presented throughout the historical processes, such as the rise and the fall of a small mercantile production, until the present juncture, which the use and the occupation of soil present another economic dynamic. For that, the thesis used the theoretical framework based on socio-spatial formation paradigm - supported by regional studies of MAMIGONIAN (1958) - in a Marxist perspective, which assists in the interpretation of socioeconomic formation of Santa Catarina coast and in the area of this study. Another theory used in this study was "Brazilian Duality" RANGEL (1981), which contextualizes the State and the Local with the reality of Brazilian economic social formation. The periodization of BASTOS (2000) was also applied as a support for the thesis structuring, in order to understand the political and economic conjunctures, that contributed to formation of this space. The first stage of occupation and urbanization BASTOS (2000) of the North of the Island initiated in century XVIII, with the installation of "Azoreans in Santo Antônio de Lisboa, where Ratonas, Canasvieiras and Rio Vermelho were won" (PAULI, 1973, p.177), being the concentrating region of a large number of these small mercantile producers, who are now influenced by Portuguese commercial capital. In the second process of urbanization, the rise of these small farmers takes place, becoming one of the main agricultural areas of the Island, when new merchants arise, resulting in the second migration to Atlantic Valleys of Santa Catarina, in the 19th century. The third phase of urbanization process, as a reflection after the 1930' politics, causes the decadence of small producers, as well as the power agreement, established in Brazil RANGEL (1981) between the regional oligarchies, that caused great changes in the capital of SC, especially after the 1960s. Since the twentieth century, the interests of Florianópolis elite will determine development areas, linked to the political power of Santa Catarina, which should receive investment in infrastructure, such as the great artery of the SC-401 highway. Finally, the current economic context in which we have not only trade, tourism and construction sector, but also technology sector, which is gaining more space in Florianópolis - the most representative city in the sector - presenting "The best result among poles in the country, with a 6.9% expansion" ACATE (2016), despite the Brazilian economic crisis. The

northern portion of SC island, the SC-401, due to its duplicated access, has been attracting technology companies, commerce, as well as resorts, with tourist infrastructure and high standards. The Master Plan of the city has been privileging the growth of center-north sense, where gentrification of the land and the high-standard enterprises are increasingly stimulating investments not only in private sector, but also in SC state, with programs like PAC (Growth Acceleration Program), which is justified by the intensification of people and companies in this direction.

**Key words:** Urbanization processes, Northern portion of SC Island, SC-401.



## RESUMEN

La presente investigación ha tenido como objetivo analizar la dinámica del proceso de Urbanización de la Parte Norte de la Isla de Santa Catarina, desde su génesis hasta hoy. Además, se ha intentado comprender los diversos modos de producción que se van presentando a lo largo de los procesos históricos, como la ascensión y decadencia de la pequeña producción mercantil, hasta la actualidad, cuando el uso y ocupación del suelo presenta otra dinámica económica. Para tanto, el referencial teórico utilizado en el tesis tiene como base el paradigma de formación socioespacial – teniendo como soporte los estudios regionales de MAMIGONIAN (1958)- dentro de una perspectiva marxista, la cual auxilia en la interpretación de la formación socioeconómica del litoral catarinense y del area de estudio. Así, como la teoria de la “Dualidad Brasileña” RANGEL (1981) contextualizando la Provincia y el Local con la realidad de la formación social económica brasileña. Se ha utilizado también como soporte para la estructuración del tesis, la periodización de BASTOS (2000) con el intuito de comprender las coyunturas políticas y económicas que han contribuido para la formación de ese espacio. La primera etapa de ocupación y urbanización BASTOS (2000) del Norte de la Isla iniciada en el siglo XVIII, con la instalación de los “azorianos en Santo Antônio de Lisboa, de donde ganaron Ratoes, Canasvieiras y Rio Vermelho” (PAULI, 1973, p.177), siendo la región concentradora de buena parte de esos pequeños productores mercantís, los que pasan a ser influenciados por el capital comercial portugués. En el segundo proceso de urbanización, ocurre la ascensión de esos pequeños agricultores, tornando una de las principales areas agrícolas de la Isla, momento en que surgen nuevos comerciantes, decurrentes de la segunda migración para los Valles Atlánticos catarinenses, en el siglo XIX. La tercera fase del proceso de urbanización, después de las políticas de la década de 1930, acaba teniendo como reflejo, la decadencia de esos pequeños productores, como también otras mudanzas, el pacto de poder establecido en Brasil RANGEL (1981) entre las oligarquías regionales provocaron em la capital de la provincia grandes mudanzas, sobretudo después de la década de 1960, pues, a partir de la mitad del siglo XX, los intereses de la “elite florianopolitana”, atraillada al poder político de Santa Catarina, van a determinar las areas de desarrollo que deberían recibir inversión en infraestructura, como la gran arteria del Norte de la Isla, SC-401. Por fin, el actual contexto económico en que tenemos despuntando no solamente el sector del comercio, turismo y de la construcción civil,

como también el sector de tecnología, a cada día viene ganando más espacio en Florianópolis - ciudad más representativa en el sector- presentando “el mejor resultado entre los polos del país, con expansión de 6,9%” ACATE (2016), a pesar del escenario de crisis económica brasileña. La parte Norte de la Isla de SC, por presentar una carretera de acceso duplicada, SC-401, viene atrayendo cada vez más las empresas de tecnología, como también el comercio, además de contar con los Balnearios dotados de infraestructura turística y de los principales emprendimientos de alto patrón. El propio Plan Director viene privilegiando el crecimiento de la ciudad en el sentido Centro-Norte de la Isla, donde la valorización de la tierra y los emprendimientos de alto patrón estimulan cada vez más los inversores, no sólo del sector privado, pero también de la Provincia como las obras del PAC (Programa de Aceleración del Crecimiento), que vienen justificarse por la intensificación del flujo de personas y empresas en esta dirección.

**Palabras clave:** Procesos de urbanización, Parte Norte de la Isla de SC, SC-401.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Ilustração 1 - Distritos da Ilha de Santa Catarina .....  | 22  |
| Ilustração 2 - Mapa do centro de Nossa Senhora do Desterro (Praça XV de Novembro).....            | 46  |
| Ilustração 3 - Freguesias na Ilha de Santa Catarina em 1797.....                                  | 56  |
| Ilustração 4 - Mapa geológico da Ilha de Santa Catarina FONTE: FERRARI, 2004, p.19. ....          | 61  |
| Ilustração 5 - Áreas com aptidão agrícola da Ilha de Santa Catarina ....                          | 69  |
| Ilustração 6 - Produção Agrícola da Freguesia de Santo Antônio.....                               | 73  |
| Ilustração 7 - Atividades da população de Desterro em 1872 (A).....                               | 96  |
| Ilustração 8 - Atividades da população de Desterro em 1872 (B).....                               | 100 |
| Ilustração 9 - Casarão que hospedou D. Pedro II e ao lado a 1ª rua calçada de Florianópolis ..... | 106 |
| Ilustração 10 - Crescimento do perímetro urbano de Florianópolis ....                             | 131 |
| Ilustração 11 - Casa da Alfândega atualmente (século XXI) .....                                   | 141 |
| Ilustração 12 - Mapa de Mamigonian de Santo Antônio de Lisboa ....                                | 148 |
| Ilustração 13 - Estrutura de servidões no Rio Vermelho.....                                       | 151 |
| Ilustração 14 - Croqui dos padrões das Vias/ Servidões .....                                      | 155 |
| Ilustração 15 - Ingleses do Rio Vermelho em 1955 .....  | 158 |
| Ilustração 16 - Aprovação de ruas clandestinas .....  | 159 |
| Ilustração 17 - Investimento em infraestrutura nos seis distrito da Ilha de Santa Catarina .....  | 160 |
| Ilustração 18 - Cachoeira do Bom Jesus na década de 1950 .....                                    | 169 |
| Ilustração 19 - Classificação da área de estudo dentro do fórum da Agenda 21 .....                | 181 |
| Ilustração 20 - Rio Papaquera no Norte da Ilha em 1950.....                                       | 192 |
| Ilustração 21 - Construção das comportas em Ratores/Jurerê na década de 1960.....                 | 193 |
| Ilustração 22 - Estação Florestal do Rio Vermelho em 1962 .....                                   | 195 |
| Ilustração 23 - Projeto gado leiteiro no Rio Vermelho.....  | 196 |
| Ilustração 24 - Jovens na produção do Leite: sócios 4S.....                                       | 198 |
| Ilustração 25 - Localização dos antigos tanques de criação de camarão 1994/2015.....              | 205 |
| Ilustração 26 - Estados produtores de camarão .....   | 207 |
| Ilustração 27 - Produção comercializada de camarão, por município em 2014, toneladas (t).....     | 207 |
| Ilustração 28 - Evolução da Produção Aquícola Mundial e Brasileira entre 1990 e 2004.....         | 214 |
| Ilustração 29 - Evolução da produção de moluscos comercializados em                               |     |

|  |     |
|--|-----|
| Santa Catarina entre 1990 e 2014 .....   | 215 |
| Ilustração 30 - Produção de ostras comercializadas, por município em toneladas (t).....                                    | 217 |
| Ilustração 31 - Condomínio fechado em Rationes .....   | 225 |
| Ilustração 32 - Plantação de alface orgânico.....  | 228 |
| Ilustração 33 - O Hotel Balneário de Canasvieiras em 1930 .....  | 233 |
| Ilustração 34 - Orla de Canasvieiras na década de 1950.....  | 234 |
| Ilustração 35 - Poluição da Praia no Norte da Ilha.....  | 240 |
| Ilustração 36 - Os canais de drenagem no Distrito de Canasvieiras ..   | 241 |
| Ilustração 37 - Perfil dos turistas em Santa Catarina 2014. ....   | 243 |
| Ilustração 38 - Número de empresas e empregos no setor de turismo em Santa Catarina .....                                  | 244 |
| Ilustração 39 - Dez cidades brasileiras mais visitadas por turistas estrangeiros em 2013 e 2014.....                       | 246 |
| Ilustração 40 - Os dez imóveis mais valorizados encontrados nos inventários.....   | 251 |
| Ilustração 41 - Primeiro loteamento em Canasvieiras.....   | 257 |
| Ilustração 42 - Jurerê Internacional na década de 1950 .....   | 259 |
| Ilustração 43 - Evolução de Imóveis cadastrados no município de Florianópolis (1982 a 1994).....                           | 263 |
| Ilustração 44 - Evolução da população de Florianópolis entre 1960 e 1990 .....   | 265 |
| Ilustração 45 - Parcelamento do Rio Vermelho .....   | 269 |
| Ilustração 46 - Distrito de Ingleses do Rio Vermelho.....  | 271 |
| Ilustração 47 - Distrito de São João do Rio Vermelho.....  | 272 |
| Ilustração 48 - Distrito de Canasvieiras .....   | 273 |
| Ilustração 49 - Parcelamento do Distrito de Canasvieiras.....  | 275 |
| Ilustração 50 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Local (IDH) dos Distritos de Florianópolis (1991 e 2000)..... | 281 |
| Ilustração 51 - Concentração populacional por renda: 1980, 2000 e 2010 .....   | 285 |
| Ilustração 52 - Ocupação urbana da Ilha de Santa Catarina (1976, 1993, 2008).....  | 286 |
| Ilustração 53 - Número de alvarás para construção .....  | 289 |
| Ilustração 54 - O número de andares permitidos por Distritos.....  | 303 |
| Ilustração 55 - Áreas de Urbanização Especial no Norte da Ilha: Distrito de Stº Antônio e de Canasvieiras .....            | 310 |
| Ilustração 56 - Áreas de Urbanização Especial no Norte da Ilha: Distrito de Rationes.....                                  | 312 |
| Ilustração 57 - Projeto Aeronáutico para o Distrito de Rationes.....   | 314 |
| Ilustração 58 - Obra do PAC2 na Rua Padre Rohn em Santo Antônio de   |     |

|  |     |
|--|-----|
| Lisboa.....  | 316 |
| Ilustração 59 - Pavimentação e Drenagem da Rua Padre Rohr: ligação de Stº Antônio de Lisboa e Sambaqui ..... | 317 |
| Ilustração 60 - Distrito de Santo Antônio de Lisboa .....  | 319 |
| Ilustração 61 - Rodovia SC-401 na década de 1990: trecho Santo Antônio e Cacupé.....                         | 326 |
| Ilustração 62 - Rodovia SC-401 na década de 1990: trecho João Paulo e do Saco Grande .....                   | 327 |
| Ilustração 63 - Área de estudo na Ilha de Santa Catarina .....   | 328 |
| Ilustração 64 - Prédios Comerciais voltados para empresas de Tecnologia na SC-401.....                       | 330 |
| Ilustração 65 - Os empreendimentos ao longo da SC-401 .....  | 333 |
| Ilustração 66 - Obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis.....   | 335 |
| Ilustração 67 - Obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis: intervenção na área central da Ilha.....    | 337 |
| Ilustração 68 - Projeto PLAMUS para a SC-401 .....   | 341 |
| Ilustração 69 - Setores que mais contribuirão para o ISS.....  | 342 |
| Ilustração 70 - Número de empregados no setor de tecnologia-2008 .   | 343 |
| Ilustração 71 - Salário médio do trabalhador no setor de tecnologia-2008 .....                               | 345 |
| Ilustração 72 - Representatividade das empresas mundiais na indústria de Tecnologia da Informação (TI).....  | 351 |
| Ilustração 73 - Principais na indústria de Tecnologia da Informação (TI) da América Latina .....             | 352 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 - Produção de tecidos de linho e de algodão na Ilha de Santa Catarina.....                       | 71  |
| Tabela 2 - Gêneros Exportados na Ilha de Santa Catarina.....  | 74  |
| Tabela 3 - A produção dos engenhos de farinha e de outros produtos no século XVIII.....                   | 75  |
| Tabela 4 - Censo demográfico da Ilha de Santa Catarina no século XIX .....                                | 99  |
| Tabela 5 - Padrões das vias de acesso: de ruas e servidões de Florianópolis .....                         | 154 |
| Tabela 6 - Censo demográfico de 1920 a 2010 da Ilha de Santa Catarina .....                               | 162 |
| Tabela 7 - Principais turistas estrangeiros em Florianópolis.....   | 242 |
| Tabela 8 - Número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014 .....                                | 277 |
| Tabela 9 - Número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014 (loteamento, casas e comércio) ..... | 277 |
| Tabela 10 - Total do número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014.....                       | 277 |
| Tabela 11 - Distribuição de Renda da População de Florianópolis por Distrito .....                        | 283 |
| Tabela 12 - Condição de ocupação dos domicílios em Florianópolis .  | 299 |
| Tabela 13 - Dados sobre o setor de TI em Florianópolis _RAIS_ .....                                       | 347 |
| Tabela 14 - Número de empresas de tecnologia em Florianópolis .....                                       | 349 |
| Tabela 15 - Localidades que integram o distrito sede, mas que se encontram ao longo da SC-40.....         | 349 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABES – Associação Brasileira de Empresas de Software

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPUF- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PMF-Prefeitura Municipal de Florianópolis

SMADU- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano





## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>21</b>  |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....</b>  | <b>31</b>  |
| 2.1 O PARADIGMA DE FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA URBANA.....                                 | 31         |
| <b>3 OS PRIMEIRO PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: OS REFLEXOS PARA FLORIANÓPOLIS E O NORTE DA ILHA.....</b>               | <b>41</b>  |
| 3.1 PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A ORIGEM DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL .....                                    | 41         |
| 3.2 A FORMAÇÃO DAS FREGUESIAS NO NORTE DA ILHA.....   | 52         |
| <b>3.2.1 O papel da pequena produção mercantil .....</b>  | <b>67</b>  |
| <b>4 A SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: A ASCENSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO .....</b> | <b>83</b>  |
| 4.1 COMO O NORTE DA ILHA SE INSERE NA NOVA CONJUNTURA ECONÔMICA.....  | 91         |
| 4.2 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E A INFLUÊNCIA POLÍTICA NO NORTE DA ILHA .....  | 105        |
| <b>5 O TERCEIRO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: OS IMPACTOS DA DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL.....</b>                                 | <b>129</b> |
| 5.1 O MAR DEIXAR DE SER O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE: FIM DO COMÉRCIO MARÍTIMO.....   | 137        |
| 5.2 O PARCELAMENTO DO SOLO .....  | 147        |
| 5.3 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO.....  | 171        |
| <b>6 PANORAMA GEOECONÔMICO DO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA.....</b>  | <b>189</b> |
| 6.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....   | 189        |
| <b>6.1.1 Criação da bacia leiteira .....</b>  | <b>190</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>6.1.2 Cultivo de camarão .....</b>  | <b>204</b> |
| <b>6.1.3 Maricultura .....</b>   | <b>209</b> |
| <b>6.1.4 Agricultura ainda hoje sobrevive .....</b>                                  | <b>221</b> |
| <b>6.2 SETOR TURÍSTICO .....</b>   | <b>231</b> |
| <b>6.3 CONSTRUÇÃO CIVIL NO NORTE DA ILHA.....</b>                                    | <b>251</b> |
| <b>6.3.1 As tentativas de apropriação das terras na Ilha de Santa Catarina .....</b> | <b>280</b> |
| <b>6.4 O SETOR DE ALTA TECNOLOGIA .....</b>  | <b>322</b> |
| <b>6.4.1 A principal artéria do Norte da Ilha: a SC-401.....</b>                     | <b>324</b> |
| <b>6.4.2 Polo tecnológico em Florianópolis .....</b>                                 | <b>341</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>355</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>361</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>393</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

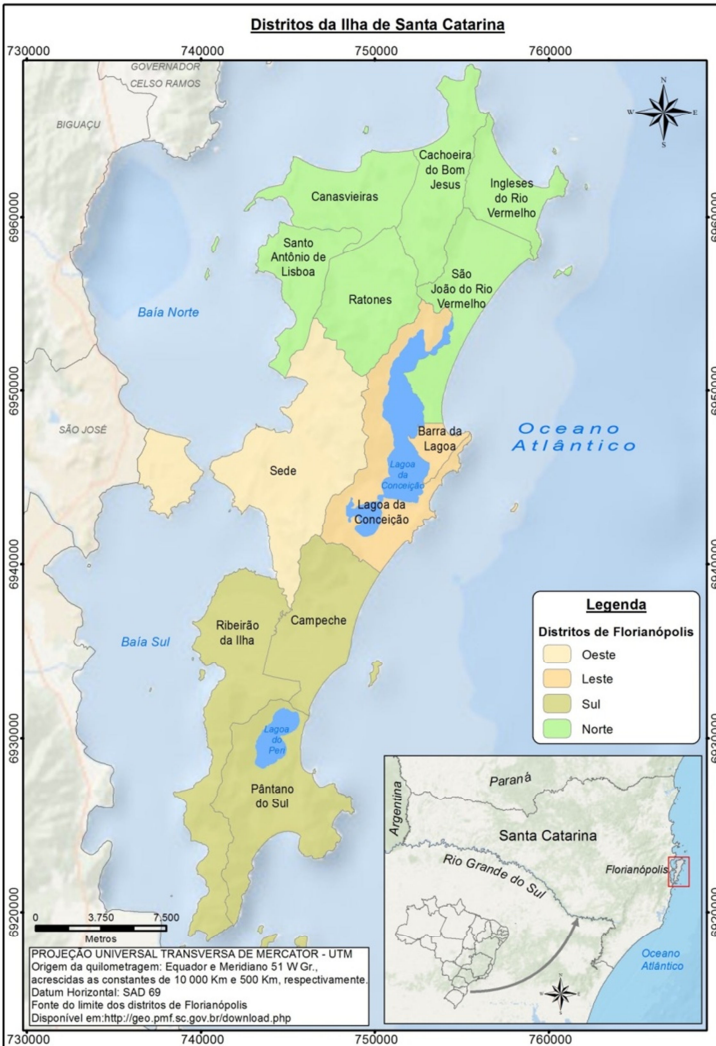
A Porção Norte da Ilha de Santa Catarina vem ao longo do seu processo histórico desenvolvendo novas dinâmicas econômicas como de expansão. Sendo a pequena produção agrícola a responsável pelo seu crescimento inicial. Atualmente apresenta-se com uma nova configuração ligada a outros setores econômicos, como o turismo, a construção civil e o comércio. Recentemente as empresas de tecnologias, setor que está alcançando representatividade na economia do município de Florianópolis e de Santa Catarina, vêm se instalando com mais intensidade na Área de Estudo. Todas essas mudanças foram interferindo no processo de uso e ocupação do solo que reflete, hoje, como uma das regiões de maior expansão, ficando atrás apenas da área central de Florianópolis.

Segundo os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), a população de Florianópolis é de 438.731 habitantes, sendo a parte central (distrito sede e parte do continente- Oeste) a área que apresenta a maior concentração demográfica do município, com 249.477 habitantes<sup>1</sup>, cerca de 56,86% da população total do município.

O Norte da Ilha segue como a segunda área mais ocupada, com uma população de 107.950 habitantes, ou seja, 24,60%. Ela é composta por seis distritos: (Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho e Rationes), de um total de doze existentes em Florianópolis. O que pode ser observado no mapa a seguir.

<sup>1</sup> Foram analisados através dos dados do IBGE em que se dividiu em 4 partes a ilha: Norte, Oeste, Leste e Sul. **O Norte** é composto por seis distritos: Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho, e Cachoeira do Bom Jesus. **O Oeste, no texto considerado como a “parte Central”**, se divide em dois distritos: O distrito sede (parte central mais continental). O distrito sede apresenta 13 localidades: Saco Grande, Monte Verde, João Paulo, Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Agronômica, Centro, José Mendes, Saco dos Limões, e Costeira do Pirajubaé. O distrito sede continental apresenta 11 localidades: Jardim Atlântico, Balneário, Canto, Estreito, Coloninha, Monte Cristo, Capoeiras, Abrão, Coqueiros, Bom Abrigo e Itaguaçu. **O Leste** com dois distritos: Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição. E **o Sul** com três distritos: do Campeche, do Pântano do Sul, e do Ribeirão. Essa divisão proposta considerou os distritos existentes na Ilha conforme a classificação do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Ilustração 1 - Distritos da Ilha de Santa Catarina



FONTE: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SAD 69.

É essa Porção Norte que receberá especial atenção nesse estudo, devido ao acelerado processo de urbanização que vem sofrendo, motivado por vários condicionantes, políticos, econômicos, sociais e naturais.

Esses dados demográficos demonstram uma tendência que se manteve ao longo do processo de evolução da formação socioespacial de Florianópolis. Desde a sua gênese, a parte central sempre foi a que mais concentrou pessoas por ter uma vida comercial e um porto que estimulavam as atividades econômicas e sociais da Ilha. No caso do Norte, houve um porto e um posto da alfândega no distrito de Santo Antônio de Lisboa, em razão das trocas e do escoamento da produção local, que criou um polo de atração das atividades agrícolas e comerciais, tornando-se, já na época, a segunda região mais habitada da Ilha de Santa Catarina.

O Plano Diretor do município de Florianópolis de 2014, visa a sua expansão no sentido do Centro (Oeste) até o Norte da Ilha, estimulada por vias de acesso que, facilitam a mobilidade urbana. O fato de o Norte ter uma rodovia duplicada, a SC-401, acabou atraindo ainda mais as empresas do setor de tecnologia ao longo dela, assim como vários tipos de comércios. Além disso, é a área que apresenta os balneários turísticos como as praias de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus e Ingleses, que mais apresentam infraestrutura, como de hotéis e serviços.

Atualmente, na conjuntura econômica da grande Florianópolis, a orla Norte “sobressai-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2015, p.56). Todos os quatro setores são condicionantes que estão atrelados ao processo de crescimento e expansão da Ilha.

A Porção Norte é onde se localiza a maioria das rodovias estaduais de Florianópolis, sendo elas: a SC-400, SC-401, SC-402, SC-403, e SC-406; só não atravessando nenhum distrito da área de estudo, as rodovias: SC-404 e SC-405. Essas rodovias são fundamentais para alavancar a expansão para o interior da Ilha, pois

De fato, somente, com a construção de estradas estaduais, se processou o crescimento no movimento das praias do interior da ilha. Antes delas, os caminhos eram meras trilhas para carruagens. Foi no governo Celso Ramos (1961-1966) que se iniciou a abertura do leito da SC 401, ligando a cidade a Canasvieiras. Mas foi

somente no governo de Colombo Salles (1971-1975) que estas estradas receberam asfalto [...] Antes da década de 1970, os veranistas freqüentavam, no máximo, Cacupé e Sambaqui ao Norte e Ribeirão da Ilha ao Sul (FERREIRA, 1998, p. 103).

A rodovia SC-401, ganha maior destaque por ser a rodovia estadual mais movimentada do estado catarinense. Seu fluxo cresce ainda mais no verão por ser a principal via de acesso para as praias do Norte, região que concentra a maioria dos turistas que visitam a Ilha.

Outro ponto importante a ser assinalado acerca da rodovia SC-401 é o fato de que a cada dia suas margens recebem novos empreendimentos. O fato de ser duplicada também tem estimulado a vinda de investimentos da construção civil, voltados para as atividades comerciais, bem como residenciais. Ali vem se instalando empresas ligadas há vários setores, sobretudo o de tecnologia, como é o caso do Parque Alfa (com incubadora de tecnologia e empresas ligadas a esse setor), do Sapiens Parque (parque de inovação que visa o desenvolvimento da ciência, tecnologia, meio ambiente e turismo), e até mesmo do Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina, dentre outros.

Por este motivo muitos a chamam essa rodovia de “novo corredor econômico”, “rodovia da inovação”, ou mesmo “novo corredor do polo tecnológico”.

Esse setor ao “considerar o faturamento médio, o polo de Florianópolis é o terceiro maior do Brasil, com R\$ 4,7 milhões por empresa. A capital catarinense perde apenas para os polos tecnológicos de Campinas (SP) e Rio de Janeiro” (ACATE, 2016).

A Tecnologia da Informação na grande Florianópolis vem ganhando espaço não apenas como uma das principais economias da cidade como do estado. Em Santa Catarina esse setor, em 2015 apresentou um faturamento de R\$11,4 bilhões o que representa em torno de 5% do PIB do Estado. E a capital catarinense é o que mais vai se destacar no setor com cerca de R\$4,3 bilhões. Além disso, é uma das áreas que mais cresceram o número de vagas de emprego, indo na contra mão dos índices negativos do cenário de crise que vem passado o Brasil (ACATE, 2016).

Apesar de a parte central (oeste) do município ser a que concentra a maioria das empresas desse setor, a área de estudo fica em segundo lugar, e vem apresentando prédios comerciais voltados a este mercado. Mais recentemente uma das maiores empresas do setor, a SOFTPLAN, se instalou no Sapiens Parque, junto com seus mais de 1600 funcionários, o que acabará acarretando não apenas um fluxo do comércio no entorno, como a valorização dos imóveis da região. Quatro outras obras merecem destaque, como o caso do Centro de Eventos de Canasvieiras, o qual visa atrair o turismo de eventos, pois se encontra próximo ao Parque Tecnológico Sapiens Parque.

A região Norte também é a que atualmente apresenta as maiores glebas de terras, definidas no Plano Diretor como áreas de Urbanização Especiais (AUE). Tendo estas localizações privilegiadas próximas à principal via de acesso a essa expansão, a SC-401, e de localidades com m<sup>2</sup> elevado como Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Jurerê Internacional, Praia Brava, Canavieiras, etc.

Todos esses investimentos, como os de infraestrutura, caso do “viaduto de Canavieiras”, a duplicação da SC-403 que leva aos Ingleses, a Rua Padre Horn, dentre outras são obras que tiveram investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) no governo da presidente Dilma Rouseff. Esse recurso liberado pelo Ministério das Cidades foi destinado à melhoria da mobilidade urbana da cidade, acarretaram melhorias que promoveram a valorização do m<sup>2</sup> da região.

Tal realidade remete ao comentário de Engels, ao analisar a classe operária na Inglaterra:

Na medida em que a indústria e o comércio se desenvolvem nas grandes cidades do modo mais completo, é exatamente nelas que emergem, de forma mais nítida e clara, as consequências de um tal desenvolvimento sobre o proletariado. Nas grandes cidades, **a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau** (ENGELS, 2010, p.65). *(grifo meu)*.

A centralização da terra (propriedade) nas mãos de poucos acaba acarretando a especulação imobiliária e a terra passa a ser um produto. “Nas grandes cidades, a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau; nelas, os costumes e as condições dos “bons e velhos tempos” foram radicalmente destruídos” (ENGELS, 2010, p.65).

Registra-se que a “existência das cidades precede o capitalismo.

No entanto, com ele as cidades mudam” (MARICATO, 2015, p.17) rapidamente conforme a necessidade do capital, por isso vale ressaltar a importância do processo histórico e as especificidades da formação sócio espacial brasileira como do litoral catarinense, que se diferencia dos demais modelos de cidades, visto que a própria estrutura política e social apresenta suas peculiaridades.

A cidade é fruto do “trabalho materializado, ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido” (CARLOS, 1997, p.27). Ao mesmo tempo, se considera essa materialização do trabalho social como

[...] instrumento da criação de mais-valia, é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Nessa condição apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá, evidentemente, dos condicionantes do seu processo de produção. No caso da **sociedade capitalista** estará determinada pelo **processo de troca que se efetua no mercado**, visto que o **produto capitalista** só pode ser realizado a partir do **processo de apropriação**, no caso específico, **via propriedade privada** (CARLOS, 1997, p.27) (*grifo meu*).

A propriedade privada ganha força no litoral catarinense, quando o processo de valorização da terra na Ilha de Santa Catarina, e, sobretudo, na área de estudo ocorre principalmente a partir da década de 1960. Nesta época, o poder público e estadual funda o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina- IRASC, (governo de Celso Ramos). Segundo SCHINKE (2014) esse órgão foi criado para se fazer à reforma agrária o que acabou não ocorrendo, sendo chamado pelo autor de processo “antirreforma agrária”. Pelo contrário, concentrou terras em todo o Estado, e na capital, permitiu a muito políticos e oligarquias florianopolitanas a apropriação de terra. Terras que até então eram de uso comum e se tornam propriedade privada, ou mesmo terras de posse, que passaram a receber escritura pública a quem a regularizasse.

Sendo Florianópolis a capital do Estado atraía ainda mais o interesse pela especulação imobiliária que aliada às belezas naturais e a



atividade turística fez com que esse processo não só se intensificasse, mas atraísse mais investimentos públicos em infraestrutura.

Percebe-se que a porção norte da Ilha, através dos Planos de desenvolvimento nacional e estadual teve suporte financeiro para executar obras de grande porte, alicerçadas nas leis municipais através do Plano Diretor.

No atual Plano Diretor do município, iniciado em 2006 e aprovado em 2014 instituídas 600 emendas aprovadas pela Câmara de vereadores da capital, o que descaracteriza o plano inicial, motivo pelo qual acabou sendo questionado pelo Ministério Público e Justiça Federal para revisão.

Uma das medidas é a de escutar novamente os Núcleos Gestores Participativos em novas audiências públicas em cada distrito. Porém, o atual prefeito, Gean Loureiro, que assumiu a prefeitura em janeiro de 2017, assinou o decreto aprovando o projeto “**Agiliza Floripa**” que autoriza e dá rapidez nas licenças para construções de até 750 m<sup>2</sup>, agravando ainda mais a regularização de construções irregulares que vão gerar ainda mais danos ao processo de planejamento e ordenação da cidade. Alguns defendem o projeto por considerar que ele é uma medida paliativa para ativar a economia, ao estimular o setor da construção civil e o comércio, em momentos de crise econômica como o atual vivenciado pelo Brasil. Porém, essa medida pode alavancar ainda mais a intensidade das construções irregulares na cidade.

A participação dos núcleos Gestores Participativos de cada comunidade representa uma forma de tentar construir uma cidade para todos, e não regiões segregadas ou com um crescimento desordenado. Já que

No **espaço urbano**, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. A idéia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo stricto sensu, ele é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere a determinação econômica do processo de (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social[...] (o urbano) É, todavia, na materialização da

divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do espaço (CARLOS, 1997, p.27) (*grifo meu*).

Para explicar a especulação imobiliária, não tem como não falar da “renda da terra”, assim definida por Rangel (1978) como a “Quarta Renda”, para o economista, a terra constitui uma forma de valorização financeira, responsável pelo aumento do preço da terra no país, pois, segundo afirma: “a simples retenção da propriedade fundiária surge, assim, como uma forma de investimento, acessível tanto aos agricultores, como os não agricultores, e que se aplica tanto à terra utilizada como à terra excedente” (RANGEL, 2005, p.74).

Rangel (1978) vai inovar a teoria da “renda da terra” ao elaborar o conceito de “Quarta Renda”, que para ele era a expectativa de valorização futura das terras urbanas, rurais e as não utilizadas. No caso da Porção Norte da Ilha, nas “**Área de Urbanização Especial**” há grandes propriedades e grandes terrenos vazios em espaços bem valorizadas em Florianópolis, como as apresentadas na área de estudo, e que estão próximas a SC-401, localizadas em bairros bem valorizados.

O uso e ocupação do solo que tinha como base inicial o modo de produção agrícola vão dando aos poucos espaço para novas atividades como os setores da construção civil, o turismo e a instalação de empresas de tecnologia o que foi valorizando a terra e dando espaço a especulação imobiliária.

Todas essas mudanças no uso e ocupação do solo despertaram o desenvolvimento da pesquisa. Pois, diante da curiosidade de compreender essas transformações, este trabalho buscou analisar os processos históricos ocorridos na porção norte da ilha com o intuito de desvendar os fatores que influenciaram as políticas públicas na região, como os investimentos em infraestruturas, como a construção de várias rodovias estaduais, e mesmo recentemente uma das áreas do município de Florianópolis que mais recebeu investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Outro fato que despertou curiosidade é o que levou a porção norte a atrair tantos empreendimentos de alto padrão, como os condomínios inteligentes de Cacupé, Jurerê Internacional, etc. A questão natural teria influenciado nessa conjuntura. Além disso, o que motivou e estimulou a ida de atividades econômicas como do setor turístico, uma das regiões pioneiras nesse tipo de infraestrutura hoteleira e de serviços na Ilha, e, mais recentemente o estímulo de atrair ainda mais empresas de tecnologia para essa direção.

Para alcançar o objetivo, de compreender a dinâmica do processo de urbanização da porção norte da Ilha de Santa Catarina, a tese buscou fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, coleta de dados em órgãos públicos e privados, assim como entrevistas com moradores de cada Distrito para que as especificidades pudessem ser percebidas. Dentre os instrumentos de coleta de dados, cabe destacar a aplicação de um questionário, e quando possível, a realização de entrevistas com os empresários que instalaram seus empreendimentos ao longo da SC-401. Muitas sugestões e mesmo a opinião de funcionários de órgãos públicos foram coletadas para compreender a dinâmica dos administradores públicos da cidade de Florianópolis, sobretudo referente ao Plano Diretor.

O acompanhamento diário das informações, através de revistas e jornais locais foi indispensável para manter a constante atualização da tese ao longo da pesquisa, como também procurar mais informações junto aos órgãos públicos, e mesmo aos vereadores que estavam atuando junto algumas discussões polêmica na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

As saídas de campo foram intensas, dando suporte para analisar as múltiplas determinações que foram responsáveis pela formação desse espaço geográfico. Como já destacava Monbeig (1957),

A geografia não pode contentar-se com descrever a paisagem concreta; ela procura compreender e reconstituir o mecanismo que conduz a formação da paisagem e provoca a sua evolução. Nem todos, os elementos desse mecanismo são visíveis aos olhos, mas se acham à disposição da nossa curiosidade crítica. Já se disse que o geógrafo era “um olho” e a geografia maneira de ver. Jamais se pretendeu fazer do geógrafo uma Kodak insensível (MONBEIG, 1957, p.236).

Os dados coletados em campo, e mesmo nos órgãos públicos deram suporte para que a pesquisa não ficasse restrita apenas as referências bibliográficas ou uma paisagem estática, permitindo conhecer melhor a área de estudo não apenas no dia a dia como de modo científico.

Visando alcançar o objetivo do trabalho, além desta Introdução se estruturou em mais 5 capítulos. No primeiro capítulo se discutiu a base teórica metodológica, onde se apontou os primeiros trabalhos de geografia relacionados aos estudos urbanos, e como a inserção do

paradigma de formação sócio espacial, assim como a teoria da “Dualidade brasileira” Rangel (1981), ambas com viés marxista auxiliando na interpretar de uma dada realidade repleta de múltiplas determinações, podendo essas categorias analíticas, contribuir para o estudo da dinâmica do processo de urbanização do Norte da Ilha de Santa Catarina,

Os três capítulos que se seguem após a parte teórica, tem como base a periodização de BASTOS (2000). Sendo o segundo capítulo, após a parte teórica e metodológica, o primeiro processo de urbanização do litoral catarinense e os seus reflexos na área de estudo, como a chegada dos imigrantes açorianos no século XVIII, pequenos produtores que acabam tornando a região uma importante área agrícola. No terceiro capítulo, o segundo processo de imigração para os Vales Atlânticos, no século XIX, e como esses novos comerciantes vão interferir na ascensão dessa pequena produção. O quarto capítulo, abarca o terceiro processo de urbanização onde as políticas pós década de 1930 dão outra dinâmica, como a decadência desses pequenos agricultores.

O quinto capítulo aponta o panorama geoeconômico do norte da Ilha de Santa Catarina, e as principais atividades econômicas que atuaram a partir da década de 1960 até hoje. E como o Estado passa a ter um papel fundamental na economia e no desenvolvimento da área de estudo.

Ao se estruturar esses seis capítulos, dentro dessa configuração, foi possível compreender os fatores que motivaram e contribuíram para a dinâmica e o processo de urbanização da Porção Norte da Ilha de SC.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

### 2.1 O PARADIGMA DE FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA URBANA

Os estudos sobre as cidades<sup>2</sup> brasileiras tem início na década de 1930, quando chegam ao Brasil os geógrafos franceses, responsáveis pela criação e estruturação do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), no qual atuaram figuras como Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig. Isso sem esquecer o papel relevante que desempenhou Delgado de Carvalho, “o verdadeiro introdutor da chamada escola francesa no país” (ABREU, 2014, p. 61).

Na mesma década, o governo de Getúlio Vargas cria um órgão extremamente importante no cenário brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup> em 1938. Segundo Penha (1993), o surgimento do IBGE é decorrente do processo político que favorecesse a centralização, burocratização e a racionalização do Estado em prol da urbanização e industrialização que se intensificavam, sobretudo, após os anos de 1930 no Brasil.

Esses geógrafos precursores como outros de igual relevância vão atuar tanto na estruturação do curso de geografia no país como nos estudos referente às cidades brasileiras, assim como dentro do próprio IBGE<sup>4</sup>, conforme descreve CASARIL (2014):

<sup>2</sup> Através do Decreto-lei nº311, de 2 de março de 1938, “No Brasil, oficialmente, cidades são distritos sedes dos municípios que compõem o País. Dêste modo, a palavra cidade adquire um sentido político-administrativo. Os municípios se dividem em distritos, havendo, em casa um deles, uma localidade- sede denominada vila, cidades e vilas são consideradas centros urbanos” (GEIGER, 1963, p.07).

<sup>3</sup> Antes da criação do IBGE foi criado o Instituto Nacional de Estatística em 1934, após esse ano a competência passou para as mãos dos ministérios competentes. Em 1936 inicia novamente a sua atividade o Instituto Nacional de Estatística- INE, no ano seguinte cria-se o Instituto Brasileiros de Geografia, esses dois últimos se unem para formar em 1938 o IBGE.

Disponível:

<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/ibge.shtm>, acessado em outubro de 2015.

<sup>4</sup> Ao se fazer um levantamento dos trabalhos realizados pelo IBGE, percebe-se que na década de 1940 trabalhos como: “**A Geografia e sua influencia sobre o urbanismo- Jerônimo Cavalcante**” (Disponível:

No Brasil, alguns pesquisadores comungaram de alguma maneira, esse tipo de análise, como os próprios analistas do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pioneiros nos estudos de Pierre Deffontaines, Aroldo de Azevedo, somados aos trabalhos de Monbeig (1952, 1954) e Geiger (1963), os quais analisaram a gênese e a evolução da rede urbana delineada entre as décadas de 1940 e 1950 (CASARIL, 2014, p.37).

Com isso se desenvolvem estudos, como as pesquisas geográficas que voltadas à análise de temas como as cidades. Surge inicialmente uma abordagem com base na “geografia tradicional e na geografia moderna” tendo como trabalho pioneiro o estudo de Pierre Mombeig (publicado originalmente em 1914) que com a sua vinda para o Brasil, na década de 1930, vai influenciar as pesquisas na mesma área. Os estudos tinham um caráter de monografia urbana, podendo-se “dizer que era o resultado da aplicação do método da Geografia Regional à cidade” (ABREU, 2014, p. 65), ou seja, um manual metodológico de como se estudar os espaços urbanos.

Abreu (2014) aponta para as primeiras pesquisas de geografia urbana realizadas no Brasil, por alguns estudiosos como Caio Prado Junior (“Nova Contribuição para o Estudo Geográfico de São Paulo-1941”, “O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo- 1935), Pierre Deffontaines<sup>5</sup> (“Sorocaba, La ville

---

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1940\\_v2\\_n4.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n4.pdf), acessado em janeiro de 2013), “**Notas urbanológicas-Batista de Oliveira F.**”, “**Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades, pelo eng. Jerônimo Cavalcanti**”, “**Goiânia uma cidade "criada"- Aroldo de Azevedo**”, “**Geografia urbana, pelo prof. Gilberto Freire** (aprovado pelo IX Cong. Bras. de Geog.)”, vão ser alguns dos trabalhos na área do estudo de Geografia Urbana que vão ser publicados pelo IBGE.

<sup>5</sup> Em 1939 o artigo: “Geografia Humana do Brasil- de Pierre Deffontaines” é publicado pelo IBGE. Outro artigo relevante é o de Delgado de Carvalho intitulado “Fronteiras do Brasil no Regime colonial” (Disponível: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1939\\_v1\\_n4.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf), acessado em janeiro de 2013).

des foires à mulêts du Brésil”- 1935, “Rio de Janeiro, une grande victoire urbaine”-1937, etc...), Pierre Monbeig (“O Estudo Geográfico das Cidades”-1941), Aroldo de Azevedo (Vilas e Cidades do Brasil Colonial”- 1954, “Embrões das Cidades Brasileiras”-1957), Maria Theresinha de Segadas Soares (A Primeira Vila Portuguesa no Brasil”-1958).

Em um segundo momento os estudos de geografia urbana foram tomando outro caminho, conforme as influências na segunda metade da década de 1960 através da geografia quantitativa ou neopositivista, que vinha sendo aplicada nos EUA e no Reino Unido. Elas são introduzidas no Brasil através de figuras como: John Friedmann, Brien Berry, John P. Cole. Na década de 1960 em órgãos públicos como o IBGE e a partir de “1970 a proposta atingiria também outra instituição importante [...] UNESP-Rio Claro” (ABREU, 2014, p.97 e 98). Essa geografia estatística estava muito vinculada aos sistemas de planejamentos e desenvolvimento, com influência sobre os planos econômicos. Alguns geógrafos “quantitativos” ganham destaque no Brasil: ”Berry, William Bunge, Michael Dacey, Richard Choely, Peter Haggett, David Harvey, ...” (ABREU, 2014, p. 100).

Na década de 1970, diante do cenário brasileiro e do efeito “Milagre econômico” se proliferaram os estudos voltados aos “planos”: “Planos de Desenvolvimento Regional, Planos de desenvolvimento local Integrado, Planos de Regionalização, Planos de Ação Imediata, etc...” (ABREU, 2014, p.99). Nesse mesmo período, surgem os estudos interurbanos que acabam ganhando mais destaque em decorrência da demanda proveniente do sistema de planejamento territorial e urbano. “Esta é a época que predominam os estudos sobre hinterlândia e redes urbanas, pólos de crescimento, centralidade urbana, fluxo interurbano e inter-regional, regionalização, etc...” (ABREU, 2014, p. 100-101).

Os primeiros trabalhos sobre geografia urbana brasileira como o de “Corrêa, 1967 e 1978; Muller, 1968; Fredrich, 1978; Mamigonian, 1978” (ABREU, 1994, p.21) são apontados por Mauricio de Abreu por “serem historicamente determinados, esses estudos constituem-se hoje verdadeiros depositários, tanto da produção realizada pelos geógrafos brasileiros sobre cidade, como da própria história da Geografia no país” (ABREU, 1994, p.21).

Mas, entre os anos de 1970 e 1980 surge a “Geografia Nova ou Geografia Crítica” uma reação à geografia quantitativa. Essa nova geografia insere em seus estudos as categorias de Modo de Produção e formação social (SANTOS, 1977) com bases marxistas, em que objetiva compreender de forma dialética o processo de produção desse espaço

geográfico. Esses estudos de Geografia Urbana Crítica, iniciam de forma tímida, porém ao longo do tempo acabam ganhando força, e hoje atraem cada vez mais estudiosos a pesquisarem e discutirem o tema sobre as questões urbanas.

A Geografia Urbana é o ramo da Geografia que se concentra no estudo sobre a localização e o arranjo espacial das cidades. Ela objetiva acrescentar uma dimensão espacial à nossa compreensão dos lugares e dos problemas urbanos. Os geógrafos urbanos estão interessados em identificar e explicar a distribuição de cidades, e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como as distribuições e os arranjos internos das cidades se modificam ao longo do tempo (CLARK, 1991, p. 18).

Milton Santos, antes desse movimento da Geografia Nova já havia contribuindo com alguns estudos críticos sobre o urbano, como: “O Centro da cidade de Salvador” (1959), “Alguns problemas das Grandes cidades nos países subdesenvolvidos” (1962), continuou depois apresentando novos estudos sobre cidades, como: “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” (1979), “Manual de geografia urbana” (1980), dentre outros trabalhos.

Santos<sup>6</sup>, via a “cidade (e principalmente na metrópole) como um grande instrumento de criação da mais-valia relativa, já que as infraestruturas técnicas e físicas aí presentes facilitam a produção das empresas, diminuem-lhe os custos e aumentam-lhes, por conseguinte, os lucros” (ABREU, 1994, p.131). Essa análise que ele faz sobre cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 1982)<sup>7</sup> ao ver as indústrias migrarem para outros territórios, e perceber a própria a se tornar mercadoria através do setor imobiliário.

Porém, a sua maior contribuição para a geografia, foi, sem

<sup>6</sup> Santos (1985) ao abordar a intensa circulação de mercadorias, de informações, ideias e pessoas, que integram um “conjunto articulado de fixos e fluxos”, os quais se relacionam em um determinado espaço geográfico, através de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” (SANTOS, 1985, p.67), nada mais são, dentro da perspectiva marxista, que as “forças produtivas” e as “reações de produção”.

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. Cidade, mais valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teórica e Crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.



dúvida, a sistematização e o fortalecimento do objeto de estudo da geografia, o espaço, assim como a teoria da formação socioespacial que dá condições de alicerçar vários estudos, inclusive os de geografia urbana.

Milton, em seu trabalho escrito em 1977, intitulado “Sociedade e Espaço- A Formação Social como Teoria e como Método” se torna referência ao transformar a categoria de formação socioespacial, como destaca Armem Mamigonian em um “marco fundamental da renovação marxista da geografia humana atual” (MAMIGONIAN, 1996, p.198).

O paradigma de formação sócio espacial de Milton Santos (1977)<sup>8</sup> tem como base teórica a categoria de Formação Econômico e Social (FES) elaborada por Karl Marx, e estruturada por Lênin que buscam compreender o desenvolvimento de uma dada sociedade, em um determinado momento histórico.

A análise das transformações histórica de diversas sociedades foi fundamental para Marx entender o “desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural” (MARX, 1983, p.13). A partir dessa interpretação, o desenvolvimento histórico e de suas etapas constitui o ponto primordial para a interpretação das sociedades.

O espaço vai ser resultado das relações historicamente determinadas, sendo que o processo de produção é entendido como histórico e social e está retratado através da materialidade (materialismo histórico-dialético), em que é através da produção/trabalho que o homem transforma o espaço.

Segundo MAMIGONIAN (1996),

M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria formação sócio-espacial. Como afirmou

<sup>8</sup> O geógrafo Armem Mamigonian considera o artigo de 1977 de Milton Santos- “Sociedade e Espaço: a formação Social como Teoria e como Método” como “o mais importante texto teórico de Milton Santos [...] (pois) constitui o marco fundamental da renovação da geografia humana atual” (MAMIGONIAN, 1996, p.198).

Humboldt: “de que serve toda descrição das particularidades do reino natural e dos homens, se não é possível determinar o ponto da terra a qual pertence esta ou aquela particularidade” (K. R. Biermann, p. 129). Mas na verdade, qualquer estudo rigoroso de formação social deve cuidar de localizações e espacializações, como se pode ver, por exemplo, em Lênin (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), Trotsky (Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia, in História da revolução russa), Gramsci (Questão meridional), I. Rangel (História da dualidade brasileira), etc. (MAMIGONIAN, 1996)<sup>9</sup>

A categoria de Formação socioespacial (SANTOS, 2002) é capaz de inter-relacionar tanto os aspectos históricos como os econômicos em um dado espaço. E, “A história nada mais é do que a transformação permanente da natureza do homem” escrevia Marx em *The Poverty of Philosophy* (1963, p.147). “Poder-se-ia dizer que o mesmo se dá com a história do espaço produtivo” (SANTOS, 2003, p.137). Complementa este autor afirmando que “os processos que juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 1982, p.14).

Outro ponto importante, além do fator mencionado até o momento (o modo de produção), refere-se à questão vinculada à formação social, pois trabalhar com as categorias de modo de produção e formação social implica uma abordagem histórico-geográfica em que o modo de produção define a evolução no tempo (história e economia) e a formação social considera a diversidade dos lugares (geografia) (PEREIRA, 1998, p.100).

Milton Santos tem como ponto de partida a noção de formação social vinculada ao desenvolvimento de uma determinada sociedade em sua totalidade histórica, espacial e concreta. Pois, “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial [...] o espaço, ele

<sup>9</sup> Artigo de Armen Mamigonian, texto apresentado no Seminário Internacional: *O Mundo do cidadão Um Cidadão do Mundo*. Na USP em setembro de 1996. Disponível: <http://www.geocrocetti.com/armen/fse.htm>, acessado em janeiro de 2016.

mesmo é social” (SANTOS, 1977, p.81).

Além disso, a formação socioespacial visa um estudo de forma abrangente no sentido de abarcar as influências internas e externas sofridas em um dado “espaço”, ao considerar as “múltiplas determinações” como responsável por uma determinada realidade concreta, sendo que para Marx (1982) o concreto é a síntese de múltiplas determinações. Ou seja,

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetiva e, portanto, o ponto de partida também da instituição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado (MARX, 1989, p.17).

Para Mamigonian (1996) utilizar as “múltiplas determinações” de Marx é o mesmo que utilizar as ideia de “combinações geográficas” de Cholley (1964), onde ambas as teorias possibilitam compreender o concreto, ou mesmo, perceber a realidade em sua totalidade.

As combinações geográficas (CHOLLEY, 1964) apontam aspectos naturais e humanos em um dado espaço. As especificidades de um dado local têm interpretações tanto no âmbito das questões naturais como das questões humanas, as quais se entrelaçam a fatores endógenos e exógenos em diferentes momentos históricos. Por este motivo<sup>10</sup>, “as

<sup>10</sup> “A realidade que compreendemos acerca do plano regional corresponde às diversas combinações físicas, biológicas e humanas [...] As individualidades regionais com relação à geografia humana e a vida regional que as anima resultam, com efeito, da maneira pela qual se agrupam, se superpõem ou interferem as diferentes combinações, nascidas da prática de diferentes tipos de atividade no interior de um grupo humano [...] A vida regional pode brotar, não importa em que lugar do planeta, pois, além dos fatores físicos, mais ou menos favoráveis, é preciso considerar o dinamismo da humanidade, que aí se instala [...] sua técnica, suas concepções políticas

combinações de caráter geográfico respondem a medidas bem determinadas, com relação ao espaço e ao tempo e este duplo caráter que garantem a sua originalidade” (CHOLLEY, 1964, p.140).

Dentro dessa perspectiva, a categoria de formação sócio espacial (FSE)<sup>11</sup> vai ser importante para compreender as “etapas de um processo histórico e a evolução diferencial das sociedades”, geograficamente localizada.

Por isso a categoria da FSE auxilia o entendimento de que

entendermos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promoveram estas transformações (SPOSITO, 2005, p.11).

Para compreender uma cidade contemporânea não basta apenas conhecer sua realidade, é preciso levar em conta o seu processo histórico de formação, permitindo desta forma uma análise mais profunda.

E a geografia tem a preocupação de explicar essas transformações, através da categoria de Formação sócio espacial (FSE), com o intuito de compreender desta forma a dinâmica histórica do espaço, assim como a paisagem das cidades, está em constante mudança. Pois a paisagem não é estática, pelo contrário, sofre influencia dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, construídas além do seu tempo.

Por este motivo, Armem Mamigonian ao utilizar essa categoria sistematizada por Milton, a partir da linha teórica marxista que inclui a categoria do espaço dentro do materialismo histórico-dialético, se tornou um dos pioneiros ao aplicar em seus estudos geográficos, o paradigma

---

organizadoras”(CHOLLEY, 1964, p. 273-274)

<sup>11</sup> “Essa perspectiva teórico-metodológica promove a aproximação entra a história e a geografia, ao mesmo tempo em que favorece a consideração da dimensão histórica na geografia e da dimensão geográfica ao longo da história, numa complementaridade que permite ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço” (PEREIRA, 2003, p.02).

de formação socioespacial em Santa Catarina. Trabalhos relevantes como: “Atlas Geográfico de Santa Catarina” (1958), “A indústria de Brusque e suas consequências na vida urbana” (1960), “Vida Regional de Santa Catarina” (1966), além de outros trabalhos desenvolvidos por seus orientandos, contribuíram para a compreensão dos espaços regionais e locais no Estado.

Com seus trabalhos A Mamigonian demonstrou que é possível utilizar a categoria de formação socioespacial não apenas no âmbito mundial e nacional, como descrevia Milton Santos, mas também a nível regional e local, ou seja, em diversas escalas.

Há de se considerar não apenas a diversidade de escalas como as influências internas e externas na formação do território brasileiro. Para tanto, os pactos de poder estabelecidos ao longo do processo de formação socioespacial brasileiro, explicado, brilhantemente por Ignácio Rangel (1981), através de sua teoria intitulada a “Dualidade Brasileira”, explicam essas transformações acerca da formação socioeconômica do Brasil, onde o polo interno apresenta dinâmicas próprias, determinando as respostas que a economia brasileira dará frente as oscilações da economia externa. (RANGEL, 2005). Ou seja, a base do conceito da dualidade objetiva explicar a dinâmica interna brasileira e às relações que o país mantém com as economias capitalistas do centro do sistema.

Ao interpretar a realidade histórica, política e econômica do Brasil se faz presente a teoria de Ignácio Rangel (1981), que permite compreender as relações de produção em sintonia com o método do materialismo histórico. Esses processos históricos mudam de forma dialética, à medida que surgem novas relações de produção decorrentes da evolução das forças produtivas.

Diante dessas diversas escalas, e das influências internas e externas, uma análise mais profunda das forças produtivas e de como as relações políticas e econômicas atuaram, ao longo da conjuntura do país, são imprescindíveis para a compreensão dos processos históricos que resultaram na forma, estrutura, funções e processos das cidades brasileiras atuais, a nível nacional até o nível local, como a área de estudo, a porção norte da Ilha de Santa Catarina.



### 3 OS PRIMEIRO PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: OS REFLEXOS PARA FLORIANÓPOLIS E O NORTE DA ILHA

Para compreender os reflexos do primeiro processo de urbanização da Área de Estudo, a Porção Norte da Ilha, se faz necessário resgatar como ocorreu a formação socioespacial do litoral catarinense. Para tanto, utilizou-se a periodização de Bastos (2000), em que é marcado esse momento com a vinda dos imigrantes açorianos no século XVIII. A teoria da “Dualidade Brasileira” RANGEL (1981) também auxiliou como aporte para explicar a formação socioeconômica brasileira, a qual influenciou diretamente nos processos e na dinâmica do litoral catarinense, e conseqüentemente da área pesquisada.

#### 3.1 PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A ORIGEM DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

O primeiro processo de ocupação de Florianópolis acontece ainda no século XVII com os luso-brasileiros, uma política relacionada à expansão portuguesa “que acompanhou, inicialmente, a linha costeira do litoral sul-brasileiro, estimulando o deslocamento de vicentistas que fundaram as primeiras póvoas” (PEREIRA, 2011, p. 02).

Essas “vilas”<sup>12</sup> e cidades<sup>13</sup> que vão sendo incorporadas ao longo do litoral brasileiro são consideradas “**cidades coloniais**”. Elas

<sup>12</sup> Em 1738, a “Vila de Nossa Senhora do Desterro é elevada à condição de Sede da Capitania de Santa Catarina” (CAMPOS, 2010, P.118). No século XIX, em 1823 é “catalogada como cidade e torna-se capital da Província de Santa Catarina” (CAMPOS, 2010, P.118).

<sup>13</sup> Tem de “[...] indicar, contudo, que se, realmente, já no século XVIII, podemos apontar algumas fundações urbanas preenchidas por Desterro, ainda não se pode caracterizá-la como cidade. A rigor, os componentes urbanos da estrutura da povoação são antes potenciais que agentes da urbanização propriamente dita. Nem mesmo o conceito vila-cidade capta bem a realidade descrita. A rigor, tratava-se de uma povoação militar, na qual alguns fatores (políticos, administrativos e militares) agiam no sentido de fortalecer os componentes urbanos da estrutura social e onde os componentes rurais dessa mesma estrutura emanavam e se vinculavam a um mundo rural plebeu” (LIMA, 2007, p.65 e 66).

estabelecem uma relação de dependência com Portugal e tinham como objetivo de receber e escoar mercadorias. Ao mesmo tempo, a metrópole já se apresentava como uma “**cidade mercantil**”, o que despertava ainda mais o seu interesse em expandir a sua urbanização para as suas colônias.

Essa primeira política de expansão territorial da colônia portuguesa nas terras Ameríndias, capitaneada pelos vicentistas, “era ainda limitada e fraca, considerando a grande extensão de terras a ser ocupada” (CAMPOS, 1991, p.20). Sua expansão territorial incorporou a Baía de Paranaguá e a Ilha de São Francisco do Sul, porém não obteve muito sucesso na ocupação na Ilha de Santa Catarina, que, após a morte de Francisco Dias Velho, fica um bom tempo abandonada. Em que pese o fato de alguns paulistas nela tentarem se fixar no início do século XVIII, essa situação só se modifica com a chegada dos açorianos.

Um fato a ser apontado sobre a vida dos açorianos refere-se ao *quadro natural*, típico das Ilhas dos Açores e o encontrado no litoral catarinense, **essa, é, uma das interpretações apontadas por historiadores tradicionais a respeito dos motivos da vinda desses migrantes, porém não é a única nem a principal**, como já foi ressaltado por Mamigonian (1997) e Silva (1992). Pois os açorianos e madeirenses vinham de uma região com atividades “vulcânicas (porém com solos férteis), e como aponta Piazza (1992), este seria um dos motivos para a vinda desses imigrantes, assim como a “superpopulação” nas ilhas portuguesas, e as “crises alimentares”“.

O Brasil seria para eles a esperança de encontrar terras para todos, e, ao mesmo tempo, de que de tudo se pudesse produzir. Entretanto, ao chegarem às terras catarinenses, mais especificamente na Ilha de Santa Catarina, não receberam as terras com a metragem prometida, nem encontraram solo próprio para a cultura dos produtos que tradicionalmente cultivavam (como o trigo), tendo que se adaptar, aos poucos, ao plantio da farinha de mandioca. Assim, a base alimentar dos açorianos passou a ser a farinha e o peixe.

O quadro natural encontrado pelos açorianos foi muito diferente do que estavam acostumados, a começar pelo tipo de vegetação e solo. Mesmo assim, eles vão se fixar ao longo do litoral catarinense, principalmente da planície costeira, não se distanciando do mar, como na terra natal.

Para a vinda desses imigrantes açorianos se preocupou com a construção dos fortes<sup>14</sup>, ao redor da ilha, sendo um artifício que inibiria

14

“No século XVIII a política colonial almejou o aumento da



possíveis ataques e invasões externas garantindo ao mesmo tempo os limites da colônia e proteção a essa nova leva de moradores que se instalariam na Ilha.

O Brigadeiro José Silva Paes não apenas foi o responsável pela vinda desses imigrantes como também ficou responsável por construir as fortalezas, a igreja matriz no centro de Desterro e a sede do Governo da Capitania de Santa Catarina (VAZ, 1991).

Com a chegada, em 1738, do Brigadeiro José Silva Paes, 1º governador da Capitania de Santa Catarina, inicia-se o primeiro surto de desenvolvimento da hoje cidade, que se estende até 1780 e se espalha pelo primeiro e importante índice de construção civil (PEREIRA, 1974, p.48).

O autor Mauricio de Almeida Abreu (2014) aponta o papel que a coroa portuguesa teve na organização territorial e urbana da colônia, através da “fundação de núcleos urbanos nas áreas de fronteira com a América Espanhola durante o século XVIII” (REIS, 2014, p.235). Muitos apontam apenas o critério geopolítico no processo de ocupação do território, entretanto,

é que essa estratégia foi muito mais planejada do que se pensava. Nela estiveram envolvidos diversos engenheiros militares, que pensaram a cidade não só em termos de logística militar, mas como elementos de um sistema urbano maior (REIS, 2014, p.235).

Os engenheiros militares não se restringiram apenas as áreas de fronteiras, como também no “planejamento e embelezamento de outras

---

capacidade militar, o controle da ocupação territorial e a eficaz administração dos recursos e da cobrança de impostos. Assim, com base em tais medidas os governadores deveriam actuar. Neste contexto, a ilha de Santa Catarina ganhou destaque no governo colonial, pelo reconhecimento de seu porto como um

dos melhores da região, servindo de ponto de ligação entre o Rio de Janeiro e o extremo sul da colônia, ao proporcionar o abastecimento das embarcações. Assim, a construção das primeiras fortificações na ilha foi iniciada por volta do final da década de 30 do século XVIII" (CONCEIÇÃO, 2008, p. 02).

idades e vilas, o que nos permite caracterizá-los como grandes pensadores urbanos do Brasil colonial” (REIS, 2014, p.235).

Para receber esses imigrantes a Coroa Portuguesa não se preocupou apenas com as construções das fortificações<sup>15</sup> ao redor de Florianópolis (antiga Desterro), mas com a organização urbana, conforme aponta Lucas Boiteux (1912):

No sítio destinado para o lugar assinalará um quadro para a praça, de quinhentos palmos de face, e num dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por elas e nos lados da praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre umas e outras, e para trás, lugar suficiente e repartido para quintas (BOITEUX, 1912, p.220).

Nestor Goulart Reis (1968) já indicava a preocupação portuguesa ao planejar as cidades e vilas no Brasil colonial, como a elevação de vilas a categoria de cidades, nas quais deveriam obedecer ao projeto político territorial mais complexo do que muitos estudiosos apontam.

Essa organização dos núcleos urbanos, criticada por muitos tem como base a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda no livro- **Raízes do Brasil**, ao considerar que

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providencia, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” (HOLANDA, 1984, p.76).

Ao comparar os planos urbanos aplicados na América pelos

<sup>15</sup> Ressaltando que a posição de Florianópolis “na Ilha de Santa Catarina distingue-se por se situar entre as duas maiores cidades litorâneas da face atlântica da América do Sul- Rio de Janeiro e Buenos Aires. No século XVIII, essa localização salientava-se por ficar na metade da distância entre o Rio de Janeiro e o estuário da Prata, e ser Santa Catarina a maior ilha nessa direção” (PELUSO JR, 1991, p.313).

portugueses e pelos espanhóis, na obra de Holanda (1984), há sem dúvidas muita diferença entre os dois planos de cidades, contudo não se pode dizer que as “cidades brasileiras surgiram e se estruturaram avessas a qualquer preceito de ordem [...] sabe-se que a fundação da primeira capital brasileira, em 1549, foi detalhadamente planejada pelo governo português, que enviou [...] o “arquiteto” Luiz Dias” (REIS, 2014, p.236), por exemplo.

Ainda durante o período colonial houve uma preocupação em implantar o modelo urbanístico das cidades portuguesas, principalmente quando inicia o projeto de ocupação, com a vinda dos imigrantes para o Brasil no século XVIII, período que se promulga a primeira norma referente à questão urbanística. Isso ocorre em 1747, por meio de uma provisão régia, durante o reinado de D. João V. “A partir de 1849, as primeiras Postulas Municipais tentaram organizar os padrões urbanos e arquitetônicos, que em geral haviam sido regulamentados pela Provisão Régia do século XVIII [...] A partir de então, dimensões, números de aberturas, altura das fronteiras e o seu alinhamento tornaram-se exigências legais, garantindo à vila desterrense a aparência do “protótipo português” (VEIGA *apud* Souza, 1993, P.139).

A vila de Nossa Senhora do Desterro, segue esses padrões das cidades portuguesas tendo uma grande praça retangular (**Ilustração 2**), sendo que esta deveria ser metade da praça da metrópole, no caso Lisboa, e ao redor dela os prédios administrativos. A praça localiza-se entre a igreja<sup>16</sup>, ao alto, e o mar, à frente (PELUSO JR., 1991).

<sup>16</sup> “[...] segundo as normas portuguesas - da igreja se organizou a vila. A igreja tinha também uma função administrativa e edificada em sítio mais alto, marcava a paisagem. Ela servia de referência para os caminhos que estruturaram a ocupação. Assim, o patrimônio religioso orientava o sistema fundiário, que por sua vez, ordenava a ocupação do território. A este contexto terra, correspondeu o delineamento de nossa paisagem colonial” (VAZ, 2008, p.77).

Ilustração 2 - Mapa do centro de Nossa Senhora do Desterro (Praça XV de Novembro)



FONTE: Arquivo IPUF

Ao contrário do plano urbano nos altiplanos da América Espanhola, no formato de tabuleiro de xadrez e no interior de suas colônias, o estilo português preconizava o litoral e tinha como referência a linha de praia. Seu plano urbano acompanhava o relevo acidentado e característico de muitas cidades ao longo da costa brasileira.

Enquanto os portugueses impuseram ao seu território conquistado uma estratégia vertical de ocupação, os espanhóis efetuaram desde o início da conquista o caminho da interiorização, aproveitando rotas e informações que os conduziam às regiões de maior concentração de minérios preciosos e aos impérios teocráticos que ocupavam as regiões do México e dos Andes. Ao contrário da preferência pelas terras interiores e pelos planaltos, como fizeram os espanhóis, a colonização portuguesa foi litorânea e tropical, basicamente. Preferiu-se sempre as vias marítimas

como principal meio de comunicações (LOHN, 2004, p. 42).

O “protótipo português” do plano urbano se concretiza com a vinda dos imigrantes açorianos no século XVIII. Onde muitas formas permanecem presentes ainda hoje na estrutura urbana da cidade. Essas “rugosidades” (SANTOS, 2002), formas espaciais que ficaram através do tempo, continuam preservadas na história e na cultura local da cidade. Formas que perduraram ao longo do tempo, nada mais são do que manifestações de um passado e de uma conjuntura socioeconômica do período colonial.

Essa segunda ocupação no século XVIII, vai ser considerada também como o **primeiro processo de urbanização de Florianópolis**, conforme apontado em 1958 por Mamigonian no Atlas Geográfico de Santa Catarina, e periodizado por Bastos (2000), que focalizou as atividades comerciais e a pequena produção mercantil açoriana.

Na tentativa de ocupar, através dos açorianos<sup>17</sup>, surge o interesse dentro de uma conjuntura depressiva do comércio português. Caio Prado Jr (1992) deixa explícitas essas duas fases de crise no governo português, bem como a tentativa de ocupação:

A EXTREMIDADE meridional do território que hoje constitui o Brasil permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do século XVII; mas economicamente só começará a contar no período que ora nos ocupa, isto é, segunda metade do século XVIII. Antes disto é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que não a militar (PRADO JR, 1992, p. 94).

Segundo Mamigonian (1997), a imigração açoriana foi uma grande intervenção do planejamento Estatal Português para a região sul, “tanto a nível geo-político, como enfatizaram os historiadores tradicionais, como a nível geo-econômico” (MAMIGONIAN, 1997, p.

<sup>17</sup> “Logo, a vinda de açorianos para o litoral e Ilha de Santa Catarina resolveu problemas importantes que possuía a metrópole. Não apenas supriu demograficamente a região, como favoreceu sobremaneira aos interesses que aquela possuía sobre a área” (CAMPOS, 1991, p. 21).

4). Algumas hipóteses levantadas a respeito da ocupação por parte desses intelectuais são apontadas por Mamigonian (1997):

1) ordem política, cobertura militar estratégica (W. Piazza); 2) política expansionista da Coroa, reforçamento da economia pecuária paulista nos pampas (F.H.Cardoso); 3) necessidades estratégicas e não objetivos econômicos exportador (O.Bossle); entre outros autores (MAMIGONIAN, 1997, p. 4).

A crise econômica, no século XVIII vivida pela coroa portuguesa, incentivou a instalação de um monopólio relacionando a exploração de ouro, diamantes, escravo, pesca de baleia, dentre outros (MARTINELLO, 1992, p.23). Esta mesma crise e a disputa por território com a Espanha incentivou o projeto de ocupação do território no sul do Brasil.

Uma das medidas tomadas, influenciada pela crise econômica da metrópole, foi a política de ocupação no mesmo século XVIII, através dos imigrantes açorianos para o litoral catarinense “onde se associou o caráter político militar<sup>18</sup> ao caráter socioeconômico: uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira<sup>19</sup>” (SILVA, 1992, p. 39).

As especificidades de nosso litoral catarinense e do tipo de economia e ocupação que se instaurava aqui se diferenciavam dos grandes capitais comerciais, que estavam vinculados à grande propriedade agrícola, cujos produtos eram feitos por mão de obra

<sup>18</sup> José da Silva Paes já havia feito um relato da necessidade de se proteger e ocupar a Ilha de Santa Catarina, mas isso só vai se tornar viável pela coroa portuguesa ao perceber o interesse, da Espanha e outras nações, de tomarem conta do território e das potencialidades naturais de exploração da Ilha.

<sup>19</sup> “A pesca de baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Existiam na segunda metade do séc. XVIII diferentes armações para a pesca espalhadas na Bahia até Santa Catarina, sendo está última as mais importantes. Constitui a pesca monopólio da coroa, concedendo-se por contrato a concessionários privilegiados. Chegou a ter certa importância, mais decaiu nos últimos anos do século quando os baleeiros ingleses e norte-americanos começaram a operar nas ilhas Falkland, impedindo que as baleias nas suas migrações hibernais chegassem, como era dantes seu costume, até as costas do Brasil” (PRADO JR, 1992, p.104).

escrava e exportados para o mercado europeu. Com isso, e tendo no sul brasileiro como base a pequena produção mercantil, diminuíram as pretensões econômicas lusas referentes ao litoral catarinense<sup>20</sup>(CAMPOS, 1991).

O mais interessante para a Coroa era a formação do colono-soldado, que serviria tanto as necessidades das milícias (soldados) quanto às necessidades de produção e abastecimento de setores não produtivos (milícias, corpo administrativo, etc.), e o comércio, o que seria possível sob uma pequena produção mercantil (CAMPOS, 1991, p. 24).

Segundo, Ávila e Mendonça (2002), o insucesso inicial do cultivo de algumas culturas por parte desse imigrante, se deve a má administração pública da província, pois impunham culturas pouco conhecidas a esses pequenos produtores, além do recrutamento sistemático deles para compor as tropas militares, o que não condizia com os editais de migração. Para o pesquisador Osvaldo Paulino Silva (1996) o insucesso inicial da produção de excedente agrícola se deve também a administração da Capitania:

A instabilidade produtiva encontrava uma série de razões, mas a mais contundente era sem dúvida, a má administração pública da Capitania. Esta se traduz em uma política agrícola incoerente com a capacidade de produção das terras que não estimulava os produtores, na falta de pagamento à farinha tomada para alimentar as tropas militares, na falta de fiscalização do comércio clandestino, no apadrinhamento de alguns compradores do Rio de Janeiro que quando aqui chegavam compravam a quantidade que queriam e na insistência dos produtores em não se modernizarem não obstante

<sup>20</sup> “Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar e outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de território contestado pela Espanha), a recorrer as camadas pobre ou médias da população portuguesa [...] o recrutamento se fez sobretudo nas ilhas dos Açores” (PRADO JR, 1992, p. 96).

o crescimento da produção em outras Capitanias (SILVA, 1996, p.49- 50).

O imigrante açoriano, inicialmente, teve pouco estímulo para produzir excedente de produção à milícia e ao corpo administrativo, pois não gerava renda. A relação de permuta de produtos se dava entre os próprios agricultores e a produção era apenas para o consumo, não estimulava relações capitalistas. Pois, quando o trabalhador acumula para si mesmo e ele é dono do seu meio de produção não se estabelece acumulação de capital e nem o modo de produção capitalista. O produto tem apenas um **valor de uso** e não um **valor de troca**.

A cidade de Desterro nesse primeiro processo de urbanização, não desenvolve um núcleo urbano forte, apesar de alguns investimentos em políticas de planejamento, ela vai se caracterizar como uma **cidade pré-capitalista**, tendo sua origem ligada a questão social e política, pois a produção se encontrava no meio rural (interior da ilha/freguesias) e com a produção de subsistência.

Além disso, o isolamento de núcleos de ocupação, através das freguesias, fazia com que o Centro de Desterro fosse apenas uma cidade em que se encontrava a parte política e administrativa e o comércio, aonde muitos iam buscar produtos que não podiam ser produzidos internamente, como o querosene, óleo de baleia, etc...

Conforme explicita Lacerda (2003),

As freguesias aos poucos se desenvolveram voltadas para o mercado interno da colônia. A exploração de produtos agrícolas, especialmente a farinha destinada ao abastecimento da população urbana, das tropas e de embarcações em trânsito, associada à atividade pesqueira, aos poucos dá sentido econômico aos pequenos povoados. Preocupado em produzir para a manutenção da família, o açoriano não produzia em larga escala para o mercado, apenas [...] procurando suprir alguma de suas necessidades, como querosene, sal e fumo de corda (LACERDA, 2003, p. 133).

O estabelecimento desses imigrantes teve como característica as explorações policultoras familiares que passaram a fornecer importantes excedentes alimentares como a: farinha de mandioca, arroz, feijão, melado, entre outros, que tinham como destino o abastecimento local, regional e do Rio de Janeiro, Recife, Salvador ou mesmo Montevidéu,



nos fins do século XVIII e início do XIX (MAMIGONIAN, 1966). Essa produção “propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua autossuficiência e um excedente exportável” (CAMPOS, 1991, p.25). A pequena produção mercantil vai contribuir não só para as finanças portuguesas, com a exportação de seus produtos, como também para a relação e comunicação no interior da sociedade colonial e imperial.

Mamigonian vai relatar em seu artigo “As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral catarinense” o fato de a Coroa portuguesa se utilizar da pequena produção mercantil para garantir o poder da colônia e ocupar o território mantendo dessa forma o interesse do rei. Segundo seu relato,

as terras da América, conquistadas pelas nações européias, foram incorporadas imediatamente ao patrimônio das respectivas coroas, obedecendo ao dispositivo jurídico feudal de “all land is king's land”(todas as terras são do rei). Tratava-se da propriedade divisível entre a propriedade direta e nua pertencente à coroa real e o domínio útil, concedido aos vassalos do rei, com objetivo de aproveitamento imediato, obedecendo a outro dispositivo feudal fundamental de “nulle terre sans seigneur” (nenhuma terra sem Lord) e garantindo o pagamento de tributos ao rei (MAMIGONIAN, 1997, p.2).

O grande diferencial que constitui os pequenos produtores do litoral catarinense dos latifundiários feudais se dá pelo fato de esses imigrantes serem os proprietários de suas terras, ou seja, são senhores de suas condições de produção. Assim como a diversidade na atividade agrícola. “O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar o excedente na melhoria de sua propriedade” (BASTOS, 2000, p.129).

A relação política e a economia têm em um cenário nacional, em que coexistiam duas forças comandando os rumos internos da colônia, de acordo com os interesses externos da Metrópole. No primeiro momento, Rangel (1981) caracteriza a existência de dois tipos de sócios da coroa: o “sócio-menor”, senhor de escravos que dominava a economia, e em segundo o “sócio-maior”, ou seja, o capital comercial que tinha a hegemonia política por estar ligado diretamente a Portugal. Assim, o primeiro produzia e o segundo comercializava.

Essa relação entre sócio-maior e menor se configura de forma diferenciada em Desterro, pois não era uma área de latifúndio e sim de pequena produção, o que determina a sua especificidade diante do cenário brasileiro. Por outro lado, como relatamos, o capital comercial que comandava a comercialização era dirigido pelo poder administrativo centralizador no Rio de Janeiro.

Os fornecedores, por sua vez, eram os imigrantes açorianos que, mesmo donos do seu meio de trabalho, viviam como se fossem em glebas as quais deviam favores a coroa portuguesa, como o fornecimento de produtos.

A obrigatoriedade dos pequenos produtores em “munir os armazéns reais” (SILVA, 1992, p. 69) termina em 1801, o que dá mais liberdade e melhora a sua situação financeira, já que não tem mais obrigação com a Coroa portuguesa que mantinha a exploração e domínio de sua produção. Isso, no século XIX, vai ajudar no impulso da pequena produção mercantil, não apenas com a vinda de imigrantes para os Vales Atlânticos, como também pelo fato de não serem obrigados a se submeterem ao fornecimento para o governo português.

### 3.2 A FORMAÇÃO DAS FREGUESIAS NO NORTE DA ILHA

A Porção Norte da Ilha de Santa Catarina tem o seu processo de ocupação e urbanização na mesma conjuntura do litoral catarinense, iniciada através de políticas do governo português na tentativa de manter o seu território, expandir fronteiras e tornar as terras ao sul do Brasil, rentáveis a metrópole.

Nesse contexto, a política estatal do governo português apresenta três momentos: 1- a vinda dos lusos brasileiros e dos vicentistas no século XVII e início do século XVIII, redundando em fracasso<sup>21</sup>; 2- os açorianos em meados do século XVIII, acarretando no primeiro processo de colonização<sup>22</sup>; e, 3- a vinda dos imigrantes alemães e

<sup>21</sup> Ressalta-se que no século XVII as tentativas de ocupação não foram bem sucedidas, como no caso de Francisco Dias velho na parte central da Ilha.

<sup>22</sup> A migração dos portugueses que viviam no Arquipélago dos Açores, açorianos, para a ilha de Santa Catarina ocorre entre os anos de 1748 a 1756, cerca de seis mil imigrantes (PIAZZA, 1980, p.483). Onde os interessados: “...se dará a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum machado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, huma serra com sua lima e 23 travadoura, dous alqueires de sementes, duas vaccas e huma égoa, e no primeiro anno se lhes dará a farinha que se entender basta para o

italianos no século XIX.

São as ocupações dos séculos XVIII e XIX reconhecidas como processo de colonização e urbanização, pois resultaram no desenvolvimento das áreas onde ocorreram esses assentamentos. Marcando dentro dessa conjuntura, os dois primeiros processos de urbanização do litoral e da Ilha de Santa Catarina, Desterro<sup>23</sup>.

Com a vinda dos imigrantes açorianos, no século XVIII, ocorre o “primeiro surto de desenvolvimento” como descreve Nereu do Vale Pereira no seu livro *Desenvolvimento e Modernização*, e, caracterizado por Bastos (2000)<sup>24</sup> como o **primeiro processo de urbanização**.

Esse crescimento populacional faz com que sejam construídos: as fortificações, à Casa do Governador da Província (1740), a Igreja Matriz (1753)<sup>25</sup>, Igreja Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades (1750-56)<sup>26</sup>, Casa da Câmara e Cadeia (1771- antiga Câmara de Vereadores), o edifício do Artigos Bélicos (1775), e o Quartel do Campo do Manejo (1781)<sup>27</sup>. “Para uma pequena vila, a edificação de tantos prédios representou a primeira revolução” (PEREIRA, 198-, p.49) para o espaço da cidade. Pois, a “cidade se solidifica amparada na construção” de estruturas para receber esses imigrantes, como para manter o controle do território português.

Essas construções davam aporte para esses imigrantes. Porém, Desterro “no século XVIII apesar de ter elementos essenciais de núcleo

sustento (...) Os homens que passarem por conta de Sua Majestade, ficarão isentos de servir nas tropas pagas (...) se dará a cada casal hum quarto de légoa em quadra... (BRITO, 1932, p. 23).

<sup>23</sup> A Ilha de Santa Catarina é conhecida inicialmente como Nossa Senhora do Desterro, nome que muda no final do século XIX, após a Revolução Federalista em homenagem a Floriano Peixoto para o nome atual, Florianópolis. Pela Lei Estadual nº 11, de 01/10/1894. Disponível: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=420540>, acessado em agosto de 2013.

<sup>24</sup> Para BASTOS (2000) os três processos de urbanização de Florianópolis está “inserido no contexto da ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoreana como também na divisão territorial e social do trabalho imprimida essencialmente pelo vigoroso desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro” (BASTOS, 2000, p. 127), ocorrido, no século XX.

<sup>25</sup> (PEREIRA, 198-, p.49).

<sup>26</sup> (CAMPOS, 2010, p.117).

<sup>27</sup> (CAMPOS, 2010, p.116).

urbano que caracterizaram o início da cidade, ainda continha características de aldeã” (LIMA, 2007), pois a imigração açoriana se fixou no interior da Ilha, nas “áreas rurais”, “[...] fator determinante para que sua expansão urbana ficasse estagnada até o início do século seguinte, quando as atividades comerciais urbanas iriam sobrepor-se às rurais” (LIMA, 2007, p. 67), ou seja, quando há o segundo processo de urbanização, no século XIX.

Como a produção se encontrava no interior da Ilha de forma polarizada, o núcleo urbano da cidade<sup>28</sup> acaba sendo o centro de Desterro onde se localizava, principalmente, a parte administrativa, religiosa, e política da coroa portuguesa. E depois, a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades ao Norte, por concentrar um porto auxiliar e um posto da alfândega que contribuía no controle português da colônia.

Desterro apresenta preliminarmente elementos de uma cidade pré-capitalista, pois sua origem está relacionada à questão social e política, e não ao fator econômico como as cidades modernas/ sob o capitalismo (mercantis, industriais, etc...). Essa urbanização tinha como base inicial a pequena produção açoriana de subsistência, a qual esse agricultor é dono da terra e do seu meio de produção, o que torna “impossível à acumulação capitalista e o modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p.886), não desenvolvendo nenhuma relação econômica mais profunda, inicialmente, mas ele tinha obrigações com a Coroa Portuguesa.

No final do século XVIII esses pequenos produtores açorianos passam a fornecer seus produtos agrícolas à coroa Portuguesa, as quais dificilmente recebia algo em troca, obrigatoriedade que vai até 1801. Ao suprir com gêneros à metrópole, sendo está uma cidade mercantil, tornava a Ilha de Santa Catarina uma **cidade colonial**.

Rangel (1981) vai classificar como a **primeira dualidade brasileira**, esse momento onde o capital comercial português tem o domínio econômico e os fazendeiros à hegemonia política. Os latifundiários (senhores de escravos) que mantinham relações feudais com Portugal, afinal as terras pertenciam ao rei, ao mesmo tempo quem

<sup>28</sup> “Fundaram-se freguesias, logo de início, [...] Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio e Lisboa e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Posteriormente, no decorrer do século XIX, na Ilha de Santa Catarina, como consequência da evolução demográfica das populações luso-açorianas tem-se a criação de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras e Santíssima Trindade” (PIAZZA, 1983, p.152).

vendia a produção das fazendas eram os comerciantes portugueses. Em Desterro, a pequena produção açoriana fornecia a esse capital comercial alguns produtos, um dos que acabam se destacando é a farinha de mandioca que no século XIX chega a ser exportada para outros países e regiões brasileira<sup>29</sup>.

A estrutura da capital catarinense começa a mudar quando esses pequenos produtores açorianos vão desenvolver relações capitalista, no final do século XVIII e no século XIX.

Essa pequena produção mercantil açoriana ao ascender economicamente, no século XIX, com a vinda dos imigrantes para os Vales Atlânticos, passa a estabelecer relações capitalistas. Momento que marca o **segundo processo de urbanização**, e pela **segunda dualidade**, Rangel (1981). Onde a comercialização das mercadorias, passa para as mãos dos brasileiros, estabelecendo um capital mercantil interno que irá negociar com o capitalismo industrial inglês. Essas relações comerciais torna Florianópolis uma **cidade mercantil**- primeira fase do capitalismo, o que dará um dinamismo maior no núcleo urbano da cidade<sup>30</sup>, sobretudo com o crescimento do comércio.

O Norte da Ilha nesse contexto vai desempenhar papéis e características próprias nesse processo de desenvolvimento de núcleos de povoamento. Seja pelo seu potencial agrícola, região que vai concentrar a maioria dessa pequena produção açoriana. Ou mesmo, por apresentar alguns núcleos de povoamento, como a freguesia de Santo Antônio de Lisboa, que “Nos séculos XVIII e XIX, foi centro polarizador da microrregião do norte da Ilha, desfrutando com isso boa situação econômica” (SOARES, 1991, p.26).

A gênese do processo de urbanização do Norte da Ilha vai interferir diretamente na dinâmica da cidade de Florianópolis. Caracterizando como uma das regiões, depois da parte central (continental e insular), que mais se desenvolveu e foi ocupada ao longo

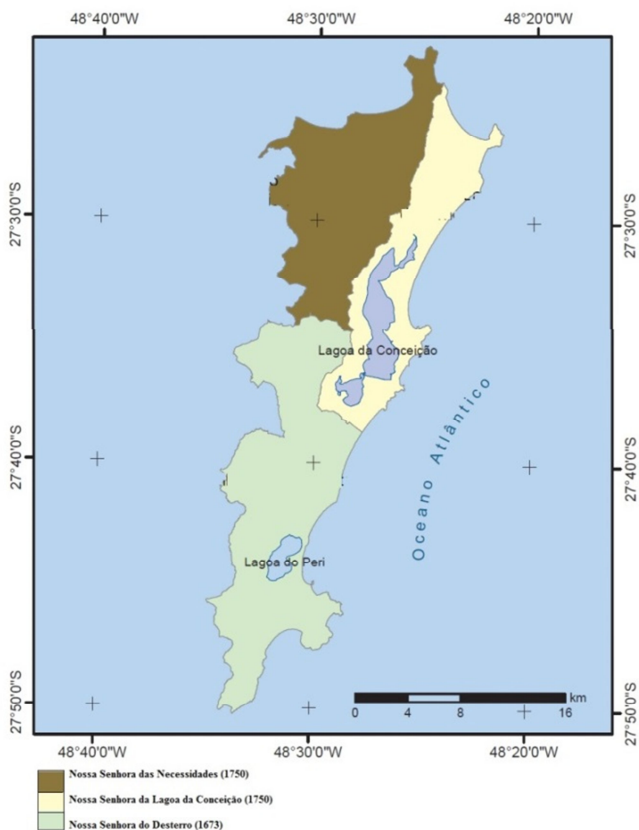
<sup>29</sup> “Da exportação de Desterro [...] foram exportados para outras províncias do Império, enquanto que 21,73% dirigiam-se para o exterior” (HUBERNER, 1981, p.29).

<sup>30</sup> Outras construções, nesse segundo processo de urbanização ganham pujança, como antigo Mercado Público (1849- demolido devido à explosão acidental em 1866), Quartel da Policial Civil (1830), edifício da Alfândega (1875-77), Escola de Aprendizes Artífices de SC (1870- Escola Industrial), Prédio dos Correios (1974), Hospital militar (1969) (CAMPOS, 2010, p.116), etc... Essas e outras estruturas vão dar suporte ao novo crescimento da cidade de Florianópolis no século XIX.

do tempo.

Atualmente a porção do Norte da Ilha é formada por seis distritos<sup>31</sup>: Santo Antônio de Lisboa, Ratoles, Rio Vermelho, Ingleses, Canasvieiras, e Cachoeira do Bom Jesus. Sendo o primeiro, uma das três mais antigas freguesias existente em Desterro.

Ilustração 3 - Freguesias na Ilha de Santa Catarina em 1797



FONTE: Base Cartográfica IPUF/1995, elaborado por Carline Furh.  
Segundo o documento de 1797, feito pelo Governador da

<sup>31</sup> “**Distritos:** São as unidades administrativas dos municípios. Têm sua criação norteadas pelas Leis Orgânicas dos Municípios”. Disponível: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoe\\_s/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoe_s/elementos_representacao.html), acessado em dezembro de 2010.

Capitania de Santa Catarina, Miranda Ribeiro<sup>32</sup>, havia **três freguesias**<sup>33</sup>: na parte central da Ilha Nossa Sr<sup>a</sup> do Desterro<sup>34</sup> a primeira a ser ocupada (1673), em segundo momento Nossa Sr<sup>a</sup> da Conceição da Lagoa (1750) a Leste, e Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades (1750)<sup>35</sup> ao Norte, hoje Santo Antônio de Lisboa<sup>36</sup>. Essas três regiões formam o tripé da colonização

<sup>32</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v.245, out./dez. 1959.

<sup>33</sup> “Com a proclamação da República (1889) e a conseqüente separação entre Igreja e o Estado, a Igreja passou a utilizar a expressão paróquia e o Estado, a palavra distrito para resignar o que na Colônia e no Império era chamado de freguesia. Ainda persiste em alguns lugares a utilização da palavra freguesia, mas como mera tradição, não mais como designação oficial” (FERREIRA, 2006, p.27). A utilização do termo **freguesia** na área de estudo não está totalmente incorreta se considerar o aspecto cultural, por representar regiões em que a cultura açoriana ainda é muito presente, e por isso ainda muito utilizada no cotidiano da população. Inclusive até hoje o cargo de **intendente** continua presente nas localidades tradicionais, o qual a indicação é feita ainda hoje pelo prefeito. Inclusive, em 2016, é nomeado como um dos vereador da capital, Marcelo Fernando de Oliveira mais conhecido como “Marcelo da Intendência”, pelo PP (Partido Progressista).

<sup>34</sup> O número de “freguesias” nas áreas de povoado açoriano cresce. “Desse modo a “freguesia” de N.Sr<sup>a</sup> do Desterro da Ilha de Santa Catarina desmembra-se, em 1809, a “freguesia” N.Sr<sup>a</sup> da Lapa do Ribeirão, e, em 1835, a “freguesia” da Santíssima Trindade “Detras do Morro”. Da mesma forma a “freguesia” de N.Sr<sup>a</sup> da Conceição da Lagoa desmembra-se a de S. João Bastista do Rio Vermelho, em 1834. Ainda se tem, em 1835, o desmembramento da “freguesia” de S. Francisco de Paula de Canasvieiras da “freguesia” de N.Sr<sup>a</sup> das Necessidades e Santo Antônio” (PIAZZA, 1994, p.68). Em relação ao desmembramento das freguesias existem algumas contradições referentes a datas como é o caso da Trindade: “A lei nº 352 de 23 de maio de 1853 desmembrou o lugar Traz do Morro, da Capital, para formar a Freguesia da Trindade” (ROSA, 1905, p.183).

<sup>35</sup> É através da “Provisão de 27 de abril de 1750 criou a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, na área que mais tarde seria conhecida como Santo Antônio de Lisboa” (BARROS, 1979, p.07). Porém, autores como Walter Piazza descreve a criação de “Nossa Senhora e Santo Antônio da “Praia Comprida” teve lugar em 1755”. É importante destacar que Santo Antônio no século XVIII deixa de ser um vilarejo para se tornar uma freguesia através da provisão de 27 de abril de 1750.

<sup>36</sup> O nome da freguesia foi dado pelos portugueses em homenagem a Santo Antônio também era chamado de Pádua e de Coimbra. (SOARES, 1991).de Lisboa que também era chamado de Pádua e de Coimbra. (SOARES, 1991).

em Desterro (Ilustração 3) e ANEXO II (descrição dos limites entre as freguesias). A porção sul da Ilha, só em 1809 é que surge a N.Sr<sup>a</sup> da Lapa do Ribeirão.

Na época, a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades integrava quase toda a porção Norte, com exceção do Rio Vermelho e dos Ingleses, que pertenciam à freguesia da Lagoa da Conceição. O que poderia ser explicado devido à barreira física<sup>37</sup> dos maciços rochosos (em marrom na Ilustração 4) que separam as duas planícies (Ratones e do Rio Vermelho), ao Norte da Ilha. Se observarmos ainda a Ilustração 11, em amarelo as planícies quaternárias da Ilha, e onde predominava a

37

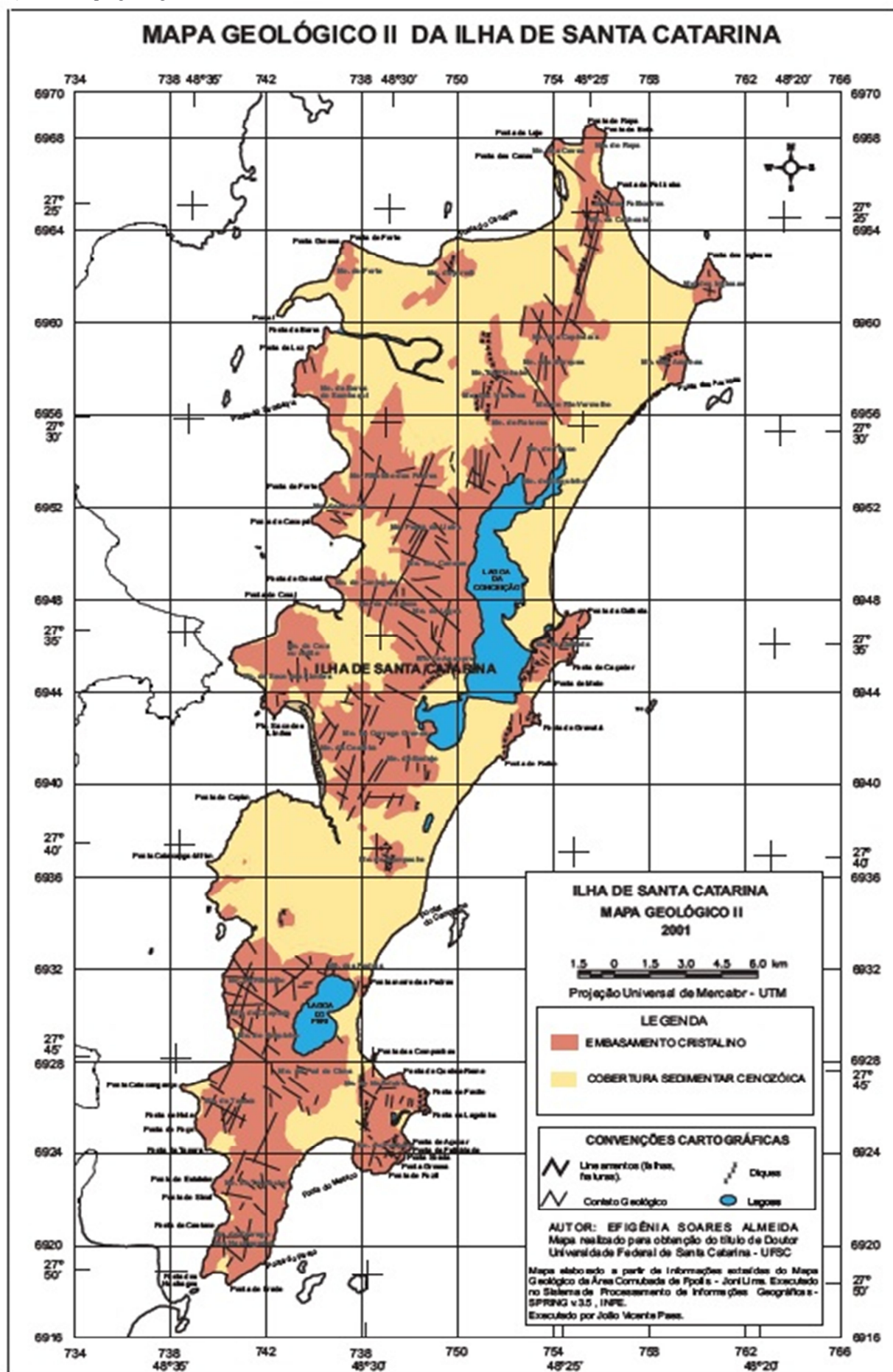
Para compreender o uso e ocupação da terra em Florianópolis, e na porção Norte, deve-se antes apresentar os aspectos naturais que influenciaram diretamente na forma da Ilha. Um é o relevo, onde a Ilha apresenta dois tipos de “formações básicas: os maciços cristalinos antigos, de idade pré-cambriana; e as planícies quaternárias, terrenos sedimentares de formação recente” (RIBEIRO, 2010, p. 20) (*grifo meu*). “A geologia da Ilha-SC é caracterizada por maciços rochosos (Pré- Cambriano) integrantes das “Serras Litorâneas” ou áreas montanhosa, entremeadas por áreas mais baixas e planas (Cobertura Sedimentar Quaternária) denominadas “Planícies Costeiras”” (FERRARI, 2004, p.18). O maior maciço vem ao norte (Ponta do Rapa- Distrito da Cachoeira do Bom Jesus), e ganha um braço de extensão à esquerda adentrando no distrito de Santo Antônio de Lisboa e indo em direção ao sul da Ilha, caracterizado por CRUZ (1998) como “SETOR CENTRO-NORTE”. Esse setor é “ocupado pelos distritos de Florianópolis, Lagoa, Ratones, Santo Antônio de Lisboa, Rio Vermelho, Ingleses, Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus, é constituído pela dorsal central de direção SSW-NNE. É dividido em dois setores, os quais compõem o divisor d’água entre a lagoa da Conceição e a baía Norte, desde o norte da planície do rio Tavares até a ponta do Rapa no extremo norte da Ilha” (CRUZ, 1998, p.69). O segundo maior, definido por CRUZ (1998) como SETOR SUL, se encontra ao sul da Ilha, e abarca dois Distritos: o do Ribeirão e do Pântano do Sul, onde “temos as maiores, altitudes, que atingem seu ponto máximo no Morro do Ribeirão (519m)” (REIS, 2012, p.40). Além disso, os dois maciços cristalinos separam planícies (planícies quaternárias). Ao norte a planície do Ratones, e a oeste com a planície dos Ingleses e do Rio Vermelho, ao sul os dois maiores maciços são separados, pela planície costeira do Campeche e do Ribeirão. E dentre as várias planícies costeiras na Ilha “existentes são drenadas por bacias fluviais terminadas em pequenos estuários, com destaque para as baías do Ratones (61 km<sup>2</sup>) e a do Rio Tavares (31 km<sup>2</sup>), ambas contendo manguezais em seus baixos e médios cursos” (REIS, 2012, p.40).



atividade agrícola.



Ilustração 4 - Mapa geológico da Ilha de Santa Catarina





Tanto o Rio Vermelho como os Ingleses, mesmo não pertencendo inicialmente à freguesia de Santo Antônio de Lisboa, acabam sendo incorporados na área de estudo, pois ao longo do processo de formação sócio espacial vão se conectando com as demais localidades da Porção Norte, e influenciando na dinâmica e no crescimento da área de estudo.

Portanto, as localidades que integravam, no século XVIII<sup>38</sup>, a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades vão ser: Rationes, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, e Santo Antônio de Lisboa. Cabe enfatizar que as localidades do Saco Grande, Monte Verde e João Paulo pertenceram ao distrito de Santo Antônio até 1999<sup>39</sup>, após essa data passam a integrar ao Distrito Sede de Florianópolis.

Outro fato importante a ser exposto é a relevância que a freguesia tem, não apenas por ser uma das primeiras regiões ocupadas na Ilha e por agregar inicialmente as demais localidades da Porção Norte, mas o papel que ela exerceu no processo de desenvolvimento econômico e político de Desterro, nos séculos XVIII e XIX, principalmente. Momento esse também quando ocorrem os dois processos de ocupação e urbanização do litoral catarinense, e conseqüentemente da Ilha.

Ao mesmo tempo, o fato de a freguesia ser escolhida como um dos primeiros núcleos de povoamento açoriano, não ocorre por acaso. Ela já apresentava uma boa estrutura, o que se explica pelas ocupações anteriores, vicentistas e luso-portuguesas.

A primeira ocupação que se tem registro na freguesia data de 1698<sup>40</sup>, quando o Marquês de Cascaes concedeu sesmaria de duas

<sup>38</sup> “A contribuição açoriana foi a mais expressiva para o povoamento de Nossa Senhora das Necessidades. Para se ter uma idéia no século XVIII, dentre as crianças livres batizadas em Santo Antônio de Lisboa 75% tinham avós açorianos, provenientes de todas as ilhas do Arquipélago. Fato curioso é a existência de ascendente inclusive da pequenina Ilha do Corvo, que ainda hoje possui uma população inferior a quinhentos habitantes. A grande contribuição foi dada pela Ilha Terceira com 34,2% dos indivíduos, seguida pela Ilha Graciosa com 18,7%, São Jorge com 15,9%, Pico, 12,2%, Faial, 11%, São Miguel, 6,5%, Flores, 0,4, Santa Maria, 0,1 e Corvo 0,08%” (cartoriosilva.com.br/santo\_antonio\_lisboa.html, acessado em dezembro de 2011).

<sup>39</sup> O desmembramento dos bairros João Paulo, Monte Verde e Saco Grande através da LEI nº 5.504 de 21 de julho de 1999.

<sup>40</sup> “Há suposições de que os primeiros habitantes já se radicavam na área por volta de 1698. Mas existem outras opiniões. Apesar do fato de não se saber com certeza quando iniciou o povoamento dessa área, sabe-se que em 1750 já tinha alguma importância na Ilha de Santa Catarina. Pois a Provisão de 27 de

léguas, compreendidas entre a Lagoa da Conceição e o Rio Ratonos ao Padre Mateus de Leão, um dos povoadores iniciais da localidade, tendo em sua extremidade ao sul como proprietário o herdeiro de Francisco Dias Velho. Isso até 1714, “data em que chegando a essas plagas o sargento-mor Manuel Manso de Avelar, aí se estabelece aumentando a povoação, cujas terras passaram depois à possessão de sua filha D. Clara Manso” (VÁRZEA, 1985, p.106).

Com a chegada à localidade o sargento-mor<sup>41</sup> Manoel Manso de Avelar<sup>42</sup> em 1714, ele acaba construindo em Sambaqui (localidade situada em Santo Antônio de Lisboa) o entreposto- Casa da Alfândega (porto) para funcionamento do comércio marítimo no local. Com a criação do entreposto e devido ao crescimento da região, sobretudo com a vinda dos imigrantes açorianos, o lugar passa a ser denominado: Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades pelo Marquês de Pombal, através da Provisão de 27 de abril de 1750<sup>43</sup>.

Cinco anos depois, eleva sua igreja à matriz paroquial<sup>44</sup>,

abril de 1750 criou a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, na área que mais tarde seria conhecida como Santo Antônio de Lisboa” (BARROS, 1979, p. 07).

<sup>41</sup> “Manoel Manso de Avelar ali está em 1714, coincidindo com o que se sabe de sua vinda, um ano antes como sargento-mor. A respectiva assignatura é clara, simples, sem as complicações de uso” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA, 1918, p.69).

<sup>42</sup> “Outro sesmeiro de terras em Santo Antônio de Lisboa foi o sargento-mor Manoel Manso de Avelar, que aportou na Ilha no início do século XVIII e logo impôs a sua liderança. Ele, seu cunhado Salvador de Souza e mais famílias foram os segundos povoadores da Ilha de Santa Catarina, cujas terras foram abandonadas pela família de Dias Velho após o assassinato do fundador pelos piratas em 1689.” (SOARES, 1991, p. 22).

<sup>43</sup> A maioria dos autores cita a data de 1750, mas Walter Piazza cita outra data de criação: “Um dos melhores autores, com base em “memória” manuscrita de alta fidedignidade, elabora no início do século XIX, por Manuel Marques Guimarães, apresenta estas datas [...] Nossa Senhora e Santo Antônio, da “Praia Comprida” teve lugar em 1755” (PIAZZA, 1992, p.370).

<sup>44</sup> [...] segundo as normas portuguesas - da igreja se organizou a vila. A igreja tinha também uma função administrativa e edificada em sítio mais alto, marcava a paisagem. Ela servia de referência para os caminhos que estruturaram a ocupação. Assim, o patrimônio religioso orientava o sistema fundiário, que por sua vez, ordenava a ocupação do território. A este contexto terra, correspondeu o delineamento de nossa paisagem colonial (VAZ, 2008, p.77). (*grifo meu*).

passando, assim, a ser uma das mais antigas localidades de Desterro (SOARES, 1991). A freguesia era denominada Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio em homenagem à religiosidade e devoção portuguesa, uma característica do tipo de colonização luso-brasileira.

O porto vai ser uma das estruturas mais importantes da freguesia, tanto para as ocupações luso-brasileiras, como para os açorianos que marcaram o primeiro processo de urbanização. E é através dos rios e do mar que a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades, passa no século XVIII a se conectar com as demais localidades situadas ao Norte, e onde vai concentrar muito da produção agrícola da Ilha.

O porto de Sambaqui, além de apresentar boa proteção contra os ventos, também dispunha de uma excelente água potável<sup>45</sup> sendo o local preferido de abastecimento das embarcações que trafegavam ao longo da costa, denominando-se Rua da Aguada (localizada na ponta do Sambaqui). A excelente água provinha das nascentes do elevado monte, que através de um encanamento de ladrilhos sobre os largos trilhos de ferro levavam água até a praia onde abasteciam as embarcações. Em um relatório enviado para o presidente da província em 1887, o almirante João Justino Proença relata:

Neste excelente porto, um dos melhores do Império, continua a funcionar com regularidade o importante encanamento sobre largos trilhos de ferro que ali mandei construir. O porto de Sambaqui, só por esse recurso, fica com uma importância ainda superior à que já tinha por suas condições topográficas e hidrográficas (VÁRZEA, 1985, p.108).

Os aspectos naturais, como a Bacia hidrográfica do Rio Ratonos que adentravam o interior do Norte da Ilha facilitando o acesso à

<sup>45</sup> Um dos problemas na Ilha de Santa Catarina já no século XVIII era a falta de água potável para o consumo sendo um dos principais problemas de Desterro no período, segundo Elsom B. dos Santos e Flávia G. Orofino, em seu artigo “O Saneamento Básico na Ilha” (FERREIRA, 2002). Eles ainda vão ressaltar a observação feita pelo Governador João Alberto Miranda Ribeiro de 1794: “Nenhuma outra coisa deve merecer tanto a atenção como a falta d’água para beber, que experimenta o povo desta vila por não haver nela uma Fonte pública.” (PASSOS, 2002, p. 291) Isso demonstra mais uma vez a importância do porto de Sambaqui e da sua estrutura de abastecimento de água dos navios.

produção, assim como a presença de uma baía protegida, excelente para as embarcações, principalmente de ventos fortes<sup>46</sup>, e, por fornecer água potável de boa qualidade fazem da região um lugar desejado para os navegadores aportarem. Além disso, a proximidade com as fortalezas<sup>47</sup> de São José da Ponta Grossa e Ratonés e Santa Cruz de Anahtomirim<sup>48</sup> trazia certo respeito à região.

Diante dessas vantagens naturais, a freguesia se torna uma das mais movimentadas ganhando destaque, pois diariamente recebia embarcações que se comunicavam com o porto de Desterro, mas que também atracavam “[...] ali fundeados navios mercantes ou de guerra, nacionais ou estrangeiros, cujo calado não lhes permite passarem além dos ancoradouros de Santa Cruz e Sambaqui” (VÁRZEA, 1984, p.107). Como o principal meio de transporte era o marítimo tornava o centro de Desterro e a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades um dos locais mais importantes. Como destaca Maria Cristina Claramunt (2008): “À semelhança da Vila do Desterro, o porto constituía o ponto mais frequentado dessas localidades” (CLARAMUNT, 2008, p. 20).

A sua localização e o porto tornava-a uma das principais rotas, pois escoava produtos de: Ratonés, Canasvieiras, Ingleses, Rio Vermelho. Acarretando na concentração de casas comerciais e armazéns

46

A ótima posição contra os ventos por ter uma baía protegida pela barra e pelo longo Pontal ao Norte, e pelas ilhas Raton Pequeno e Raton Grande a Oeste, tendo, portanto, ótimas condições para a construção de um porto. E na direção sul, também não oferecia perigo de ventos fortes, “porque o pampeiro e o sueste duro, que tanto castigam o porto da cidade e todos os da outra baía, só levantavam mar cavado até à garganta do Estreito, de cuja altura para norte, barra adentro, as águas se conservam tranqüilas” (VÁRZEA, 1985, p. 107).

47

Uma das primeiras medidas do novo governador foi executar o plano de fortificação da Ilha, com o objetivo de defendê-la das incursões de estrangeiros, principalmente, os espanhóis e dar apoio militar ao então quartel-general que se propunha o governo português a transformar a Ilha. Para o sucesso de todo o plano, era preciso colonizar as terras até então despovoadas da Capitania, para que esta produzisse o suficiente para sustentar todo o aparelho burocrático e militar que ora se instalava na Ilha (SILVA, 1996, p. 22).

48

O Brigadeiro José Silva Paes é enviado com a missão de construir um sistema de defesa na Ilha de Santa Catarina. Inicia-se construindo a **Fortaleza de Santa Cruz em Anhatomirim**, concluída em 1744. Em seguida o Forte de São José da Ponta Grossa e o Forte Santo Antônio do Ratonés (Ilha do Raton Grande), ambas na Ilha. Em 1741, a fortificação da Barra do Sul com o Forte Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba (CABRAL, 1970).



em Santo Antônio de Lisboa. Esse comércio se fortalece principalmente no século XIX quando a nova leva de imigrantes dos Vales Atlânticos vai ser abastecida por essa pequena produção açoriana. Essa ascensão dos produtores da Ilha e dos comerciantes que surgiam, marca o **segundo processo de urbanização**.

### 3.2.1 O papel da pequena produção mercantil

O povoamento açoriano em torno do litoral de Florianópolis “ocorria de 1748 e 1755 notável reforço no povoamento da costa catarinense, com a imigração açoriana, com reflexos sobre a vida social, política, religiosa e econômica” [...] Em resumo, foi a imigração açoriana que resultaram de imediato as vilas do interior da Ilha de Santa Catarina, Lagoa e Santo Antônio, pouco depois Ribeirão da Ilha” (PAULI, 1973, p.148).

Em 1750 o Governador Manuel Escudeiro Ferreira elabora um mapa das freguesias existente no período, sendo a primeira vez que se fazia a contagem oficial da população livre (não incluindo os escravos) da Capitania de Santa Catarina, o que permitiu o conhecimento acerca do número de pessoas que viviam da pequena produção<sup>49</sup> nessas localidades e dos militares que havia em Desterro (PEREIRA, 2002).

Em 5.152 habitantes, os cazaes e filhos naturais constituíam 26% e os das ilhas, 63%, assim distribuídos: Santo Antônio- **Nossa Senhora das Necessidades em Santo Antônio**- com 12% e 88%, respectivamente; Lagoa- **Nossa Senhora da Conceição**- com 13% e 65% e Desterro- **Nossa Senhora do Desterro**-, apresentando 36% e 51%. Os militares, 11%, seriam constituídos por portugueses e brasileiros. O mapa de 1853 apresentava, se bem que para duas freguesias, um

<sup>49</sup> A pequena produção na agricultura brasileira está presente em toda a história econômica do país, desde a época das sesmarias, das roças dentro dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café, até os atuais posseiros da Amazônia, os parceiros e rendeiros do Nordeste e os pequenos proprietários do Centro Sul (SILVA, 1982, p.136).

total de 7.983 pessoas, ou seja um aumento de 110%, ou seja, em torno de 40% ao ano, índice encontrado em poucas regiões brasileiras para este período ou mesmo no auge da imigração no século XIX (MIRA, 2002, p.64). (*grifo meu*)

O **primeiro processo de ocupação e urbanização** da Ilha de Santa Catarina é marcado pela chegada desses imigrantes açorianos, como também as outras duas etapas da urbanização estão inseridas “no contexto da ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoreana como também na divisão territorial e social do trabalho imprimida essencialmente pelo desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro” (BASTOS, 2000, p. 127).

A chegada desses imigrantes açorianos no século XVIII tinha como principal atividade a pesca e a agricultura de subsistência, o que levou a se fixarem ao longo do litoral catarinense. Na Ilha de Santa Catarina vão acabar inicialmente preferindo as áreas mais planas e voltadas para o mar.

Essas áreas planas que favoreciam a agricultura (Ilustração 4) na Ilha apresentam, segundo VEADO (2004), duas geofácies: Planície Central áreas planas, e a geofácia Serra do Tabuleiro áreas de morros. Em 1797, o Governador João Alberto de Miranda Ribeiro também já apontava esse aspecto físico: a “Ilha de Santa Catarina. Enseada ella como hé quase toda montuosa, e poucos os Terrenos planos” (RIHGB, 1959, p.153).

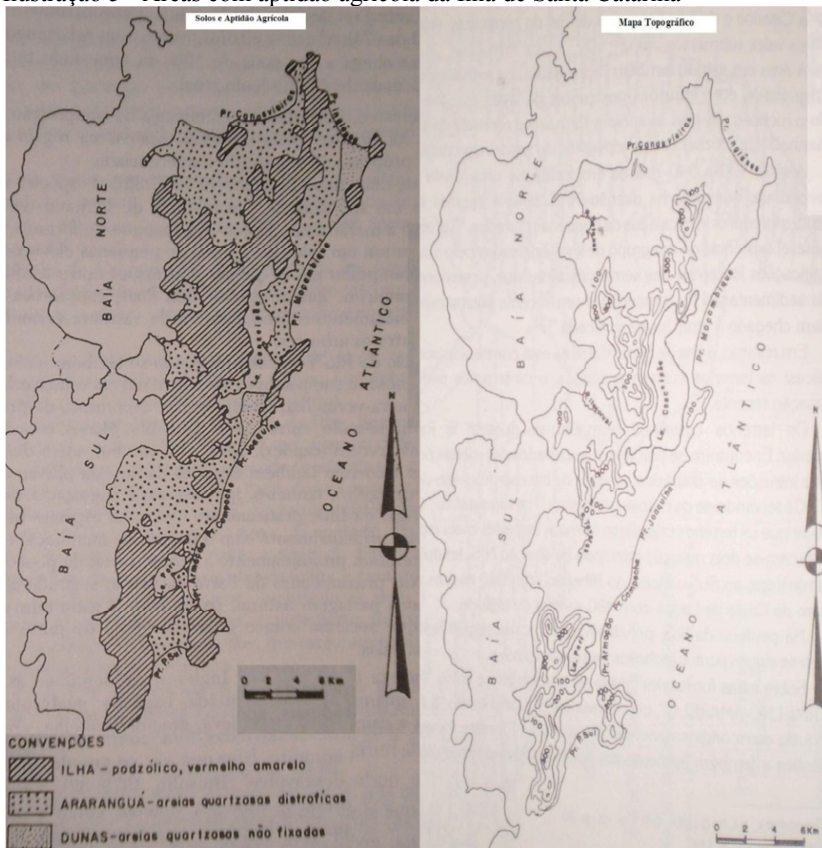
Se observar a (Ilustração 5), o Norte é onde vai predominar as regiões mais planas, pegando o distrito de Santo Antônio, Canasvieiras, Cachoeiras do Bom Jesus e Rationes, assim como do outro lado, separadas pelo Maciço Rochoso, estão os distritos dos Ingleses e do Rio Vermelho, também apresentam solos quaternários ideais para a agricultura. A outra região da Ilha que apresenta uma planície se encontra ao sul, no Campeche e no Carianos.

Entre os dois principais tipos de formação do relevo da Ilha,

Espremida entre a estreita planície flúvio-marinha de idade quaternária e as serras cristalinas, que desempenham as porções elevadas, formando como que uma coluna dorsal no centro da Ilha, a aglomeração urbana dispõe de muito pouco espaço para expandir-se. Dessa maneira, era de se esperar a invasão maciça das partes baixas, como a planície quaternária, os manguezais, as praias e

as dunas, num processo espontâneo (VEADO, 2004, p.48).

Ilustração 5 - Áreas com aptidão agrícola da Ilha de Santa Catarina



FONTE: CARUSO, 1983, p. 24 e 26. Mapas alterado por Giselli Ventura de Jesus.

Devido ao espaço limitado para a atividade agrícola, essas áreas de planície iam sendo ocupadas com mais intensidade pela “pequena produção mercantil açoriana”. Onde nas “pequenas propriedades [...] desenvolveram o cultivo de subsistência, destacando-se desde o início, o cultivo da mandioca que aos poucos vai atender não só o consumo local como também o externo” (HUBENER, 1981, p.16).

A geografia da Ilha foi determinante no sistema de **uso e ocupação do solo**, à medida que os lotes

Num território extremamente descontínuo como a Ilha, as áreas escolhidas para a utilização agrícola resultaram isoladas umas das outras. O terreno propício para a agricultura, configurados pelas meias encostas e pelas planícies sedimentares de formação quaternária, foram delimitados por encostas mais acentuadas ou por dunas, lagoas, canais, baías e praias (REIS, 2012, p.79).

Dentre as regiões de destaque, a freguesia do Rio Vermelho, por ser uma área de planície em que já demonstrava a sua importância para a agricultura. Como aponta o relatório do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro em 1797, “a experiência tem mostrado, q sendo os ditos Terrenos áridos, são mais próprios p. Mandiocas. A mandioca geralm. Produz bem em toda a parte; porem Com muita Superioridade na varja do Rio Tavares, e o Rio Vermelho” (RIHGB, 1959, p.153). Novamente as terras ao leste e ao Norte são as que se destacam no século XVIII, como o melhor local para a produção da mandioca, principal produto para o consumo local e para exportação.

Esses pequenos produtores açorianos se diferenciavam do restante da conjuntura brasileira, pois eram proprietários de suas terras, diferente da conjuntura brasileira de latifúndio e trabalho escravo. Além disso, eram policultores, produzindo em suas terras gêneros necessários para a sua sobrevivência, desde a comida até suas vestimentas, como os de panos de linho e de algodão, chamado pelos moradores tradicionais como “riscadinho”.

E, ainda, coincidindo com a fixação dos “casais” açorianos no litoral catarinense, tem-se o desenvolvimento da tecelagem manual, cujos resultados, atualmente, podem não ser apreciáveis, mas à sua época, representavam expressiva contribuição econômica, como se pode aferir de dados apresentados em 1755 (PIAZZA, 1992, p.448).

No livro “Epopéia Açórica Catarinense- 1748-1756” Piazza relaciona o número de “cítiós” ocupados com o número de tecelagens de cada freguesia que servia de parâmetro para compreender a relação da população (ou propriedade rural/sítio) referente à quantidade de tecido produzido.

N<sup>a</sup>.Sr<sup>a</sup> da Necessidades se destaca para a produção de “panos de algodão”, sendo que a maioria preferia os “panos de linho e algodão”, além de apresentar um número menor de teares o que poderia justificar a diferença na produção total de “panos” na freguesia. A Tabela 1 ainda demonstra a distribuição de teares existente dentro da Ilha, nas três principais freguesias, além do seu potencial de produção manufatureira. Para Piazza (1992), a média do “consumo “per capita” de tecidos, [...] resulta em mais de 4 varas de tecido por pessoa” (PIAZZA, 1992, p.450). Varas seria o equivalente a “cinco palmos”, ou seja, 1,10m de tecido.

Tabela 1 - Produção de tecidos de linho e de algodão na Ilha de Santa Catarina

| Freguesia                               | cítios     | Teares     | Panos de linho e algodão | Panos de algodão | Total de Panos |
|---|------------|------------|--------------------------|------------------|----------------|
| N.Sr <sup>a</sup> do Desterro           | 200        | 50         | 5.439                    | 631              | 6.070          |
| N.Sr <sup>a</sup> da Conceição da Lagoa | 150        | 52         | 6.283                    | 202              | 6.485          |
| N.Sr <sup>a</sup> das Necessidades      | 190        | 32         | 593                      | 5.180            | 5.773          |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>540</b> | <b>132</b> | <b>12.315</b>            | <b>6.013</b>     | <b>18.328</b>  |

FONTE: Piazza, (1992, p. 450). Tabela modificada por Giselli Ventura de Jesus.

Quanto ao tipo de produção existente na Ilha de Santa Catarina, depois da vinda dos imigrantes açorianos, o navegador Auguste de Saint-Hilaire descreve que: “fabricam-se-ali alguns potes de barro e em algumas casas tecem-se panos para uso doméstico, mas até o presente não se estabeleceu na região nenhuma manufatura propriamente dita. Depois que começou a ser povoada pelos brancos, a região continuou inteiramente agrícola” (SAINTHILAIRE, 1978, p.133).

Essa produção agrícola policultura era fundamental para a subsistência desses imigrantes, pois inicialmente não havia um comércio forte que abastecesse Desterro com produtos. A própria forma em que foram ocupando a Ilha, através das freguesias de forma polarizada, tendo como objetivo da coroa portuguesa a proteção (colono-soldado), e ao mesmo tempo “de que um maior número de braços significaria um aumento na massa de produtos” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.134), dificultava a formação de um núcleo urbano mais representativo.

Por outro lado o isolamento inicial das freguesias complicava a

comunicação e o acesso entre as localidades, assim como a troca de mercadoria entre eles e com outros mercados. Isso significou a princípio uma situação complicada para a sobrevivência desses imigrantes que passaram a ter de produzir o necessário para sua subsistência.

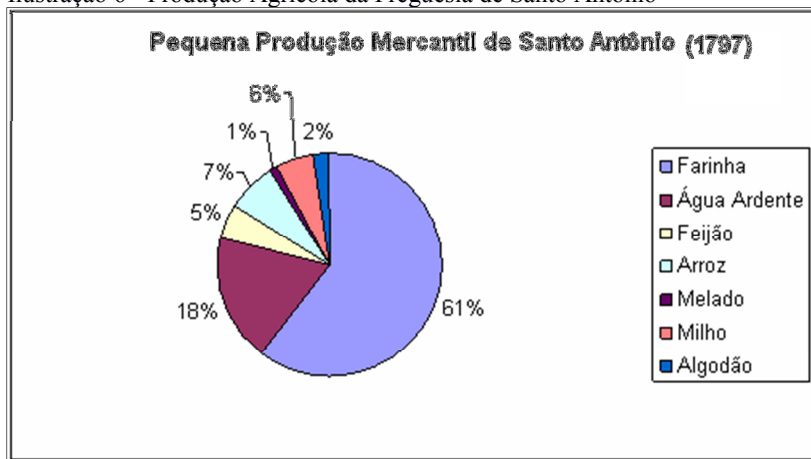
Em 1797, João Alberto de Miranda Ribeiro envia um relatório ao Conde de Resende, vice-rei do Brasil, apresenta dado referente à freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio), registrando o número da sua produção agrícola (Ilustração 6): 20.000 alqueires de farinha<sup>50</sup>; 2.372 de arroz; 1.882 de milho; 1.676 de feijão; 4 de fava; 56 de trigo; 10 de cevada; 6.115 de água ardente; 120 de cachaça; 380 de melado; 120 arrobas de açúcar; 726 de algodão; 5 de café<sup>51</sup>; e 60 pedras de linho (SOARES, 1991). No mesmo documento consta que em 1796<sup>52</sup> existiam na freguesia 2.048 pessoas. Em 1810, Santo Antônio apresenta uma população de 3.367 pessoas Pauli (1973).

<sup>50</sup> O “preparo da terra para as novas plantações de mandioca, que se fazem primeiro pelas encostas e morros, depois pelas baixadas e planície” (VÁRZEA, 1985, p. 196). Santo Antônio e Sambaqui vão ter o seu relevo com forte presença de encostas e morros.

<sup>51</sup> “As principais **plantações de café** na Ilha foram feitas sob o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Souza, sendo governador de Santa Catarina o Major José Pereira Pinto, cuja fecunda e brilhante administração durou de 7 de junho de 1786 a 17 de janeiro de 1791. Desde então esse ramo de cultura começou a dar os melhores resultados, não só aí como no continente, iniciando-se logo depois uma regular exportação para o estrangeiro, onde o café catarinense, particularmente o da Ilha, foi considerado de excelente qualidade[...] A plantação do café nas freguesias e arraiais da Ilha fez-se certa época com a maior irregularidade, como de resto se procedia com a mandioca, da cana, do milho[...] A uberdade do solo catarinense, em geral, é tão considerável que o cafeeiro, ao contrário do que se observa (em outros Estado)[...] onde ele é sempre de pequenas proporções, atinge ali tamanho, semelhando quase árvore” (VÁRZEA, 1985, p. 225).

<sup>52</sup> “A população catarinense levou trinta e cinco anos- 1795 a 1832- para duplicar, enquanto o número de habitantes da Ilha somente dobrou em quarenta e cinco anos- 1795- 1840, indicando um ritmo lento em alguns anos até retrógrado” (MIRA, 2002, p. 65).

Ilustração 6 - Produção Agrícola da Freguesia de Santo Antônio



Fonte: Pauli, 1973.

Se compararmos a produção da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, com a quantidade dos gêneros que eram exportados na Ilha (Tabela 2) no mesmo período, percebe-se que o principal produto, a farinha de mandioca tem na freguesia uma produção de 20.000 alqueires, um número elevado se comparado com o valor que é exportado por toda a Ilha de 28.333 alqueires. Além da farinha outros alimentos plantados na área de estudo chegam a valores próximos com os da Tabela 4, como o arroz, e outros superam os valores exibidos abaixo como a produção de milho e feijão. Demonstrando o potencial agrícola da região.

Cabe novamente ressaltar, que o enfoque nesse período para a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades se deve pelo fato de ser uma das três existentes em 1797. Sendo que as demais localidades do Norte da Ilha que integravam a freguesia ainda não tinham se desmembrado, apenas a partir do século XIX.

Tabela 2 - Gêneros Exportados na Ilha de Santa Catarina

| <b>Produtos</b>     | <b>Desterro 1796</b> |
|---------------------|----------------------|
| Farinha de Mandioca | 28.333 alqueires     |
| Arroz               | 3.815 alqueires      |
| Milho               | 1.822 alqueires      |
| Feijão              | 1.585 alqueires      |
| Aguardente          | 35 alqueires         |
| Açúcar              | 662 arrobas          |

FONTE: SILVA, 1992, p.68. Tabela adaptada por Giselli Ventura de Jesus.  
 OBS: na tabela original aparece outros produtos exportados, que não está descrito nesta.

A freguesia de Santo Antônio de Lisboa era uma das maiores produtores da Ilha, tendo o primeiro a vantagem do porto, o que facilitava o comércio entre o norte da Ilha e Desterro, tornando-o mais intenso. Vinham mercadorias agrícolas da Barra do Sambaqui, Ratonés, Pontal (Daniela), Jurerê, Vargem Grande e Pequena, Canasvieiras, Ingleses, Rio Vermelho, e estas eram transportadas pelo Rio Ratonés ou através de “verdadeiras caravanas de carros de boi pelas estradas de barro, de péssimas condições, e cujo trajeto se fazia no interior do distrito” (TONERA, 1991, p. 26).

Não foi apenas o porto de Sambaqui/Antônio de Lisboa que se destacou, mas também a economia ligada à pequena produção mercantil açoriana. Na faixa litorânea e nas regiões de colonização açoriana, a farinha era o principal produto de exportação. No século XVIII, Tabela 3 que contém o relatório de da Vila do Desterro de 17 de novembro de 1797, contava com uma expressiva indústria de engenho de farinha de mandioca e aguardente, de açúcar, fábrica de moer trigo<sup>53</sup> e de curtume.

53

“As atafonas destinavam-se a moer trigo e que a primeira cultura por eles desenvolvida, que passa a ser substituída lentamente pela ampliação das roças de mandioca” (PEREIRA, 1992, p. 34).



Tabela 3 - A produção dos engenhos de farinha e de outros produtos no século XVIII

|  | Engenho de açúcar | Fabrica de açúcar | Engenho de aguardente | Engenhos de mandioca | Engenho de pilar arroz | Atafonas de moer trigo | Curtime de couro |
|--|-------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|------------------------|------------------|
| <b>Villa capital de N.Sr<sup>a</sup> do Desterro</b> |                   | 12                | 23                    | 87                   |                        | 17                     | 9                |
| <b>Distrito do Ribeirão</b>                          | 1                 | 11                | 29                    | 51                   | 2                      | 7                      |                  |
| <b>Freguesia da Lagoa</b>                            |                   | 10                | 28                    | 101                  |                        | 32                     | 5                |
| <b>Freg. das Necessidades</b>                        |                   | <b>5</b>          | <b>22</b>             | <b>111</b>           |                        | <b>11</b>              | <b>2</b>         |
| <b>Freg. de S.Miguel</b>                             | 1                 | 5                 | 15                    | 190                  | 2                      | 44                     | 6                |
| <b>Freg. de São José</b>                             |                   | 6                 | 11                    | 164                  |                        | 82                     | 5                |
| <b>Freg. da Ens. de Brito</b>                        |                   | 11                | 25                    | 65                   |                        | 39                     | 4                |
| <b>Villa de Laguna</b>                               |                   |                   | 13                    | 62                   |                        | 8                      | 1                |
| <b>Freg. de V.Nova</b>                               | 1                 |                   | 7                     | 39                   |                        | 39                     |                  |
| <b>Villa do Rio S.Francisco</b>                      |                   |                   | 19                    | 14                   |                        |                        |                  |
| <b>Total</b>   | <b>3</b>          | <b>60</b>         | <b>192</b>            | <b>884</b>           | <b>4</b>               | <b>279</b>             | <b>32</b>        |

FONTE: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.245, out./dez. 1959.

Tem de se tomar cuidado para dois aspectos da Tabela 3, um referente ao fato de serem os dados condizentes com os primeiros períodos em que os açorianos se fixaram ao longo do litoral catarinense, sendo que o número de engenhos tende a aumentar, principalmente no século XIX, quando ocorre a grande ascensão da pequena produção mercantil aliada a farinha de mandioca<sup>54</sup>.

Essa atividade agrícola foi uma das manufaturas que auxiliaram na alimentação não só dos que ia povoando, e se fixando no litoral catarinense como também a outros mercados nacionais e Latinos Americanos (Uruguai e Argentina). Além da comercialização dessa

<sup>54</sup> No Rio Vermelho em meados do século XX, segundo Sr.Cici: “Nos tinha uns 20 engenho” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

produção gerar renda, não só a burguesia mercantil, como o próprio Império Português.

Apesar de ter uma grande produção do gênero da farinha de mandioca na Ilha, o quadro de pobreza era grande entre os pequenos agricultores, como observamos em relatos de navegadores como La Pérouse, aportando pela segunda vez na Ilha em 1783. Segundo seu relato, “o desbravamento da mata tinha tido um certo incremento, mas a região continuava pobre, faltavam ali artigos manufaturados e as pessoas do campo continuavam a andar quase nuas ou apenas em trapos” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 124 e 125).

Segundo o próprio navegador Saint Hilaire, os moradores de Desterro “ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda, e a tirania do governo português pesou muito sobre eles. Essas são as causas mais antigas da pobreza da região<sup>55</sup>” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.134), mas os motivos dessa “pobreza” são mais profundos.

**Se o pequeno produtor produzia e exportava, porque o estado de pobreza continuava?** Esse questionamento pode ser explicado através de uma pesquisa feita nos ofícios das Câmaras Municipais ao Governador da Capitania de 1776 a 1808, onde se encontram provas de que a farinha de mandioca era o maior gênero de exportação e consumo da Ilha de Santa Catarina. E que “só depois de supridas as necessidades do povo é que a Fazenda Real podia comprá-la para as à presença de atravessadores preocupados apenas com os lucros. “A baixa de estoque devia-se muitas vezes, à trapaça de revendedores que passavam propinas à mão ávida na Corte, nas repartições da Fazenda” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Tomo IX, vol1, cx 49, p.45).

A pobreza vinculada também à falta, muitas vezes, da Farinha de mandioca, ocorria porque o pequeno produtor que abastecia o mercado nem sempre recebia pelo fornecimento do produto, pois a milícia também nem sempre recebia em dia da Coroa Portuguesa o seu pagamento.

O próprio Governador da Província de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro em 1797 já apontava o atraso de Desterro em decorrência do desvio de função dos pequenos produtores para as obras da vila e a falta de pagamento, aos

55

O que muda com a colonização do século XIX, nos vales Atlânticos, fazendo com que a demanda por parte desses imigrantes por produtos da pequena produção mercantil (açoriana) alcance a sua ascensão.

seus trabalhadores ou Jornaleiros<sup>56</sup> eram os Lavradores nomeados por semana de todas as Freguesias, ou Distritos. A uns se distribuía este Serviço (sem paga) por modo de faxina, a outros se lhes apontava o seu vencimento, para em ocasião de fêria se lhes pagar; a alguns se lhes pagou uma pequena parte do que ganharam, e a todos finalmente se lhes estão devendo não só os seus jornais, como também alguns gêneros, que se lhes tomaram; e a razão foi porque os dinheiros para estes pagamentos vinham do Rio de Janeiro; as remessas eram morosas e coartadas; e o que tudo concorreu para o empenho da Real Fazenda, e penalidade dos Povos, que sempre humildes e obedientes, gemiam debaixo do mais ativo e laborioso trabalho sem o seu correspondente prêmio (AHU, 1797, fls. 06 e 07).<sup>57</sup>

A variação na produção agrícola no século XVIII é em decorrência do descaso do governo português em saudar suas dívidas com os agricultores e com os soldos dos militares, um atraso que em 1797 chegava há 82 meses (LAYTANO, 1959, p.159). A falta de circulação de dinheiro fazia com que o pequeno produtor açoriano não recebesse estímulo para a produção de excedente, apenas o necessário para se manter e cumprir o mínimo que deveria ser fornecido à metrópole.

Os interesses na comercialização da farinha eram outro motivo decorrente da irregularidade na distribuição desse gênero no consumo interno, o que fica novamente comprovado em um dos Ofícios do Governador à Câmara Municipal (1752-1817), datado de 5 de setembro de 1787 as tropas (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Tomo IX, vol1, cx 49, p.45).

Desde que cheguei a este Governo, tenho feito as maiz Sérias reflexoenz sobre a grande irregularidade com que se exporta desta Capitania

<sup>56</sup> Ressaltando que a profissão de “Jornaleiro” era assalariada, assim como “serviço doméstico” conforme ressalta CARDOSO, 2000, p.111.

<sup>57</sup> AHU-SC, cx. 6, doc. 386. Carta do governador João Alberto de Miranda Ribeiro à rainha Dona Maria I, em 16 nov. 1797, fls. 06 e 07.

a farinha de Mandioca, que sendo meu gênero da primeira necessidade, se deve segurar primeiramente subsistência destes Povos, e só da que sobrar se pode permitir a sua extração; e tendo sucedido muito pelo contrário o ano paçado, em que os Povos, padecerão a grande necessidade, que VMces todos virão, e algunz experimentarão, por se ter permitido, fosse para a Baia, Pernambuco [...] Eu não poso ver com indiferença, que Povos que estão debaixo do meu Governo, e que tantas vezes tem tido a felicidade de merecerem as recomendaçoenz de S.Mag vejão expostas as mesmas necessidades (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Ofícios do Governador à câmara Municipal (1752-1817), Tomo II, v.1, Cx 49, p.32 e 33).

A articulação da comercialização da farinha de mandioca era feita, sobretudo, pela Coroa, que tinha sempre o objetivo de lucrar com esse comércio e fortalecer suas alianças com o capital comercial que era dependente de Portugal. Os agricultores, apesar de terem o direito a seu meio de trabalho (a terra) deviam algumas obrigações como fornecer alimento à milícia, obedecendo dessa forma ao seu senhor feudal, o Rei.

A dominação dos pequenos agricultores, no entanto, não estava calcada apenas no plano da produção. A comercialização, igualmente, obedecia aos ditames do poder instituído, ao serem obrigados a abastecer os armazéns reais, de onde os produtos tinham duplo destino: alimentar a burocracia político-militar e o excedente, abastecer outras áreas da Colônia, o que indiretamente articulava-os aos interesses metropolitanos, ao subsidiar outras produções coloniais (SILVA, 1992, p.67).

Oswaldo Cabral (1972) explicita que no ano de 1788 teve início um período de abundância, e a exportação era permitida. Em 1790, o Vice-Rei “que nessa época achava que a miséria dos moradores era devida à sua malandragem”, deu permissão ao Conde Resende, seu protegido, para “carregar no porto do Desterro toda a farinha que precisar [...] arrematara ele o contrato dos dízimos de Pernambuco e teria prejuízos tremendos, pela considerável falta de farinhas” (Arquivo

Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46).

Devido a esse fato o vice-Rei solicita ainda ao governador da Ilha de Santa Catarina, Soares de Coimbra<sup>58</sup>, “a aquisição de 4 mil alqueires de farinha, e regulará isto em forma que o meu afilhado, a quem estimo tanto, fique servido e os povos não sintam” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46).

“A classe senhorial e pequenos produtores mercantis que abasteciam o mercado interno catarinense” (SILVA, 1992, p. 69), que ao mesmo tempo mantinham relações, e, exportavam principalmente para o Rio de Janeiro, e outras regiões. Esses mesmos produtos eram igualmente exportados para Rio Grande, onde as tropas

Tinham prioridade no recebimento da farinha e não pagavam taxa de exportação. Dado a essa irregularidade, em 1793, as farinhas foram retidas nos armazéns gerais, exceto aquelas destinadas ao povo. Isto também se deve a alguns açabarcadores que compravam a farinha em S.Catarina alegando que eram para as tropas do Rio Grande e mal saíam da barra, mudavam o rumo das embarcações e iam vende-las noutras parte. Em 1803 a farinha sumiu no mercado. Os açabarcadores seguraram o produto e o venderam clandestinamente aos mercados na Bahia e Pernambuco, onde havia grande procura e melhor preço. Por esse motivo, em 1807, o Conde dos Arcos determina ao Governador Luis Maurício da Silveira que exerça a maior vigilância sobre os atravessadores que desviavam o produto (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46).

O Rio de Janeiro foi o que mais comercializou com Santa

58

A relação entre o Vice-Rei do Brasil Luiz Carlos da Cunha Menezes, e o Conde Resende eram bem próximas. Cabral deixa claro esse estreitamento não só nas relações comerciais como também nas decisões políticas: “O Vice-Rei, que não era boa pinta, o Conde de Resende, não teve dúvidas, mandou chamar Coimbra à Côrte e mandou para cá o Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro para assumir, interinamente, o comando civil e militar da Ilha e Capitania” (CABRAL, 1972, p.29).

Catarina e depois o Rio Grande do Sul, que também mantinha interesse na comercialização com a Ilha (HUBENER, 1981), pois fornecia a ela “o gado e o charque, evidenciando que a economia brasileira, mesmo em sua fase inicial, era totalmente articulada” (SILVA, 1992, p. 69).

Esse tipo de comercialização da farinha ocorria de forma centralizadora, pois era diretamente, influenciado e pressionado pelos capitais comerciais tanto de Desterro como do Rio de Janeiro, o que contribuiu para o atraso das áreas de pequena produção mercantil açoriana.

Para esse capital comercial português não interessava desenvolver os métodos de produção e a região, apenas comercializar o produto. Segundo Rangel (1981), nesse momento se fazia presente à **primeira dualidade brasileira**, onde esse capital tinha a hegemonia política ligada diretamente à metrópole portuguesa, a qual permitia controlar esse comércio de farinha de mandioca de forma monopolista.

Ainda no que se refere à comercialização dos produtos de Desterro, existia um capital comercial na ilha que manipulava os preços dos produtos e do processo de comercialização; este, por sua vez, era dominado pelo capital comercial carioca, ao qual Desterro vendia seus produtos. Com isso, uma reação interna construía-se: o comerciante local exercia pressão sobre o pequeno produtor, uma reação em cadeia (CAMPOS, 1991). Eis um dos motivos que justificam o quadro de pobreza do pequeno produtor açoriano, mesmo tendo o “litoral catarinense dedicando-se à produção da farinha de mandioca, a qual não cobria, em valores, as cifras do comércio importador. Embora fosse o principal produto exportador não fornecia à província, a renda necessária e suficiente, por não conseguir altos preços no mercado interprovincial” (HÜBENER, 1981, p. 94).

Mesmo com a exportação de farinha de mandioca, não se desenvolveram relações capitalistas de produção, pois nada se inovou nos seus meios de produção. Esses próprios gêneros alimentícios vão sofrer (final do século XIX) com a concorrência, uma vez que em outros locais também se produzirá esse tipo de alimento.

Como enfatiza Hübener: “[...] o comércio da farinha teve contra si não só o fato de ser produzida em outras áreas, mas também a má qualidade do produto. Esta deficiência estava ligada à técnica precária, aos processos rotineiros empregados no cultivo da mandioca e na fabricação da farinha” (HÜBENER, 1981, p. 94).

**O fato de a farinha de mandioca ser de má qualidade é um ponto a ser questionado, pois se fosse tão ruim, como se venderia tanto no mercado não só catarinense como brasileiro e estrangeiro?**

Além disso, alguns relatos, como do navegador Jorge Shelvocke, dão conta de que “[viveres angariou-os em abundância, em Santa Catarina [...] nesta conta se computaram 150 alqueires de “farinha de pau”, ótima comida, tão boa quanto à famosa *oat meal* inglesa].” (TAUNAY, 1931, p.32). Segundo Lima (2007), no final do século XVIII e início do século XIX, a situação econômica da Ilha continuou precária, pois o comércio vai sofrer grandes oscilações no mercado, ao que se acrescenta a decadência da pesca da baleia. Recuperou-se no fim do século XIX, devido à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, tendo como principal produto a farinha de mandioca.

A farinha foi sem dúvida a “grande produção policultura, com exportações [...] durante todo o século XIX para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tornando Santa Catarina, junto com o Espírito Santo nos dois maiores abastecedores do mercado Nacional” (MAMIGONIAN, 2007, p. 5).

Vale destacar que “[o] Rio de Janeiro exerceu a função de pólo centralizador do comércio catarinense [...] para lá convergiam os produtos de Santa Catarina e provinha à maioria dos produtos nacionais, quer estrangeiros” (HÜBENER, 1981, p.95).

A forte relação entre o Rio de Janeiro e Desterro, que perdura até as décadas de 1950/60, ocorre em decorrência de uma ligação antiga, particularmente clara nas relações comerciais, pois todos os produtos e serviços de que se necessitava provinham da província carioca.

No século XVIII, Desterro apesar de ser considerada praça exportadora de gêneros alimentícios, e ter um comércio marítimo apresentava um quadro de pobreza, o que é decorrente do confisco da coroa portuguesa e da dependência com o Rio de Janeiro. Esse quadro começa a mudar quando a Ilha passa a abastecer a nova leva de imigrantes dos Vales Atlânticos, no século XIX.





#### 4 A SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: A ASCENSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

No final do século XIX<sup>59</sup> tem início a **segunda etapa do processo de urbanização** de Florianópolis (BASTOS, 2000) que passa à condição de praça comercial importadora de produtos da Europa e de algumas regiões do Brasil. A cidade, àquela altura, passara a abastecer regularmente as emergentes colônias alemãs<sup>60</sup> e italianas instaladas nos vales da costa catarinense.

A justificativa de a maioria dos alemães e italianos não se fixarem ao longo do litoral, e sim no vale do Itajaí, segundo Bossle (1988) se deve ao fato de já terem uma orientação que os direcionava para as áreas predeterminadas, e por não encontrarem nas regiões localizadas por açorianos motivos de atração. “Assim, enquanto os italianos se dirigiam para os campos, dedicando-se, portanto, à agricultura, os alemães, estabeleceram-se nos centros das colônias e arredores, o que deu origem aos futuros empreendimentos industriais” (BOSSLE, 1988, p.25 e 26).

O final do século XIX<sup>61</sup> marca, além disso, o auge da pequena

<sup>59</sup> “A ocupação dos vales litorâneos no século XIX por colonos alemães e italianos, não permitiu mais a existência de terras disponíveis à expansão açoriana. Os vales Atlântico foram ocupados, a partir de 1850, por imigrantes alemães e italianos, que cresceram independentemente do seu contato com Desterro, a capital, ou com outros centros litorâneos típicos, como Laguna ou São Francisco do Sul. Estes imigrantes originaram importantes centros industriais, suplantando economicamente a área litorânea a favorecendo à descendente curva que a economia açoriana vinha sofrendo. Problema que se aprofundou após a década de 1950, quando novos interesses entram em jogo, tanto a nível local, estadual, quanto nacional” (CAMPOS, 1991, p. 37).

<sup>60</sup> “Na metade do século XIX surgiram em Santa Catarina duas colônias alemães de enorme significado atual: a colônia D.Franisca (1851), nas terras da porção interior da baía de São Francisco, organizada pela Kolonisationsveein Von Hamburg e a colônia Blumenau (1850), no médio vale do Itajaí-açu, iniciativa particular do Dr. Hermann Blumenau. [...] Com a vinda nos fins do século XIX de alguns colonos tecelões e com o acúmulo de dinheiro através do comércio foi possível a instalação de tecelagens rudimentares, que lenta e constantemente ampliaram suas atividades” (MAMIGONIAN, 1958, p. 88).

<sup>61</sup> Todos os países na segunda metade do século XIX que tinham uma “economia colonial, isto é, centrado num setor produtor primário- de alimentos ou matérias-primas- voltado para o mercado externo. Definiu-se, assim, no século passado uma autêntica Divisão Internacional do Trabalho-DIT, a partir

produção mercantil açoriana, fato determinado pela chegada dos novos imigrantes europeus a Santa Catarina, que impulsionou a diversificação da capacidade produtiva dos pequenos produtores agrícolas e dos pequenos produtores da pesca artesanal. Assim é que, “no quadro urbano, a proliferação de unidades artesanais, [...] em vez de produzirem para o auto-consumo, faziam-no para o mercado, cedendo à produção natural o passo à **produção pré-capitalista** – pequena produção – mercadorias” (RANGEL, 2005, p. 264). Promovia-se, dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo mercantil.

Diante desse crescimento econômico os açorianos impulsionaram à Província de Santa Catarina e viabilizaram os melhoramentos nela ocorrido devido às relações capitalistas que eram estabelecidos com os novos imigrantes alemães e italianos do século XIX. Essa ascensão motivada pelo fornecimento de farinha de mandioca, um produto gerador de renda, principalmente depois de 1801, sem a obrigatoriedade de fornecer a metrópole, permite a muitos o acúmulo de capital e a ascensão.

Antes da vida dessa segunda leva de imigrantes, esses açorianos não tinham relações capitalistas, e as condições eram outras, como ressalta Saint-Hilaire (1978):

Durante setenta e três anos, de 1712 a 1785, a Província de Santa Catarina progrediu muito pouco, mas que a partir desse último ano até 1803 ocorreram mudanças notáveis. Essas mudanças foram ocasionadas por um considerável aumento populacional (SAINT-HILAIRE, 1978, p.125).

O forte crescimento econômico do século XIX motivada por essa segunda leva de imigrantes – é alcançado principalmente graças à função portuária, mas também em decorrência das atividades comerciais e administrativas – permitindo que Florianópolis<sup>62</sup> pudesse se expandir.

---

da especialização produtiva de cada país” (SINGER, 1992, p. 107). A DIT vai ser caracterizada em duas fases por Singer (1992), a primeira que tem início no período das navegações até a Revolução Industrial, e outro, em um segundo momento que vai da Revolução Industrial até aproximadamente 1930.

<sup>62</sup> “O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais a condição de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel do século XIX” (BASTOS, 2000, p.130).

Surgem, nesse mesmo período, preocupações relativas à melhoria da infraestrutura urbana e de serviços (BASTOS, 2002).

Podemos considerar nesse novo processo de urbanização Florianópolis uma “**cidade mercantil**”, em que muitos desses comerciantes que vendiam aos novos imigrantes dos Vales Atlânticos conseguiram acumular capital e ascenderam.

Também em fins do século XIX, rompe-se o monopólio português sobre o capital comercial, passando paulatinamente para as mãos de comerciantes situados no Brasil, que agora podem comercializar. Nessa fase, descrita por Rangel como a segunda Dualidade brasileira, emergem vários importantes comerciantes. No caso de Florianópolis, os novos imigrantes vão estimular o pequeno produtor mercantil a comercializar o seu produto, formando uma burguesia mercantil açoriana, que, aos poucos, vai ser substituída pelos comerciantes alemães, no início do século XX.

Essa burguesia comercial que acaba se concentrando no Centro de Florianópolis, estimulada pelo crescimento econômico do século XIX, já eram percebidos antes ainda da Abertura dos Portos em 1808, pois havia uma variedade de produtos oferecidos aos habitantes, como relata o viajante Krusenstern ao vir ao litoral catarinense em 1803. A população tinha triplicado, e nas lojas se encontravam todos os tipos de artigos europeus. As pessoas de pouca posse já não se vestiam em andrajos [...] As mulheres se trajavam mais ou menos como as de Portugal (SAINT-HILAIRE, 1978, p.125).

Apesar de o Rio de Janeiro ser o centro financeiro e controlador do Brasil decorrente da vinda da família Real em 1808 e no tipo de política implantada. Santa Catarina por sua vez, passa a despertar o interesse comercial, e o porto ganha importância, sobretudo porque a aliança estabelecida entre a Inglaterra e Portugal, tendo como consequência a Abertura dos Portos às nações amigas, acarreta no aparecimento das

Casas comerciais britânicas [...] em grande quantidade, principalmente no Rio de Janeiro [...] Na cidade de Desterro, firmas como a de Antônio Joaquim Wanzeller e Wallman e Bade por exemplo, passam a ser consignatárias de firmas inglesas [...] a Ilha de Santa Catarina estaria destinada a ser o ponto de apoio ou talvez o porto intermediário do comércio a partir daquele momento far-se-ia entre o Rio da Prata e o Rio de

Janeiro [...] (porém) as atividades de porto intermediário não foram suficientemente intensas para provocar um relativo desenvolvimento interprovincial (HUBENER, 1981, p.43).

Segundo Rangel (1981), o século XIX vai ser de mudanças por apresentar um novo quadro econômico e político. Com isso, se demonstra um novo cenário, o rompimento do monopólio português com o capital comercial, onde este passa a ser de domínio brasileiro. O Brasil passa a ter seus próprios comerciantes. Em Santa Catarina, os imigrantes europeus do século XIX constituem-se, primeiramente, grandes consumidores da pequena produção mercantil açoriana, passando, à condição de comerciantes, como o caso de Karl Hoepcke. Não esqueçamos, em todo caso, que o Rio de Janeiro por muito tempo exerce influência sobre Desterro.

Todo esse crescimento do comércio, e a ascensão de uma nova classe, a burguesia local, dá condições para que a ilha de Santa Catarina consiga acumular capital e fazer melhorias. As mudanças no padrão de vida também vão se refletir no espaço da cidade, sobretudo com a vinda do imperador D. Pedro II no século XIX.

À vinda de D. Pedro II em 1845 ao sul do Brasil fez com que ocorressem melhorias urbanísticas em toda a ilha. Essa visita foi motivada a interesses políticos, pois era recente o apaziguamento feito com os promotores da Revolução Farroupilha<sup>63</sup>, que transformou Rio Grande do Sul e Santa Catarina por mais de dez anos em praça de guerra.

A preocupação na realização de algumas obras como o “saneamento básico, a urbanização e o calçamento de ruas na capital, buscando-se embelezar e limpar a cidade para receber o imperador e sua comitiva [...] nenhuma das ruas de Desterro era calçada” (CAMPOS, 2010, p.108) desde então.

“Com razoável antecedência, as ruas da cidade e os caminhos das vilas e freguesias foram limpos, para a festiva visita do Imperador, a primeira que ele fazia a Santa Catarina” (SOARES, 1991, p.24). A sua ida a freguesia de Santo Antônio de Lisboa, que era uma das regiões

<sup>63</sup> A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835 a 1845) foi um movimento de caráter republicano contra o Governo Imperial de D.Pedro II, em que declara a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul independente dando origem a república Rio-Grandense (PIAZZA, 1983).

onde se encontrava um porto e o posto da alfândega, ocorre em 21 de outubro de 1845. Ele chega a bordo do vapor Imperatriz, às nove da manhã. Várias pessoas do norte da ilha se aglomeraram para vê-lo. “[A] o desembarcar no trapiche, foi recebido debaixo do Pálio, indo para a igreja matriz onde o reverendo padre Francisco José de Souza” (SOARES, 1991, p.25) o aguardava.

O Imperador chegou de barco à freguesia de Santo Antônio de Lisboa, pois na época o principal meio de transporte era marítimo. Isso não impediu a construção da primeira rua calçada<sup>64</sup> de Florianópolis, no século XIX na freguesia de Santo Antônio, pois era uma forma de demonstrar status à região.

Além da construção do calçamento dessa rua, a vinda do Imperador fez com que “as estradas que levavam as freguesias, principalmente para a Lagoa da Conceição e Santo Antônio [...] (tivessem) retificados e cobertos seus buracos” (CORRÊA, 2005, p. 171), pois assim facilitaria a presença do povo na cerimônia.

A diferenciação entre a estrutura das cidades colonizadas por açorianos distingue-se das cidades colonizadas pelos alemães e italianos. A primeira colonização tinha como “único elemento que dirigia o plano urbano a linha da **praia**” (PELUSO JR, 1956, p. 332). A segunda colonização, alemã e italiana tem o **rio** como o centro do seu processo de povoamento

Através do caminho aberto ao longo do rio começaram a aparecer os primeiros sinais de comércio [...] O elemento de formação do povoado era o comércio, e a direção do plano urbano que se esboçava cabia ao caminho por onde transitavam os colonos [...] Era a função comercial que dirigia o plano [...] Nesse plano não há lugar de realce para a igreja (PELUSO JR, 1956, p. 338 e 339).

Referente ao processo de urbanização em Santa Catarina enfocam-se duas épocas, antes e depois de 1850. Antes de 1850, a tradição portuguesa se caracteriza por uma estrutura de **plano urbano**,

<sup>64</sup> Santo Antônio de Lisboa a primeira rua calçada, na qual Franklin Cascaes descrever como um calçamento tipo pé de moleque, feito com pedras irregulares geometricamente.

que é colocado em prática com o governador José da Silva Paes, primeiro na estrutura da Vila-Capital da Capitania de Santa Catarina, no caso Nossa Senhora do Desterro, ou mesmo o “regimento” estabelecido pelo rei de Portugal para a colonização do litoral catarinense pelos açorianos.

Após 1850, tem-se um incremento demográfico com a segunda leva de imigrantes europeus, estabelece uma nova fisionomia urbana ou estrutura urbana para as áreas de colonização. Tais povoações surgem e se expandem ao longo dos rios e confluências d’água, obedecendo ao traçado das linhas coloniais, em que o vale é o que caracteriza a paisagem (PIAZZA, 1983).

E nesta paisagem geográfica o relevo exerceu influência tão forte quanto à própria rua comercial ou, então, o plano urbano obedece à força da tradição, de acordo com a cultura do grupo que constroem a cidade. Enquanto os grupos alemães vão se fixar, preferencialmente nos centros das colônias ou, quando muito, ao seu redor, os grupos italianos vão ser colocados, predominantemente, na periferia das colônias (PIAZZA, 1983, p. 405).

Não foi apenas a vinda de D. Pedro II para o litoral catarinense, como os imigrantes alemães e italianos os motivadores da reestruturação da cidade. Outro ponto importante para o desenvolvimento da estrutura urbana foi a ascensão da pequena produção mercantil açoriana do século XVIII para o XIX, o que estimulou um aumento na construção<sup>65</sup>, “bem

<sup>65</sup> O estilo das casas de “pau-a-pique” típica moradia do imigrante açoriano na Ilha de Santa Catarina e seus descendentes, descrito em entrevista em setembro de 2007, pelo morador Raulino Pedro Marciano, que na época tinha 85 anos. Esse estilo de construção seguida gerações, tinha como base o bambu e o barro. Outro processo era o de se preparar o cal, que dava a coloração branca (típica das casas tradicionais), utilizava-a como pintura. Esse material feito com restos de cascalho de ostras e berbigão eram colocados na brasa e ao passar algum tempo queimando, tornava-se um pó branco que misturado com água virava uma tinta com a qual podiam pintar as casas. O chão era de “chão batido” e o telhado feito de madeira (troncos de árvores) e coberto por um tipo de palha que se fazia balaio. A “casa de pau-a-pique” era presente já no período em que os vicentistas se instalaram na Ilha, mas os açorianos aprimoraram a técnica com a fabricação de cal ou mesmo a mistura de óleo de baleia junto ao barro. O “óleo extraído da baleia era uma espécie de ‘petróleo’ no século XVIII e XIX que será utilizado na construção civil, na conservação de madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificantes” (BASTOS, 2000, p. 128 e 129). O formato das casas com janelas grandes ou mesmo o telhado com telhas de barro revelavam o estilo tradicional das casas

acima do normal na época devido à construção de residências” (CAMPOS, 2010, p. 108) que atendessem essa demanda demográfica. A nova burguesia comercial que surge nesse momento passa a construir

sobrados, obras com um padrão bem melhor do que as anteriores [...] Estes sobrados impuseram não só uma demonstração de posse dos seus proprietários como também as suas atividades comerciais [...] os sobrados serviam também para ostentação das classes mais abastadas (CAMPOS, 2010, p. 108).

Todo esse estímulo econômico atraía cada vez mais pessoas para a cidade, e o seu crescimento desperta cada vez mais uma preocupação com a infraestrutura urbana e de serviços que atendesse às necessidades da população da Ilha. “O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais as condições de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel do século XIX” (BASTOS, 2000, p.130).

Na segunda metade do século XIX a importação cresceu, motivada não só pelas novas necessidades da cidade que se expandia, mas também pela economia mais estável. Nesse contexto, a empresa Carl Hoepcke também acompanhava o ritmo do crescimento da cidade, ampliando cada vez mais suas relações comerciais com diversas regiões do país, do sul da América, bem como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. A atividade do empresário se dividia então em três: o comercial, o industrial e o financeiro (REIS, 1999, p. 130).

À medida que esses dos Vales Atlânticos, segundo processo de migração, passam a ganhar espaço no comércio local, e mesmo aprimoram as técnicas de produção através da implementação da

---

com estilo da arquitetura portuguesa. O termo “nem beira e nem eira” revelava através da forma do telhado ou beirado da casa, as famílias mais importantes e com poder aquisitivo mais alto.

indústria, pois presenciaram as I Revolução Industrial, acabam fazendo com que a pequena produção mercantil entre em decadência no século XX.

Nesse momento de decadência da pequena produção açoriana, motivada pela inovação das forças produtivas permite que a parte central da Ilha, emergja e se concentre empresários como Hoepcke, imigrantes alemão, que vai estar tanto no setor comercial nacional e internacional, como na indústria (de rendas e de pregos).

As inovações tecnológicas vão se refletir na infraestrutura urbana nas primeiras décadas do século XX, trazendo várias transformações para a cidade de Florianópolis com investimentos em infraestrutura, como o primeiro processo de distribuição de água<sup>66</sup>, a instalação de energia elétrica e iluminação pública. Mas a grande mudança foi à construção da Ponte Hercílio Luz em 1926, por Hercílio Luz, o que melhorou a paisagem e deu uma nova dinâmica à Ilha, pois o acesso Ilha-Continente ficou facilitado para o transporte de carros.

Durante as primeiras décadas do século XX, quando a iluminação ia substituindo o antigo sistema a querosene ou a gás e os bondes puxados e burros iam caindo em desuso pelo avanço dos veículos automotores, duas tendências evidenciavam a profunda alteração da essência sócio-econômica que acontecia na Ilha: a crise da atividade portuária e a estagnação da agricultura (CECCA, 1996, p. 57)

E medida que a cidade vai crescendo demograficamente e ganhando novos investimentos, faz com que em consonância se estimulasse uma melhor infraestrutura diante do dinamismo econômico, sendo a obra “mais importante para o plano urbano foi à construção da ponte Hercílio Luz, que ligava a ilha ao continente” (PELUSO JR, 1991, p.318), no início do século XX. Pois,

[...] a Ponte Hercílio Luz inicia-se uma profunda modificação na estrutura da cidade, abrindo-se uma nova área às construções, numa cidade em

<sup>66</sup> “Implantação em 1910, do primeiro sistema de distribuição de água de Florianópolis. Durante esse longo período, a população se serviu de fontes e poços particulares e de algumas fontes públicas” (PASSOS, 2003, p.291).



que muitas chácaras<sup>67</sup> se mantinham intactas, produzindo alta dos terrenos para edificações [...] período que Florianópolis começou a ter movimentação característica de vida urbana (CECCA, 1997, p.209).

Nesse mesmo século “iniciam-se as construções de prédios de três pavimentos, principalmente na região central de Florianópolis, também para fins comerciais e residenciais” (CAMPOS, 2010, p. 110), como também esse uso e ocupação do solo deram início a valorização da terra, principalmente “na borda das aglomerações [...] os loteamentos impuseram-se às roças, aos matos, às chácaras, e começou a evidenciar-se uma separação clara entre cidade e campo” (VEIGA, 1993, p.101).

É nesse momento que o “valor das terras, dentro e na borda das aglomerações aumentou. Compraram-se e retalharam-se glebas vendendo-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos impuseram-se às roças, aos matos, às chácaras, e começou a evidenciar-se uma separação clara entre cidade e campo” (VEIGA, 1993, p. 101).

#### 4.1 COMO O NORTE DA ILHA SE INSERE NA NOVA CONJUNTURA ECONÔMICA

No século XIX, Desterro se torna uma importante praça exportadora de gêneros alimentícios, principalmente com o rompimento do monopólio do comércio português dando condições para o surgimento de comerciantes locais, o que permite a ascensão da pequena produção mercantil açoriana.

No caso da freguesia de Santo Antônio de Lisboa marcados pela presença de produtos ligados à exportação –, o fato de ter um porto também facilitava o escoamento não só da região como de todo o norte da Ilha, pois o rio Ratonas, que se encontra em Sambaqui, ligava a localidade ao interior. Com a crise brasileira, em 1873, ocorre a substituição natural e industrial de importações, ou seja, acaba sendo favorecido o consumo dos produtos internos. “O crescimento urbano da Ilha de Santa Catarina estava vinculado, neste primeiro momento, ao êxito alcançado pela pequena produção mercantil açoriana e posteriormente pela função portuária” (BASTOS, 2000, p.131).

Dentro dessa conjuntura, percebe-se a importância que a porção

<sup>67</sup> Essas chácaras eram de famílias abastadas e iam da do centro de Florianópolis até a baía Norte (MAMIGONIAN, 1959).

Norte da Ilha teve nesse momento, por ser uma das regiões de maior produção agrícola, principalmente de farinha de mandioca, o que contribuía significativamente para a obtenção de lucro desses comerciantes portugueses, assim como a dependência com o Rio de Janeiro.

O próprio confisco do Governo português dos produtos da pequena produção açoriana pode ter gerado essa instabilidade econômica. Obrigatoriedade que vai até 1801, a partir desse momento o excedente da produção passa para mãos de comerciantes brasileiros, como ressalta Rangel (1981) se faz presente uma nova conjuntura brasileira, a **segunda dualidade**, onde se tinha o capitalismo industrial externamente comandado pela Inglaterra, e internamente o capitalismo comercial que nesse momento passa para as mãos dos comerciantes brasileiros.

Dentro desse contexto, Desterro acaba desenvolvendo o seu comércio, principalmente após a segunda leva de imigrantes no século XIX para os Vales Atlânticos, pois o capitalismo comercial melhorou o comércio local através da oferta de produtos mais diversificados.

A farinha de mandioca no século XIX, um dos principais produtos da pequena produção chegando a ser exportado para outras regiões do Brasil e para fora do país. “Da exportação de Desterro, [...] 78,27% foram exportados para outras províncias do Império, enquanto que 21,73% dirigiram-se para o exterior” (HÜBENER, 1981, p. 29).

Segundo Hübener (1991), até o início da segunda metade do século XIX, o centro de Desterro tinha três categorias comerciais: 1) **Comércio Portuário**, onde se concentrava na Rua Augusta (atual João Pinto) os atacadistas ou comissários de grandes companhias nacionais e estrangeiras; e, na rua e Largo Palácio (Rua Tenente Silveira) os varejistas ou retalhistas. 2) **Exportadores de farinha de mandioca**, sendo as principais firmas: “João Prado Lemos & Cia”, “Barbosa Veiga & Cia”, “Boaventura da Costa Vinhas”, “Ernesto Vahl & Cia”, e “Domingos Luiz da Costa”. 3) **casas comerciais britânicas**, em que a consignação estava com: “Antônio Joaquim Wanzeller” e “Wellman & Bade”.

“Nas décadas seguintes, aparecem como armadores aproveitando o fluxo de pessoas e mercadorias, Antônio Joaquim Wanzeller<sup>68</sup> e

<sup>68</sup> Sua origem é portuguesa, sendo o seu nome verdadeiro Antônio Joaquim da Costa. Trabalhou inicialmente como caixeiro-viajante em Pernambuco, e negociante e armador em Laguna, depois se mudou para Desterro. Na ilha atuou como militar e foi deputado provincial, entre 1860 e

Boaventura da Costa Vinhas, ao lado de **João Pinto da Luz**<sup>69</sup> [...] indicando o desaparecimento dos exportadores exclusivos de farinha” (CRUZ, 2008, p. 71 e 72).

No século XIX, João Pinto da Luz vai ser o segundo homem mais rico de Florianópolis. Segundo a pesquisa de Biléssimo,

No topo da pirâmide estavam os extremamente afortunados, a elite da elite da cidade. Com um patrimônio acima de 50 contos, encontramos apenas oito pessoas neste nível de fortuna entre os inventariados no período, incluindo três da família Luz, João Pinto da Luz, sua primeira esposa Maria Amália e seu irmão Jacinto (BILÉSSIMO, 2008, p.118).

Esses comerciantes de origem luso-portuguesa acabam sendo substituídos por comerciantes de origem alemã, pois estes acabam ampliando o comércio ao importar produtos com maior valor agregado, modernizando e ampliando o comércio de Desterro e outras praças catarinenses (BASTOS, 2000).

A atuação em atacado e varejo compartilhada pelas mesmas empresas, veio a facilitar a expansão comercial nos sentidos vertical e horizontal, conforme as demandas locais e os contatos efetuados no exterior, graças ao crédito associado com o ramo de exportações no estrangeiro. Neste intercurso, as casas comerciais de representação britânica foram cedendo lugar às sociedades teuto-brasileiras, como é o caso da firma “Wellmann & Bade”(CRUZ, 2008, p.72-73).

O fato de a farinha de mandioca ter um baixo valor agregado e as taxas alfandegárias serem altas fez com que dificultasse a ampliação e modernização do comércio. Além disso, os avanços nos meios de produção dos imigrantes dos Vales Atlânticos permitiam aos poucos que

---

1865, em dois mandatos (PIAZZA, 1994).

<sup>69</sup> A sua família tem origem na freguesia de Santo Antônio de Lisboa, na qual sempre atuaram no comércio e na política.

os produtos tivessem um maior valor agregado. Outro ponto importante desses novos imigrantes era que as relações comerciais eram feitas com países de origem ou ligado a eles o que facilitava o comércio de importação e exportação.

Segundo Cruz (2008) em meados da segunda metade do século XIX, os comerciantes na Ilha de Santa Catarina passaram a negociar com os empreendedores dos Vales Atlânticos, permitindo uma

inserção mais intensa no comércio da Capital de casas de import-export com dirigentes de origem alemã, austríaca e suíça. Neste instante, os portos de São Francisco e Itajaí respondiam por dois terços do comércio exportador [...] Também a partir da década de 1880, se integraram ao comércio da Capital, elementos da comunidade grega, e na virada do século, diversas famílias sírio-libanesas, abrindo casas de secos e molhados. Assim, a Capital passou a controlar, hegemonicamente, o comércio de importação (CRUZ, 2008, p.75).

Essa nova leva de imigrantes dos Vales Atlânticos contribuiu para o **segundo processo de urbanização** atrelado à ascensão da pequena produção mercantil açoriana “na virada do século XVIII para o século XIX, tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Essa fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas no Brasil meridional em função administrativa de capital da Província” (BASTOS, 2000, p.127-128).

Todas essas mudanças refletiram diretamente na freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa), não apenas por ser uma das maiores produtoras de farinha, mas também por ser o polo de atração do Norte da Ilha, concentrando uma grande quantidade de comerciantes, inferior apenas ao Centro de Desterro.

Saint-Hilaire em uma das suas viagens ao litoral catarinense, mais precisamente em 1820 descreve que havia “uma dúzia de embarcações de pequeno porte” (Saint-Hilaire, 1978, p. 172), tanto no porto de Desterro como de Santa Cruz, como muitos chamavam o porto da Ponta do Sambaqui, onde este último porto apresentava um canal bem movimentado, e tinha o Rio Ratoles como escoador dos produtos do interior do Distrito de Santo Antônio. O “constante tráfego de canoas que, principalmente pela manhã, traziam viveres para a cidade” (Saint-

Hilaire, 1978, p. 172) era algo comum.

Além da movimentação das embarcações, Saint-Hilaire (1978) ressalta para os armazéns dos comerciantes de Desterro:

Em nenhuma outra parte a não ser São Paulo eu havia visto, desde que deixara o Rio de Janeiro, lojas tão sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. Os comerciantes fazem suas compras na capital do Brasil, e a rapidez da viagem lhes permite ter em suas lojas todas as novidades (Saint-Hilaire, 1978, p. 172).

Com o fim da obrigatoriedade de abastecer a metrópole, a pequena produção começa a fornecer aos novos imigrantes do século XIX seus produtos, o que permite o estabelecimento de relações capitalistas, sobretudo do setor terciário, o comércio no Centro de Desterro e em Santo Antônio de Lisboa, o qual tem como suporte o porto e o posto da alfândega.

O século XIX foi um período de grande desenvolvimento econômico da região, a princípio com a produção de farinha de mandioca e depois de café. O seu porto era movimentadíssimo uma vez que era o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha (FERREIRA, 1998, p. 12 e 13).

A Freguesia de Santo Antônio é relatado em 1822 por Duperrey Lesson, em que a “sua população é quase inteiramente composta por agricultores”<sup>70</sup> (HARO, 1996, p.262). Se observarmos a Ilustração 7, ela traz dados referentes ao número de agricultores em 1872, lembrando que

<sup>70</sup> Em 1820 constatou Saint-Hilaire que havia muitos agricultores na Ilha de Santa Catarina, e que era “raros ali os negros, principalmente no campo, e a população seja pobre e muito numerosa, ninguém considera uma desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e em Desterro são os brancos que exercem todos os ofícios. Numa parte da Província de Minas, onde a brancura da pele estabelece uma espécie de nobreza e as pessoas são as únicas que trabalham” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 174). O navegador demonstra que trabalhar na terra não era a principal atividade exercida pelos escravos, ao contrário do restante do Brasil, uma das muitas múltiplas determinações existente no litoral catarinense.

durante o relato do navegador Lesson, anos antes, a informação procede, pois a freguesia de Canasvieiras integrava o distrito de Nossa Senhora das Necessidades de S. Antônio, e, ao somarmos o número de lavradores de ambas as freguesias chegaram a 1.605, um valor superior às demais freguesias. E mais acrescentarmos o Rio Vermelho, o número de lavradores passa para um total de 2.209.

Ilustração 7 - Atividades da população de Desterro em 1872 (A)

|                                 |                               | ILHA       | N. S. DO DESTERRO | N. S DAS NECESSIDADES DE S. ANTONIO | N. S. DA LAPA DO RIBEIRÃO | N. S. CONCEIÇÃO DE LAGOA | S. JOÃO BATISTA DO RIO VERMELHO | SANTIS. TRINDADE DETRAS DO MORRO | S. FRANCISCO DE PAULA DE CANASVIEIRAS |
|---------------------------------|-------------------------------|------------|-------------------|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| PROFISSÕES MANUAIS OU MECÂNICAS | Costureiras                   | 812        | 200               | 18                                  | 37                        | 108                      | 385                             | 16                               | 58                                    |
|                                 | Canteiros, min. calaf. cavaq. | 39         | 30                | 2                                   | -                         | 2                        | -                               | 1                                | -                                     |
|                                 | em metais                     | 182        | 35                | 1                                   | 1                         | -                        | -                               | 1                                | 1                                     |
|                                 | em madeiras                   | 288        | 103               | 28                                  | 22                        | 5                        | -                               | 15                               | 15                                    |
|                                 | em tecidos                    | 189        | 3                 | 5                                   | 8                         | 124                      | 145                             | 43                               | -                                     |
|                                 | de edificações                | 43         | 147               | 11                                  | 11                        | -                        | -                               | 7                                | 2                                     |
|                                 | em couro e peles              | 14         | 42                | -                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | 1                                     |
|                                 | em tinturaria                 | 114        | 10                | 4                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                                 | de vestuários                 | 6          | 106               | -                                   | 1                         | 1                        | 4                               | 1                                | 1                                     |
|                                 | de chapéus                    | 44         | 6                 | -                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                                 | de calçados                   | 26         | 36                | 4                                   | -                         | 2                        | -                               | 4                                | 4                                     |
|                                 | PROF. AGRÍCOLAS               | Lavradores | 5.126             | 124                                 | 786                       | 843                      | 1.309                           | 604                              | 641                                   |
| criadores                       |                               | 29         | -                 | 1                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | 28                                    |
| PROF. ASSALARIADAS              | criados e jornaleiros         | 570        | 376               | 16                                  | -                         | 15                       | 5                               | 11                               | 141                                   |
|                                 | serviço doméstico             | 6.497      | 2.181             | 1.205                               | 1.180                     | 887                      | 92                              | 660                              | 292                                   |
|                                 | sem profissão                 | 9.533      | 3.528             | 792                                 | 774                       | 706                      | 501                             | 813                              | 2.419                                 |

FONTE: CARDOSO, 2000, p. 111.

O fato de o Norte da Ilha ter uma concentração de agricultores permite destacar dois períodos importantes tanto na economia brasileira como de todo o litoral catarinense. Esses dois momentos são encadeados devido à crise dos “centros dinâmicos” onde internamente favoreceu a

economia interna através da **substituição de importação**, como caracterizou Mamigonian (1987). A **primeira** vai de 1815-1847, quando no “interior das fazendas de escravos uma substituição natural de importações, o que explica a produção de tecidos destinados ao consumo das fazendas” (MAMIGONIAN, 1987, p.66). O resultado dessa primeira substituição no início do século XIX, para a área de estudo é que o pequeno produtor mercantil passa a comercializar a sua produção, não só no porto de Sambaqui, como também no centro de Desterro.

O **segundo processo de substituição de importação**, se dá no período de 1873-1896 em que “ocorreu um processo de substituição artesanal mercantil de importações, destinado ao atendimento das necessidades urbanas” (MAMIGONIAN, 1987, p.66). Essa que se apresenta no final do século XIX coincide com a ascensão da pequena produção mercantil, ao fornecer seu excedente de produção, principalmente para as novas colônias dos vales atlânticos que exigiram uma produção maior do pequeno agricultor.

Vale destacar no primeiro processo de substituição de importação, um fato ocorrido com um dos moradores ilustres da Freguesia de Santo Antônio, o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, que em 1821 “é escolhido representante de Santa Catarina às Cortes de Lisboa [...] apresentou-se às Cortes com simplicidade rústica, trajando uma batina feita nos teares de sua terra” (SOARES, 1991, p. 134).

Como demonstrado na **Tabela 1** (Produção de tecidos de linho e de algodão), a presença de teares é que “supriria as necessidades da população catarinense, não fosse o malfadado Alvará Régio de 5 de janeiro de 1785, que mandava extinguir no Brasil as manufaturas” (PIAZZA, 1992, p. 450). O traje do Padre Andrade foi para muitos um sinal de protesto já que esse alvará de D.Maria, “confiscou todos os teares existente no Brasil para que nesta colônia não se fabricassem tecidos finos de algodão e linho, permitindo unicamente os grosseiros para os negros” (BOITEUX, 1916, P. 20). Isso se explica pelo pacto que Portugal<sup>71</sup> (nossa metrópole) tinha com a Inglaterra, e a está não interessava que na colônia brasileira desenvolvesse esse tipo de manufatura.

<sup>71</sup> A política do governo Português desde a Abertura dos Portos (1808) “continuava a ser organizar o suprimento de matérias-primas e produtos agro-primários para a metrópole e preservar nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos” (RANGEL, 1981, p.28).

Essas duas fases de “**substituição de importação**” contribuíram para a acumulação por parte desses pequenos produtores agrícola e pesqueiro do litoral brasileiro, e, sobretudo da freguesia de Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras e Rio Vermelho onde concentrou boa parte dessa produção conforme indicam os dados da Ilustração 7.

Outro ponto que chama a atenção é na Ilustração 7 no que se refere às “profissões agrícola”, a atividade vinculada aos “criadores” tem apenas um criador em Santo Antônio, e, quase a sua totalidade na Freguesia de Canasvieiras, desmembrada do Distrito de Santo Antônio em 1835. Ao cruzar essa informação com o trabalho sobre as áreas comunais de Campos (1991), constata-se que Canasvieiras vai ser a região que mais se concentrou esse tipo de terra. “A forma de utilização das áreas comunais que mais predominava era a criação de gado à solta [...] quando o campo era extenso demais como na região de Canasvieiras, podia acontecer o extravio de algumas cabeças” (CAMPOS, 1991, p.114).

Canasvieiras, assim como Santo Antônio apresenta uma boa parcela de habitantes, conforme o censo do Século XIX. Ele vai mostrar que essas regiões onde se desenvolvia a economia da pequena produção junto com o comércio vão ser as que apresentam maior concentração de pessoas, como o Distrito sede e o Norte da Ilha, Tabela 4.



Tabela 4 - Censo demográfico da Ilha de Santa Catarina no século XIX

|  | <b>1866</b>   | <b>1872</b>   | <b>1890</b>   |
|--|---------------|---------------|---------------|
| <b>Distrito Sede</b>                             | 6.474         | 9.108         | 11.091        |
| <b>Canasvieiras</b>                              | <b>2.641</b>  | <b>3.854</b>  | <b>3.385</b>  |
| <b>Lagoa da Conceição</b>                        | 3.025         | 3.300         | 3.767         |
| <b>Ribeirão da Ilha</b>                          | 2.712         | 2.997         | 3.654         |
| <b>São João do Rio Vermelho</b>                  | <b>1.656</b>  | <b>1.768</b>  | <b>2.159</b>  |
| <b>Santíssima Trindade</b>                       | 1.925         | 2.292         | 3.169         |
| <b>Santo Antônio de Lisboa</b>                   | <b>2.666</b>  | <b>3.006</b>  | <b>3.188</b>  |
| <b>Divisão da Ilha conforme proposta da Tese</b> |               |               |               |
| <b>TOTAL Norte da Ilha<sup>72</sup></b>          | <b>6.963</b>  | <b>8.628</b>  | <b>8.732</b>  |
| <b>TOTAL Oeste</b>                               | 8.399         | 11.400        | 14.260        |
| <b>TOTAL Leste</b>                               | 3.025         | 3.300         | 3.767         |
| <b>TOTAL Sul</b>                                 | 2.712         | 2.997         | 3.654         |
| <b>TOTAL Florianópolis</b>                       | <b>21.099</b> | <b>26.325</b> | <b>30.413</b> |

FONTE: Censos demográficos de 1866, 1872, 1890.

Desterro vai concentrar um número maior de habitantes, pois é onde se concentra as principais atividades política administrativa e ligada ao comércio. Essas profissões são as vinculadas, por exemplo, os militares, marítimos, e comerciantes, atividades que se concentravam naturalmente na vila, Ilustração 8, já que eram funções ligadas às atividades urbanas. Nas freguesias mais afastadas da Ilha, nas áreas rurais, a pesca e a pequena produção mercantil (pequenos agricultores), são as atividades que mais se destacam, e as que eram em sua maioria realizada por imigrantes açorianos.

Se observarmos as atividades ligadas ao comércio, a freguesia de N.S das Necessidades aparece bem atrás de Desterro, pois muitos dos produtos existente na vila eram fornecidos pelos pequenos produtores de todas as demais freguesias, e pela comercialização entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio de Janeiro. Mas os poucos comerciantes que existiam em Santo Antônio tinham armazéns bem diversificados. Inclusive na

<sup>72</sup> Ressaltando que nesse censo inclui-se na Porção Norte as localidades do Saco Grande, Monte Verde, e João Paulo que desde 1999 pertence ao distrito Sede (parte Oeste da Pesquisa), assim como as demais localidades que ainda não se desmembraram de Santo Antônio de Lisboa: Ratoles, Cachoeira do Bom Jesus. O Ingleses pertencia a São João do Rio Vermelho, o qual acaba entrando na contagem do Total do Norte da Ilha, não prejudicando a ideia da divisão da pesquisa.

Ilustração 8 aparece como a única freguesia, sem ser Desterro, com a presença de “Manufatureiro e Fabricante”, que ao comparar com a Ilustração 7, a região apresenta um número igual ou maior que as demais freguesias do interior, referente às profissões ligada a madeiras, edificações, tinturaria e calçados. Só tendo Desterro uma quantidade superior, pelo fato de ser a vila.

Ilustração 8 - Atividades da população de Desterro em 1872 (B)

|                          |   | ILHA                      | N. S. DO DESTERRO | N. S DAS NECESSIDADES DE S. ANTONIO | N. S. DA LAPA DO RIBEIRÃO | N. S. CONCEIÇÃO DE LAGOA | S. JOÃO BATISTA DO RIO VERMELHO | SANTIS. TRINDADE DETRAS DO MORRO | S. FRANCISCO DE PAULA DE CANASVIEIRAS |
|--------------------------|---|---------------------------|-------------------|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| PROFISSÕES LIBERAIS      | RELIGIOSOS REGULARES                    | Seculares                 | 6                 | 2                                   | 1                         | 1                        | 1                               | 1                                | -                                     |
|                          |   | Homens                    | -                 | -                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          |   | Mulheres                  | 10                | 10                                  | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          | JURISTAS                                | Juízes                    | 4                 | 4                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          |   | Advogados                 | 9                 | 9                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          |   | Notários e escrivães      | 11                | 7                                   | 2                         | 1                        | -                               | -                                | 1                                     |
|                          |   | Procuradores              | 3                 | 1                                   | -                         | 1                        | -                               | -                                | 1                                     |
|                          |   | Oficiais de Justiça       | 2                 | 1                                   | -                         | -                        | -                               | 1                                | -                                     |
|                          |   | Médicos                   | 8                 | 7                                   | 1                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          |   | Cirurgiões                | 4                 | 3                                   | 1                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          | PROFIS. INDUST. COMÉRCIO                | Farmacêuticos             | 15                | 14                                  | 1                         | -                        | -                               | -                                | -                                     |
|                          |   | Parteiros                 | 5                 | 1                                   | -                         | -                        | -                               | -                                | 2                                     |
|                          |   | Professores e h.de letras | 42                | 29                                  | 1                         | 2                        | -                               | 3                                | 5                                     |
|                          |   | Empregados Públicos       | 114               | 106                                 | 5                         | -                        | 1                               | -                                | 2                                     |
| Artistas                 |   | 191                       | 164               | 7                                   | 2                         | 3                        | 9                               | 4                                |                                       |
| Militares                |   | 451                       | 437               | 5                                   | 2                         | 2                        | -                               | 5                                |                                       |
| Marítimos                |   | 309                       | 248               | 11                                  | 3                         | -                        | 3                               | 9                                |                                       |
| PROFIS. INDUST. COMÉRCIO | Pescadores                              | 204                       | 57                | 61                                  | 66                        | -                        | 7                               | 11                               |                                       |
|                          | Capitalistas e propriet.                | 96                        | 92                | -                                   | -                         | -                        | -                               | 4                                |                                       |
|                          | Manufatureiro e fabricantes             | 92                        | 90                | 2                                   | -                         | -                        | -                               | -                                |                                       |
| PROFIS. INDUST. COMÉRCIO | Comerciantes, guarda livros e caixeiros | 541                       | 404               | 33                                  | 28                        | 6                        | 8                               | 34                               |                                       |
|                          |   |                           |                   |                                     |                           |                          |                                 |                                  |                                       |

FONTE: CARDOSO, 2000, p. 110.

As áreas que mais empregavam eram as ligadas aos lavradores, serviços assalariados, e aos vinculados ao porto, ou seja, no século XIX tem-se um desenvolvimento econômico em toda a Ilha, e a ascensão dessa pequena produção mercantil.

Apesar de muitos apontarem o “fracasso” do açoriano, no início do século XX, ele cumpriu um dos intuitos que a Metrópole tinha com a vinda deles: gerar renda para o capital comercial português no século XVIII, e ocupar o território ao Sul.

O papel da pequena produção mercantil açoriana foi fundamental para o desenvolvimento do litoral catarinense, pois marcou o primeiro processo de urbanização e deu suporte para a segunda leva de imigrantes do século XIX. Porém, o açoriano não viu a revolução industrial como os alemães e italianos antes de migrarem para o Brasil. Com isso não inovaram o processo de produção o que resultou na **decadência dessa pequena produção** frente à implantação da industrialização nos Vales atlânticos, a modernização no campo, e a divisão internacional do trabalho. Sobretudo, após as políticas de Vargas, onde se estimulou o processo de substituição de importações e incentivou a industrialização do país.

A crise de 1929, no início do século XX forçou o Brasil a tomar medidas drásticas em sua economia, devido às dificuldades apresentadas para importar. Uma substituição de importação diferenciada das que já tinham sido tomadas, passa-se a incentivar a industrialização, assim como a modernização no campo.

Segundo Rangel,

A capacidade para importar cairia a um terço exigindo esforço de substituição de importações. Se prevalecessem ainda as condições de um século antes, essa substituição tomaria forma de uma diversificação das atividades no nível da fazenda; se reinassem as condições de duas décadas antes, esse mesmo esforço teria tomado a forma de multiplicação das tendas de ferreiro, de carpinteiro, de alfaiate [...] alimentando o mercado, mas sem expandir demasiado a formação de renda monetária porque exigiam pequenas inversões (RANGEL, 1990, p. 85).

Essa substituição se fazia em uma economia de mercado e dentro de bases capitalistas. Tal, conjuntura tem-se definida por Rangel (1981) como a **terceira dualidade brasileira**. Onde se rompe com o capital

industrial inglês e se une ao capital industrial e financeiro americano. Internamente se estabelece um novo pacto de poder unindo os latifundiários vinculados ao mercado interno e a burguesia industrial nascente, o que acabava excluindo os comerciantes de importação e exportação, na qual em Florianópolis representava a elite (PEREIRA, 2003, p.7).

No caso de Santa Catarina, vai ocorrer a decadência de pequena produção mercantil açoriana do litoral em decorrência de não ter aprimorado as técnicas de produção, assim como de suas relações. Os comerciantes de origem luso-portuguesa acabam sendo “substituídos por comerciantes de origem alemã” (BASTOS, 2000, p.130) como Hoepcke. Estes acabam modernizando o porto de Desterro e inovando o comércio. Nesse momento tinha-se uma “produção de mercadorias e não uma produção natural ou de autoconsumo” (RANGEL, 1981, p.25).

As colônias nos Vales Atlânticos catarinense, dos imigrantes do século XIX, ao aprimorara suas técnicas de produção e agrícola, tem condições de exportar e acumular capital. Esses aspectos, aliado as políticas públicas pós anos de 1930, e, sobretudo no Estado catarinense pós anos 50 permite que se desenvolva o processo de industrialização com mais força no litoral catarinense. Em contrapartida, a pequena produção agrícola e pesqueira catarinense entra em declínio.

As políticas de incentivo a industrialização, interferiu diretamente em toda a pequena produção existente na Ilha, seja nos engenhos de farinha, que ganharam através da produção de fécula nas indústrias dos Vales Atlânticos, um novo dinamismo ao sistema de produção, como também, em outras técnicas como a própria pesca que vai dando espaço a novas ferramentas que aprimoraram ainda mais a atividade.

Uma atividade ligada ao beneficiamento de matéria-prima desenvolvida na freguesia de Santo Antônio foi à de **olaria**, que era feita de forma rudimentar pela família “Pires”, por exemplo, entraram em decadência devido à melhoria na forma de produção através da mecanização do processo de produção, perdendo espaço para as novas indústrias que vão surgindo no Estado, como descreve Altino Dealtino Cabral:

Tijolo era feito aqui, em dois locais: no Sambaqui, onde Manoel da Rocha Pires, a família Pires, tinha uma olaria [...] A outra olaria pertencia ao Francisco Nappi [...] no Km 9 da SC-401. Isso tudo acabou pelos idos de 1945. Começou a faltar mão-de-obra, o trabalho era rudimentar, encarecia

a fabricação, o outro que tinha se mecanizado podia vender mais barato (SOARES, 1991, p. 91).

Os “Pires” são um retrato de algumas famílias descendentes de açorianos que conseguiram ascender socialmente. Eram grandes proprietários de terras, ou mesmo atauram na política nos séculos XVIII e XIX. Essa crise da pequena produção mercantil, aliada também ao processo de modernização da força de trabalho levou a muitos a uma crise econômica, salvo por muitos destes terem uma grande quantidade de terras que possibilitou uma nova dinâmica de mercado, a especulação imobiliária desses terrenos no final da década de 1980. Outros descendentes se tornaram funcionários públicos na década de 1950, seguindo o caminho de muitos dos moradores da freguesia que emigravam para outras regiões, ou iam em busca de emprego na cidade, já que a melhoria das estradas e da infraestrutura permitiu esse avanço.

Esse momento histórico, no início do século XX, trás grandes mudanças, não apenas no modo de produção como nas questões políticas. Nota-se que a produção mercantil e os comerciantes que se destacam em Desterro como, por exemplo: Antônio Joaquim Wanzeller e João Pinto da Luz, ambos de origem luso-portuguesa e açoriana acabam perdendo força e espaço na nova configuração catarinense. Na política a mesma coisa, tinha-se como destaque a figura de Hercílio Luz<sup>73</sup> que chegou a ser governador do Estado catarinense<sup>74</sup> entre 1918 e 1924, e com o tempo acabam surgindo novas lideranças políticas.

Dentro da nova conjuntura, atrelando a decadência da pequena produção, os comerciantes tradicionais até esse primeiro momento vão sendo substituídos pelos de origem alemã, como Karl Hoepcke. Na

<sup>73</sup> “Bandeirante por parte da mãe, Joaquina Ananias Neves da Luz, e açoriano pelo pai lado do pai, Jacinto José da Luz” DIÁRIO CATARINENSE. Governadores de Santa Catarina 1739/1993, Florianópolis, Editora DC, 1993, p.24-31.

<sup>74</sup> Felipe Schmidt nasceu em Lages, e foi o “quarto governador do Estado, de 28 de setembro de 1898 a 28 de setembro de 1902, recebendo o cargo de Hercílio Pedro Luz e passando a Lauro Muller, seu primo, uma das maiores lideranças políticas do Estado na época. Depois, em substituição a Vidal José de Oliveira Ramos, foi o oitavo governador de Santa Catarina [...] entregou o seu segundo mandato ao vice-governador Hercílio Luz, pois o eleito Lauro Muller não assumiu” Disponível: [http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool\\_timeline/felipe-schmidt-1914-1918/](http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool_timeline/felipe-schmidt-1914-1918/), acessado novembro de 2016.

política começa a ganhar destaque Adolfo Konder, também de descendência germânica vinda de Itajaí, este que tinha trabalhado anteriormente ao lado de Hercílio Luz. Adolfo se elege governador do Estado em 1926, assim como seu irmão Vitor Konder que vai acabar sendo deputado federal em 1920, e no governo de Washington Luís (1926-1930) assumindo como ministro da Viação e Obras Públicas. (DIÁRIO CATARINENSE, 1993, p.45).

As famílias Bornhausen também de Itajaí, junto com os Konder vão ser uma das grandes lideranças políticas do Estado pela UDN. Em contrapartida tinha a família Ramos<sup>75</sup>, grande latifundiária do município de Lages a qual pertencia ao partido do PSD, sendo que às vezes fazia aliança com o PTB do presidente Getúlio Vargas. Esses dois partidos vão ser os que atuaram com mais força no estado, como também formaram uma das grandes oligarquias que acompanhou o movimento político do século XX.

Todas essas mudanças são reflexos do novo cenário brasileiro que vem se construindo, pós anos de 1930, interferindo diretamente nas medidas políticas e nos planos de desenvolvimento de Santa Catarina, como também de Florianópolis, sendo está a capital as transformações urbanas vão ser mais visíveis na estrutura da cidade.

A Porção Norte da Ilha por sua vez, vai ser uma das regiões, assim como a parte central onde essas intervenções vão ser extremamente significativas, e onde essa elite ligada à oligarquia política influenciará decisivamente no seu desenvolvimento.

<sup>75</sup> O pai de Nereu Ramos foi “deputado provincial do Império e, depois da proclamação da República, ocupou uma cadeira na câmara Estadual durante várias legislaturas; exerceu por duas vezes o governo do Estado de Santa Catarina (de 1902 a 1905 e de 1910 a 1914), foi deputado federal e senador. Entre seus irmãos, Joaquim Ramos foi deputado federal de 1947 a 1971, e Celso Ramos governou o estado entre 1961 e 1966, representando-o no Senado de 1967 a 1971. Três primos seus também se destacaram na política catarinense: Saulo Ramos cumpriu o mandato na Câmara Federal de 1951 a 1955 e foi eleito senador para o período de 1955 a 1963; Aristiliano Ramos foi interventor no estado entre 1933 e 1935, e Cândido de Oliveira Ramos, interventor em 1932, foi também senador em 1935 e deputado federal entre 1935 e 1937”.

Disponível:[http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool\\_timeline/nereu-ramos-1935-1945/](http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool_timeline/nereu-ramos-1935-1945/), acessado novembro de 2016.

## 4.2 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E A INFLUÊNCIA POLÍTICA NO NORTE DA ILHA

O segundo processo de urbanização está em consonância com a ascensão da pequena produção mercantil açoriana, onde está passa a fornecer os produtos aos novos comerciantes locais que vão surgir nessa segunda leva de imigrantes do século XIX.

Ao mesmo tempo, que surge o segundo processo de Urbanização, ocorre concomitantemente à **segunda dualidade brasileira** (Rangel, 1981), no mesmo século. Momento em que o capital comercial português perde espaço para o capital comercial nacional, surgindo desta forma uma próspera classe de comerciantes no centro de Desterro, sendo o porto o grande impulsionador, já que era um dos principais da província. Assim, como o de Santo Antônio de Lisboa.

Ou seja, a ascensão da pequena produção mercantil e a condição de Desterro como praça importadora e exportadora, fortalecia do comércio local no final do século XIX, fazendo com que ocorresse um forte desenvolvimento na área urbana. Nessa conjuntura Desterro torna-se uma cidade mercantil, tendo como base os fatores econômicos, e não apenas o social e o político como as cidades pré-capitalista.

É no século XIX também que a freguesia de Santo Antônio acaba se destacando por ser uma das regiões mais expressivas, especialmente por comercializar grande parte da produção agrícola do norte da Ilha através do seu porto, o que estimulava o comércio local.

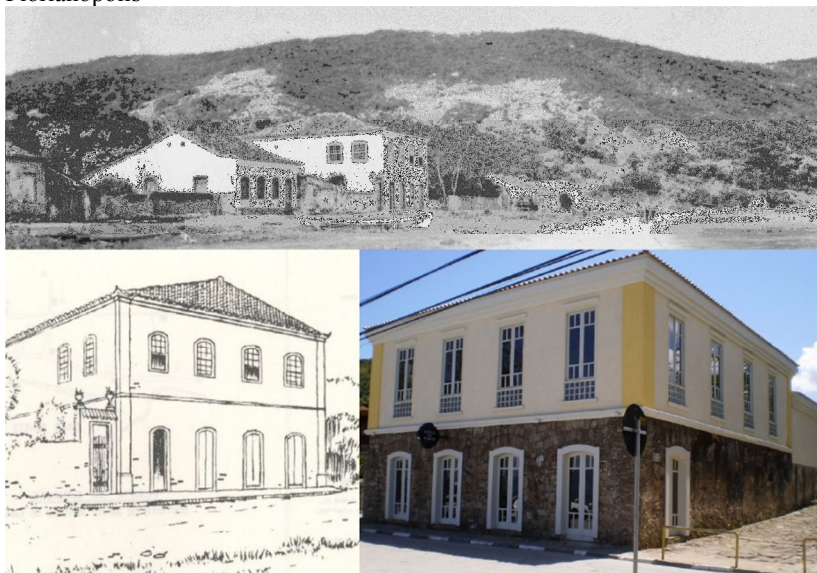
Segundo Toner (1985), a freguesia objetivava ser a sede da administração portuguesa na capitania de Santa Catarina, e por isso investia muito em sua infraestrutura. Por conta disso, foi construída nesta freguesia, de acordo com o mesmo autor, a primeira rua calçada nesta capitania, a qual serviu para receber D. Pedro II em 1845.

Franklin Cascaes relata que o calçamento tipo pé-de-moleque, feito a partir de pedras irregulares geometricamente arranjadas, ainda existente em Santo Antônio, em cuja lateral se encontrava um casarão de dois andares (**Ilustração 9**), hospedava o Imperador quando vinha à Ilha, em visitas de inspeção. Era a casa mais confortável da época, a qual foi restaurada em 2010, e onde, atualmente, funciona atualmente o Restaurante “Villa do Porto”<sup>76</sup>.

<sup>76</sup> O casarão encontra-se na Rua 15 de Novembro. O casarão pertence a Mauro Sartorato (IPHAN, 2015, p.133), o qual arrendou ao proprietário do Restaurante.



Ilustração 9 - Casarão que hospedou D. Pedro II e ao lado a 1ª rua calçada de Florianópolis



FONTE: Fotografia de 1955 (IBGE), desenho (SOARES, 1991, p.176), e fotografia de Giselli Ventura, outubro de 2010.

Segundo Várzea (1984),

Santo Antônio é uma das localidades mais aprazíveis da costa ocidental da Ilha. Situada em solo plano e à beira mar, entre Cacupé Pequeno e a Ponta da Ilhota, **dir-se-á uma cidadezinha**, pela sua pitoresca praça **ornada de prédios construídos como os de certos arrabaldes antigos da capital**, e pela sua disposição em três ou quatro ruas cheias de casa, unidas ou separadas apenas por pequenas hortas e jardins, que não existem em outros sítios (VÁRZEA, 1984, p. 106). *(grifo meu)*

A vinda de D. Pedro II ao sul do Brasil deu-se devido a interesses políticos, pois era recente o apaziguamento feito com os promotores da Revolução Farroupilha que transformou Rio Grande do Sul e Santa Catarina por mais de dez anos em praça de guerra. E o fato de a freguesia ser forte comercialmente e ter uma produção agrícola



relevante atraíam para a região algumas figuras políticas que atuavam em Desterro, outro motivo que incentivou a ida do Imperador para a freguesia. O próprio João Pinto da Luz, uma das figuras tradicionais do distrito de Santo Antônio, “quando D. Pedro II visitou Santa Catarina em 1845, foi ele agraciado com a encomenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mais tarde, em 1854, recebeu a comenda de Oficial da Ordem da Rosa” (SOARES, 1991, p.138).

Em 1850, segundo Toner (1985), a freguesia era um dos balneários das famílias abastadas de Desterro e de alguns presidentes de província. Onde estabeleceram chácaras e casas de veraneio de nomes influentes da política catarinense.

Segundo Soares (1991), são descritas **sete famílias que tiveram papel importante na política**: os Andrade<sup>77</sup>, os Maфра<sup>78</sup>, os Pereira Serpa<sup>79</sup>, os Pinto da Luz<sup>80</sup>, os Lisboa<sup>81</sup>, os Rocha Pires<sup>82</sup>, e o Francisco

77

Padre Lourenço Rodrigues de **Andrade** “foi o primeiro da Freguesia de Santo Antônio de Lisboa a alcançar projeção política fora da Província” (SOARES, 1991, p. 134) sendo escolhido em 1821, como representante de Santa Catarina na Corte de Lisboa. A família “Andrade” é uma ainda uma das famílias tradicionais da região, inclusive uma das incentivadoras da cultura açoriana, através do “Engenho dos Andrades” até hoje no Caminho dos Açores.

78  
Outro político que se destacou em Santo Antônio foi José da **Silva Maфра**, nascido em 1788, “em 1798 participa da campanha militar no Rio Grande do SUL [...] em 1820, já como sargento-mor, comanda a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Dez anos depois se reforma no posto de tenente-coronel [...] em 1824, assume a Secretaria da Presidência da Província” (SOARES, 1991, p. 135). Além da função militar se engajou na política como deputado da Assembléia Legislativa Provincial de 1835 a 1843. “Foi vice-presidente da Assembléia em 1840 e em 1843[...] 1º vice-presidente da Província cargo que ocupou até 1844. Com o falecimento do Padre Lourenço Rodrigues de Andrade” (SOARES, 1991, p. 135) ocupa sua vaga no senado. José da Silva Maфра alcançou diversos outros cargos na carreira militar, e na política como vereador da Câmara Municipal de Desterro 1829 chegando a presidente em 1833. Um de seus cinco filhos, Manoel da Silva Maфра, nascido em Cacupé em 1831, também fez carreira, primeiro como “juiz de direito, exerceu esse cargo em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Foi Deputado na Assembléia Legislativa Provincial nas legislaturas 1860-1861, 1868-1869, 1972-1873, 1878-1879 e 1880-1881. Foi deputado geral do Império [...] Ministro da Justiça” (SOARES, 1991, p. 136).

79  
O padre José Fabriciano **Pereira Serpa** (1844- 1922) filho de José Pereira Serpa, que por curiosidade era major e como consta na Tabela 10 era um dos proprietários de escravos da região, o que indica que vinha de uma família com posses. Ele também foi padre durante 53 anos na paróquia de Nossa

---

Senhora das Necessidades, além disso, “ingressa na política e concorre a uma cadeira de deputado na Assembléia Legislativa Provincial [...] (1878-1879) [...] No ano seguinte volta à Assembléia Provincial, como representante de Lages” (SOARES, 1991, p. 137).

<sup>80</sup> A família **Pinto da Luz** também tem sua origem na freguesia de Santo Antônio, e por gerações permaneceu na política, tendo como patriarca e matriarca “o casal Manoel Rodrigues da Luz e Vivência da Encarnação”, ambos de descendência das Ilhas dos Açores. “Dois netos desse casal e um bisneto tiveram liderança na Política catarinense do século passado e início deste. Foram eles: João Pinto da Luz, José Maria da Luz” (SOARES, 1991, p. 138). Político de grande influência liderou por muito tempo o Partido Conservador. Foi deputado na Assembléia Legislativa Provincial (SOARES, 1991, p. 138) de 1850 a 1853, e de 1864 a 1865. João Pinto da Luz teve vários descendentes, mas os que se destacaram no cenário político foram: o “almirante José Pinto da Luz, que foi Ministro da Marinha no governo de Campos Sales e Elesbão Pinto da Luz. Este foi deputado na Assembléia Constituinte Estadual e à 1ª legislatura (1892-1894). Foi uma das vítimas da Revolução Federalista, sendo morto na Fortaleza de Anhatomirim. O segundo bisneto da família “Pinto Luz” é José Maria da Luz (1806-1887) que também se destacou como comerciante em Desterro, “político como o irmão, foi deputado provincial de 1848 a 1857, de 1860-1861, e de 1872-1873. O marechal Francisco Carlos da Luz um dos filhos de José Maria da Luz foi duas vezes deputado “uma na assembléia Geral (1861-1864) e outra na Assembléia Provincial (1876-1877). Seu neto, Edmundo da Luz Pinto, teve, igualmente, projeção política, sendo várias vezes deputado estadual e federal” (SOARES, 1991, p. 138 e 139).

<sup>81</sup> Mais recentemente a família **Lisboa** teve também sua origem na freguesia de Santo Antônio e uma participação tanto no comércio local, até hoje, como na política. Os “Lisboas” tiveram como base da árvore genealógica, Raul Francisco Lisboa (1888- 1970) conhecido em todo norte da Ilha por exercer a homeopatia. Ele foi marinheiro, sua primeira atividade profissional, posteriormente passa a ser por muito tempo intendente distrital da freguesia, de 1930 a 1951, saindo em 1945 com a queda de Getúlio Vargas, e retorna em 1947 com a redemocratização do país, sendo um dos líderes do PSD no Distrito. Seu filho Osni Raul Lisboa ligado ao PTB sendo um dos fundadores do diretório municipal chegou a ser vereador na Câmara Municipal de Florianópolis por duas legislaturas. Seu descendente Arnaldo Lisboa Filho foi membro do PMDB em 1982 concorrendo ao legislativo municipal ficando como suplente, e posteriormente acaba legislando em 1985, por um curto período, e onde deixa o PMDB e passa para o PDT (SOARES, 1991). Arnaldo Lisboa assume dois meses em 1994 no lugar do vereador titular Gean Marques Loureiro, e 3 meses em 1995 no lugar do vereador Carlos Alberto Pereira Silva. Assume em 18/10/99 à 30/11/99 em substituição ao Ver. Dalmo Deusdedit Meneses. Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>,

Silva<sup>83</sup>, todas tem em comum serem descendentes de açorianos<sup>84</sup> e se fixarem inicialmente em Santo Antônio de Lisboa.

Outro morador da localidade que participou ativamente da vida

acessado janeiro de 2017.

<sup>82</sup> Os **Rocha Pires**, naturais de Sambaqui, além de terem nome de rua no distrito também tiveram uma vida política bem ativa. Dois deles: Benjamim da Rocha Pires e Rafael da Rocha Pires, ambos foram intendente do Distrito. O primeiro Benjamim (1865-1930) era vinculado ao Partido Republicano Catarinense sendo nomeado a intendente no segundo governo de Hercílio Luz (1922-1924), o que proporcionou a oportunidade de iniciar a estrada para Sambaqui. Dos seus filhos, apenas um se interessou pela política, Roldão, este foi ligado a UDN chegando a presidir o diretório distrital. O irmão de Benjamim, Rafael da Rocha Pires é nomeado em 1945, pelo prefeito Oswaldo Bulcão Viana como escrivão distrital, e em 1951 é nomeado intendente do Distrito de Antônio pelo prefeito Paulo Fontes. Seu filho Roberto Lapa Pires começa sua atividade política através da nomeação de Paulo Fontes para a Secretaria da Saúde e Assistência Social do Estado, mas ingressa definitivamente na política através da UDN onde três anos depois é eleito vereador da Câmara Municipal de Florianópolis, reelegendo no ano seguinte, sendo o mais votado em sua bancada (SOARES, 1991).

<sup>83</sup> Firmino **Francisco da Silva** (1920-1980) foi o intendente do distrito que por mais tempo ficou no cargo, 24 anos. Sendo natural de Cacupé se envolveu na política em 1954 ao trabalhar para o candidato a vereador Dib Cherem. Um a das suas últimas participações em campanhas eleitorais foi em 1978 para o candidato a câmara Federal Esperidião Amim. Dentro da sua administração como intendente conseguiu a construção da escola básica Dr. Paulo Fontes, a pavimentação das principais ruas do distrito, inclusive quase todo o percurso do acesso a Sambaqui, além do asfalto da rua que liga Santo Antônio a SC-401, a Rua Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. Em Cacupé conseguiu alargar e melhorar a rua (SOARES, 1991).

<sup>84</sup> “A contribuição açoriana foi a mais expressiva para o povoamento de Nossa Senhora das Necessidades. Para se ter uma idéia no século XVIII, dentre as crianças livres batizadas em Santo Antônio de Lisboa 75% tinham avós açorianos, provenientes de todas as ilhas do Arquipélago. Fato curioso é a existência de ascendente inclusive da pequenina Ilha do Corvo, que ainda hoje possui uma população inferior a quinhentos habitantes. A grande contribuição foi dada pela Ilha Terceira com 34,2% dos indivíduos, seguida pela Ilha Graciosa com 18,7%, São Jorge com 15,9%, Pico, 12,2%, Faial, 11%, São Miguel, 6,5%, Flores, 0,4, Santa Maria, 0,1 e Corvo 0,08%” (cartoriosilva.com.br/santo\_antonio\_lisboa.html, acessado em dezembro de 2011).

política e comercial do distrito foi Isid Dutra<sup>85</sup>, apesar de ter vindo da região de Laguna, após ter casado com Almerinda Lima Dutra nunca mais saiu da região. A presença de dois padres (Andrade e P.Serpa) justifica os poderes políticos da Igreja. Outras funções como a carreira militar também foram comuns entre um Maфра e um Lisboa.

Além das famílias que tinham comércio no distrito de Santo Antônio como Isid Dutra<sup>86</sup>, Francisco Silva e Lisboa, havia as que acabaram exercendo essa atividade com destaque no Centro de Desterro (sendo os Maфра e Pinto da Luz). Outras se sobressaíam porque detinham muitas terras e estavam ligadas mais a produção agrícola como a família Rocha Pires.

Dos comerciantes que foram atuar em Desterro no século XIX, se destaca nesse período de **João Pinto da Luz**<sup>87</sup>, um político e

<sup>85</sup> **Isid Dutra**, que hoje teria mais ou menos 120 anos, segundo seu neto em entrevista, teve 16 filhos com Almerinda Lima Dutra, está integrante de uma das famílias tradicionais de Santo Antônio. Ele participou ativamente do partido da UDN, sob liderança de Rafael Rocha Pires. Na comunidade além de ser comerciante (onde comprava dos pequenos produtores) que chegavam de canoa do interior do Norte da Ilha (como Ratonas, Vargem Pequena, Jurerê...), com o intuito de abastecer o seu estabelecimento que se encontrava na “Praia das Flores” em Sambaqui, revendê-las no Mercado Público em Florianópolis. Além de ter sido um dos proprietários de terras da região. Outras atividades que exerceu na comunidade foi a de intendente e de delegado na freguesia. Mais atualmente, o seu neto Maurício César Dutra Meürer (57 anos), filho de Laurita Dutra Meürer, é o intendente do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, cargo este que exerce a seis anos, sendo indicado em 2005 pelo partido do PMDB durante o governo de Dário Berger. Na vida política, há dez anos atrás se candidatou através do partido PSL (hoje inexistente) ao cargo de vereador, não conseguindo se eleger. (entrevista concedida em janeiro de 2011).

<sup>86</sup> Em entrevista D.Cici fala que em meados do século XX, **uma das vendas que eram famosas no Norte da Ilha** era a que se encontrava na Praia das Flores em Sambaqui pertencente à Família Dutra “[...] que tinha um comércio grande, uma venda muito grande no Sambaqui” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas- D. Cici- realizada em 13/08/2014).

<sup>87</sup> **João Pinto da Luz**, neto de um dos primeiros casais que residiram “na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades que nasceram todos os filhos do casal. Ali foram criados e educados, casaram-se e, naquela comunidade, formaram o grande núcleo da família Luz” (LUZ, 2008, p.87). José Antônio da Luz, pai de João Pinto da Luz, é o primeiro filho do casal “Manuel Rodrigues da Luz e Mariana Vivência da Encarnação residiram, até a última década do século XVIII, na freguesia [...] por volta de 1790, mudaram-se para a Vila de Nossa Senhora do Desterro” (LUZ, 2008, p.87).

comerciante, “de origem coronelista, (que se destacou como) negociante e armador, (e) chefe do Partido Cristão, fundado em 1847” (CRUZ, 2008, p. 72). Seu comércio encontrava-se na Rua Augusta, próxima à Praça XV de Novembro, que hoje leva o seu nome, Rua João Pinto.

Cabe destacar **Jacinto José Luz**, segundo estudos de Biléssimo (2008) era o terceiro homem mais rico de Desterro. Este que nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, era o “homem de confiança do irmão João Pinto da Luz e estava ao seu cargo a parte financeira das campanhas políticas” (LUZ, 2008, p.163). Jacinto apesar de não ter sido um protagonista político fez de seu filho, **Hercílio Pedro da Luz** (Hercílio Luz), governador três vezes de Santa Catarina.

Atualmente, a figura política que tem sua origem vinculada aos primeiros “**Luz**” que chegaram a Santo Antônio de Lisboa, apesar de ter nascido em São Francisco do Sul, é **Rodolfo Joaquim Pinto da Luz** (LUZ, 2008). Ele assumiu diversos cargos políticos e na última eleição de 2016 saiu como vice-prefeito pelo PSD, na mesma chapa que a candidata a prefeita Ângela Amim (PP). Em janeiro de 2017<sup>88</sup> assumiu o cargo de presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), nomeado na gestão do prefeito de Florianópolis Gean Loureiro (PMDB).

Outra família da região relevante tanto no comércio como na política foi **Marcos Antônio da Silva Mafra**, onde exerceu a atividade comercial ainda jovem, “instalando seus negócios na Praça de Desterro. Fez fortuna e pelo menos uma vez socorreu com suas posses os combalidos cofres do Tesouro Provincial” (SOARES, 1991, p. 135). Um dos descendentes de Mafra teve um papel importante na política catarinense ao definir os limites do Estado, foi ele o Conselheiro Mafra<sup>89</sup>.

<sup>88</sup> Disponível: <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-cultura/24232-presidente-da-fundacao-catarinense-de-cultura-toma-posse-na-proxima-terca-feira>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>89</sup> É a partir de 1889 [...] com a proclamação da República, muitas ruas, cujos nomes homenageavam a família real, foram substituídos por nomes de republicanos e revolucionários [...] Seguindo as determinações da época, a Rua do Príncipe, por centralizar o comércio de tecidos e outras mercadorias, passou a se chamar Rua do Comércio, sendo nomeada em 1900 de Rua Altino Corrêa, oficial legalista, embora a população continuasse a chamá-la de Rua do Comércio. Finalmente em 1910, em homenagem ao advogado político Manoel de Silva Mafra, pelo papel que desempenhou na questão dos limites contestados

Muitas dessas famílias tradicionais deixaram sua marca não apenas no comércio e na política, mas no nome das ruas fora como dentro do distrito, como a Rua Cônego **Serpa**, a principal de Santo Antônio; a Rua Gilson da **Costa Xavier**, estrada geral de Sambaqui, e a Rua Isid **Dutra**, a principal da Barra do Sambaqui. Ainda em Sambaqui, as ruas Oswaldo da **Rocha Pires** e Durval **Pires** da **Cunha** concentram ainda hoje muito dos descendentes com esses sobrenomes no local.

Toda essa influência e status que tinha a freguesia refletiam a vontade que a localidade de Santo Antônio tinha de se tornar mais importante que o distrito principal (centro de Florianópolis). O ar de modernidade dado pela primeira rua calçada, como a construção do casarão (um dos melhores prédios na época em Desterro), reflete uma das preocupações que a freguesia tinha para se tornar o polo central de economia da Ilha.

A freguesia fez várias tentativas de tornar a região central, como o Centro da vila de Desterro, pois Manuel Manso de Avelar, ao administrar a Ilha, não abriu mão de morar na Ponta do Sambaqui, onde “se pensou em fazer a cidade, o que só deixou de ser em função da falta de segurança. Na ocasião a Ilha de Santa Catarina começava a ser invadida por piratas” (SOARES, 1991. p. 85), e ainda não tinham sido construídas as fortalezas, o que intimidaria a aproximação.

Houve outras investidas de centralizar a região, como demonstra o projeto de Lei de 1864, tendo como objetivo o Desmembramento das Freguesias N. Sr<sup>a</sup> das Necessidades de Santo Antônio, N. Sr<sup>a</sup> da Conceição da Lagoa, São Francisco de Paula de Canasvieiras, São João Batista do Rio Vermelho, para formarem um novo município chamado de Santo Antônio da Barra Norte. Essa lei não foi aprovada, continuando a configuração das freguesias como antes do projeto.

Em 02 de maio de 1877, surge novamente outra proposta de emancipação da Porção Norte, na qual desmembrava a freguesia Nossa Senhora do Desterro e anexava às freguesias: de São Francisco de Paula, São João Batista do Rio Vermelho e Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio. A Lei chegou a ser publicado no jornal *O Despertador* de 24 de abril de 1877, mas acabou não se efetivando o projeto de lei<sup>90</sup>.

---

entre Santa Catarina e Paraná, passou a se chama **Rua Conselheiro Mafra** (NONNENMCHER, 2002, p.11 e 12) (*grifo nosso*).

<sup>90</sup> Publicação no Diário Catarinense (24/03/2015). Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/03/florianopolis-dividida-lei-de-1877-tornou-o-norte-da-ilha-de-santa-catarina-outro-municipio-4724881.html?impressao=sim%3Fimpressao=sim>, acessado em março de 2015.

O fato de a região ter continuado até hoje, se desenvolvendo fez com que novamente esse debate aparecesse em 2002 surge o "Projeto de Emancipação do Norte da Ilha", "formada principalmente por comerciantes da região. Em dezembro do mesmo ano foi encaminhado à Assembleia Legislativa um projeto para desmembrar a Ilha de Santa Catarina em dois Municípios" (NOPEs, 2014, p.140). A proposta era de que os doze distritos existente em Florianópolis, cinco deles (Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Rationes e Ingleses) fossem denominados "Balneário de Florianópolis", o que representaria 35% do território da Ilha (NOPEs, 2014). O que acabou não ocorrendo.

Em 2012 se retoma o debate. A proposição da emancipação do Norte da Ilha iniciou por parte de alguns empresários da região dos Ingleses, que solicitavam um plebiscito<sup>91</sup> sobre o assunto. Mas, acabou não dando prosseguimento. O que foi reivindicado em contrapartida, devido ao crescimento da região, foi à criação de subprefeituras<sup>92</sup>.

As subprefeituras entram em vigor através da Lei Complementar Nº 465, de 28 de junho de 2013<sup>93</sup>, durante o governo de César Souza

<sup>91</sup> Notícias do Dia (27/04/2012) coluna de Carlos Damião. Disponível: <http://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/proposta-absurda-para-o-norte-da-ilha>, acessado em abril de 2012.

<sup>92</sup> O geógrafo José Luiz Sardá, em matéria do jornal diário catarinense (10/01/2013) tecia uma crítica ao modelo implantado das intendências, o que seria dentro da visão dele ultrapassado. As subprefeituras dariam um novo modelo de administração dos bairros de Florianópolis, os quais 11 distritos estão no interior da ilha. Essa solicitação feita ao prefeito Cesar Souza, que transforme em lei criando as subprefeituras do continente, leste, sul e norte da ilha, sendo que o distrito sede não necessitaria, pois suas demandas são atendidas na própria prefeitura no centro. O projeto de lei com a criação das "subpreitura" é criado em 2013: lei complementar nº 465, de 28 de junho de 2013. (seção xxii, art.57 "subprefeitura é o órgão da estrutura do município, dirigido por subprefeito, capaz de induzir e motivar o engajamento, a integração e a participação da sociedade para, de forma planejada e estratégica implementar e executar políticas públicas, promovendo a integração entre pessoas e regiões. Parágrafo único - os cargos de subprefeito serão de livre nomeação pelo chefe do poder executivo." No art.58 ficam criadas três subprefeituras (norte, leste e sul) da ilha.

<sup>93</sup> Disponível: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2013/47/465/lei-complementar-n-465-2013-dispoe-sobre-a-organizacao-administrativa-e-a-reestruturacao-de-cargos-da-administracao-publica-municipal-e-adota-outras-providencias-2013-06-28-versao-original>,

Junior. Elas são responsáveis dentre outras coisas coordenarem as intencções de cada região. Foram criadas três subprefeituras na Ilha: Norte, Leste e Sul. O primeiro subprefeito da Porção Norte da Ilha vai ser Amarildo Osvaldo Forte<sup>94</sup>, sendo nomeado só após dois anos de criação da Lei, pois faltava espaço físico e estrutura para essa nova parte administrativa da prefeitura.

Ressaltando que o cargo de intendente, função de coordenar a freguesia a qual foi nomeado, continua ainda vigente em Florianópolis, mesmo com o surgimento das subprefeituras. Inclusive atualmente existem 13 intencções: Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Canto da Lagoa, Ingleses, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonos, Ribeirão da Ilha, Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, e Tapera<sup>95</sup>. Os **intendentes** até hoje são cargos comissionados nomeados pelo prefeito, e muitos ex-intendentes utilizaram o cargo para fazer carreira política como alguns vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis.

Referente ao cargo de “intendente” é bom destacar que foi palco de muitas disputas entre famílias tradicionais de cada bairro, já que quem ocupava, geralmente, era cabo eleitoral.

Na freguesia de Santo Antônio, as famílias tradicionais, que descrevemos anteriormente aparecem novamente, se revezando entre o cargo de intendente, como retrata Iaponan Soares (1991).

Entre os seus primeiros Intendentes encontram-se Benjamin da Rocha **Pires** e Thomas Camilo da **Cunha**, ambos no correr dos anos vinte. Depois desses dois nomes exerceram o cargo: Raul Francisco **Lisboa**- 1930-45; Isid de Souza **Dutra**-1945-47; Raul Francisco **Lisboa**-1947-51; Rafael da Rocha **Pires**-1951-54; Áltino Dealtino Cabral-1954-56; Firminio Francisco da Silva-1956-1980; João de Deus Sartorato-1981-83; Vilmar Pedro da **Luz**-1983-85; Agapito Anastácio Katcpis-1985;

---

acessado em Junho de 2013.

94

Disponível:[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/04\\_11\\_2015\\_19.35.23.3d916843da1cbe73c9bb33b9507c6afe.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/04_11_2015_19.35.23.3d916843da1cbe73c9bb33b9507c6afe.pdf), acessado em dezembro de 2015.

95

Disponível:  
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smo/index.php?cms=intendencias&menu=0>, acessado em janeiro de 2017.



Altino Dealtino Cabral-1985-89; e novamente Agapito Anastácio Katcipis (SOARES, 1991, p.30). (*grifo meu*)

A eleição entre a década de 1940 e 1960<sup>96</sup> haviam basicamente, dois partidos principais que disputavam o poder dessas freguesias, um era a União Democrática Nacional (UDN) que tinha como uns dos líderes Irineu Bornhausen e os Konder<sup>97</sup>, e o outro, o Partido Social Democrático (PSD) representado por Aderbal Ramos da Silva. Ressaltando que os três partidos principais<sup>98</sup> da terceira república (1945 a 1964) eram o PSD, UDN e PTB. Muitas vezes o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas) fazia aliança com o PSD.

No Rio Vermelho e os Ingleses tinham apenas um intendente<sup>99</sup>,

<sup>96</sup> Ambos os partidos em 1945 concorrem às eleições para governador do Estado tendo como vencedor Aderbal Ramos (PSD). Em 1950, Irineu Bornhausen (UDN) ganha do candidato do PSD, Udo Deeck. Em 1955, Jorge Lacerda (UDN) vence de Francisco Benjamim Galloti (PSD).”Nas eleições estaduais de 1961, Irineu Bornhausen é derrotado pelo **candidato do PSD, Celso Ramos**, que garante desta vez seu lugar como Governador do Estado de Santa Catarina, **ficando no poder de 1961 a 1966**. [...] Essas disputas políticas não se estender ao nível do legislativo, tanto no âmbito federal como no estadual. É importante ressaltar que **as disputas políticas ficam polarizadas entre a UDN e o PSD**, sempre sendo seus candidatos com maiores votações e conquistando as cadeiras da câmara federal” (ANTÔNIO, 2014, p.21). (*grifo meu*) Muitas vezes o PSD estava junto com o PTB (Partido dos Trabalhadores) de Getúlio Vargas.

<sup>97</sup> “A pontificação dos Konder de Itajaí na política catarinense, com Victor Konder no ministério da Viação e Adolpho Konder no governo estadual, aliada a um investidor uruguaio atraiu o primeiro sistema de telefones automáticos para Florianópolis, em 1927, que foi precursor de toda a América do Sul.” (CRUZ, 2008, p.98) (*grifo meu*)

<sup>98</sup> Destacando que surgiram outros partidos, porém com a Ditadura Militar, após o Golpe de 1964, os partidos políticos foram extintos, criando-se apenas dois partidos no Brasil: a **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional) de direita e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro) com uma “esquerda” consentida pelo governo militar.

<sup>99</sup> “De acordo com os ex-Intendentes Juceimar Hugo Soares e Manoel Vasquez, São João do Rio Vermelho teria dado origem ao distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Segundo eles, havia uma briga política entre essas duas comunidades pelo fato de ser Rio Vermelho a sede do distrito, e estar em Ingleses a Intendência Distrital. Dessa maneira, alegam os entrevistados, a solução foi, por acordo político, dividir o distrito, dividir o distrito em 1954”

onde a separação acaba ocorrendo antes do desmembramento dos distritos. Por este motivo, o cargo passou a ser alvo de disputa entre: “os senhores Gentil Mathias da Silva e o José Fernandes da Silva considerados por alguns como “coronéis” da comunidade” (NOPES, 2015, p. 183).

Mas ainda era assim, se o PSD ganhava era o meu avô, José Fernandes da Silva, quando a UDN ganhava o falecido Gentil. Só tinha dois partidos políticos, era a UDN e o PSD [...] quando o governo mudava, o prefeito municipal que nomeava o intendente. Eles eram como os coronéis, né. Eles comandavam tudo” (NOPES, 2015, p.189)<sup>100</sup>.

Na década de 1950 a família “Gentil” acaba apoiando a candidatura de Jorge Lacerda, que ganha como governador do Estado catarinense (1955). conforme descreve Nopes (2015), em uma de suas entrevistas com um morador local, “Eles fizeram um comício na casa do tio Gentil e estava presente o Jorge Lacerda, Irineu Bornhausen, o pessoal do Bucão e vários outros que acompanhavam eles. Naquela época era o partido da UDN” (NOPES, 2015, p.190). Ficando evidenciada a forte ligação que esses intendentes tinham com as grandes lideranças políticas de Santa Catarina.

A dissertação de Ricardo Aldo Dutra (1994) demonstra que os intendentes da década de 1960 a 1980, atuavam “politicamente nos distritos, através de uma prática de apadrinhamento que incluía a indicação de pretendentes ao serviço público ou a prática de favorecimento quando da realização de obras públicas, direcionada exclusivamente para seus eleitores” (DUTRA, 1994).

As obras realizadas em cada freguesia era uma forma do

---

(DUTRA, 1994, p. 35). “Antes da cisão, foram Intendentes, em Rio Vermelho; Adolfo João Coelho, João Vasquez, Fernando de Deus, Gentil Matias da Silva e José Fernandes da Silva. A partir de 1954, com a divisão distrital, administraram a Intendência de São João do Rio Vermelho Juceimar Hugo Soares, de 1954 a 1985; Manoel Vasquez, de 1985 a 1987; João Itamar da Silveira, eleito em 1987; novamente Manoel Vasquez, em 1988, e Alcides Egídio Natividade, em 1991” (DUTRA, 1994, p.36).

<sup>100</sup> (Seu Carlos,[out. de 2010]. Entrevistador: Adriane Nopes. IN: NOPES, Adriana. Memórias da Tradição: praia dos Ingleses Ilha de Santa Catarina. Jaraguá do Sul: Impressul Indústria Gráfica, 2015).

intendente demonstrar a sua influência política para os moradores da localidade. A própria disputa entre as duas famílias “Gentil” e “José Fernandes Silva” se refletiu com a chegada da “energia elétrica<sup>101</sup> [...] benefício do intendente José Fernandes; enquanto que o Colégio Gentil Mathias foi construído na gestão do Gentil, quando o prefeito era Paulo Fontes, da UDN” (NOPEs, 2015, p.190).

Mas se esses intendentes ligados a famílias tradicionais de cada freguesia tinham tanta influência por que não se candidatavam como vereadores?

Segundo, Dutra (1994) em suas entrevistas com antigos intendentes, o argumento era de que tinham influência apenas em suas freguesias, e ao mesmo tempo tinham receio de perder as eleições e deixarem de ter o prestígio que tinham. Como salienta o ex-intendente do Ratoles, Cassiano Jacques: “Nunca pensei em ser Vereador. A minha política era aqui. Eu sei que aqui em Ratoles eu era bem visto mas, para ser Vereador pelo menos tinha de ter um bom comando na ilha toda, já que é necessário um bom número de votos” (DUTRA, 1994, p.111).

Mas dentro da visão do ex-prefeito de Florianópolis: Francisco de Assis Cordeiro (do partido do PSD, função exercida entre 1979 a 1983), o “cargo de Intendente, para essas pessoas do interior e que exerciam a política representava o estágio máximo na busca pelo espaço de liderança na sua região. Quer dizer, alcançar a função de Intendente era a demonstração de que aquela pessoa lá do interior era a mais importante do ponto de vista político” (DUTRA, 1994, p. 111).

Essa visão na verdade é limitada, pois não interessava às lideranças partidárias a ascensão desse intendente, pois se ele se candidatasse a vereador, quem assumiria o controle eleitoral da comunidade do interior da Ilha? Já que o cargo era ligado a membros de famílias tradicionais de cada localidade, gerando confiança por parte dos moradores. O partido realmente não queria a substituição desse intendente tradicional por outro sem vínculo permanente com os eleitores.

Além disso não interessava aos candidatos a

<sup>101</sup> “Em Florianópolis, até meados da década de 1950, o sistema de energia elétrica era bem precário. A CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) foi criada em 09 de dezembro de 1955, pelo decreto estadual nº22, assinado pelo governador Irineu Bornhausen” (NOPEs, 2015, p.100). Chegando na praia dos Ingleses apenas em 1967.

vereadores que o seu cabo eleitoral de maior importância no distrito atuasse nas eleições como adversário, na medida em que os Intendentes, enquanto candidatos a vereança, trabalhariam em causa própria. Assim pronunciou-se o ex-Prefeito Nilton Severo da Costa<sup>102</sup> a esse respeito : "O que eu observo é que a ascensão não ocorreu porque ele, o Intendente, estava a serviço do próprio vereador que esmagava a sua ascensão (DUTRA, 1994, p. 11).

Alguns intendentes acabam se candidatando como vereadores de forma tímida, como das eleições de 1976, elegeu Clodoaldo Amaral (ex-intendente da Cachoeira do Bom Jesus que chegou ao distrito na década de 1970), depois Onildo Lemos (Intendente dos Ingleses, e pai atualmente do vereador Edinho Lemos).

O pesquisador Dutra (1994) estudou as eleições de 1966 a 1988<sup>103</sup>, período de grandes transformações, na Porção Norte da Ilha como em toda a cidade, pois a partir da década de 1960 inicia investimentos fortes em infraestrutura tendo como base o Plano de Metas do JK, assim como os reflexos das políticas iniciadas na década de 1930, com Getúlio Vargas. Reflexos que auxiliaram na melhoria de infraestrutura das localidades no interior da Ilha, pois começa a chegar à luz, a estrada, e com a vinda das empresas Estatais ocorre à indicação de muitos moradores para esses cargos ligados ao funcionalismo público, como a Universidade Federal de Santa Catarina.

O governador Celso Ramos (PSD) como governador de 1961 a 1966 faz várias intervenções como a instalação de infraestrutura, por exemplo, a energia elétrica no interior da Ilha, e até mesmo projetos

<sup>102</sup> Exerceu o mandato como prefeito de Florianópolis entre 1973 a 1975).

<sup>103</sup> “Os últimos dados coletados dizem respeito às eleições de 1988, quando outra reforma política partidária havia acontecido, dando origem aos partidos da Frente Liberal - PFL da Social Democracia Brasileira - PSDB -, e outros menores como o Partido Democrático Cristão - PDC - e o Partido Verde - PV -, além dos Partidos Comunistas já legalizados. Também ocorreram as coligações como a do PMDB, PCB e PV. É importante lembrar que a eleição de 1988 é a primeira em Florianópolis, nos últimos vinte anos, onde se teve, paralelamente, a escolha do Prefeito e dos Vereadores, já que em 1982, escolheram-se apenas os vereadores e, em 1985, somente o Prefeito” (DUTRA, 1994, p.108).

ligados à questão agrícola, como a formação da bacia leiteira no Rio Vermelho.

A partir de 1988, quando há uma reforma Constitucional e política no Brasil, com isso a seleção do cargo de intendente dos distritos muda o que acabou não tendo continuidade.

Quando da realização da eleição de 1988, a Prefeitura Municipal de Florianópolis era administrada pelo PMDB na pessoa do Prefeito Edison Andrino, eleito em 1985. Em sua administração realizaram-se as eleições para Intendentes Distritais, renovando-se aqueles nomes tradicionais em praticamente todos os distritos **com exceção dos distritos de Ingleses e de Santo Antônio de Lisboa** onde aconteceu a eleição de figuras que ocuparam o cargo no passado. Em Ingleses, foi eleito o Sr. Onildo Lemos, ex-Intendente nos anos sessenta e setenta, com vinculação à ARENA e ao PDS e, em Santo Antônio de Lisboa o Sr. Altino Dealtino Cabral que foi Intendente em 1954, militando no PTB, e em 1985, quando fazia parte do PMDB na administração provisória de Aloizio Piazza (DUTRA, 1994, p.109) (*grifo meu*)

Lembrando que atualmente, a seleção do cargo voltou como era antes, o intendente é nomeado pelo Prefeito da capital do Estado. Outras mudanças também surgiram com o tempo, os intendentes foram despertando a vontade de se candidatarem vereadores, e cada vez mais o interesse de assumirem esse cargo. Muitos intendentes que assumiram depois de 1988, principalmente, não são mais ligados a famílias tradicionais como era antes.

Essa mudança começa a estimular cada vez mais a intenção de muitos intendentes ligados às famílias tradicionais das freguesias, a se candidatarem como vereadores. A família Gentil influente também nos Ingleses vai eleger, por exemplo, como vereador Adir Cardoso Gentil<sup>104</sup>

<sup>104</sup> Em entrevista em janeiro de 2013 a um jornal on line de Tocantins/Palmas onde foi convidado a coordenar a campanha a prefeito. Disse ter ocupado alguns cargos em Santa Catarina: “fui gestor público por diversas vezes como secretário municipal, na área também do Estado, fui presidente e também diretor da empresa de coleta e saneamento de Santa Catarina, a Casan, da empresa de tecnologia do Estado de Santa Catarina. Enfim, tive várias

(pelo PFL) que atua entre 1989 a 1990<sup>105</sup>. Adir Gentil ficou também como segundo suplente como senador nacional assumindo o cargo em 2002<sup>106</sup>. O próprio Onildo Lemos na década de 1990 se elege vereador.

Mas o cargo ainda continua sendo um trampolim para muitos candidatos se elegerem. Um exemplo, atual, de como muitos intendentess acaba alcançando o cargo na Câmara Municipal de Florianópolis é o caso do Marcelo da Intendência. Em 2008 quando concorreu à eleição acabou perdendo, o que levou a assumir a intendência dos Ingleses. Em 2012, ganha a eleição, sendo um dos primeiros vereadores a vencer apenas com os votos de um único bairro<sup>107</sup>, e em 2016 ganha novamente. Vanderlei Lela foi outro que está no seu segundo mandato na Câmara, exerceu também a função de intendente do Campeche<sup>108</sup>.

Alguns dos vereadores, apesar de não terem sido intendentess tiveram familiares que exerceram essa função em sua localidade de origem, o que acabou influenciando politicamente as novas gerações, como Edson Lemos, em 2017, ele segue o seu segundo mandato na Câmara Municipal, mas seu pai, Onildo Lemos, foi vereador e intendente por 20 anos nos Ingleses<sup>109</sup>, como vimos anteriormente. Outro vereador que ganha pela primeira vez às eleições de 2016, Gabriel Meurer (Gabrielzinho), nunca foi intendente, mas o cargo foi ocupado por seu avô (Isid Dutra), e seu pai (Maurício César Dutra Meurer) na

experiências administrativas tanto privadas quanto públicas”.

Disponível:<http://www.jornalopcao.com.br/posts/tocantins-entrevista/com-10-mil-servidores-palmas-tem-excesso-de-funcionarios>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>105</sup> Foi vereador de 1983 a 1992 pelo PDS e pelo PFL, assumindo como Presidente da câmara de Janeiro de 1989 à Dezembro de 1989. Assume a Secretaria de Obras do Município de 16/04/91 à 01/04/92 no governo de Bucão Viana. Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>, e, <http://m.diariocatarinense.com.br/noticias/politica/a4007471>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>106</sup> O titular do cargo vai ser Wilson Kleinubing, e segundo suplente Geraldo Altof. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3132>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>107</sup> Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/vereador/marcelo-fernando-de-oliveira>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>108</sup> Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/vereador/vanderlei-farias>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>109</sup> Disponível: <http://blogdovereadoredinhoemos.blogspot.com.br/>, acessado em janeiro de 2017.

região de Santo Antônio de Lisboa.

Dos 23 vereadores<sup>110</sup> que assumiram o cargo em 2017, sete são do Norte da Ilha<sup>111</sup>, desses, três são novos na função: Gabrielzinho pelo PSB, Miltoninho Barcelos (Democratas), e João Luiz da Bega (PSC). Os outros quatro se reelegeram, são eles: Marcelo da Intendência (PP), Edinho Lemos (PSDB), Dalmo Menezes (PSD) e Dinho (PMDB). Este último também ligado à família tradicional de Santo Antônio de Lisboa, os Andrades.

Muitos dos que assumiram o cargo na Câmara Municipal do Norte da Ilha são de famílias tradicionais, “manezinhos da Ilha” (onde estão na 3ª ou 4ª geração dos que iniciaram a povoação do século XVIII).

Como o Edinho Lemos natural da localidade do Santinho, pertencente atualmente ao Distrito dos Ingleses. Assim como João Luiz da Bega deu continuidade à carreira política de seu pai, João da L. da Bega, o qual é tradicional do Rio Vermelho. Segundo em entrevista com a Srª. Laureci da Natividade Lucas (conhecida como D.Cici): o patriarca começou a vida como motorista de caminhão que transportava o leite da comunidade do Rio Vermelho para a Usina de leite na Rua Bocaiúva, no Centro.

Primeiro veio o Carvalho [...] um que vinha de caminhão pega o leite [...] ele morava pra lá no Estreito [...] depois quem carregou aqui, o João da Bega que começou a levar o leite [...] hoje já foi vereador, [...] candidato a deputado [...] ohhh ele começou a vida nessa, carregando leite pra usina,

<sup>110</sup> Do total de 23 vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis, dezoito tem sua origem na capital catarinense, e cinco são de fora (Claudinei do PR, Lino do RG, Maria do RJ, e dois de SC- Erádio (Garopaba) e Renato (Blumenau)). Dos 18 vereadores que descrevem como sendo da cidade, apenas 10 declararam de onde vieram ou foi possível identificar. Pedro de Assis Silvestre (Coqueiros), Tiago da Silva (Centro), Maikon da Costa (Carianos), Roberto Katumi e Vanderlei Lela (sul da Ilha), Gabrielzinho (Sambaqui), Marcelo da Intendência (Ingleses), Edson Lemos (Santinho), Dinho (Praia do Forte), João Luiz da Bega (Rio Vermelho). No site tem a relação das Contas Eleitorais de cada candidato de 2016. Disponível: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/81051/candidatos>, acessado janeiro 2017.

<sup>111</sup> Disponível: <http://www.jornalconexao.com.br/norte-da-ilha-emplaca-seis-vereadores-no-legislativo-de-florianopolis/>, acessado em outubro de 2016.

ele trabalhou de motorista pra usina, depois comprou um caminhão pra ele [...] ele derramou muito suor pra ter [...] ele carregando pela usina, depois conseguiu trabalhar com a madeireira Felipe Boabaid [...] a madeireira Felipe Boabaid era no Estreito [...] o pessoal ia comprar pra fazer a casa e eles tinham a entrega, e o João era um dos que tinha o caminhão pra fazê a entrega [...] Ele virou cabo eleitoral [...] cada ano eles mudam [...] primeiro ele fez a campanha para o PDS, começou a campanha dele com o Amim, hoje ele não tá com o pessoal do Amim [...] Seu João da Bega tem muito comércio nos Ingleses, muita casa de comércio [...] tem um posto de gasolina no Rio Vermelho [...] tem um no Santinho, lá perto do costão [...] tinha fábrica de picolé lá em Canasvieiras [...] um posto de gasolina na Vargem [...] ele tem três filhos cada um tem um posto de gasolina”” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

Essa expansão da atividade econômica para os Ingleses e Canasvieiras demonstram o interesse que muitas famílias tradicionais tinham em desenvolver o Norte da Ilha, passando essas freguesias a ter, principalmente após os anos de 1970 uma melhora na infraestrutura da região, facilitando o acesso, e fortalecendo o setor terciário (o comércio) e o desenvolvimento do turismo na região.

Como descrito anteriormente às famílias tradicionais deixam suas marcas não apenas na política, como também através dos nomes de ruas dentro de cada freguesia de origem. Uma das ruas, já mencionado em Santo Antônio de Lisboa vai ser da família “Dutra”, a qual tem como descendente atualmente o vereador Gabrielzinho pelo PSB. O vereador João Luiz da Bega (PSC), também traz na comunidade do Rio Vermelho o nome de sua família na Servidão João da Bega. Sendo que a principal, apesar de não levar o nome de sua família leva o nome de uma figura de relevância na história política do bairro, no início do século XX, como a Rodovia João Gualberto Soares. Segundo D. Cici:

A família antiga do Rio Vermelho tinha bastante [...] João Gualberto Soares esse era da freguesia, era professor, até a estatua dele tá lá em frente à Praça [...] eles eram as pessoas que dominavam Rio Vermelho inteiro, eles eram o maior político



que nasceram aqui [...] primeiramente tivemos o partido aqui foi o liberal, [...] o liberal andou pelo republicano [...] eles eram liberal, nos todo, a nossa família eram deles, depois colocavam a UDN que fazia parte do liberal, depois ficou o PDS cá ARENA, neh, aí nos era do PDS, a ARENA era republicano” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

Toda essa influência política perpassava entres as freguesias no interior da Ilha. Uma das ruas principais do Santinho, ligada à família de Edinho Lemos, deixou também sua marca na comunidade, por intermédio da Estrada Vereador Onildo Lemos<sup>112</sup>, nome do seu pai. Os nomes de ruas podem muitas vezes revelar a história e as especificidades da formação de cada freguesia tradicional da Ilha, uma marca que vai além do seu tempo.

Porém, nem sempre o nome de rua de alguma figura política estava ligado a seu bairro de origem, mas ao seu grau de importância no contexto histórico da cidade ou da localidade. Um exemplo, a Rodovia José Carlos Daux, a principal via de ligação da Porção Norte da Ilha, a SC-401, teria que levar um nome que se destacasse dentro de Florianópolis por incentivar a atividade turística no Norte da Ilha. Ou mesmo a Rua José Daux em Canasvieiras, onde iniciou um dos ramos de atividade da família, o setor hoteleiro, sendo um dos pioneiros nessa atividade no Norte da Ilha. Hoje, o vereador em exercício, Rafael Filomeno Daux (PMDB) leva novamente para o cenário político<sup>113</sup>, a retomada do sobrenome de seus descendentes.

Como podemos perceber famílias tradicionais do Norte da Ilha como da cidade, continuam ainda no cenário político municipal, assim como o estímulo ao crescimento da área de estudo, a Porção Norte da Ilha, foi e vem sendo, influenciado por muitos desses administradores

<sup>112</sup> Osnilo Cardoso Lemos foi vereador da Câmara de Florianópolis de 1991 a 1992 assumindo o lugar de Salomão Mattos Sobrinho, e em dezembro de 1992 assume no lugar de Almir Saturnino Brito. Depois em 1994 assume novamente como vereador no lugar do titular vereador Juarez Silveira. Em 1995 como suplente de Heriberto Basílio Ramos Junior pelo período de 61 dias. Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>113</sup> A família Daux teve como representante político no cargo de vereador: Miguel Daux (1952-53). Disponível: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>, acessado em janeiro de 2017.

públicos e empresários. Sem dúvida, as elites locais SUGAI (2015) iniciaram o século XX investindo na expansão imobiliária da terra, estimulando ainda hoje esse crescimento. O que não é muito diferente do que ocorre recentemente, onde através das propostas que estão passando pela Câmara Municipal de Florianópolis, na gestão do prefeito Gean Loureno, a qual altera muitas regras do Plano Diretor, ao liberar a aprovação de empreendimentos imobiliários ligados à construção civil com a desculpa de ter uma maior arrecadação.

Se voltarmos a analisar o processo histórico de formação sócio espacial da porção Norte da Ilha, desde o primeiro processo de urbanização e o segundo, percebemos que a princípio, as figuras políticas e os comerciantes se concentraram na região de Santo Antônio. A partir do século XIX, as demais freguesias vão se desenvolvendo e crescendo. Um dos indícios é o processo de desmembramento das três localidades existentes no século XVIII: Nossa Sr<sup>a</sup> do Desterro, Nossa Sr<sup>a</sup> das Necessidades, e Nossa Sr<sup>a</sup>. Da Lagoa da Conceição, e a formação de novas freguesias.

Transformações motivadas pela **ascensão da pequena produção mercantil no contexto do capitalismo comercial**, no século XIX, fazendo com que Florianópolis crescesse economicamente e expandisse. Dentro dessa conjuntura algumas localidades começam a ganhar destaque, e se tornam freguesias, como o que ocorre em 1º de março de 1841. O documento oficial dividia a cidade de Desterro em 6 paróquias (no caso freguesia): “A sede, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio, São João Batista do Rio Vermelho e São Francisco de Canasvieiras” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.129). Esse aumento do número de freguesia ocorre devido às políticas administrativas que se estabelecem na primeira fase do século XIX.

Ou seja, criam-se as freguesias de: São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835) e São João Batista do Rio Vermelho (1831), ambas se localizam ao Norte da Ilha, e mais tarde a Freguesia da Santíssima Trindade (1853) a Oeste.

**Canasvieiras**<sup>114</sup> se desmembrar de Santo Antônio pela Lei provincial nº8 de 15 de abril de 1835, sob o nome de São Francisco de Paula de Canasvieiras. Fazem parte atualmente do seu distrito as

114

A freguesia tem esse nome, “Canavieiras ou Canasvieiras, ao que tudo indica, deve-se ao fato do lugar ter se destacado pela extensa plantação de cana-de-açúcar; daí o nome do lugar resultar do campo do canavieiro plantador, um certo senhor Vieira” (BITENCOURT, 2005, p.21).

localidades de Canasvieiras, Jurerê e Daniela.

A relação da freguesia de Canasvieiras com o porto de São Francisco “representou um entreposto importante entre o norte da ilha de Santa Catarina e Desterro na virada do século XIX para o XX. Por ele, a produção agrícola e pesqueira era constantemente escoada para o mercado público da cidade” (BITENCOURT, 2005, p.17). Porém, não diminuiu a importância do Porto de Santo Antônio que além de sua infraestrutura tinha o posto da alfândega e casas comerciais importantes da Porção Norte

Várzea descreve a região como

uma dessas casas de negócios da roça [ficava] próximo ao Porto do Rio [...] e atraía os roceiros que vinham das Freguesias e arraiais vizinhas, vender aí mesmo ou fazer embarcar para a cidade suas mercadorias. Havia certo número de canoas singrando constantemente abarrotadas de carga entre a capital e Canasvieiras (VÁRZEA, 1985, p.103).

Seu porto tinha um ótimo acesso ao da freguesia de Santo Antônio, pois “primeiro a viagem era mais curta e segura, visto que o rio deságua em Sambaqui, poupando um quarto de distancia e já ao abrigo da barra” (VÁRZEA, 1985, p.104), já se fosse pelo Leste da ilha pegaria o mar grosso e aberto.

Depois **São João do Rio Vermelho**<sup>115</sup>, através da Resolução régia de 11 de agosto de 1831, se desmembra do Distrito da Lagoa. “Todavia, até o ano de 1962 era parte integrante do distrito de Ingleses

<sup>115</sup> O nome da freguesia Rio Vermelho, que nasce num olho de água na base dos cômodos de areia que separam a praia dos terrenos de lavoura; o rio corre na direção norte-sul, [...] A água dos dois rios nasce clara, mas a que corre para o sul, **a uns três quilômetros da nascente fica com uma cor vermelha, que os moradores atribuem à composição das terras**; quando a chuva é forte a água do rio, e também de todas as valas daquelas redondezas fica completamente vermelha; em outras ocasiões a terra ali treme e dá estouros, e muita gente tinha medo de lá passar – e diziam que haviam encantamentos. Mas, depois do primeiro susto, observavam as imediações, e constataram que a terra deve ter uma composição especial pois tem cheiro de carbureto, quando se lhe chega o fogo ela arde, e no local só nasce aroeira. É a essa composição que atribuem o fato de as águas do rio ficarem vermelhas. (Lupi e Lupi, s/d – pág. 13 e 14). (*grifo meu*).

do Rio Vermelho” (GOMES, 2010, p.34). Onde ao norte se separava da localidade dos Ingleses devido aos maciços rochosos (morros).

Com a vinda dos pequenos produtores açorianos para a região e por apresentar um “terreno assaz fértil, no qual se dá bem a mandioca e o amendoim” (VÁRZEA, 1985, p.98) vão acabar exportando através “dos Ingleses e de Canasvieiras, onde alguns lachões [...] vão carregar todos os anos” (VÁRZEA, 1985, p.98). Pois o Rio Vermelho não tinha acesso ao mar como as demais freguesias.

No século XX, outros três importantes desmembramentos vão ocorrer. O primeiro distrito da **Cachoeira do Bom Jesus**<sup>116</sup> surge pela Lei municipal nº 394 de 19 de fevereiro de 1916<sup>117</sup>, quando este se desmembra do distrito de Canasvieiras.

O segundo distrito no século XX, a ser criado no Norte da Ilha é o de **Ratones**<sup>118</sup>, pelo Decreto estadual nº 620 de 21 de junho de 1934, quando este se desmembra de Santo Antônio. Ratones devido aos seus aspectos naturais, como o rio que leva o seu nome, desaguava em Sambaqui onde encontra o posto e a alfandeg e o porto. Esse rio era a principal rota de muitos agricultores que vinham de outras localidades, como de Canasvieiras.

E o terceiro no distrito de **Ingleses do Rio Vermelho**<sup>119</sup> criado

<sup>116</sup> A origem do nome está atrelada a sua geografia, pois o distrito “começa num morro- Morro da Cachoeira, onde nasce uma cachoeira. A denominação “Bom Jesus” é em homenagem ao Senhor Bom Jesus- santo de invocação do lugar” (PASINI, 2005, p.42), e por isso se associou o aspecto natural com o fervor religioso.

<sup>117</sup> IBGE, Enciclopédia dos municípios Brasileiros. Vol.XXXII, Rio de Janeiro, 1959.

<sup>118</sup> O nome é atribuído a dois ilhéus situados em frente ao pequeno estuário do rio, quase em meio à baía do norte” [...] Os primeiros navegantes espanhóis que aportaram [...] ao avistarem esses ilhéus deram-lhe o nome de Ratones, pela singularidade semelhança de ambos com os animais (VÁRZEA, 1985, p.105).

<sup>119</sup> O nome “Ingleses” surge em fins do século XVIII quando os ocupantes de uma embarcação inglesa que naufragou nas proximidades da Ilha do Mata Fome, de frente com a praia dos Ingleses (VÁRZEA, 1985). Esses tripulantes do naufrágio acabaram se salvando e alguns deles ficaram no local, e constituíram família e se entregaram à pesca e aos serviços rurais. Contribuindo para a explicação de Várzea, “Reinaldo Vieira Stuart, que se diz descendente da família dos naufragos ingleses [...] (que) foram socorridos pelos moradores de São José do Rio Vermelho, Aranhas, Canasvieiras, e proximidades[...]” (NOPES, 2015, p.151). Outra versão, que “o nome era dado ao referir-se a

através da lei número 531, de 4 de dezembro de 1962. Há uma discussão em relação à criação do Rio Vermelho e dos Ingleses. Pois, alguns defendem que Ingleses foi criado antes do distrito do Rio Vermelho, como afirma o ex-intendente e vereador Onildo Lemo: “A data de criação do distrito de Ingleses do Rio Vermelho é de 11 de agosto de 1831. Até aí o Rio Vermelho estava subordinado a Ingleses. Rio Vermelho não era distrito, passou a ser distrito pela lei de 4 de dezembro de 1962” (DUTRA, 1994, p. 36).

Mas segundo a pesquisa realizada por Dutra (1994),

Essa legislação, no entanto, entra em choque com a lei de 11 de agosto de 1831 que afirmava ser São João Batista do Rio Vermelho o distrito, e Ingleses, uma de suas comunidades. O erro não é do Sr. Onildo Lemos, defensor do seu distrito e do seu espaço político, mas daqueles que, sem conhecimento maior do Município, ou por, talvez desejarem privilegiar lideranças de Ingleses, menosprezaram a legislação do século XIX. (DUTRA, 1994, p. 36).

Por este motivo a maioria dos historiadores como Várzea (1983) acaba reconhecendo a criação do distrito dos Ingleses na década de 1960.

Sobre a gênese dos seis distritos que integram a porção norte da Ilha, existem poucas bibliografias que apontem ou relatem a ocupação vicentista e luso brasileira dessas freguesias no século XVII e início do XVIII, com exceção de Santo Antônio de Lisboa. Os demais começam a ser descritos pelos historiadores a partir dos imigrantes açorianos, no século XVIII, o que acaba fazendo com que uma das três primeiras freguesias fundadas na Ilha, Nossa Sr<sup>a</sup>. Das Necessidades seja uma região polarizadora, e com atividade política e comercial mais intensa.

A necessidade de formar novas freguesias, a partir do século XIX, pode estar associada ao modo de produção dominante, a pequena produção mercantil açoriana, que tem na agricultura a sua principal fonte de renda necessitando de mais terra à medida que ia aumentando a população local. Com isso, novos locais passam a ser ocupando,

---

companhia inglesa de exploração de óleo de baleia, que existia até a primeira década deste século. Alguns nativos ainda guardam os tachos que já pertenceram aos exploradores do óleo” (Jornal O Estado. Florianópolis, 12/01/1985. (acervo da biblioteca Pública de Santa Catarina).

expandindo os núcleos de povoamento. Pauli (1987) descreve o fato

Quanto à fixação na Ilha, teve ela uma sequência que inicia em torno da Vila Capital [...] Dali o povoamento segue para Trás do Morro [...] Trindade. Tomou a ocupação a direção do Córrego Grande, de onde se atinge a já mencionada Lagoa [...] No norte da Ilha se instalaram os açorianos em Santo Antônio de Lisboa, de onde ganharam Rio Ratonés, Canasvieiras e Rio Vermelho. Só a Lagoa e Santo Antônio são núcleos iniciais. No Sul os açorianos crescem em Ribeirão da Ilha. À época das armações da pesca da baleia deslocam-se em parte para a localidade hoje conhecida Armação da Lagoinha. Não obsta que antes da criação dos núcleos açorianos no interior da Ilha já houvesse outros moradores dispersos (PAULI, 1987, p.177).

Para a sociedade do século XVIII e XIX ligada à pequena produção mercantil, as áreas mais planas eram mais favoráveis à agricultura do que as áreas íngremes<sup>120</sup>, contudo, isso não impediu que a lavoura estivesse presente nas encostas dos morros, e mais recentemente a ocupação imobiliária vai ganhando destaque ao subir a declividade dos morros.

<sup>120</sup> Para VEADO (1998) a Ilha ao contemplar essas duas formações: a Planície Quaternária e os Maciços Cristalinos compõem um subsistema, que vai integrar dois geossistemas distintos: o primeiro da Planície Costeira Quaternária e o segundo da Serra do Leste Catarinense. Dentro da perspectiva desses dois geossistemas o **primeiro** terá três geofácies: Planície Norte, **Planície Central** e Planície Sul. O **segundo** também apresenta três geofácies: Serra do Mar, Mar de Morros e **Serra do Tabuleiro** (VEADO 1998).

## 5 O TERCEIRO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: OS IMPACTOS DA DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

Com a crise de 1929, outro momento de colapso mundial, obriga o Governo a “uma forma nova e superior de substituição de importações, isto é, a industrialização. A classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, negociou com a classe dos latifundiários, surgida da segunda dualidade, novo pacto de poder, sob a hegemonia desta” (RANGEL, 2005, p.695). É a fase que Rangel (2005) chama de **terceira dualidade brasileira**.

Mesmo Florianópolis não tendo uma economia com base no latifúndio e sim voltada à pequena produção mercantil açoriana, sofreu as consequências dessa conjuntura nacional, pois estes acabam entrando em decadência por não ter aprimorado os processos de produção e suas relações de trabalho. O que se intensifica ainda mais no final da década de 1950. Nessa transição os “comerciantes açorianos foram substituídos por comerciantes de origem alemã, merecendo destaque Hoepcke, Wandhausen,...” (BASTOS, 2000, p. 130).

Esses novos comerciantes promoveram a modernização do porto, assim como a do próprio comércio, que se expandia no mercado, “porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma produção natural ou de autoconsumo” (RANGEL, 1981, p.25).

Isso ocorreu devido às novas colônias nos vales atlântico catarinense, que foram se especializando e aperfeiçoando a produção agrícola. Consequentemente, exportavam o excedente, dando base financeira para impulsionar, em conjunto com as políticas públicas pós-anos 1950, o processo de industrialização no litoral catarinense. Ao mesmo tempo, a estrutura social da pequena produção mercantil açoriana, baseada na atividade agrícola e na pequena produção pesqueira artesanal, entra em declínio.

O **terceiro processo de urbanização** (BASTOS, 2000) é explicado pelas relações estabelecidas entre as classes sociais envolvidas com as políticas de Estado adotadas ao longo do Estado Novo (1937/1945), no seio das quais “os setores que sobreviviam no modo de vida anterior ao capitalismo se estabelece com vigor a partir de 1930, entram em decadência e as atividades envolvidas naquela sociedade ressurgem em novas condições integradas ao novo sistema socioeconômico em implantação” (BASTOS, 2000, p. 134 e 135).

Essa nova configuração urbana de Florianópolis vai estar

vinculada à decadência da pequena produção mercantil açoriana e às mudanças na estrutura produtiva do setor pesqueiro durante as décadas de 1940 e 1960 (através de investimentos na pesca industrial), o que causou grande empobrecimento e elevado êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (BASTOS, 2000).

A despeito da decadência que atingiu a agricultura açoriana, as paisagens agrárias atuais dos núcleos mantém, esquematicamente, as mesmas características. Em alguns núcleos a agricultura perdeu a supremacia para a pesca, em outros continua paralelamente a essa atividade, e em outros as mudanças foram mais acentuadas, em virtude do crescimento de centros urbanos que se refletiu num recrutamento de populações das comunidades rurais descendentes de açorianos para atividades terciárias e secundárias que se ampliaram recentemente. Este fato é muito observado em relação a antigos núcleos localizados no interior da Ilha de Santa Catarina, transformados numa espécie de subúrbios esparsos e afastados, como Santo Antônio e Ribeirão da Ilha (LAGO, 1968, p. 90).

O Estado passa nessa nova conjuntura, a ter um papel decisivo em nível nacional e estadual, pois, com a nova divisão territorial do trabalho que se estabeleceu com o desenvolvimento industrial brasileiro (e catarinense), o capital catarinense converteu-se em polo de concentração de novas e importantes funções administrativas referentes à política econômica social presente pelo menos desde a década de 1930 (BASTOS, 2000).

A política social instalada pelo governo varguista<sup>121</sup> permitiu um forte aumento na oferta de empregos no setor público, sobretudo na capital do Estado, Florianópolis. A atividade pública possibilitou a criação de “novos cargos e novos empregos, inclusive com vencimentos relativamente elevados, que concorreram para manter o movimento econômico interno” (PELUSO JR, 1991, p. 344).

<sup>121</sup> É criado em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ainda no Governo de Getúlio Vargas, com o intuito de “desenvolver setores básicos da economia brasileira, nos planos públicos e privados” (disponível no site: [www.abrasil.gov.br](http://www.abrasil.gov.br)).

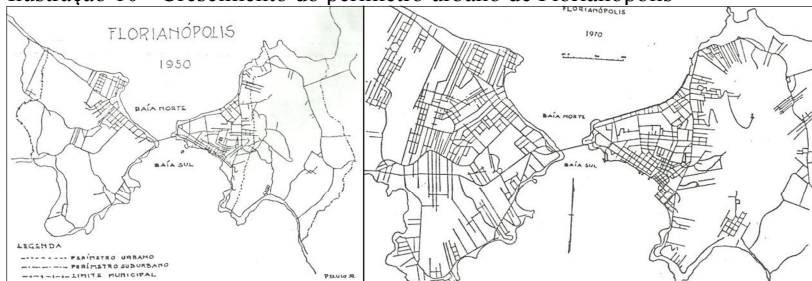


Em 1940, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 38% da população economicamente ativa de Florianópolis estava concentrada no desenvolvimento de atividades governamentais, 25% nas atividades de Florianópolis, 37% na prestação de serviços, demonstrando que as atividades que dão sustentação a função de lugar central estão concentradas no setor terciário da sua economia, influenciado pela função política da cidade, como capital de um Estado Federado (MARCON, 2000, p.106).

Essa nova classe média que surge do funcionalismo público vai estimular o comércio local, e mesmo a economia da região, e a vocação de Florianópolis no setor terciário. Com isso a cidade passa a atrair cada vez mais moradores para as áreas urbanas, o centro tanto a parte continental e insular da Ilha são as que iniciam a sua expansão urbana.

Peluso (1991) aborda esse crescimento da parte central da Ilha (Ilustração 10) entre os anos de 1950 e 1970.

Ilustração 10 - Crescimento do perímetro urbano de Florianópolis



FONTE: Peluso Jr, 1991, p.352 e 353. Mosaico feito por Giselli Ventura de Jesus

Toda essa dinâmica iniciada na primeira metade do século XX em Florianópolis se destaca como ressalta Mamigonian (1959), por ser uma

Cidade fundamentalmente administrativa, comercial e de outros serviços [...] de 1946 em diante (entrou) em novo surto de crescimento, que

se explica pelas novas fortunas comerciais nascidas da guerra<sup>122</sup> e principalmente pelo crescimento do funcionalismo particularmente o federal. Enquanto antes de 1946 levantaram-se por ano de 50 a 60 novas construções, nos anos que correm erguem-se 350 a 450 (MAMIGONIAN, 1959, p.33)

As funções administrativas das estatais passaram a garantir melhores condições para o desejado desenvolvimento industrial, “com regulamentação das relações entre o capital e o trabalho e a atuação no setor produtivo brasileiro” (MARCON, 2000, p.106). “Esta década mostrou as transformações sofridas por Florianópolis ao acentuar a sua dupla função de cidade de serviço e político-administrativa. Manteve, no entanto, até 1930, as condições de centro portuário e comercial” (MIRA, 2002, p. 67).

Todas essas mudanças no início do século XX, tanto em Florianópolis como na conjuntura brasileira, fez com que surgissem outras teorias, para mitigar a crise social que se instalou, como a de Keynes, segundo a qual o Estado deveria intervir na economia de forma efetiva, garantindo o bem-estar da sociedade.

Esse tem reflexos no Brasil, quando o governo passa a elaborar planos ou mesmo ações capazes de dar dinamismo à economia e garantir o bem-estar social.

A primeira experiência de planejamento no Brasil é datada no início da década de 1930, era o Plano Quinquenal de Obras e Reparcelamento da Defesa Nacional (1942) que só fora executado pela captação de recursos provenientes da negociação do governo Getúlio Vargas com o governo americano. O plano tinha como principais objetivos a criação de indústrias, execução de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional (OLIVEIRA, 2009, p.28, grifo meu).

O fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 propiciaram várias

<sup>122</sup>

O enriquecimento com a II Guerra Mundial ocorre devido a substituição de importação e o processo de industrialização interna, ao mesmo tempo estimulando o comércio interno brasileiro.

alterações, não só na conjuntura mundial como na nacional, o que trouxe novas rupturas realizadas em plena recessão econômica mundial. Ocorre em 1930 uma grande mudança na economia brasileira: o país resolve não pedir mais empréstimos à Inglaterra. Isso ocorre devido à política econômica dos ingleses de não propiciarem o desenvolvimento industrial brasileiro, pois “o suprimento de matérias primas e produtos agro primários para a metrópole (era o que preservava) o nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos” (RANGEL, 1981, p. 28).

Ao romper com a Inglaterra, o Brasil consolida uma nova aliança com os EUA: “A política brasileira consiste em acompanhar as orientações norte-americanas. Os capitais americanos dominam, desde então, a comercialização do café, e começam a penetrar na produção, através dos financiamentos, sendo já absolutos na distribuição.” (SODRÉ, 1967, p.315).

é preciso lembrar ainda que por estar mais ligado ao setor bancário do que ao industrial por não ter nada a perder com o nascente processo de industrialização do Brasil, o capitalismo americano mostrou-se mais aberto ao novo capitalismo industrial brasileiro, garantindo o financiamento das grandes iniciativas estatais, como a Companhia do Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, criadas pelo governo Vargas para alavancar a industrialização brasileira (PEREIRA, 2001, p.118).

A aliança com os americanos faz com que a economia brasileira gire em torno do capitalismo americano, que permite o financiamento da industrialização nacional, “porque na medida em que se dá o desenvolvimento por substituição de importações<sup>123</sup> cresce o mercado interno; obviamente cresce o mercado para exportação dos países industrializados” (SINGER, 1982, p. 162).

Esse apoio por parte dos EUA acontece, como esclarece Rangel (1981), pelo fato de aquele país ter uma produção primária metropolitana vasta e diversificada e por não ser fornecedor de produtos industriais ao Brasil. É o capital financeiro americano que começa a

<sup>123</sup> “Com a contração mundial acelerada após 30 e que durou até 1948, várias partes da periferia capitalista, o Brasil em particular, reagiram num esforço principal de substituição de importação, iniciado anteriormente, mas que se acelerou desde então” (MAMIGONIAN, 1987, p. 66).

ganhar espaço mundialmente principalmente após a I Guerra Mundial e a crise de 1929: “Assiste-se ao alijamento acelerado dos capitais europeus, a sua substituição progressiva e rápida por capitais americanos. Os Estados Unidos vinham sendo já os fornecedores de empréstimos externos” (SODRÉ, 1967, p.315).

É nesse momento, que se concretiza a **terceira dualidade brasileira**, tal como Rangel (1981) a caracteriza. Essa nova etapa trará “não somente uma mudança de hegemonia no plano interno, mas também a troca de hegemonia (a inglesa pela norte-americana) no plano externo” (RANGEL, 1981, p.28).

A Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, um representante latifundiário, só foi possível devido ao fato de o novo centro hegemônico (EUA) apoiar, com o seu capital financeiro (SILVA, 1992), a “classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, (que) negociou com a classe dos latifundiários novo pacto de poder, sob a hegemonia desta” (RANGEL, 1986, p.26).

Dentro dessa nova conjuntura de pacto<sup>124</sup>, esses industriais catarinenses passam a ganhar destaque devido às políticas públicas de incentivo a esse setor econômico. Em contrapartida, os comerciantes de exportação e importação, em que os capitais comerciais de Florianópolis estavam ligados aos capitais do Rio de Janeiro perdiam suas forças, pois quem passa a ganhar relevância é São Paulo com a aceleração do “processo de industrialização e a interação do território nacional via estrada de rodagem” (BASTOS, 2000, p. 133).

As indústrias catarinenses ganham espaço, principalmente após as políticas de 1930, quando há um forte desenvolvimento e crescimento das indústrias catarinenses em todo o Estado, como cita Mamigonian (1986), no alto vale; no litoral sul com a criação da produção carbonífera que “no pós-guerra a situação se tornou crítica, mas a Revolução de 1930 estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% do carvão nacional em 1931” (MAMIGONIAN, 1986, p.56); no Oeste com a agroindústria. E a exportação de madeira do planalto através do porto de Itajaí (BASTOS, 2000).

A capital do estado, Florianópolis, apesar de não ter se transformado em uma “**cidade industrial**”, salvo algumas indústrias que

124

Essas novas alianças que surgem dentro do poder “no esquema da dualidade brasileira, introduzia-se uma mudança de estratégica importância, a saber: no pólo externo da dualidade, o capitalismo industrial- antes presente no lado externo, - apareceria do lado interno, substituindo aí o capitalismo mercantil. Era a terceira dualidade que nascia” (RANGEL, 1981, p.26)

são implantadas como a de bordados e de pregos de Carl Hoepcke (migrante alemão), por exemplo, teve como base de sua economia a pequena produção mercantil que ao não modernizar suas forças produtivas acaba entrando em decadência. Acarretando no êxodo rural na ilha, nos anos de 1940 e 1950, muitos acabam migrando para outras regiões do país.

As modernizações que ocorreram na década de 40, o traçado do Plano Rodoviário Federal, objetivando a integração rodoviária do território nacional e a integração do mercado nacional. Ressonou no Estado de Santa Catarina duas rodovias projetadas: BR 2 (atual 116 que foi implantada em 1945), e a BR 59 (atual 101, implantada em 1957), que viriam a conectar o Norte ao Sul do Estado e não convergiram para a capital, que não se integrava de forma efetiva com as outras regiões (MARCON, 2000, p. 108).

Com o crescimento da urbanização a nível nacional, iniciado nos anos de 1940, em consequência das políticas Nacionais de Vargas, tem-se nas décadas de 1950 e 1960 a intensificação desse crescimento urbano através das políticas desenvolvimentistas, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas JK, que desenvolveu a indústria brasileira, sobretudo no setor de bens duráveis e melhorou a infraestrutura do país.

Porém, por ser uma capital desenvolve com mais pujança o comércio, e passa a ser o centro de administração pública do Estado, o que se intensifica a partir dos anos de 1960 com a vinda de algumas estatais para a cidade. Como consequência, a ilha do Estado de Santa Catarina ficou longe do processo de modernização pela qual passava a sociedade brasileira até a década de 60 (BASTOS, 2000).

A década de 1930 foi marcada por uma política cujo foco era interligar pontos distantes do território nacional, através de infraestrutura de comunicação e transportes, e um setor industrial brasileiro integrado com as políticas do Estado que fortaleceram o seu crescimento. Assim, em “meados década de 40, a população brasileira era basicamente rural” (CAMPOS, 2004, p. 48), mas esse quadro muda a partir das políticas de Vargas os anos de 1950 e 1960, como também ao “milagre econômico” dos anos 1970, “fomentaram o processo de industrialização e a migração da população rural para a zona urbana, incrementando o crescimento das cidades” (CAMPOS, 2004, p. 48).

No caso de Florianópolis apresentam-se algumas especificidades, onde o mar passa a não ser mais o principal meio de transporte e de

comércio. A pequena produção não se moderniza<sup>125</sup>, e as indústrias vão se desenvolver com mais intensidade em outras regiões catarinenses<sup>126</sup>. Com isso, a capital catarinense passa também a perder aos poucos sua “importância no contexto regional e nacional” (BASTOS, 2000, p.132), passando a fortalecer o funcionalismo público por ser uma capital do Estado, esse setor vai ser o que mais emprega, dando suporte para a sobrevivência do comércio local.

No caso do Norte da Ilha com o fim das atividades portuárias e o empobrecimento da pequena produção, o êxodo se intensifica. As freguesias ao Norte vão a partir de 1930 sofrer com os reflexos das políticas nacionais e estaduais, assim como investimentos em infraestrutura a partir de 1960 motivadas pelas grandes oligarquias que comandam o governo do Estado, sobretudo os Ramos e a aliança entre os Konder e Bornhausen, que fazem com que a terra passe a ser uma mercadoria atraindo para a região grandes empreendimentos e o desenvolvimento da atividade turística.

Todas essas mudanças vão refletir no processo de urbanização do Norte da Ilha, onde os açorianos vão deixar a sua marca através da cultura e das e da estrutura fundiária.

As políticas de desenvolvimento local, ao longo dos últimos dois séculos, motivou a aplicação de capitais em empreendimentos de alto padrão nesse sentido da Ilha, e até mesmo de bairros que são referencia

<sup>125</sup> O desenvolvimento das forças produtivas de outras regiões no interior do Estado catarinense foi o que motivou a perda da “força econômica e sua área de influência encolhia substancialmente de “Tijucas ao Norte até Garopaba ao Sul”. Enquanto que as cidades do interior do Estado que emergiam com suas dinâmicas industriais, passam a ocupar o espaço econômico deixado pela capital” (BASTOS, 2000, p. 132-133).

<sup>126</sup> As regiões que passam a se desenvolver no interior do Estado Catarinense são: a “primeira pelo avanço da industrialização nas áreas alemãs, cujos imigrantes vieram com o “capitalismo em seus ossos” e eram “capitalistas sem capitais”. A segunda pela institucionalização da extração de carvão mineral do sul catarinense, onde as empresas brasileiras consumidoras deste mineral foram obrigadas, a partir de 1931, a consumir 30% do carvão brasileiro e em 1937 este percentual dobrou para 20%. A terceira pelas exportações de madeira do planalto principalmente através do porto de Itajaí transformando-o no maior porto madeireiro do Sul do Brasil. E por fim pelo surgimento das agroindústrias do Oeste e do Vale do Rio do Peixe que desde seus inícios estavam integradas por estrada de ferro à cidade de São Paulo, desembocando na formação de grandes grupos de dimensão internacional, como a Sadia, por exemplo” (BASTOS, 2000, p.132).

internacional como Jurerê Internacional, Cacupé e Praia Brava. Investimentos em infraestrutura, como a grande artéria, a SC-401, vem atraindo não apenas um fluxo maior de moradores para as praias ao Norte, mas o estabelecimento de grandes empresas de tecnologia e comércio ao longo da rodovia.

## 5.1 O MAR DEIXAR DE SER O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE: FIM DO COMÉRCIO MARÍTIMO

A urbanização de Desterro e do Norte da Ilha tinha como base de desenvolvimento o comércio marítimo, através dos produtos fornecidos pela pequena produção. A estrutura das freguesias seguia o estilo português caracterizado pela presença, no centro de formação de qualquer vila ou freguesia, da praça e da igreja voltadas para o mar. O mar era utilizado como acesso de locomoção/transporte, exercendo papel importante na formação social e econômica.

Todos os autores que trataram do plano de Florianópolis focalizaram, com o máximo interesse, a praça e a igreja. Florianópolis é tipicamente uma cidade de enseada, figurando o porto como seu elemento de formação. O interesse comercial, representado pelas transações com os navios que ancoravam na baía, fez da linha da praia o elemento que concentrou a população (PELUSO JR, 1956, p. 332).

Esses elementos do passado como a praça e as igrejas ainda estão presentes nas freguesias tradicionais, como uma rugosidade<sup>127</sup>, formas que vão além do seu tempo e estão presentes ainda hoje nas estruturas das localidades. Já a atividade ligada ao porto não deixou marcas, nem mesmo um transporte marítimo de passageiros<sup>128</sup>, o que se torna

<sup>127</sup> “Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 2012, p. 140). O termo “**rugosidade do espaço**” de Milton Santos foi inspirado na “expressão criada por Tricart para a geomorfologia” (SANTOS, 2009, p.72) para designar a ideia de resistência da concretude preexistente às forças de superposição.

<sup>128</sup>

O único transporte marítimo que existe de passageiros na Ilha, se

contraditório visto que vivemos em uma Ilha. Apesar de algumas tentativas recentes<sup>129</sup>, mas que não obteve sucesso.

O “porto foi o elemento de formação de Nossa Senhora do Desterro” (PELUSO JR, 1991, p.312), e se tornou essencial no primeiro e segundo processo de urbanização de Florianópolis.

No caso do Norte da Ilha, o porto de Sambaqui foi um centro polarizador da região, por fazer com que os pequenos agricultores da freguesia do Rio Vermelho, Canasvieiras, Ingleses, Ratoles fossem vender seus produtos aos marinheiros que ali aportavam como trocar mercadorias no comércio de Santo Antônio, ou mesmo, pegavam suas canoas e ia até o distrito central, no caso o centro de Florianópolis. O transporte em geral era feito pelo mar ou pelo Rio Ratoles, devido a pouca utilização das estradas que eram de chão dificultavam muitas vezes a passagem dos carros de boi.

Em entrevista realizada em 2010, com uma das moradoras mais antigas do bairro de Sambaqui, Nadir Lisboa Aparício (na época com 93 anos), descreve o fato de muitas pessoas de outras localidades virem para o Posto com o objetivo de vender seus produtos. A própria cita como exemplo o seu pai que vendia ostras e frutas para muitas pessoas que chegavam de navio ao Porto. Relata ainda que os navios eram grandes e “bonitos”, e para chegar neles era preciso uma canoa. O local além de bem vigiado pelos militares, servia de comércio com produtos mais variados.

---

encontra na localidade da Costa da Lagoa.

<sup>129</sup> Em 2012 a Prefeitura de Florianópolis abriu licitação para empresas que tinham interesse em instalar o transporte marítimo na Ilha. Conforme descreve a colunista Estela Benetti em 11 de dezembro de 2012: “Dos sete grupos nacionais e estrangeiros que apresentaram propostas ao edital PMI 02, do governo do Estado, para mobilidade urbana, três incluem transporte marítimo. São os planos Florianópolis Terra & Mar, do escritório de Jaime Lerner e empresas associadas, que prevê uso de embarcações tipo vaporeto e ferry, integradas a corredores BRT; o da Esse CCR, que inclui transporte marítimo e teleférico; e o Catamaran do Brasil, de SC, que propõe transporte marítimo integrado aos ônibus executivos atuais [...]em março de 2013, definirá plano ou planos vencedores. Vale lembrar que o comitê poderá escolher sugestões de dois consórcios e compor um modal. A proposta do Estado é transporte de massa com o menor custo para o setor público e para os usuários.” Disponível: <http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2012/12/11/planos-para-transporte-maritimo-a-ilha-de-sc/?topo=67,2,18,,67>, dezembro de 2014. Porém, esse projeto não deu prosseguimento, e até hoje não existe ainda um transporte público marítimo na Ilha.



O seu porto era movimentadíssimo uma vez que era o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha. Possuía inúmeras casas comerciais que lhe davam independência em relação a Desterro, todos os gêneros de consumo da época poderiam ser comprados em suas vendas (FERREIRA, 1998, p. 13).

Havia interesse na região e no porto de Sambaqui, durante o governo de Hercílio Luz deslumbrou um “projetou, ainda que não chegasse à realização, um sistema de bondes elétrico e uma estrada de ferro que ligava o porto de Florianópolis, a ser construído em Sambaqui, ao interior do Estado” (PAULI, 1976, p.348).

Sambaqui até a década de 1920 não possuía estrada, mas Hercílio Luz tinha pretensões para o bairro como fica explicito através no relato de um dos moradores do local.

Até 1924 Sambaqui não tinha estrada, era tudo transportado pelo mar ou conduzido a carro de bois pela costa do morro, até a Freguesia de Santo Antônio. Então o grande estadista Hercílio Luz era compadre do meu avô materno, não saía de Sambaqui, daí ele falou para meu avô- Compadre, eu vou construir a estrada de Sambaqui, não quero caminho de rato, quero uma estrada para passar veículos motorizados e uma via ferroviária para ser o porto de desembarque. Mas não foi concretizado, porque ele adoeceu [...], e nosso Sambaqui ficou esquecido dos poderes públicos (FERREIRA, 1998, p. 89).

Mas, Hercílio Luz apesar de não ter realizado estas obras, deixou outra que ainda hoje é símbolo da cidade, a Ponte que leva o seu nome. Mudanças que iria priorizar o modelo de transporte rodoviário, agravando a decadência do porto.

Outro motivo que enfraqueceu o porto na Ilha foi o desenvolvimento tecnológico no setor. O avanço da navegação a vapor utilizando motores movidos com derivados de petróleo (a combustão), vinculada à técnica naval de construção de embarcações cargueiras de grande porte, tornava cada vez mais obsoleta o pequeno e pouco profundo porto de Florianópolis. E aliando-se ao fato de em 1926 ter-se

construído a Ponte Hercílio Luz, que estabelecia a ligação entre a Ilha e o Continente, que oferecia vantagem como uma maior agilidade e não estar suscetível ao tempo, que às vezes dificultava a passagem por barco. “Rapidamente extinguiu o trânsito de balsas e lanchas pelo canal, assim como o sistema viário-marítimo existente entre a Ilha e os portos vizinhos de São José, Palhoça e Biguaçu” (CECCA, 1996, p. 58).

A obra mais importante para o plano urbano foi à construção da ponte Hercílio Luz, que ligava a ilha ao continente. As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, bem como a Avenida Rio Branco tiveram que ser adaptadas a função (Andrade, 1978). Isto era natural, porque além de a área da cabeceira da ponte passar a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central perto do mar, referente à chegada e à saída de passageiros nas viagens ilha-continente, na colina a que chegavam aquelas ruas esteve o cemitério público, que em 1925 foi transferido para o Itacorubi (PELUSO JR, 1991, p.318).

Modelo de desenvolvimento rodoviário, como a ampliação e melhoria nas estradas em toda a Ilha de Santa Catarina, e o incentivo federal à indústria automobilística, acabaram por tornar obsoleto o transporte marítimo, efetivando a desativação do trapiche de Santo Antônio, bem como do porto do Sambaqui. Tanto o transporte de mercadorias quanto o de passageiros foi atingido por essa modificação.

Com a crise do comércio marítimo<sup>130</sup>, o posto da alfândega<sup>131</sup> em

<sup>130</sup> — A década de 1950 foi um marco decisivo para a desaceleração dos negócios devido à decadência de vários portos brasileiros, fato também ocorrido com o porto de Florianópolis, ocasião em que a firma Hoepcke, através de novas aplicações e a retroalimentação de suas fábricas, transformou-se em única sobrevivente durante o processo de rodoviarização brasileira. A partir daí, as fábricas se voltaram apenas para o mercado regional, como aconteceu com as fábricas de gelo e de pregos, ou tiveram que acompanhar as mudanças tecnológicas, como foi o caso da fábrica de rendas e bordados (CRUZ, 2008, p.81).

<sup>131</sup> O Posto em Sambaqui tinha como objetivo a fiscalização de navios que “ancoravam entre a Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio dos Ratoles. Possuía telefone que ligava diretamente com a Alfândega de Florianópolis” (FERREIRA, 1998, p. 13)

Sambaqui já apresentava uma diminuição do fluxo de navios funcionando até 1945. Com o termino da Segunda Guerra Mundial<sup>132</sup> os que aqui aportavam eram basicamente holandeses, alemães, americanos e argentinos. O ultimo navio que chegou, segundo relatório do IPUF (2002) foi o argentino Aguilar II, que ficou 8 dias parado no porto por ter chego “avariado”.

O Posto é extinto juntamente com a desativação do porto de Florianópolis em 1968. No ano seguinte os funcionários que pertenciam à alfândega<sup>133</sup> (**Ilustração 11**) passaram para a Receita Federal. A partir de 1968 a alfândega passou a servir de arquivo morto da Receita Federal, função que desempenhou até 1987, quando o casarão tornou-se sede da Associação do Bairro de Sambaqui (FERREIRA, 1998).

Ilustração 11 - Casa da Alfândega atualmente (século XXI)



FONTE: foto de Giselli Ventura de Jesus, Novembro de 2007.

<sup>132</sup> No que se refere a II Guerra Mundial, o relato do historiador e morador FERREIRA (1998) demonstra mais uma vez a importância do porto da Ponta do Sambaqui através do relato abaixo: “Um sargento dos Estados Unidos que veio dar aulas para os pescadores explicou para nós que a Ponta do Sambaqui era a menina dos olhos dos países do Eixo, portanto em frente à Raspadeira permaneceu um hidroavião americano, e na barra do mar um navio de caça americana. Toda a orla marítima da Ilha era guardada todas as noites prevendo um assalto pelos submarinos ou pára-quedistas. As luzes da Capital eram desligadas para não orientar o inimigo, a polícia militar fazia plantão permanente” (FERREIRA, 1998, p.88).

<sup>133</sup> A casa da Alfândega é um marco arquitetônico e da história da colonização da Ilha de Santa Catarina. Uma rugosidade, que revela a sua importância em outros tempos, tanto que em 24/02/1987 pelo Decreto Municipal nº 069 é tombado como Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

As políticas da década de 1930 trouxeram reflexos marcantes para a capital catarinense. Mas foi no período do Estado Novo que as pessoas realmente deixaram de utilizar o transporte marítimo e passaram a utilizar cavalos, aranhas e carroças.

O surgimento da primeira linha de ônibus que tinha como passagem obrigatória, o centro de Santo Antônio de Lisboa<sup>134</sup>, ocorre em 1945. Mas a linha da própria freguesia chamada “Sambaqui”, só “surge em 1952, era de João Lima, do Itacorubi [...] com as linhas de ônibus, o lugar começou a prosperar um pouco [...] começaram a intensificar os horários por causa da população” (SOARES, 1991, p.91) que passou a trabalhar na parte central.

A criação da primeira linha de ônibus Centro/Canasvieiras, cujo itinerário percorria os bairros do Saco Grande e Santo Antônio, impactou de forma significativa a economia da região.

Com a possibilidade do acesso diário ao distrito sede, o comércio da região sentiu a concorrência com o comércio no Centro de Florianópolis, dada a maior variedade de produtos encontrados. Neste período é iniciada a migração da mão de obra ativa para o centro em busca de empregos no funcionalismo público ou em atividades comerciais e prestação de serviços (VEIGA, 2004).

As políticas de Getúlio Vargas contribuíram ainda mais para o processo de migração para os centros urbanos, êxodo rural, pois aumentou o número de funcionários públicos de Florianópolis, pois era a capital do estado, o que concentrava a parte político-administrativa e posteriormente algumas estatais.

Cabe destacar que na revolução de 30 “quando o governo local fez parte da oposição à candidatura Vargas” (CAMPOS, 2004, p.98), Fúlvio Aducci do governo republicano estava no Governo do Estado. O que manteve a capital do Estado (Florianópolis) foi o setor público em conjuntura com “a manutenção da pequena produção agrícola e industrial, fazendo com que o comércio local se transformasse na

134

O pesquisador Roberto Toner (1985) destaca que uma das mudanças urbanas mais significativas para o local nas décadas de 1950/60, além da abertura do acesso ao Sambaqui pela costa, que até então era feito pela costa por um caminho que ia pelo interior, foi a urbanização da praça em frente à igreja, em 1951. Esta ação descaracterizou a forma primitiva do ‘terreiro’, juntamente com a alteração das ruas de pedras, para passagem de tubulação de esgoto. Neste período a luz elétrica chega à localidade, mudando a paisagem, substituindo a iluminação das lamparinas por luz elétrica.

principal atividade econômica” (CAMPOS, 2004, p.98).

Não é a toa que após a Revolução de 30<sup>135</sup> quem assume como governador do Estado vai ser Aristiliano Ramos, família de latifundiários tradicionais de Lages. Em 1935 a 1945, a família Ramos continua no poder com Nereu Ramos. Só em 1945 que a oposição, os políticos de origem germânica assumem o governo do Estado através de Irineu Bornahusen. Ressaltando novamente que os dois maiores partidos em Santa Catarina são a UDN (Bornahusen e Konder) e PSD (família Ramos), as grandes oligarquias catarinenses.

Isso ocorre devido ao pacto de poder estabelecido que se estabelece na **3ª dualidade brasileira** (Rangel, 1981), na década de 1930, entre o “latifúndio feudal (ligado ao mercado interno do Rio Grande do Sul, do Sertão nordestino e de Minas Gerais) e a burguesia industrial, apeando do poder os comerciantes de exportação e importação aos quais os capitais comerciais de Florianópolis estavam ligados” (BASTOS, 2000, p. 133).

Com isso, os principais comerciantes de Florianópolis “estavam atrelados ao esquema anterior a Revolução de 30, continuaram vinculados aos capitais comerciais tradicionais do Rio de Janeiro, pelo transporte de cabotagem” (BASTOS, 2000, p. 133). O que acarretou na estagnação econômica visto que o comércio marítimo enfraquece ganhando espaço o modelo rodoviarista, além de a pequena produção não ter inovado o seu modo de produção e suas relações de trabalho.

Algumas medidas políticas do governo federal dificultaram ainda mais a crise da pequena produção mercantil no início do século XX, como também alavancou a divisão social do trabalho, devido às restrições do café, que apesar de não ser o principal produto, como a farinha, tinha a sua relevância na economia.

O café em conjunto com as medidas políticas do governo, permitiu que atravessadores enriquecessem em cima do pequeno produtor, como caracteriza SILVA (1992), o surgimento de uma burguesia mercantil, pois

O café de Santo Antônio, como no resto da Ilha, era no Brasil respeitado. Isso acabou por causa do

135

Anteriormente assumiu “O interventor que sucedeu Assis Brasil foi o também gaúcho Major Rui Zobarán (posse em 26 de outubro de 1932). Os catarinenses sentiram-se marginalizados diante da escolha de mais um gaúcho”.

Disponível: [http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool\\_timeline/rui-zobaran-1932-1933/](http://www.scm.sc.gov.br/scm/cool_timeline/rui-zobaran-1932-1933/), JANEIRO DE 2017.

governo federal, que não permitiu mais torrefação sem que o Instituto do Café fiscalizasse. Como a produção era em pequena escala, o agricultor teve dificuldade de vender o produto. A fiscalização passou a cobrar, então ficou na mão do atravessador, que comprava de todos pagando o preço que quisesse, para repassar para o Instituto. Aí o agricultor perdia, porque o atravessador comprava de todos, comprava dois, três mil sacos (SOARES, 1991, p.90).

Ressaltando que o estado de

**Santa Catarina foi, no passado, exportador de café. Os mercados do Prata aqui se abasteciam.**

O comércio da rubiácea era florescente e próspero. Fatores diversos, porém, vieram se acumulando, fazendo com que se encerrasse o ciclo de café catarinense. Em que pese o fato, **asseveram os técnicos que o nossos cafezais apresentam as mesmas características existentes na Colômbia, país que produz o melhor café do mundo.** Salientando-se, outrossim, que os cafezais catarinenses se foram na zona litorânea, na região em que a agricultura quase nada tem rendido, chega-se a conclusão de que o replantio, a recuperação e a formação de novos núcleos produtores da “coffea arábica”, seria de real alcance para o fortalecimento da economia dos catarinenses que vivem a beira-mar (O Estado, 5 de agosto de 1950, p.25) (*grifo meu*)

O café vai assumir um papel importante na economia da pequena produção mercantil, que no século XX entra em decadência. Muitos desses pequenos produtores agrícolas, que não emigraram, tentaram continuar na terra através da plantação do café. Um produto pouco descrito por historiadores na Ilha, mas que teve um papel importante, ainda na década de 1980, era comum alguns poucos moradores vender o café pela comunidade. Em entrevistas, relatam que tanto a farinha como do café, ambos tinham o seu tempo certo, pois a natureza exercia sua influência. Para cada estação se configurava um predomínio da agricultura, em que

As farinhadas eram feitas quando a mandioca estava bem mais consistente, porque fora a época ela tornava tenra e aguada [...] O café era colhido entre os meses de março e agosto, era o maior cultivo da Ilha. A colheita era feita no inverno e quem podia, guardava o café em coxos de madeira e paiois para ser vendido no verão a fim de obter mais lucro (FERREIRA, 1998, p. 97 e 101).

“Contribui para este aspecto, a informação de que entre 1938-43 aconteceu um aumento na área cultivada catarinense de 63%, com pequeno êxodo rural devido à estabilização da gleba” (CRUZ *apud* CÂMARA, 2008, p.59). Em entrevista feita em 2010, com o morador Raulino Pedro Marciano (na época com 85 anos), enfatiza a importância da atividade agrícola no Norte da Ilha, pois eles compravam na venda a fiado e no período de colheita do café<sup>136</sup> vendiam ao dono da venda, ao mesmo tempo, pagavam suas dívidas. Referente mão de obra utilizada nos engenhos de farinha e na colheita de café “havia bastante oferta de trabalho para senhoras e moças” (FERREIRA, 1998, p. 102). A Sr. Nadir Lisboa Aparício, relata que era o período que as mulheres conseguiam emprego seja descascando mandioca ou colhendo café.

O café sombreado (com tamanho elevado das copas) era o gênero agrícola em ascensão na ilha, até então plantado “com a maior irregularidade”, passando a ser rapidamente alinhado e mantidas as distâncias entre os pés pelas plantações crescentes entre os pequenos produtores, marginal às crises do café brasileiras por causa da sua alta qualidade e tamanho de escala mais reduzido, que favoreceram as exportações internacionais (VÁRZEA, 1985, p.225).

Vai ser no café também que muita da mão de obra ociosa, decorrente da decadência do século XX irá voltar ao trabalho agrícola,

<sup>136</sup> O processo de beneficiamento do café era ainda de forma “rudimentar até os anos 1950, ficando algumas destas pequenas indústrias (misto de residência, comércio e beneficiamento), no centro de Florianópolis. Neste primeiro momento, o café era famoso (símbolo de modernidade e refinamento na ilha), motivo de suas exportações através de marcas tradicionais, como Vesúvio, Santo Estevão, Otto, Nunes, [Indiano, Fiorenzano e Tié]” (CRUZ, 2008, p.62).

produzindo o suficiente para o consumo interno e para exportação. Segundo o senso de 1940, Florianópolis representava 48,93% aumentando para 49,93% em 1950, ou seja, a Ilha liderava a produção de café no Estado de Santa Catarina (IBGE, 1951 e 1956).

Apesar de no período de Vargas o café ter tido um grande incentivo, o mesmo não ocorreu em Santa Catarina que sofre um retrocesso diante das demais plantações no Brasil. Em entrevista com Irineu Cordeiro, um dos agricultores de Cacupé que investiu em sua chácara na plantação de café, retrata em sua entrevista, de como o governo interferiu politicamente na vida do pequeno produtor:

Eu tinha alguma coisa como café [...] eu fiz chácara e eu acabei na época do Getúlio [...] o nosso café tinha valor [...] a nossa ilha em si era tudo uma chácara de café, na Ilha inteira [...] porque todos os terrenos tinham chácara de café. Quando foi criado o IBC, o Instituto Brasileiro do Café e começaram a fazer a plantação de café em Minas, SP, Paraná, [...] que dava mais quantidade, e não dava tanto trabalho porque os cafeeiros eram baixos [...] e o café que plantão em SP, Minas [...] não davam alto davam cafeeiro baixo [...] Quando fizeram plantação nesses estados o Getúlio desvalorizou o nosso, aí acabou a nossa plantação. O Banco do Brasil eles tinham autorização do presidente da república pra chama o dono da chácara, paga o café e arrancar, não cortar, arrancar pra acaba com o café da Ilha. E a aonde foi extinto, onde evoluiu, e ate a lavoura foi se acabando (Irineu Cordeiro, entrevista realizada no dia 09 de maio de 2010).

Essa medida política tomada pelo governo federal aprofundou ainda mais a crise da pequena produção mercantil agrícola na Ilha, e o êxodo rural na região.

Diante dessa conjuntura, restava ao pequeno produtor da Ilha a terra. Ela passa a ser a única mercadoria, na qual muitos foram loteando e vendendo em pequenos lotes, ou seja, tem início o processo de parcelamento do solo.



## 5.2 O PARCELAMENTO DO SOLO

Um dos reflexos da influência deixada pelos descendentes da pequena produção do século XVIII, presentes na estrutura urbana da cidade são os **pequenos lotes** e **servidões**, que constituem um problema visto que não segue um padrão, uma regra que seja estabelecida pelo Plano Diretor. Porém são estruturas que foram se formando ao longo do tempo, um testemunho do passado que influem na organização espacial do presente.

O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2002, p. 173).

Tricart (1956) em sua obra “Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas” percebe que algumas localidades conservam a estrutura agrária pré-urbana, essas ruas estreitas que antes eram caminhos rurais vão virando servidões, e, os grandes lotes vão se subdividindo, pois

A estrutura urbana, no entanto, não limita a sua influência a uma ação conservadora dos núcleos construídos. Ela comanda também o desenvolvimento das aglomerações. A estrutura pré-urbana, que corresponde de fato à estrutura agrária da zona da periferia urbana, dirige um crescimento da cidade e muitas vezes imprime aos novos bairros com caráter próprio. Como no *habitat* rural, nota-se a oposição entre dois grandes tipos de “colonização” organizada. A primeira deixa o Campo aberto à iniciativa individual. Uma pessoa compra o lote do terreno de uma chácara e aí constrói uma casa, casinhola ou mesmo casebre. Os velhos caminhos vicinais pouco a pouco se tornam ruelas, ladeadas por monte de detritos, depois se transforma em ruas

da cidade. A construção, como o aproveitamento das regiões de *habitat* rural disperso (TRICART, 1956, p. 474).

A Ilustração 12 demonstra como se dava a organização espacial dos imigrantes açorianos sendo os seus terrenos “compridos e perpendiculares aos caminhos dispostos ao longo do litoral ou dos vales” (MAMIGONIAN, 1958, p.84).

Esse sistema, com os terrenos em **formato de fita**, ainda visíveis atualmente, apresenta a frente do terreno menor e o fundo maior, geralmente indo até o topo do morro. Atualmente há existência de pequenas servidões são traços presentes em toda a Ilha de Santa Catarina, um reflexo dessa “**espinha de peixe**” que foi se formando em muitos lotes de origem açoriana.

Ilustração 12 - Mapa de Mamigonian de Santo Antônio de Lisboa



FONTE: MAMIGONIAN, 1958, p.87

Esses terrenos em formato de “**fita**”, ainda são traços dos resquícios do tipo de ocupação feita pelos imigrantes açorianos, em que o terreno da frente é menor dando acesso à rua principal, à praia e aos fundos vai se alongando até chegar aos topos de morros, ou outras barreiras físicas como lagoas, dunas,... Esse modelo de lote, caracterizado pelo formato de “**espinha de peixe**”, onde se tem uma “**servidão**” (estreita e comprida), e a partir dela vai se dividindo, em

ambos os lados, vários pequenos lotes.

A geografia da Ilha foi determinante no sistema de **uso e ocupação do solo**, à medida que os lotes iam se estabelecendo ao longo das diversidades físicas. A delimitação da terra foi caracterizada a partir dos condicionantes físicos que podem ser percebidos no *1º Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina* (PIAZZA, 1976), onde fica evidente o quanto esses aspectos influenciaram na demarcação dos lotes ficando registrado “somente sua testada, a frente aos caminhos, que foi cada vez mais valorizada no decorrer do tempo com a construção das moradias” (REIS, 2012, p.82), assim como o formato longitudinal, terrenos estes “compridos e perpendiculares aos caminhos dispostos ao longo do litoral ou dos vales” (MAMIGONIAN, 1958, p.84).

terras que “chegam a ter apenas 10 ou 20 metros de frente por 2,3 ou mais quilômetros de fundo” E nessas propriedades, costumeiramente chamadas de “chácaras ou sítios”, cultivam-se outras plantas, como a banana, o café, a laranja [...] tudo é plantado de modo desordenado e a produtividade é bem limitada (SANTOS, 1964, p.14).

Essa divisão fundiária faz parte da formação dos espaços e da paisagem que compões a estrutura urbana da ilha de Santa Catarina, sobretudo, nos bairros mais tradicionais.

Muito dessas características de terrenos são sentidos nas áreas em que predominou a pequena produção. “Um fato essencial caracteriza essa “colonização” individual: ela conserva, estereotipada, a estrutura agrária pré-urbana [...] O traçado dos lotes primitivos se mantém no seu conjunto: os mais exíguos persistem tal qual, outros são divididos em dois ou três” (TRICART, 1956, p. 474).

Na porção Norte, a freguesia do Rio Vermelho é um dos exemplos dessas estruturas em servidões, conforme aparece na **Ilustração 13**. A nova forma de apropriação do solo através do parcelamento em “lotes”, são os arruamentos e servidões que se dão a partir da estrada geral (Oliveira, 1996). Essas novas características do plano urbano que vai ser formando no Rio Vermelho vão transformando a paisagem, que antes tinha como base a presença de grandes lotes.

Importante destacar que o calçamento e da luz no Rio Vermelho vão chegar apenas na década de 1960, segundo o relato de uma

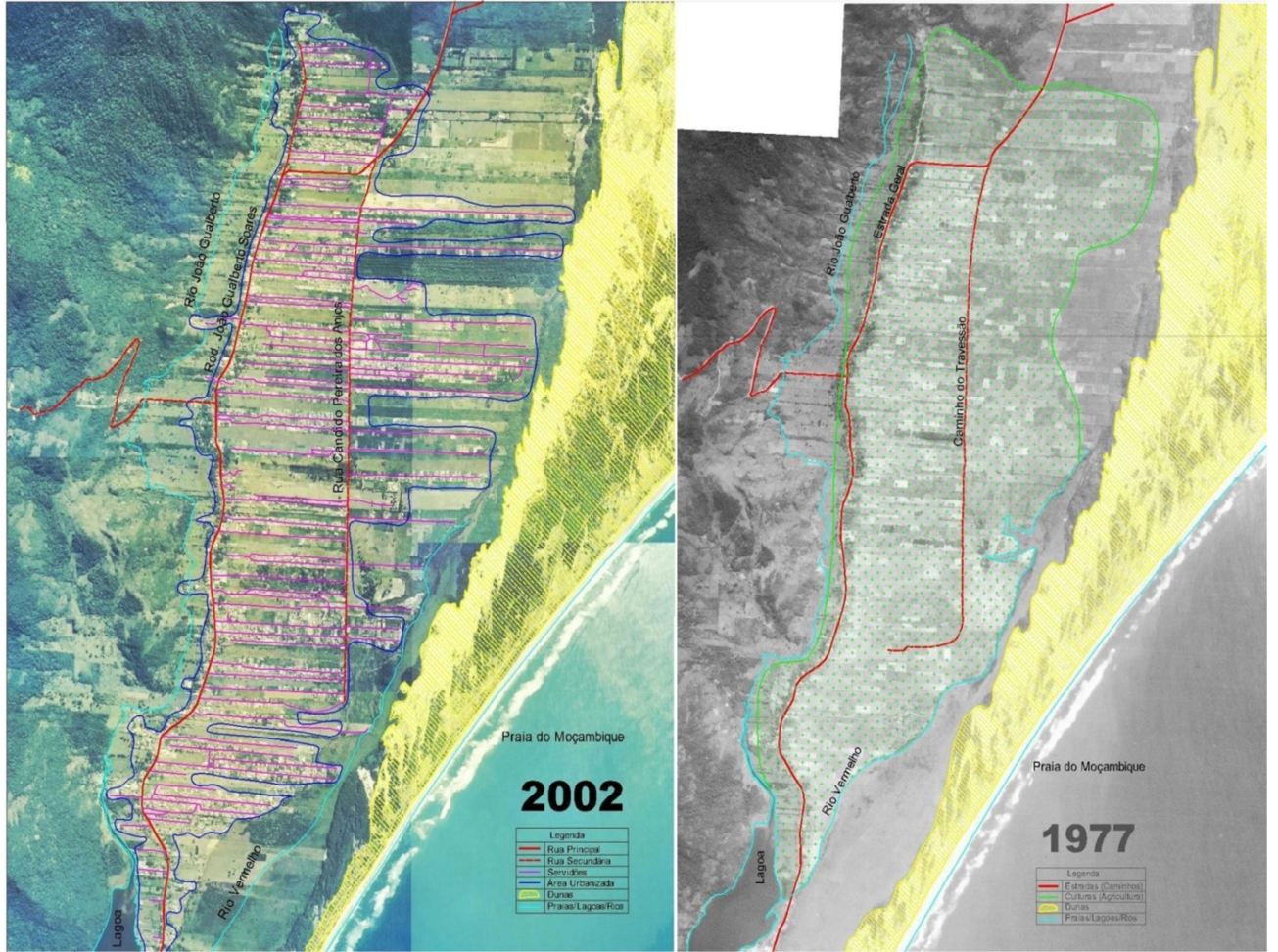
moradora tradicional da comunidade, D.Cici: “a primeira estrada aqui era de chão batido [...] os asfalto faz uns 20 e poucos anos [...] a luz faz uns 50 e poucos anos [...]o calcamento foi no tempo do Amim” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

Esses modelos de servidão se faz presente na Ilustração 13 através da linha “rosa”, atualizada em 2002. Ainda na mesma figura, as áreas em azul representam a região urbanizada, ocupações de casas que são indicadas através das passagens, servidões.

Porém, em 1977 não há a presença de “servidões”, somente as vias principais (em vermelho), pois a área verde representava a área agrícola do Rio Vermelho. Isso descreve a situação de muitas freguesias tradicionais que devido à dificuldade de acesso com o centro de Desterro levou mais tempo para o processo de especulação imobiliária e da chegada de infraestrutura como luz e calçamento. Como lembra GOMES (2010), “entre a década de 1970 e 1980 havia apenas três ruas no bairro” (GOMES, 2010, p.68). Esse movimento começa a se modificar com a construção da SC-401 na década de 1970, melhorando o acesso das pessoas ao norte da Ilha.

As servidões foram sendo criadas à medida que iam desmembrando os terrenos e vendendo em pequenos lotes. Segundo um estudo divulgado em 2013, feito pelo Escritório Piloto de Engenharia Civil da Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC), eles analisaram 124 vias das 260 aprovadas entre 2007 e 2009.

Ilustração 13 - Estrutura de servidões no Rio Vermelho



FONTE: MENEZES, 2004, p.83 e 92. Imagem adaptada por Giselli Ventura de Jesus.





Sendo que dessas 124 servidões, 84,7% não era reconhecida pelo município, ou seja, 85% das ruas clandestinas tinham sido oficializadas pelos vereadores da capital. Com essa aprovação, dos vereadores, acaba acarretando ao poder público<sup>137</sup> a responsabilidade pela iluminação, calçamento, canalização de esgoto, coleta de lixo, etc...

Conforme a Lei 482/14, Art. 74 a 77, (Tabela 5), algumas regras devem ser seguidas em relação aos padrões das vias:

<sup>137</sup> Essa facilidade ao acesso a luz e água devido à aprovação das servidões irregulares pelos vereadores é novamente ressaltada pelo “diretor de arquitetura e urbanismo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano, Rodolfo Matte, reconhece a completa falta de controle e interferências políticas na origem das construções irregulares. A simples denominação ou oficialização de rua ou servidão, por meio de projeto de lei aprovado na Câmara de Vereadores, é suficiente para regularização de loteamento clandestino e habilitar moradores e comerciantes a terem ligações de água e luz. A prefeitura, segundo o arquiteto, aposta em três ações pontuais para tentar conter a proliferação de obras sem alvará” (Jornal Notícias do Dia, 08 de setembro de 2013). Disponível: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/sem-fiscalizacao-obras-sem-alvara-transformam-ingleses-em-cidade-clandestina-no-norte-da-ilha>, acessado em setembro de 2013.

Tabela 5 - Padrões das vias de acesso: de ruas e servidões de Florianópolis

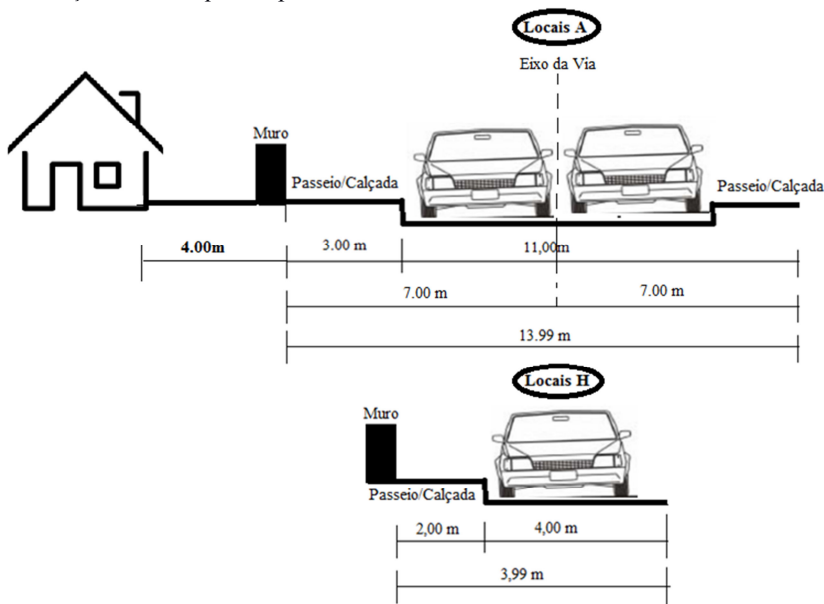
| Código Via                     | Largura da Via     | Alinhamento da Edificação a partir do Eixo da Via (m)                  | Alinhamento do Muro a partir do Eixo da Via (m) | Largura dos passeios (m) |
|--------------------------------|--------------------|--|---|--------------------------|
| Locais A                       | 13.99m a<br>10.00m | 11.0   | 7.00  | 3.00                     |
| Locais B                       | 9.99m a<br>9.00m   | 10.0   | 6.00  | 2.00                     |
| Locais C                       | 8.99m a<br>8.00m   | 9.00   | 6.00  | 2.00                     |
| Locais D                       | 7.99m a<br>7.00m   | 8.00   | 6.00  | 2.00                     |
| Locais E                       | 6.99m a<br>6.00m   | 7.00   | 5.00  | 2.00                     |
| Locais F                       | 5.99m a<br>5.00m   | 6.00   | 5.00  | 2.00                     |
| Locais G                       | 4.99m a<br>4.00m   | 5.00   | 5.00  | 2.00                     |
| Locais H                       | < 3.99m            | 4.00   | 4.00  | 2.00                     |
| Afastamento laterais e fundos: |                    | <b>Conforme Lei 482/14, Art. 74 a 77, salvo a disposição contrária</b> |   |                          |

FONTE: dados coletados com os funcionários da SMADU, em entrevista 15 de outubro de 2015.

Porém, na prática há muita dificuldade de essas ruas seguirem esse padrão conforme a Lei municipal, pois muitas vezes não se tem nem calçada (largura do passeio). Além disso, há de considerar, de acordo com os dados acima, quanto maior o empreendimento maior são as medidas necessárias de acesso das vias (Ilustração 14), afinal o fluxo de pessoas e automóveis também aumenta.



Ilustração 14 - Croqui dos padrões das Vias/ Servidões



FONTE: feito por Giselli Ventura de Jesus

Referente à aprovação dessas servidões clandestinas fica claro a contradição entre os <sup>órgãos</sup> fiscalizadores responsáveis pelo **parcelamento ordenado**<sup>138</sup>, e os interesses políticos de alguns vereadores no processo de **parcelamento simples**<sup>139</sup>, conforme

<sup>138</sup> “**Parcelamento ordenado**- quando o processo de parcelamento do solo incorpora uma nova ordem formal, pela inexistência de uma ordem anterior (áreas não parceladas, grandes propriedades) ou pela subordinação de diversos empreendimentos a uma nova ordenação de conjunto. Esta modalidade de crescimento urbano tem sido realizada, via de regra, através de loteamentos legalizados. Os assentamentos criados junto à costa, a partir deste processo, constituíram os primeiros núcleos com função balneária na Ilha. Canasvieiras e Jurerê, iniciados nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, apresentamos exemplos mais característicos desse processo” (REIS, 2012, p. 133).

<sup>139</sup> “**Parcelamento simples**- crescimento urbano proporcionado pelo parcelamento e colocação gradativa das propriedades agrícolas no mercado imobiliário, sem nenhuma estratégia urbana de conjunto, resultando num traçado que reflete a estrutura agrária preexistente. Tal forma de crescimento urbano, que com diferentes intensidades vem acontecendo de forma ininterrupta durante os últimos 50 anos, inclui processos formais (loteamentos,

reportagem:

O levantamento aponta que, das 124 vias, apenas 18,5% possuíam algum sistema de recolhimento de água da chuva, só 12% ofereciam rede de esgoto e apenas 32% das vias eram pavimentadas. Além disso, a maioria das ruas e calçadas não tinha tamanho adequado. O estudante da 5ª fase de Engenharia Civil Jonas Kühlkamp, que participou da elaboração do relatório, lembra que as ruas e servidões estreitas dificultam a entrada de ônibus e caminhões de lixo e geram gargalos no trânsito. Para o universitário, não deveriam ser aprovadas pela Câmara. O professor tutor do estudo Roberto de Oliveira observa que o maior problema é justamente os parlamentares não considerarem os pareceres negativos do Instituto de Planejamento Urbano (Ipu), dos técnicos do Legislativo e nem mesmo a orientação do Ministério Público. A maioria dessas leis foram vetadas pelo (então) prefeito e, mesmo assim, os vereadores aprovaram. É um desrespeito. Ao invés de denunciar os loteadores clandestinos, ainda são coniventes e dão nomes as ruas irregulares [...] **Entre os vereadores que na época fizeram requerimentos para oficializar vias irregulares está Dalmo Meneses.** Atualmente é líder do governo na Câmara. Segundo ele, a comunidade solicita a denominação para ter endereço de correspondência. A Câmara só denomina rua

---

condomínios) e clandestinos de urbanização, muitas vezes mesclando-os em uma mesma localidade. A informalidade tem possibilitado a configuração de muitos assentamentos destinados a estratos sociais de menor poder aquisitivo. Por outro lado, muitas áreas próximas ao mar, hoje altamente valorizadas e ocupadas como balneários por estratos sociais de elevado poder aquisitivo, foram também configuradas por este processo. Atualmente, tais expansões, iniciadas mesmo antes da gênese do turismo na Ilha, seguem acontecendo. Entre as formas de crescimento apresentadas, está a que mais tem comprometido extensivamente o território insular, criando ocupações lineares costeiras ou interiores, ocupando grandes planícies como no Campeche e no Rio Vermelho, expandindo a cidade permanentemente e os balneários sobra a Ilha de Santa Catarina” (REIS, 2012, p. 131-133).

aquelas que já recebem algum tipo de infraestrutura pública. É uma forma de darmos dignidade aos moradores. Nós apenas damos o nome às vias, o problema da clandestinidade é anterior. Vem da falta de fiscalização da prefeitura. A nova administração precisa melhorar isso — diz Meneses. **Segundo o estudo, em 2010, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) tinha apenas 25 técnicos para fiscalização, sendo que foram emitidos 1.173 alvarás de construção.** Em nota, a SMDU informou que, como não houve concurso público para repor os servidores, a equipe permanece defasada. O prefeito Cesar Souza Junior já anunciou que planeja contratar profissionais só em setembro porque atualmente o Executivo está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal em gasto com folha de pagamento (Jornal Hora de Santa Catarina, 05 de maio de 2013)<sup>140</sup> (*grifo meu*)

Esse problema do crescimento desordenado da capital catarinense foi muito evidenciado durante o mandato do prefeito Cesar Souza (2013 a 2016), sobretudo em 2015, ficando a prefeitura alguns meses sem poder emitir alvará de construção antes de verificar as irregularidades mais graves na cidade. Principalmente as localizadas na Porção Norte da Ilha (Ingleses, Rio Vermelho e Santinho)<sup>141</sup>. Em entrevista com funcionários da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMADU) em 15 de outubro de 2015, afirmavam a dificuldade de fiscalização das obras irregulares devido à falta de efetivo, sendo a região que mais se destacava era a localidade dos Ingleses.

A localidade dos Ingleses, que na década de 1950 ainda apresentava traços de um “habitat rural”, conforme Ilustração 15,

<sup>140</sup>

Disponível:

<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/05/estudo-aponta-que-85-das-ruas-batizadas-por-vereadores-de-florianopolis-sao-clandestinas-4127695.html>, acessado em outubro de 2016.

<sup>141</sup>

Em 2015 várias matérias saíram a respeito das construções irregulares. Inclusive a do Jornal do Almoço em 04 de agosto de 2015. Disponível: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/construcoes-irregulares-no-norte-de-florianopolis-preocupa-moradores-e-autoridades/4368504/>, acessado em agosto de 2015.

ganhando força, sobretudo, a partir da década de 1970 quando é construída a SC-401, grande artéria que liga o Centro de Florianópolis ao Norte da Ilha. Essa freguesia vai ser numa das que mais cresceu, não apenas na construção de casas como no desenvolvimento do comércio, o que a torna ainda hoje uma das áreas com maior crescimento desordenado do Norte da Ilha.

Ilustração 15 - Ingleses do Rio Vermelho em 1955



FONTE: Biblioteca IBGE, 1955.

Cabe destacar, que o estudo feito pela UFSC (2013) foram analisados quatro localidades do Norte da Ilha e duas no Sul, sendo que algumas delas são regiões com grande atrativo turístico, sobretudo por estarem em áreas balneárias (Ilustração 16). Ao observamos as infraestruturas de rede de esgoto que deveria ser uma das prioridades para a provação das vias é o item que recebe menor investimento.

## Ilustração 16 - Aprovação de ruas clandestinas OFICIALIZAÇÃO DE RUAS

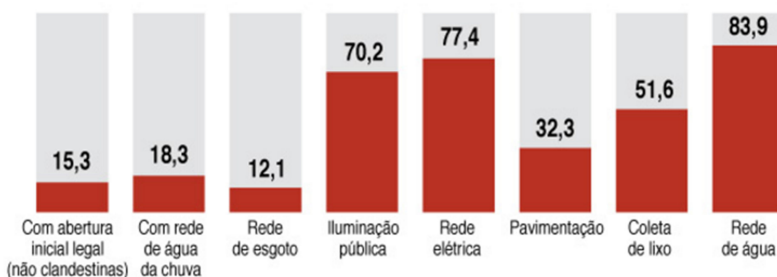


**124**  
é o número de ruas oficializadas entre 2007 e 2009 que o Escritório Piloto de Engenharia da UFSC selecionou para detalhar as irregularidades

### Distritos



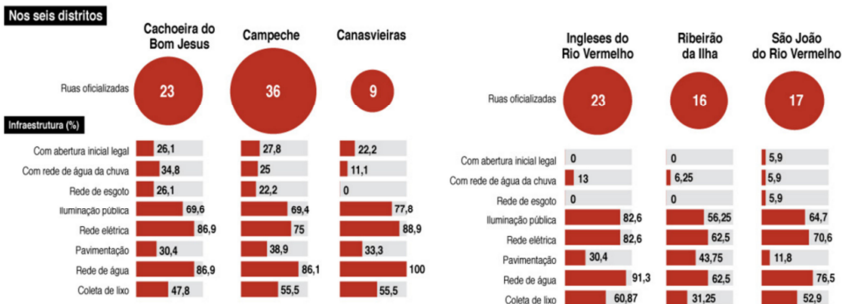
### Infraestrutura nas 124 ruas oficializadas (%)



FONTE: Jornal Hora de Santa Catarina, 05 de maio de 2013.

Conforme a Ilustração 17, em muitas praias o tratamento de esgoto chega a 0% de investimento. O caso de Canasvieiras e dos Ingleses são os mais alarmantes se compararmos com o constante crescimento que os bairros têm alcançado nos últimos anos. Além disso, diante das demais freguesias analisadas são as que comportam maior infraestrutura hoteleira, e um dos destinos mais procurados pelos turistas. Se somarmos a aprovação dessas 124 vias, 72 delas ficam na Porção Norte representando, cerca de 58,6%, um número preocupante.

## Ilustração 17 - Investimento em infraestrutura nos seis distrito da Ilha de Santa Catarina



FONTE: Jornal Hora de Santa Catarina, 05 de maio de 2013.

O fato de vereadores como Dalmo Meneses, aprovarem tantas irregularidades, é por muito dessas localidades terem seus “currais eleitorais” nessas regiões, no caso do Dalmo, o Norte da ilha fica a sua localidade de origem. Assim como ele é comum outros vereadores encaminharem esse pedido a câmara municipal de Florianópolis.

O Campeche, no Sul da Ilha, outra região que vem liderando a ranking de crescimento da Ilha, pois apresenta grandes glebas de terras planas, e ao mesmo tempo a cada dia surgem mais servidões ilegais na região. Em entrevista com funcionários da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMADU) em 15 de outubro de 2015, a outra região depois dos Ingleses que cresceu rapidamente e que apresenta problemas relacionados a construções irregulares foi o Rio Tavares, próximo a Pedrita, passagem do Campeche para a Lagoa da Conceição.

Todos esses lotes que um dia foi um “habitat rural”, onde se desenvolvia a agricultura da pequena produção, vão dando espaço a vários loteamentos clandestino, um **parcelamento do solo simples** que atrapalha o desenvolvimento da cidade e estimula o crescimento desordenado.

Esses terrenos foram doados aos primeiros imigrantes, casais reunidos em grupos de sessenta que deveriam receber um quarto de légua de terras e ainda sementes, instrumentos agrícolas, farinha<sup>142</sup> para

<sup>142</sup>

Segundo a Provisão Régia de 1747, determina ao Brigadeiro Silva Paes que os imigrantes açorianos que chegassem a Ilha de Santa Catarina recebessem “cada pessoa de quatorze anos para cima se darão três quartas de farinha por mês da medida da terra, e um arrátel de peixe, ou carne por dia; as pessoas de quatorze até sete completos a metade desta ração e às desse até três anos completos a terça parte, aos menores de três anos nada” (PEREIRA,

um ano, além de animais (MAMIGONIAN, 1958), ainda no século XVIII. A ocupação caracterizava-se por uma paisagem denominada “habitat rural açoriano” (termo utilizado por Mamigonian para explicar a organização espacial açoriana), o que resultou na construção de casas e parcelas de terras individuais.

Esse “**habitat rural açoriano**” com base na pequena produção mercantil alcança seu auge no século XIX, porém após os anos de 1930 começa a mudar em decorrência da decadência desses lavradores. Com isso, o único bem que detinha valor são as terras iniciando lentamente o **processo de parcelamento do solo**, que ganha força a partir dos anos de 1980 com o surgimento dos primeiros condomínios e passam a atrair moradores para as áreas balneárias, e não apenas casas de veraneio.

Além disso, o processo de êxodo rural brasileiro se inicia com o aumento da industrialização, assim como das cidades, acentuando a partir da década de 1960 para 1970 onde a população urbana do país passa a ser maior que a rural. No caso da Ilha de Santa Catarina esse processo de migração inicia nos anos de 1950 para 1960, conforme Tabela 6.

Ao analisar a Tabela 6, a passagem de 1950 para 1960 onde se acentua o êxodo rural, a população residente nas freguesias do interior da Ilha percebe-se uma diminuição bem visível. A porção Norte, Leste e Sul seus dados caem drasticamente enquanto a porção Oeste (parte Central e continental) continua a aumentar o número de habitantes. Fato que se justifica pela maior oferta de comércio e serviço, ou seja, de emprego. Além disso, nos anos de 1960 é quando inicia a vinda de estatais para a capital aumentando ainda mais a oferta de serviço na parte central da Ilha.

Tabela 6 - Censo demográfico de 1920 a 2010 da Ilha de Santa Catarina

|                                 | 1920*         | 1940          | 1950          | 1960          | 1970           | 1980           | 1991           | 2000               | 2010           |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|
| <b>Distrito Sede</b>            | 18.549        | 25.014        | 51.317        | 73.889        | 116.854        | 153.652        | 192.075        | 228.869            |                |
| <b>Barra da Lagoa</b>           | -             | -             | -             | -             | -              | -              | -              | -                  |                |
| <b>Cachoeira do Bom Jesus</b>   | 1.856         | 1.727         | 1.518         | 228           | 1.116          | 3.070          | 4.509          | 12.808             |                |
| <b>Campeche</b>                 | -             | -             | -             | -             | -              | -              | -              | 18.570             |                |
| <b>Canasvieiras</b>             | 1.803         | 1.662         | 1.550         | 384           | 1.996          | 2.431          | 4.092          | 10.129             |                |
| <b>Inglês do Rio Vermelho</b>   | -             | -             | 2.726         | 400           | 2.016          | 2.695          | 5.862          | 16.514             |                |
| <b>Lagoa da Conceição</b>       | 3.030         | 3.251         | 3.589         | 420           | 5.245          | 7.821          | 14.794         | 9.849 <sup>1</sup> |                |
| <b>Pântano do Sul</b>           | -             | -             | -             | -             | 2.102          | 2.379          | 3.961          | 5.824              |                |
| <b>Ratones</b>                  | -             | 670           | 666           | 358           | 795            | 902            | 1.080          | 2.871              |                |
| <b>Ribeirão da Ilha</b>         | 4.422         | 4.589         | 4.365         | 1.387         | 4.229          | 6.404          | 14.228         | 20.395             |                |
| <b>São João do Rio Vermelho</b> | 2.616         | 2.332         | -             | -             | 981            | 1.223          | 1.864          | 6.791              |                |
| <b>Saco dos Limões</b>          | 2.260         | 2.103         | -             | -             | -              | -              | -              | -                  |                |
| <b>Santíssima Trindade</b>      | 2.634         | 3.447         | -             | -             | -              | -              | -              | -                  |                |
| <b>Santo Antônio de Lisboa</b>  | 3.077         | 1.976         | 1.899         | 519           | 2.003          | 7.294          | 12.925         | 5.367 <sup>2</sup> |                |
|                                 |               |               |               |               |                |                |                |                    |                |
| <b>TOTAL Norte da Ilha</b>      | 9.352         | 8.367         | <b>8.269</b>  | <b>1.889</b>  | 8.907          | 17.615         | 30.332         | 49.113             | 107.950        |
| <b>TOTAL Oeste</b>              | 23.443        | 30.564        | 51.317        | 73.889        | 116.854        | 153.652        | 192.075        | 228.869            | 249.477        |
| <b>TOTAL Leste</b>              | 3.030         | 3.251         | <b>3.589</b>  | <b>420</b>    | 5.245          | 7.821          | 14.794         | 9.849              | 17.485         |
| <b>TOTAL Sul</b>                | 4.422         | 4.589         | <b>4.365</b>  | <b>1.387</b>  | 6.331          | 8.783          | 18.189         | 44.789             | 64.419         |
| <b>TOTAL Florianópolis</b>      | <b>40.247</b> | <b>46.771</b> | <b>67.540</b> | <b>77.585</b> | <b>137.337</b> | <b>187.871</b> | <b>255.390</b> | <b>332.620</b>     | <b>438.731</b> |

FONTE: Censos demográficos de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1970, 1991, 2000 e 2010.



Essa migração não foi apenas no sentido ao centro de Florianópolis, muitos acabam indo para outros estados. De acordo com Bastos (2000),

o empobrecimento gradativo dos açorianos e as escassas oportunidades de emprego nas cidades litorâneas fizeram com que muitos migrassem para as áreas industriais alemãs, para zona carbonífera ou partissem à procura dos grandes centros pesqueiros, como o de Rio Grande e Santos, para trabalharem na pesca embarcada. (BASTOS, 2000, p.133).

O processo de emigração de uma boa parte dos moradores do Norte da Ilha é motivado pela decadência da pequena produção, o que levou ao processo de êxodo rural para o centro das cidades devido ao crescente investimento em estrutura urbana servindo de atrativos para a população rural e do interior da Ilha.

Convém reforçar então que na primeira metade deste século, Florianópolis passou paulatinamente por um processo de esvaziamento econômico provocado pela decadência da pequena produção mercantil açoriana e pela emersão industrial e comercial das áreas de colonização recente dos vales atlânticos catarinense (BASTOS, 2000, p. 135).

Não só a população local saiu do interior da Ilha, alguns comerciantes da freguesia de Santo Antônio de Lisboa como o caso do caixeiro viajante Gedeão Mansur de origem libanesa<sup>143</sup>. Mansur que de “cruzar picadas na região para vender suas mercadorias na Vargem Grande, Vargem Pequena, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras e, eventualmente Ribeirão da Ilha” (SCHMITZ, 2007, p.25), vai abrir uma loja em Santo Antônio de Lisboa no início do século XX, se transferindo para o Centro junto com sua família em 1948, tendo até hoje no Mercado público o “Bazar Mansur” que com o tempo se especializou

<sup>143</sup> A “partir da década de 1880, se integraram ao comércio da Capital, elementos da comunidade grega, e na virada do século, diversas famílias sírio-libanesas, abrindo casas de secos e molhados” (CRUZ, 2008, p.75).

em vender panelas de alumínio.

A filha de Mansur ainda lembra os tempos em que residiam na freguesia de Santo Antônio:

Lembra da chácara dos avós, em Santo Antônio, onde havia muitas frutas e que, apesar da estrada precária, gostava de visitar. Seu avô tinha uma baleeira, e em 1914 comprou um caminhão Ford Galeta, com o qual trazia o pessoal para a feira do Centro [...] uma vez teve que aprear todo mundo para empurrar o caminhão nos morros que existem no caminho (SCHMITZ, 2007, p.26).

Nessa fase de investimentos em infraestrutura foram inseridas novas opções de transporte que acabaram por diminuir a importância do porto, “além de que o crescimento de Desterro inaugura um novo polo econômico, deixando para o distrito de Santo Antônio o papel secundário de simples produtor de uma agricultura, pecuária e pesca de subsistência” (MARTINELLO, 1992, p. 30). A mesma autora descreve o relato de um dos moradores da localidade desde o ano de 1922, referente a esse período:

Quando eu cheguei em Santo Antônio de Lisboa ele estava em declínio, tremendo, já vinha de muitos anos atrás caindo. Nesta época os que moravam aqui eram pescadores e pequenos lavradores. Aqui não há espaço para grandes lavouras. Então os indivíduos tinham de viver com mini-lavouras, mini-pecuárias e a pesca artesanal. Assim começou a tendência da saída de Santo Antônio para a cidade, na busca de novos empregos. Além de que muitos venderam suas propriedades e partiram para a vila (MARTINELLO, 1992, p. 30).

A melhoria da infraestrutura das freguesias do interior da Ilha trás novas mudanças, pois antes disso o comércio dos armazéns na região da freguesia de Santo Antônio eram muito forte e próspero:

já que eles atendiam quase toda a Ilha. Toda a produção agrícola de Santo Antônio e região era comprada pelo comércio atacadista local. Ele fornecia anualmente a mercadoria que não se

produzia e que era pouca. A gente comprava sabão, querosene, porque não tinha luz, roupa, e o resto se produzia em casa. Então o sujeito tinha feijão, tinha farinha, tinha açúcar, tinha melado [...] Depois, com o desenvolvimento, a estrada se ampliou, o individuo pôde comprar até uma aranha com um cavalo e passear. Acabou esse comércio, que foi se estabelecer na cidade (SOARES, 1991, p. 90).

A presença de comerciantes que iam ao interior da Ilha comprar produtos para revender em seu comércio ou mesmo no Centro de Florianópolis era recorrente, conforme entrevista com agricultores das localidades:

nos trabalhava na roça [...] nos plantava milho, feijão, a mandioca [...] nos vendia ao senhor chamado Neném Belizaro lá dos Ingleses, ele vinha busca de caminhão [...] ele vinha compra as coisas aqui com nos [...] ele comprava baga de anoz [...] nos vendia café, nos apanhava café [...] eles vinham busca com caminhão [...] nos vendia tudo pra eles, eles tinham comércio e eles revendiam [...] O Antônio da África da Cachoeira é de Cachoeira Bom Jesus ele também foi um homem que transportou muita lavrou do Rio Vermelho , ele vinha busca também [...] eu apanhava muito café, muita chácara de café, nos apanhava assim a meia, se o pai fazia 20 alqueire de café, eu ficava com 10 e o dono 10 [...] nos torrava café e vendia pra eles [...] eles compravam nos aqui, mas botavam lá cidade, vendiam pra lá (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

Os investimentos em infraestrutura urbana nas primeiras décadas do século XX fazem com que mais pessoas migrem para as cidades. Na capital catarinense, a “implantação em 1910, do primeiro sistema de distribuição de água de Florianópolis” (PASSOS, 2003, p.291), a construção da ponte Hercílio Luz (em 1926), dá uma nova dinâmica no Centro de Florianópolis.

Ao mesmo tempo em que o Centro atraía comerciante e moradores, para muitos desses pequenos produtores do interior,

restavam-lhes apenas suas terras para negociar, assim como a sua força de trabalho. O êxodo rural na Ilha na década de 1950 para 60 impulsionou não apenas esse movimento migratório como a comercialização e a apropriação de terras.

Mas, sem dúvida, o parcelamento dos lotes, motivado pela venda devido à decadência da pequena produção, sendo a terra o seu único bem de valor, e, pelo desmembramento entre herdeiros enfraquecia ainda mais a agricultura. Sobre tais parcelamentos, completa Vaz (2008):

As parcelas de terra rurais, e os eventuais lotes urbanos, desde então, vem alterando o perfil territorial e o quadro da urbanização para outros moldes, com outra rapidez; passaram a moldar uma paisagem característica e bem distinta da tradicional. Um retalhamento mais intenso da terra, e uma outra forma de humanizar, organizar e se apropriar da paisagem (VAZ, 2008, p 79)

CAMPOS (1991), ainda destaca, que em decorrência do

sistema de sucessão da terra, que se transformou num dos fatores importantes no processo de estagnação e decadência da economia açoriana. Cada filho que casava e que constituía uma nova família, herdava uma parte da terra. Após algumas gerações, esse parcelamento indiscriminado do solo cultivável levou a um forte uso e ao seu consequente desgaste, provocando queda nos rendimentos” (CAMPOS, 1991, p.27).

Se observar o crescimento demográfico de Florianópolis, o Norte da Ilha passa a apresentar uma diminuição ainda nos anos de 1940 e 50, se agravando em 1960. Essa drástica queda populacional de 1960 é decorrente do forte êxodo rural acarretado pela decadência da produção agrícola na ilha, sobretudo nas três regiões com base na lavoura (região Norte, Leste e Sul). Em contra partida, ao as terras começarem a ganhar valor, a relação do homem com a terra não pode ser mais a de posse.

Quando a urbanização passa a se expandir, a agricultura e a pesca decaem, e a terra começa a ganhar valor, a relação do homem com a terra não pode ser mais a de posse. A condição legal

primeira para a urbanização de glebas é o título de propriedade da terra (Lei Federal nº 6766/79) (RIZZO, 1999, p.09).

A porção Oeste, parte central da Ilha, vira o rumo certo para muitos moradores das áreas periféricas da Ilha motivadas por outra conjuntura que se estabelecia a partir de 1960, a instalação dos órgãos estatais e federais, surgindo “BESC, CELESC, TELESC e outros, dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos, como UFSC, DNOS, DNER, ELETROSUL” (BASTOS, 2000, p. 136). Em busca de emprego muitos moradores acabam vendendo suas terras, migrando para o centro de Florianópolis, ou para outras regiões como: Santo (SP) e o Rio Grande (RG).

Esse **processo de êxodo** auxiliou no movimento de **apropriação das terras**, assim como a compra dos lotes dos pequenos produtores. Muitas “famílias ricas e esclarecidas vêm comprando as posses de antigos agricultores e pescadores, concentrando-as e obtendo na Justiça títulos de propriedade com base no usucapião” (RIZZO, 1999, p.09).

Esses investimentos da “elite” florianopolitana na área de estudo, a Porção Norte da Ilha, iniciam ainda na década de 1930 e 1940<sup>144</sup>, porém “alguns tipos de instalações e serviços públicos [...] implantou diversas atividades consideradas depreciativas para o capital imobiliário a norte-nordeste do núcleo urbano da Ilha, na mesma direção que, até então, tendera a ocorrer à expansão das áreas residenciais da classe dominante” (SUGAI, 2015, p.71).

Isso ocorre, segundo SUGAI (2015) devido à instalação do cemitério e do despejo de lixo urbano no Itacorubi, da penitenciária Estadual na Trindade, e, da Colônia Penal Agrícola em Canasvieiras. Porém, os investimentos retornam com força na passagem da década de 1940 para 1950, e se intensifica em 1960.

<sup>144</sup> Esses investimentos eram ligados a essa oligarquia política no poder, afinal com o habito do “Banho de Mar” que ganham força na “década de 1930” (FERREIRA, 1994, p.100) pela elite florianopolitana, se deu inicialmente na parte continental da Ilha, Ponta do Leal e Coqueiros, levando em “1944, o interventor federal em Santa Catarina, Nereu de Oliveira Ramos (da oligarquia Ramos), assinou o decreto nº 951 que agregou o Estreito à capital, desmembrando-o de São José. É interessante observar que o município da capital [...] justamente as praias onde a elite florianopolitana veraneava” (LIMA, 2007, p. 136).

Na década de 1950 “As áreas residenciais das camadas de alta renda, na Ilha, ainda se concentravam de forma mais expressiva na área ao norte do centro urbano, na direção da Praia de Fora, na baía norte. No entanto, setores das elites locais já haviam adquirido, como foi visto, antes da construção da Ponte Hercílio Luz, glebas de terras na área continental. Evidentemente, longe do matadouro, do movimento portuário e comercial, e dos primeiros loteamentos populares. Essas terras localizavam-se na orla norte continental, na Praia do Balneário. **Frações das camadas de alta renda, paralelamente e de forma ainda inicial, também procuravam adquirir terras ou se apropriar de terras comunais nas diversas praias e localidades da Ilha, em especial na região norte, próximo a Canasvieiras.** Esse processo evidenciava um momento da formação intraurbana de Florianópolis, no qual parcela da classe dominante tentava apreender a dinâmica das mudanças urbanas em andamento, objetivando garantir os investimentos e manter o controle do mercado imobiliário” (SUGAI, 2015, p.69-70). (*grifo meu*)

O prefeito de Florianópolis, Osmar Cunha (1954 A 1959) em sua gestão na década de 1950, ia ao sentido contrário ao Plano Diretor de Florianópolis de 1952 que privilegiava a área central no sentido continente. Osmar passou a aplicar uma política de incentivo as regiões balneárias da ilha e o turismo, ao contrário da proposta do Plano que visava o incentivo do comércio e a atividade Portuária.

Osmar, em seu mandato, “requeriu para o departamento uma quantidade grande e criou loteamentos”<sup>145</sup> em Canasvieiras. Segundo em entrevista da pesquisadora (BITENCOURT, 2005) com Lídio Cunha:

Osmar Cunha loteou tudo [...] O Viriato Campos tinha mais ou menos quarenta lotes. Ele era um gerente da casa Hoepcke, ele ainda tem lotes hoje

145

O extinto IRASC- Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina-distribuiu terras na região de Canasvieiras, conforme documento na atual Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina. (BITENCOURT, 2005).

em dia. O canto das pedras era tudo médico ou milionário. O seu Claudio quando fez ao loteamento não vendeu prá pobre, só prá rico, de 1950 prá cá ele começou a vender (BITENCOURT, 2005, p.90)

No final da década de 1960, muitos integrantes da elite florianopolitana como “médicos conceituados, políticos e prósperos comerciantes já possuí(am) suas segundas *residências* em Canasvieiras e um ou outro se instalava em Ponta das Canas” (LAGO, 1996, p.264).

Antes da década de 1960, a Ilha continuava pouco habitada, com aspectos ainda muito rurais, como é o caso das praias: de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas (Ilustração 18). Momento de transformação que ocorre com o processo de valorização da terra.

Ilustração 18 - Cachoeira do Bom Jesus na década de 1950



FONTE: acervo fotográfico da Fundação Franklin Cascaes.

Os títulos de usucapião, assim como a criação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina- IRASC na década de 1960, durante o governo de Celso Ramos tinha segundo (SCHINKE, 2014) o

objetivo de ser uma repartição pública estadual destinada a coordenar e executar atividades ligadas à reforma agrária em latifúndios, colonização das terras públicas, regularização de posses de agricultores, iniciativas que se somavam às medidas do governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e que antecipavam as “Reformas de Base” proposta pelo presidente João Goulart entre 1963 e 64 (SCHINKE, 2014, p.09).

Porém, não foi o que aconteceu em Santa Catarina e nem na Ilha. Segundo o mesmo autor, SCHINKE (2014) em seu livro intitulado: “O golpe da “reforma agrária”: fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina”, foi feito um processo contrário do implementado por Leonel Brizola, em vez de se fazer a reforma agrária, foi feito uma “antirreforma agrária”, na qual concentrou ainda mais terras na mão de uma elite, sobretudo a ligada a política catarinense como os “Ramos”, latifundiários do Planalto de Lages e que estavam no poder de Santa Catarina.

Esse processo de elitização da porção norte se acelera em 1970 com os investimentos em infraestrutura faz com que cresça novamente o número de habitantes, pois o acesso entre o centro de Florianópolis e o interior da ilha acaba sendo facilitado diante da melhoria das estradas.

A abertura da rodovia SC 401, na década de 1970, diminuiu a distância entre as localidades do Norte da Ilha e o Centro. Já na década de 1980 tem-se a instalação da rede pública de telefone e água na região, assim, as bicas que atendiam toda a região aos poucos caem em abandono (VEIGA, 2004).

Todas essas melhorias em infraestrutura são vinculadas a política de planejamento de cada década, refletido através dos Planos de desenvolvimento que vão sendo aplicados em diversas escalas: nacional, estadual e municipal. Tais medidas continuam, atualmente, a atrair cada vez mais pessoas para Florianópolis, assim como para a Porção Norte da Ilha sendo a segunda que mais cresce, atrás apenas da parte central da Ilha. Para a área de estudo, não são apenas moradores que tem escolhido esse sentido da Ilha, mas também comerciantes e empresas.



### 5.3 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO

O planejamento Urbanístico é aplicado no Brasil durante o período colonial, onde se promulga a primeira norma referente à questão urbanística. Isso ocorre em 1747, por meio de uma provisão régia, durante o reinado de D.João V. “A partir de 1849, as primeiras Posturas Municipais tentaram reorganizar os padrões urbanos e arquitetônicos, que em geral haviam sido regulados pela Provisão Régia do século XVIII [...] A partir de então, dimensões, números de aberturas, altura das fronteiras e o seu alinhamento tornaram-se exigências legais, garantindo à vila desterreense a aparência do ‘protótipo português’.” (VEIGA apud SOUZA, 1993, P.139).

O Planejamento urbanístico vem sendo aplicado ao longo do processo histórico de várias cidades ainda pré-capitalistas, porém o “Planejamento, como modo sistemático de orientação de uma economia em escala nacional, surgiu na União Soviética no fim da década de 1920. Logo depois da Segunda Guerra Mundial foi adotada pelas chamadas “democracias populares”” (MIGLIOLI, 1982, p.07).

A distinção dos “planos” e “programas” econômicos são classificados por MIGLIOLI (1982), como:

O plano e o programa são formas mais específicas de orientação, e a adoção dessas formas supõe a existência de uma política econômica. Todo governo tem uma política econômica, mas não necessariamente um plano econômico; por outro lado, sempre que um governo adota um plano econômico, ele está procurando pôr em prática sua política econômica. Assim, a **diferença entre o plano ou programa e a política econômica** está apenas no fato de que os primeiros constituem modos mais específicos de orientar a economia [...] e qual a diferença entre programa e plano? [...] Os economistas soviéticos, em geral, consideram o plano como forma de orientação própria da economia socialista, enquanto o programa seria a forma de orientação adotada em economias capitalistas [...] (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), o plano aplica-se à economia como um todo (seja nacional ou regional), enquanto o programa se refere à orientação de determinado setor (agricultura, indústria, etc.) (MIGLIOLI, 1982, p.11-12). (*grifo*

*meu*).

Dentre os planos elaborados pelo Governo Brasileiro, tem-se a primeira experiência de planejamento no Brasil, em 1942: o Plano Quinquenal de Obras e Reaparelhamento da Defesa Nacional, cuja proposição se deu na esteira das políticas da década de 1930. Esse plano foi lançado em decorrência da aliança econômica entre Getúlio Vargas e o governo americano. Seu principal objetivo era “a criação de indústrias, execução de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional” (OLIVEIRA, 2009, p.28).

A segunda intervenção planejadora por parte do governo brasileiro – e o “primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil”<sup>146</sup> – ocorre através do Plano SALTE (no Governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1947), que privilegiava as áreas da saúde, alimentação, transporte e energia. “O plano foi levado à votação no congresso, sendo aprovado em 1950 e oficialmente abandonado em 1951, por problemas de obtenção de financiamento para a sua execução” (OLIVEIRA, 2009, p.28). Mas o plano posterior da

Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, teve suas negociações iniciadas em 1950, sendo assinada em 1951 durante o governo de Getúlio Vargas [...] (os) investimentos em defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico. O principal resultado da comissão foi a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952, órgão responsável pela captação de recursos externos para execução de planos privados e públicos em setores básicos da economia (OLIVEIRA, 2009, p.28).

O resultado desse planejamento econômico nacional incentivou o estado catarinense na “primeira tentativa de formalizar o planejamento intitulado Plano de Obras e Equipamentos”- POE (1954) [...] porém só transformado em lei em 1955 e implantado em 1956” (LIMA, 2007, p.226). Um dos resultados desse plano é a aprovação do primeiro Plano Diretor de Florianópolis.

A elaboração do primeiro Plano Diretor de Florianópolis data de

<sup>146</sup> Informação retirada do site: [http://www.abrasil.gov.br/publicacoes/download/dês\\_plan\\_gov/evolucao\\_1.pdf](http://www.abrasil.gov.br/publicacoes/download/dês_plan_gov/evolucao_1.pdf), acessado em agosto de 2012.

1952<sup>147</sup>. O documento, aprovado três anos depois, através da Lei nº 79/51, propunha “um adensamento da área urbana em torno de um eixo (artéria principal que dará fluxo de desenvolvimento da cidade) chamado de avenida tronco” (RIZZO, 1993, p.30), onde pretendia-se construir um moderno porto em Florianópolis. Esse plano veio a reboque da política desenvolvimentista característica dos anos 1950. Visava, porém, apenas a parte central da Ilha. O crescimento pretendido da cidade era no sentido centro-continente (adensamento das áreas centrais), o que relegava a segundo plano o restante dos distritos espalhados pela Ilha.

O notável aumento da população de Florianópolis, no período 1950-1960 processou-se, principalmente dentro do perímetro da Capital [...] a capital começou a ser adotada de edifícios de oito andares e mais [...] este desenvolvimento da indústria de construção atraiu numerosos moradores da zona rural, aumentando os bairros da população de baixa renda (PELUSO JR, 1991, p. 319).

Essas políticas de planejamento, desde os anos 1930, influenciaram diretamente as freguesias existentes em Florianópolis, tendo em vista que a atividade agrícola entrara em declínio, principalmente depois de 1950. Na década seguinte, muitos, em busca de emprego, emigram para lugares como o Rio Grande e Santos. Alguns, percebendo o crescimento urbano (que privilegiava o adensamento das áreas centrais) e a instalação de serviços públicos, migram rumo ao centro da cidade, em busca de uma vida melhor. Fausto Agenor de Andrade, morador da região, assim caracteriza esse êxodo rural que ocorria no distrito de Santo Antônio: “uns correndo para

<sup>147</sup> O primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi elaborado pela equipe “composta pelos arquitetos Edvaldo P.Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff e aprovado em 1955 (Lei nº 246/1955). O plano revela a influência das políticas preconizadas pela CEPAL, com ênfase colocada no desenvolvimento econômico da cidade, através do incentivo a atividades industriais e modernas. Daí a proposição de um porto na área continental, entre a Ponta do Leal e a Ponte Hercílio Luz, o qual condicionou fortemente o plano[...] propõe um eixo (“avenida-tronco”)[...] Este eixo interliga as atividades comerciais e industriais localizadas próximas ao porto [...] A não viabilização histórica do porto levou a não consolidação da proposta do plano” (REIS, 2012, p.169-171).

idades, e uns para os morros. Todo mundo queria o morro naquela época. Isso foi na década de 60<sup>148</sup>.

Esse crescimento populacional de Florianópolis nos anos 1950 e 1960 ocorreram de uma política nacional que estimulava “os governos de Santa Catarina (a começarem) a produzir seus planos [...] O Plano de Metas do governo catarinense acabou [...] constituindo-se num importante momento de transformação na infra-estrutura do Estado” (BRANCHER, 1999, p.58).

O Plano de Metas de JK<sup>149</sup> teve como objetivo a produção de bens duráveis e de produção, o que, além de estimular a modernização da indústria, permitia uma modernização também na questão de infraestrutura “nos grandes serviços de utilidade pública – eletricidade, transportes ferroviários e marítimos, armazenagem, etc.” (RANGEL, 1980, p.105). Tudo isso, é bom lembrar, contava com o financiamento da máquina Estatal do Governo. Esses investimentos significavam que “[...] a instituição estatal, do ponto de vista qualitativo, modifica sua função, ao assimilar esses serviços de utilidade pública, oferecendo toda a infraestrutura necessária ao setor desenvolvimento de outros setores” (SILVA, 1992, p. 136).

Ao oferecer infraestrutura, o governo, ao mesmo tempo, criava as condições para que outros setores, como a iniciativa privada, sobretudo a burguesia industrial, pudesse se desenvolver, tendo em vista que o principal objetivo do Plano de Metas de JK era a “substituição de importações de bens de capital e a implantação de indústria dinâmica” (SANTA CATARINA, 1980, p.123). O desenvolvimento econômico nessas áreas deficitárias de recursos, “inseridas na formação social brasileira”, permitia ao governo mediar as conexões entre os diversos

<sup>148</sup> Entrevista feita em 25 de agosto de 2009.

<sup>149</sup> O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956) é considerado um divisor de águas referente ao nível nacional de planejamento brasileiro. O plano tinha como alvo cinco setores: alimentação, educação, energia, indústria de base e transporte. Podemos considerar que a grande mudança se deu no setor industrial, que, antes, com a iniciativa da política de 1930, devido ao processo de “substituição de importação”, estimulava a indústria de bens de consumo não duráveis e bens de capital complementar – chamadas por Rangel (2005) de Departamento II (um exemplo: indústrias têxteis). A partir do plano de metas, a ênfase passou a recair sobre a indústria de bens de capital e bens de consumo durável – na terminologia de Rangel (2005), Departamento I (m exemplo: indústrias voltadas a autopeças, como a Tupy, em Santa Catarina).

territórios da sociedade, em consonância com os interesses dominantes, “ao oferecer a infra-estrutura básica, inclusive financiamento à absorção dos recursos tecnológicos em fase de sucateamento” (SILVA, 1992, p. 136).

Para Santa Catarina, o Plano de Metas de JK tem seu reflexo com a implantação do “[...] Plano de Metas do Governo- PLAMEG, no quinquênio compreendido entre 1961 a 1965” (SCHMITZ, 1985, p. 19) O documento é implementado durante o Governo Celso Ramos, através da Lei 2.772, de 21 de Julho de 1961. “O PLAMEG destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do Estado” (SCHMITZ, 1985, p. 20).

O Planejamento Estadual- PLAMEG<sup>150</sup> (1961-1965) trouxe como resultado de sua aplicação a criação de um banco estatal (BESC)<sup>151</sup>, um fundo de investimento (FUNDEC), uma universidade (UDESC) e uma concessionária de energia (CELESC)<sup>152</sup>. Gerou, além disso, investimentos em outros setores, como o educacional.

Em 1965, implanta-se o II Plano de Metas, que deu suporte à administração seguinte. A esse plano se seguiu o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, do governo Colombo Machado Salles, em 1970, cujo objetivo principal era elevar o produto interno bruto da economia catarinense. A meta foi alcançada: em muitas vezes o crescimento local superou o crescimento brasileiro. “No final da década, Santa Catarina era, em termos absolutos, o sétimo Produto Interno Bruto Brasileiro, tendo construído em sua formação 20% do setor primário (Agropecuário), 35% do setor secundário (Indústria), seguindo pelo

<sup>150</sup> “O Plano de Metas do Governo- PLAMEG objetivava disciplinar os investimentos públicos, no sentido de realizarem efeitos multiplicadores sobre a economia em geral, o Banco de Desenvolvimento do Estado- BDE foi criado como veículo de créditos das atividades produtivas [...] que possibilitou a realização da programação de investimentos traçado pelo Plano Quinquenal, instrumentado pela Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961(SCHMITZ, 1985, p.97).

<sup>151</sup> Celso Ramos em seu mandato inaugurou um banco estatal (BESC), também inaugurou a universidade UDESC e a concessionária de energia – CELESC. Construindo também importantes escolas e ginásios de esportes para a população” (ANTÔNIO, 2014, p.21).

<sup>152</sup> Cabe ressaltar que só em 1960 é que a energia elétrica chega ao Norte da Ilha, como no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, uma das consequências das políticas públicas do Estado catarinense.

serviço terciário (Serviços), responsável pela maior parcela, 45%” (LIMA, 2007, p.141).

Com todos esses planos econômicos das décadas de 1950/1960, e tendo a Ilha uma grande representatividade no setor de serviços, começa, em 1967, a elaboração do segundo Plano Diretor de Florianópolis. Esse plano difere do anterior: a proposta, agora, como requisito imposto pelo governo militar, baseia-se em um projeto de Planejamento Integrado. Nos termos fixados pelo documento, a Ilha desempenha a função polarizadora, ao mesmo tempo que lhe cabe integrar todo o Estado. O Plano elaborado pelo Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN), cujo aporte financeiro advinha do Serfha, enfatizava a questão do “processo de conurbação e geração de regiões metropolitanas” (RIZZO, 1993, p.53) de forma regional.

Se Florianópolis e os municípios vizinhos não tinham conquistado a condição de Região Metropolitana, o processo de urbanização em curso na época, mostrando os primeiros traços de conurbação entre Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça [...], sobretudo, o objetivo escrito no Projeto Catarinense de Desenvolvimento de 1971, impunham a necessidade de se conquistar tal condição junto ao governo federal, que tinha a prerrogativa de criá-la [...] o resultado a que se chegou foi o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF) (RIZZO, 1993, p.64).

A intenção desse plano era tornar a Ilha um grande centro urbano, o que não se verificou plenamente conseguido chegar a ser uma “grande metrópole” como as demais existentes no Brasil “o Legislativo aprovou em 1976, o Plano Diretor de Florianópolis, através da Lei 1.440/76, porém sem desconsiderar o crescente processo de Conurbação já existente” (CAMPOS, 2004, p.178). Ou seja, o Plano Diretor de Florianópolis elaborado pelo ESPLAN (1970) tinha como prioridade dar à capital catarinense um caráter metropolitano<sup>153</sup>. Ora, “subjacente a esta

153

A ideia de concentrar toda a parte administrativa do estado na Ilha como também algumas estatais, na década de 1970, mudam drasticamente no século XXI, tendo no governo de Luis Henrique da Silveira (2003 a 2010) a prioridade de “Descentralização e desenvolvimento regional sustentável” através do “Plano Catarinense de Desenvolvimento: Projeto Meu Lugar”. Uma

intenção, jaz o modelo urbano industrial vigente no período do ‘milagre’: rede urbana polarizada por um grande centro regional que superpõe funções administrativas estatais e para estatais com produção industrial e terciário superior” (VAZ, 1991, p.49).

A localização do campus da UFSC na Trindade, a leste do centro urbano na década de 60, e, ainda, a execução e pavimentação da SC-401 e SC-404, na década de 70, representaram os marcos iniciais desta intenção. A Via de Contorno Norte-Ilha, no final dos anos 70, viabilizou este propósito, gerando acessibilidade e constituindo-se no eixo estruturador e de interligação dos principais bairros onde as elites localizaram e pretenderam expandir suas áreas residenciais e de veraneio” (SUGAI, 1994, p.217).

O polo de atração que a Ilha, onde se concentrava o setor terciário da economia, como as áreas industriais em outras regiões polarizadas do Estado, exerceram uma atração demográfica para esses centros, pois as políticas que irão ser implantadas após o período desenvolvimentista priorizavam o desenvolvimento econômico nacional e estadual, o que acarretou a melhoria da infraestrutura. Obras como a construção da BR-101 “exerce[ram] grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias” (PELUSO JR, 1991, p. 321), facilitando o trânsito para o litoral.

O litoral, com a valorização do “banho de mar” a partir da década de 1930, vê crescer a sua potencialidade turística. Em resposta ao crescimento demográfico iniciado nos anos 1960, surge a “Lei Nº 4.240 de 30 de novembro de 1968 [...] a Política Estadual de Turismo e criou o Departamento Autônomo de Turismo-DEATUR, nos moldes em que propusera o Grupo Executivo de Desenvolvimento do Turismo-GETUR criado pelo Decreto de 18.12.1967” (FERREIRA, 1998, p.109). A mesma lei criou e definiu o Conselho Estadual do Turismo, tornando depois dos anos 1970 a atividade turística como um empreendimento, tendo um dos resultados a expansão com a construção da SC-401 das

---

das conseqüências dessa política de descentralização foi à instalação de alguns cursos, espalhados pelo estado, oferecido tanto pela Universidade Federal como a Estadual de Santa Catarina, além de alguns centros administrativos terem saído do centro de Florianópolis.

praias do Norte da Ilha.

O crescimento de alguns pólos industriais no interior do Estado começou a definir, após os anos oitenta, a classe média consumidora, contribuindo para a redefinição funcional da rede urbana do Estado, o crescimento do terciário e do turismo a partir de então (VAZ, 1991, p.49).

No caso da Porção Norte da Ilha, no final da década de 1940 e início de 1950, o potencial turístico fez crescer o interesse no uso e ocupação do solo, e da apropriação de terras comunais uma política de se intensifica a partir da década de 1960. As elites direcionam seus investimentos imobiliários nesta parte da Ilha, conforme descreve SUGAI (2015):

[...] representado pelas praias situadas ao norte da Ilha, em função da perspectiva do desenvolvimento turístico e dos investimentos em infraestrutura urbana efetuados em Florianópolis, permitiu que os setores hegemônicos das elites retomassem seu interesse pelas terras situadas ao norte do núcleo urbano central da Ilha e, nas décadas seguintes, direcionassem o processo de expansão de suas áreas residenciais e de veraneio no sentido norte da Ilha (SUGAI, 2015, p.71).

Com o intenso processo de ocupação e desenvolvimento dos balneários, sobretudo após a implantação de infraestrutura da década de 1970, cria-se o Plano Diretor dos Balneários, aprovado através da Lei 2.193/85, de 1985<sup>154</sup>. O documento, elaborado pelo IPUF, continua em vigor.

Esse plano teve como objetivos preservar a paisagem e o ambiente natural da Ilha, controlar o crescimento urbano, evitar a urbanização dos

<sup>154</sup>

A Lei nº 2.193/85 vai classificar os distritos de Florianópolis em **Zona Rural** e **Zona Urbana**, em seu artigo oitavo. A zona rural é classificada como aquela formada por espaços não urbanizáveis destinados a práticas de atividades como a agricultura, pecuária, silvicultura, a conservação dos recursos naturais e ao crescimento da cidade. Em contrapartida a zona urbana ainda se subdivide em Zonas Urbanizadas e Zona de Expansão Urbana.



grandes vazios rurais, definir as áreas urbanas requeridas pelo desenvolvimento turístico, dotando-as de zoneamento e sistema viários adequados, e preservar as zonas históricas e a cultura tradicional (CAMPOS, 2004, p.182).

O plano foi aplicado aos territórios classificados como Áreas Especiais de Interesse Turístico.<sup>155</sup> São eles: Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul (LIMA, 2007). Tratava-se de regulamentar o uso do solo nos balneários e das áreas urbanas onde o governo aplicou iniciativas de melhoramento, entre as quais a principal foi à construção da “via de contorno Norte-Ilha.

Com os investimentos estatais e a visibilidade da via de contorno Norte-Ilha, a expansão do Norte da Ilha foi facilitada. Merece destaque a já mencionada construção da SC-401, na década de 1970. Depois foram se estabelecendo as demais como a SC-406, SC-403, SC-402, e SC-400.

Na década de 1950 (sob a chancela do primeiro Plano Diretor de Florianópolis, de 1952), visava-se o crescimento de leste para oeste (Ilha - Continente). Já nos anos 1970 (em que vigora o Plano Diretor em 1976), o crescimento organizado em torno da “via de contorno Norte-Ilha” faz com que as regiões da Trindade e da Agrônômica cresçam, principalmente depois da instalação da UFSC (nos anos 1960). Por outro lado, a construção da SC-401 faz aumentar ainda mais o fluxo de pessoas que se estabeleciam nos balneários ao norte (Canasvieiras e Ingleses) e a leste (Lagoa da Conceição). Como bem observa Lima (2007, p. 148), “os bairros situados a nordeste-leste da área urbana central, em especial a Agrônômica e a Trindade, constituíam-se, portanto, na ‘passagem’ para aqueles balneários e no eixo ‘natural’ de expansão urbana”.

Na década de 1990<sup>156</sup>, assiste-se à implantação de outro Plano Diretor, aprovado em 29 de setembro de 1997, com o nome de Plano

<sup>155</sup> Na década de 80 é formulada a Política Nacional de Turismo em sintonia com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

<sup>156</sup> A desfaçatez neoliberal do governo FHC, além de estruturar uma espécie de estabilidade monetária antinacional, desorganizou a máquina pública com o Plano PluriAnual, tendo como uma das medidas centrais a privatizações de setores estratégicos da infraestrutura brasileira, como o energético, no caso de Florianópolis a ELETROSUL, e de telefonia, atingindo a CELESC.

Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis.

Tendo em vista a expansão imobiliária associada ao crescimento populacional da Ilha e os impactos ambientais gerados, a Comissão de Organização do Fórum da Agenda 21 local (2000) elaborou uma pesquisa em que divide o município de Florianópolis em 10 regiões.

A área de estudo está presente em três das 10 regiões classificadas, conforme Ilustração 19.

Ilustração 19 - Classificação da área de estudo dentro do fórum da Agenda 21

| <b>Região</b> | <b>Comunidades Integrantes</b>  | <b>Localização</b>   |
|---------------|---|--|
| I             | Praia da Lagoinha, Praia Brava, Ponta das Canas, Praia da Cachoeira, Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do bom Jesus, Vargem Grande, Paraia dos Ingleses, Praia do santinho, sítio do Capivari, Praia de Canasvieiras, Praia de Jurerê, Jurerê Internacional, Praia da Daniela, Vargem Pequena e Ratoles. | Norte da Ilha, com acesso pelo litoral oeste (SC 401) e pelo litoral leste (SC 406).   |
| II            | Sambaqui, Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, João Paulo (Saco Grande I), Saco Grande II e Monte Verde.  | Faixa litorânea noroeste da ilha, junto à baía Norte, com morros e trechos de matas, ao longo das rodovias Virgílio Várzea e Gilson da Costa Xavier, com acesso pela SC 401. |
| III           | São João do Rio Vermelho, Muquém, Barra da Lagoa, Fortaleza, Lagoa da Conceição, Retiro da Lagoa, Costa da Lagoa, Canto dos Araças, Canto da Lagoa e Porto da Lagoa.  | Área central litorânea leste, circundando o ecossistema Lagoa da Conceição; acesso principal pela SC 404 e, secundários, pelas SC 406 sul e SC 406 norte.                    |

FONTE: (KOHLE, 2003, p.137).



A Região II, por exemplo, dentre os problemas apontados, destacam-se os seguintes:

Muitas ruas da região não possuem calçadas, porque os muros estão construídos junto ao meio fio, obrigando os pedestres a caminharem dentro das ruas; muitas construções ocupam quase a totalidade do terreno, não deixando espaço para áreas verdes e para o tratamento de esgoto doméstico, em alguns casos chega-se a aterrar a praia para ocupá-la (Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, 2000, p.53).

Além do Plano Diretor dos Balneários, de 1985, que manifestava preocupação com o crescimento das áreas litorâneas e a sua preservação, foi proposto Projeto Orla, elaborado em 2000, cujo sentido era resguardar a orla marítima, isto é, a “faixa incluída no espaço que constitui a zona costeira e aquela de contato do território emerso com o mar” (Projeto Orla, setembro de 2000). Esse projeto, de iniciativa do Governo Federal, proposto pelo Grupo do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), teria como instância gestora o poder municipal – no caso, a Prefeitura de Florianópolis. O documento, porém, não foi aprovado. Observe-se, em todo caso, que uma das áreas em que se elaborou o estudo para a possível aplicação do Projeto Orla foi precisamente o Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Sua implantação teria sido importante, pois beneficiaria os maricultores, pequenos pescadores artesanais, assim como a própria sociedade em geral.

Em 2001, com a criação do Estatuto das Cidades, através de uma lei federal (Lei 10.257/01) que visa o desenvolvimento urbano, delegou-se “para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara das finalidades. Nesse sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de ‘caixa de ferramenta’ para uma política urbana local” (CAMPOS apud Câmara dos Deputados, 2001, p.21). Com base no Estatuto da Cidade, formulou-se um projeto de Lei Complementar, o 566/2004, que atualiza o de 1985 protegendo as localidades no interior da Ilha, como as freguesias da Porção Norte.

Em 2006, diante dessa conjuntura da criação do Ministério das Cidades, o Plano Diretor de Florianópolis passa a ser discutido na gestão do prefeito na época, Dário Berger. Apesar das intensas polêmicas, sobretudo como era conduzido o processo da elaboração do

Plano, em 2010<sup>157</sup>, em Florianópolis, a Fundação Ceba (empresa Argentina) é contratada para finalizar o Plano Diretor Participativo de Florianópolis, recebendo várias críticas. Os movimentos populares envolvidos no processo censuram-lhe por não respeitar a Lei Federal 10.257/01, sobretudo o seu art.2º, “Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (Estatuto das Cidades).

Reclama-se da falta de diálogo entre técnicos e os órgãos representantes da comunidade. Um exemplo, diz respeito à parte sul de Cacupé, que, na proposta do novo plano, continua pertencendo ao bairro do Saco Grande: movimentos sociais denunciam o fato de que questões de identidade local não foram consideradas. A concepção geral do plano – elaborado de forma setORIZADA, e não integrada – é outro problema frequentemente apontado na proposta desse novo Plano Diretor de Florianópolis.

O Plano Diretor da Ilha de Santa Catarina que iniciou sua elaboração em 2006 tendo a sua aprovação apenas na gestão do Prefeito César Souza Junior, em 2014, através da LEI Complementar nº482 de 17 de janeiro de 2014<sup>158</sup>. Essa aprovação foi muito questionada por não respeitar a participação popular e do núcleo Gestor Participativo (que é composto por representantes do poder público e da sociedade civil), além disso, ocorreram várias alterações ao passar pela Câmara de Vereadores, em uma votação rápida que contou com 600 emendas<sup>159</sup>, as quais alteraram drasticamente o Plano Diretor. Como resultado, o Plano Diretor, atualmente, vem sendo acompanhado a sua elaboração final pela Justiça Federal e o Ministério Público.

<sup>157</sup> Lembrando que durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva a implantação do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo investir em Infraestrutura para o desenvolvimento Econômico e Social. Em Florianópolis a aplicação desse projeto teve como investimento a Revitalização do Maciço do Morro da Cruz, obras esta iniciada em março de 2008.

<sup>158</sup> Disponível:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2014\\_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf), acessado em fevereiro de 2014.

<sup>159</sup> O início das votações dessas emendas iniciaram em 24 de novembro 2013. Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/11/prefeitura-pretende-evitar-mudancas-no-plano-diretor-de-florianopolis-4343505.html>, acessado em dezembro de 2013.

Esse Plano Diretor de 2014 tinha inicialmente uma proposta interessante, antes da inserção de inúmeras emendas que deixaram não apenas a população como os técnicos confusos. Esse plano aborda a ocupação do solo e o uso do mar, ele privilegiava algumas regiões para a expansão do crescimento e limitava outras, “articulando esta urbanização com a paisagem natural e a valorização histórica da Ilha, buscando alguns princípios básicos para o planejamento do território urbano” (COSTA, 2014, p.12)<sup>160</sup>.

Dentre os destaques para esse Plano diretor se dá pelo fato de tentar considerar a paisagem natural e valorizar a parte histórica, conforme:

Art. 8º. - Entende-se por estratégia de paisagem natural e valorização histórica a consideração conjunta da paisagem natural e cultural, no marco do conceito de Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano, introduzido na cidade em 2005, que proporciona uma posição inovadora em matéria de conservação, com também um grande atributo para a desconcentração estacional do turismo ao por em destaque o grande patrimônio da paisagem, em especial da Ilha de Santa Catarina, das costas e das baías (FLORIANÓPOLIS, 2010).

O que deve ser considerado já que muitas das freguesias, a questão histórica da cultura lusa portuguesa e açoriana está bem marcada não só na arquitetura como nos hábitos locais. Assim como áreas importantes devem ser preservadas ambientalmente, como os topos de morros.

O problema no andamento da aprovação desse Plano Diretor de 2014 foi ao passar na Câmara de Vereadores, onde os vereadores alteraram muito do uso e ocupação do solo de algumas regiões. Essas mudanças se entrelaçam com o interesse de alguns setores econômicos como os que objetivavam a expansão, como a indústria da construção civil.

Após 10 anos de elaboração, espera-se que o atual prefeito, Gean Loureiro que assumiu o mandato na Prefeitura em janeiro de 2017, aprove o Plano Diretor ainda esse ano, pois o antigo apresenta vários

<sup>160</sup>

Acessado:

<http://www.ipoggo.com.br/uploads/arquivos/896f9c71db1599a2840e3ce5dae0a902.pdf>, janeiro de 2016.

decretos que fizeram do Plano de 2014, uma “colcha de retalhos” distorcendo muito do que tinha sido proposto. Diante do acompanhamento dos órgãos federais, como a decisão judicial 5.025.299-48.2015.404.7200/SC<sup>161</sup>, O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) retomou os trabalhos junto aos Núcleos Gestores Participativos, estabelecendo novas audiências públicas nas comunidades de cada Distrito ao longo de 2016, como a ocorrida na Cachoeira do Bom Jesus em junho, na qual a comunidade solicitou a limitação nas construções para 2 pavimentos<sup>162</sup>.

Em abril de 2017, recentemente, o prefeito Gean Loureiro assinou um decreto aprovando o projeto “**Agiliza Floripa**” que autoriza e dá rapidez nas licenças para construções de até 750 m<sup>2</sup>. O alvará para construção tem como objetivo ser liberado em menos de 10 dias úteis.

Com a regulamentação ficam “[...] autorizadas edificações de casas de até dois pavimentos, pequenos prédios com oito apartamentos e hotéis com até 12 quartos, todos com limite de 750 m<sup>2</sup>. Edificações comerciais de até 300 m<sup>2</sup> também passam a ser autorizadas conforme o novo regramento” (Jornal ND, 10/04/2017)<sup>163</sup>.

Segundo entrevista no Jornal Notícias do Dia, o prefeito salienta que não se encaixa no projeto “Agiliza Floripa” e na

[...] nova legislação obras realizadas próximas a bens tombados, em áreas com restrições ambientais, que interfiram na paisagem e que exijam estudo de impacto de vizinhança. Terrenos que possuam alguma discussão judicial também não se enquadram na nova legislação. Em todos

<sup>161</sup> Em cumprimento à decisão judicial 5.025.299-48.2015.404.7200/SC, o IPUF retomou os trabalhos junto ao Núcleo Gestor (NG) para estabelecer o cronograma e a metodologia para a realização das 14 audiências públicas demandadas pela decisão, além de duas Audiências Finais, totalizando 16 Audiências Públicas, finalizando com o envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal de Florianópolis, previsto para Agosto de 2016. Disponível: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?cms=ordem+das+audiencias+publicas&menu=3>, acessado em janeiro de 2017.

<sup>162</sup> Disponível: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?pagina=notpagina&menu=3&noti=17139>, acessado em julho de 2016.

<sup>163</sup> Disponível: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=18361>, acessado em abril de 2017.



esses casos a execução de obras obedece à tramitação convencional de liberação (Jornal ND, 10/04/2017).

Ainda, toda a parte técnica da obra fica registrada em uma declaração sendo de responsabilidade do próprio proprietário e do técnico contratado por ele. Esse decreto dá agilidade as autorizações e liberações de alvarás da construção, por outro lado, pode ser um problema, pois muitos tendem a burlar os padrões e normas urbanísticas.

Outro ponto relevante é o que se refere ao número de fiscais da prefeitura ser menor que a demanda do projeto, o que necessitaria de uma equipe treinada e qualificada para tal função. Sem a fiscalização *in loco*, diante de um projeto que exigiria uma quantidade maior de especialistas em decorrência do grande fluxo de autorizações que se pretendem facilitar, questões simples como a construção de fossas, e uma estrutura de saneamento acabam não sendo prioridade, pois uma coisa é estar no projeto e na autorização técnica, e, outra se ela foi realmente realizada.

Diante dos problemas que esse Plano Diretor de Florianópolis, iniciado em 2006, teve ao longo de 10 anos, como as emendas autorizadas pela Câmara de Vereadores, e mais recentemente esse decreto que dá agilidade e autoriza construções menores, é o fato de essas medidas trazerem um impacto grande. Em uma escala maior dificultam o planejamento ordenado da capital, que a anos vem sofrendo com uma expansão desordenada tendo como prioridade a alguns setores econômicos como o da construção civil. O que não prioriza a manutenção de um dos principais atrativos da Ilha que é a qualidade de vida e os aspectos naturais.

No caso da Porção Norte da Ilha, localidades como Ingleses e Canasvieiras que sofrem com o crescimento desordenado e várias construções irregulares, esse projeto vem para regulamentar, porém a que custo? Já que antes dar esses alvarás de construções teriam de fazer um estudo do fluxo de pessoas não apenas para a questão de mobilidade urbana, como o fornecimento de água, um dos problemas apontados no verão, assim como o de saneamento básico.

Cada um desses distritos tradicionais tem uma Intendência que cuida da localidade, nelas se fazem pequenos reparos e manutenções, sendo também um canal direto entre o intendente (cargo comissionado indicado pelo prefeito) com a administração municipal. Deveria ter em cada uma dessas intendenções um técnico responsável por fiscalizar obras irregulares e outros fatores que impactariam o planejamento de

cada um desses distritos.

Não basta ter uma política de Planejamento Nacional e Estadual eficazes se os Planos locais tem entraves que dificultam a aplicação das políticas públicas, como a sugerida pelo Ministério das Cidades, ou mesmo o fornecimento de financiamentos para infraestrutura como o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) sem ter projetos eficientes, e, sobretudo uma fiscalização para que se planeje e garanta um desenvolvimento ordenado da cidade.

## 6 PANORAMA GEOECONÔMICO DO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA

As atividades agrícolas na Ilha de Santa Catarina está presente desde a vinda dos imigrantes açorianos. Contudo, a partir das políticas iniciadas na década de 1930, o Estado passa a ter um papel crucial na dinâmica econômica e no desenvolvimento, ao estimular alguns setores de produção.

Esse panorama geoeconômico pode ser destacado em Florianópolis, principalmente a partir da década de 1960 quando se fortalece a parte administrativa do Estado e a vinda de estatais. Com isso uma nova dinâmica acaba se estabelecendo.

O Norte da Ilha, dentro desse cenário político, pós anos 60, recebe incentivo em quatro setores: o setor **agrícola**, o **turístico**, o da **construção civil**, e por último o que vem ganhando mais destaque na economia florianopolitana, o setor de **alta tecnologia**.

### 6.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A agricultura na ilha teve um papel fundamental, sobretudo no **primeiro processo de urbanização no século XVIII**, já que esses imigrantes açorianos eram pequenos produtores. Por muito tempo eles foram responsáveis por abastecer o governo português, momento este que vai até o início do século XIX, quando passam a fornecer os seus produtos aos novos imigrantes dos Vales Atlânticos de Santa Catarina, se inserindo, desta forma, no sistema capitalista.

O pequeno produtor mercantil açoriano a partir de 1930 vai apresentar uma conjuntura depressiva já que os meios de trabalho estavam se modernizando. O setor pesqueiro, por exemplo, durante a década de 1940 e 50 passa por uma reestruturação e investimentos na pesca industrial, assim como na parte agrícola através da Revolução Verde, o que acarretou um forte êxodo rural nessas áreas no interior da Ilha para os centros urbanos (BASTOS 2000).

Em 1950, segundo os dados do IBGE, o Norte tinha cerca de 8.269 habitantes, o Leste 3.589, o Sul 4.365, somando essas três áreas, que eram basicamente formada por agricultores e pescadores, dá uma população de 16.223 pessoas contra de 51.317<sup>164</sup> na porção Oeste (área central da Ilha e parte do continente).

<sup>164</sup>

Segundo os dados do IBGE, censo de 1950 e 1960.

Em 1960, os moradores do interior diminuíram drasticamente passando o Norte a ter 1.889, o Leste 420 e o Sul 1.387, somados dá 3.696 habitantes. Já a parte central (Porção Oeste) passa a ter uma população de 73.889 pessoas.

Em entrevistas com moradores no interior da Ilha são comuns os relatos sobre esse período difícil entre as décadas de 1950 e 60 quando muitos foram para Santos (SP) e para o Rio Grande do Sul em busca de emprego. Outros se estabeleceram no centro da cidade onde se fortalecia a instalação da parte administrativa do estado, iniciada na década de 1930, e posteriormente a vinda de empresas estatais nos anos 60.

A área de estudo, a porção Norte, por concentrar um grande número de agricultores vai sofrer com essa estagnação econômica. Esse êxodo rural é bem perceptível entre a década de 1950 e 1960.

Na década de 1970 muitos acabam retornando e novos moradores vão se instalando no Norte da Ilha, crescendo novamente o número de habitantes para 8.907, isso pode ser interpretado devido à melhoria da infraestrutura, principalmente com a chegada da luz em 1960 e a construção da principal estrada de ligação dos distritos, a SC-401 no ano seguinte. O turismo nessa área vai ser outro motivador para a sua expansão urbana.

Recente expansão do Norte da Ilha vem aumentando o número de pessoas residentes, assim como o número de trabalhadores na região, pois com a instalação de órgãos públicos e de empresas ao longo da SC-401 acarretou em um estímulo para o crescimento.

A agricultura no século XVIII e XIX teve um papel importante na porção Norte da Ilha, inclusive tendo um posto de escoamento para o centro da cidade, contudo com o processo de modernização das forças produtivas no início do século XX esse pequenos produtores entram em decadência.

Mas após os anos de 1960 a atividade agrícola na porção Norte sofre um novo estímulo, devido a uma política de Estado, podendo ser classificada em quatro momentos importantes de incentivo econômico nesse setor: 1) a partir da década de 1960 com o incentivo a **criação da bacia leiteira**; 2) a **criação de camarão** na década de 1980; 3) a **maricultura** nos anos de 1990, e mais recentemente; 4) a agricultura familiar voltada ao **produtor orgânico**.

### 6.1.1 Criação da bacia leiteira

Antes da criação da bacia leiteira o leite era vendido nas ruas ou se recebia direto do produtor. Mas nos anos de 1920, com o processo de

modernização das cidades, se buscou “erradicar hábitos e costumes que não eram condizentes aos valores higiênicos projetados sobre a cidade” (KUPKA, 1993, p.121), com a criação de uma Diretoria de Higiene do Estado que passou a fiscalizar e analisar os leites que eram fornecidos para a população, o que não deu muito certo, pois muitos produtores se sentiram lesados.

A pesquisadora Sandra Regina Born, em sua dissertação descreve a dificuldade que havia na ilha referente ao fornecimento de carne e leite no centro da cidade, e ressalta que o leite consumido em Florianópolis até o final da década de quarenta vinha de Blumenau. Porém,

Com os transtornos da viagem, muitas vezes chegava sem condições de ser consumido pela população. Para resolver a questão, o Poder Público Estadual adquiriu gado leiteiro no Rio Grande do Sul e a fazenda da Ressacada, até então utilizada como posto de isolamento de animais suspeitos de terem contraído brucelose; foi remodelada e transformada em granja leiteira do Estado. O leite ali produzido era, transferido para a Usina de Beneficiamento, localizada na rua Esteves Junior, onde era pasteurizado e engarrafado, sendo então distribuído através dos caminhões de entrega que circulavam pelas ruas da capital. Os moradores adquiriam previamente um ticket de leite na Usina de Beneficiamento, trocando os mesmos quando o caminhão que fazia as entregas estivesse passando pela rua, o que economizava tempo e facilitava a distribuição (BORN, 2007, p.43).

A fazenda Ressacada, “criada em 1937, em antiga área rural da Ressacada (próximo ao Carianos e Alto Ribeirão) trazia gado holandês do planalto catarinense e gaúcho” (CAMPOS, 1991, p.131) foi a primeira a ser criada em Florianópolis e tinha como objetivo abastecer a Usina de beneficiamento, criada apenas em 1941 (Governo do Estado de Santa Catarina, 1961, p.77).

Essas áreas de criação de corte de gado e de gado leiteiro, em terras comunais, pertencentes ao governo do Estado vão se ampliar na década de 1940,

a primeira ação do governo de implantar postos

agropecuários, denominados de “postos de monta”, manifesta-se em 1949, com o início das obras de drenagem da maior bacia hidrográfica da ilha, a bacia do rio Ratonés (VIEIRA, 2004, p.106).

Na **Ilustração 20** uma das obras na bacia hidrográfica do Ratonés, o rio Papaquara<sup>165</sup> próximo a Canasvieiras. Essa área, de planície quaternária, é uma das mais planas da Ilha, sua drenagem foi feita sob a responsabilidade do antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS.

Ilustração 20 - Rio Papaquara no Norte da Ilha em 1950



FONTE: <http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br>, acessado em outubro de 2015. Mosaico feito por Giselli Ventura.

O objetivo da obra em drenar cerca de 36.000.000m<sup>2</sup>, pois consideravam que com a invasão da maré e a falta de escoamento das águas que se encontravam acima da zona de influência da maré, prejudicavam a agricultura. A drenagem era na época considerada como

165

O rio Papaquara recebeu no verão de 2016 os afluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) de Canasvieiras. Esse esgoto tratado que deveria sair no rio do Brás, o qual desagua na praia de Canasvieiras, porém com o aumento de turistas e as chuvas frequentes, aumentando o número de dejetos na água contaminando a praia, acarretando uma contaminação de pessoas que se banharam na água imprópria da praia. A prefeitura de Florianópolis acabou fechando a saída do rio do Brás que se encontrava contaminada por coliformes fecais abrindo a tubulação, desviando todo o esgoto para o rio Papaquara. Sendo que esse rio segue para outro, o rio Ratonés que vai dar na Estação Ecológica de Carijós, nas localidades da Ponta do Sambaqui e no Pontal da Daniela.

necessária, pois iria beneficiar os Distritos de Ratores e Canasvieiras, possibilitando a criação de gado leite e de granjas (FIDÉLIS, 1998).

Não apenas fizeram a drenagem da bacia como construíram comporta para conter o avanço da maré, **Ilustração 21**, nos anos de 1960.

Ilustração 21 - Construção das comportas em Ratores/Jurerê na década de 1960



FONTE: <http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br>, acessado em outubro de 2015.

Nessas obras de drenagem tentou-se inserir a plantação “de arroz irrigado”[...] Porém, essas tentativas enfrentaram um obstáculo intransponível- a péssima qualidade da terra presente nos banhados ilhéus” (SCHINKE, 2014, p.139).

Essas obras de drenagem interferiram na dinâmica do ecossistema de manguezal “reduzindo sua produtividade, afetaram o modo de vida dos agricultores e pescadores “nativos” que dependiam da dinâmica natural dos rios, tanto como meio de transporte para escoar e receber mercadorias” (VIEIRA, 2004, p.106).

Além disso, se aponta que a iniciativa de tal obra tenha sido estimulada por alguns latifundiários da região, como também um governador para que as terras pudessem ser utilizadas tanto para agricultura como para a criação.

O Governador em exercício e que promoveu tais mudanças foi Celso Ramos, que segundo relatos “tinha uma fazendona lá na Vargem Pequena [...] chamada fazenda do Brás [...] era uma fazenda grandona [...] tinha muito empregado” (entrevista realizada em 13/08/2014), essa

fazenda também estaria inserida na bacia hidrográfica do Ratonés.

Em algumas terras de uso comum na Ilha, o Estado catarinense se “apoderou [...] desenvolvendo nelas fazendas de fomento e orientação à produção de gado leiteiro, com o objetivo de desenvolver a produção leiteira na ilha” (CAMPOS, 1991, p.131).

Essa medida que pretendia melhorar o abastecimento de leite em Florianópolis dá origem à instalação de três bacias leiteiras<sup>166</sup>: uma no Itacorubi, uma no Sul da Ilha (fazenda Ressacada- na Tapera), e uma no norte (Fazenda Santa Tereza- em Canasvieiras).

O que se justificava devido ao aumento da população urbana da capital, o governo tinha que criar condições para abastecer esse crescimento, ampliando em 1960 esses campos de monta no Rio Tavares, Canasvieiras, Ressacada, Rio Vermelho, Vargem Pequena, Ratonés, Córrego Grande e Itacorubi (CAMPOS, 1991). Além dessas medidas modernizadoras, o Estado também interferiu na gestão das áreas comunais.

Outra terra de uso comum que foi apropriada pelo estado para fazer campo de monta pela Secretaria de Agricultura foi o “Campo a Barra” (CAMPOS, 1991). Sendo criada em 1962 no local, a Estação Florestal do Rio Vermelho<sup>167</sup>, **Ilustração 22**. A implantação do parque tinha como meta reflorestar a área com *pinus eliotis* e identificar como se desenvolviam essas espécies na região. Essa experiência que durou até os anos setenta, pois se percebeu a descaracterização da restinga com a implantação dessa espécie exótica.

<sup>166</sup> Segundo a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos- ACCB: <http://www.accb.com.br/historia.html>, acessado junho de 2015.

<sup>167</sup> Em 24 de maio de 2007, o Governador Leonel Pavan assina o decreto nº 308, o qual define o Parque Florestal do Rio Vermelho como Parque Estadual do Rio Vermelho, promovendo sua adequação ao Sistema Estadual de Unidade de Conservação da Natureza. <http://www.gipedu.ufsc.br/site/index1.php?link=historia>, acessado em dezembro de 2015.



Ilustração 22 - Estação Florestal do Rio Vermelho em 1962



FONTE: Governo do Estado de Santa Catarina, 1964, p.200.

Na **Ilustração 23** mostra um braço do projeto de bacia leiteira no Rio Vermelho. Em entrevista com D.Cici<sup>168</sup>, moradora tradicional do Rio Vermelho, ela descreve essa época do Celso Ramos onde todo mundo tinha gado:

tinham pessoas que tinham 15, 20 cabeças de animal. Nos que era mais pobre o Governador Celso Ramos ajudou nos aqui [...] ele fez assim, ele trazia a quantidade de animal bom pra dá leite, e tinha gente aqui que carregava o leite para a

<sup>168</sup>

Laureci da Natividade Lucas mais conhecida como D.Cici, entrevista realizada em 13/08/2014.

usina no Centro [...] primeiro veio o seu Carvalho que começou a carregar o leite daqui, que vinha de caminhão pegar o leite, [...] e morava no Estreito [...] depois o João da Bega<sup>169</sup> que carregava o leite [...] (entrevista realizada em 13/08/2014).

Segundo o artigo de Silvio Coelho dos Santos, “Rio Vermelho uma povoação do interior da Ilha de Santa Catarina”, a agropecuária na região era importante, pois “segundo o IBGE [...] produziu 100.000 litros de leite, o que dá uma média diária de 273 litros” (SANTOS, 1963, p.85). E outra atividade estimulada paralelamente ao gado por Celso Ramos, segundo D.Cici vai ser a “avicultura, desenvolvida segundo as práticas tradicionais, produziu, em 1960, 10.000 dúzias de ovos” (SANTOS, 1963, p.85). Segundo em entrevistas com moradores das localidades do interior da Ilha, sobretudo da localidade do Rio Vermelho, verifica-se que esse programa Estadual foi uma alternativa que acabou estimulando a economia no meio rural diante das dificuldades que a região vinha passando na agricultura, já que muitos começaram a migrar em busca de empregos para o Rio Grande do Sul e Santos, evitando ainda mais o crescente êxodo rural na década de 1960 no interior da Ilha.

Ilustração 23 - Projeto gado leiteiro no Rio Vermelho



FONTE: Governo do Estado de Santa Catarina, 1964, p.77.

<sup>169</sup>

O João da Bega nascido no bairro foi vereador do município de Florianópolis três vezes.

Para muitos adquirirem gado, Celso Ramos<sup>170</sup> estimulava os moradores, como no caso do Rio Vermelho, a “pegar empréstimo no banco [...] foi o governo que ajudou muito a nós [...] nós fazia empréstimo no banco e comprava gado de raça gersey [...] e só pagava com o consumo do dinheiro do leite quando desse”<sup>171</sup>, segundo o relato de D.Cici. Ela ainda lembra o incentivo desse governo para os mais jovens:

Ele botou uma coisa aqui pras mocidade pros filhos nosso [...] pra eles também te gado [...] ele (Celso Ramos) botou o grupo pra eles do 4S, o grupo do 4 S era para as pessoas novas colocar o gado, compra vaca pra poder ter o leite pra vende [...] pra comprar roupa que nos pais não tinha como dar <sup>172</sup> (entrevista realizada em 13/08/2014)

Os jovens que participavam do projeto sócio 4S<sup>173</sup>, oportunidade de trabalho a juventude rural, passavam por treinamento aprendendo a discutir e resolver problemas. Esse incentivo aos jovens era aplicado em

<sup>170</sup> “Aterra que eu mais conheci dele, [...] a fazenda do Celso Ramos [...] A fazenda maior que eu conheci foi na Vargem Pequena” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014).

<sup>171</sup> Laureci da Natividade Lucas mais conhecida como D.Cici, entrevista realizada em 13/08/2014.

<sup>172</sup> Laureci da Natividade Lucas mais conhecida como D.Cici, entrevista realizada em 13/08/2014.

<sup>173</sup> Esse programa de incentivo aos pequenos produtores surge na década de 1960 em consonância com a Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC), e era “um programa de educação do jovem rural, calcado num modelo norte-americano de ação, através dos Clubes 4S” — saber, sentir, servir e saúde. Através dessas entidades “filhos de agricultores de 14 a 25 anos”, receberam “toda uma educação ‘modernizante’”, tendo “acesso a pequenos créditos, a juros baixos” para a realização de experiências nas propriedades de suas famílias. Havia “um verdadeiro trabalho de conquista”, com diversos estímulos que envolviam “todo um trabalho de orientação mas, também, de ‘sedução’ dos colonos da região”. Os clubes 4S tiveram grande abrangência em várias regiões do Estado, atuando junto a um número expressivo de jovens e famílias”. (LOHN, 2008, p.16).

file:///C:/Users/Giselli/Downloads/1630-5746-1-PB.pdf, acessado junho de 2017.

todo o Estado, **Ilustração 24**, conforme o relatório anual do Governo do Estado em 1964.

Essa política foi importante, pois na década de 1960 auxiliava a diminuir o êxodo rural de algumas regiões onde esses programas eram aplicados, pois havia muita dificuldade dos agricultores na Ilha. Não só os filhos, mas as mulheres também tiveram incentivo, como relata D.Cici: “ele (Celso Ramos) botou pra nós donas de casa, marreco, isso foi dado pra gente, pra gente colher os ovos [...] pra comer e vender [...] ele foi um governo de tirá o chapéu” (entrevista realizada em 13/08/2014). Porém, o êxodo rural dos moradores do interior da Ilha era grande em busca de alternativas frente a dificuldade da agricultura e da pesca.

O governo de Celso Ramos com esses projetos estimulou não apenas em Florianópolis como em outros municípios do Estado, uma política de incentivo à modernização da agricultura no campo, o que permitiu a alguns terem condição mínima para ficarem em suas terras, e não terem de ir para a área urbana do município. Já que muitas mulheres na ilha continuaram a atividade agrícola junto com seus filhos. Enquanto seus maridos iam para outras regiões como, Santo (SP) e Rio Grande do Sul, em busca de emprego.

Ilustração 24 - Jovens na produção do Leite: sócios 4S



**JOVENS TAMBÉM CUIDAM DA PRODUÇÃO DO LEITE**

Onze jovens criadores de Rio Vermelho e Criciúma, com idade entre 9 e 18 anos, fizeram empréstimos para a compra de novilhas de raça.

FONTE: Governo do Estado de Santa Catarina, 1964, p.227.

Interessante ressaltar que a família Ramos, no Estado de Santa Catarina, integrou o pacto de poder interno no Brasil estabelecido na década de 1930, mencionado por Ignácio Rangel (1981) como a terceira dualidade brasileira. Onde internamente esse pacto é composto pelos latifundiários ligados ao mercado interno e a burguesia industrial nascente.

Ou seja, configurou um duelo entre as oligarquias regionais, as que estavam ligadas a agricultura de exportação, principalmente o café, e as que acabaram sendo retiradas do poder e substituídas por estas oligarquias regionais que passaram a abastecer o mercado interno, tendo como grande representante Getúlio Vargas (PEREIRA, 1998).

No caso da **família Ramos**, latifundiários do Planalto de Lages, que assumem o governo do Estado catarinense a partir da década de 1930, cargo este que era indicado pelo presidente da República (“interventor”<sup>174</sup>). No caso, Getúlio Vargas. Ao estabelecer esse novo pacto de poder insere como representante da oligarquia regional em Santa Catarina Aristiliano Ramos (1933 a 1935), Nereu Ramos (1935 a 1945), e voltam ao cargo através das eleições com Aderbal Ramos da Silva (1947 a 1951) e Celso Ramos (1961 a 1966).

Não é a toa que ocorreu o processo de modernização dos modos de produção nas áreas urbanas, que contribuiu para aprimorar as técnicas de produção agrícola, dando maiores condições de não apenas abastecer o mercado interno como de exportar e acumular capital. Esses aspectos aliados às políticas públicas pós anos de 1930, e, sobretudo no Estado catarinense pós anos 50 permite que se desenvolva o processo de industrialização com mais força no litoral catarinense. Em contrapartida, a pequena produção agrícola e pesqueira catarinense entra em declínio, e políticas como as implementadas por Celso Ramos eram uma forma de coibir o intenso êxodo rural na Ilha.

Em Florianópolis era comum as famílias viverem da agricultura e da pesca, como relata Sr. Irineu: “Quem pescava não só pescavam, fazia plantação [...] porque a lavoura não dava pra se manter [...] viviam da lavoura e pescavam só pra come [...] cambiavam as coisas [...] levavam para o mercado pra vender “ (Irineu Cordeiro, entrevista realizada em 09/05/2010 *apud* JESUS).

O governo de Celso Ramos, cria no mesmo período o

<sup>174</sup> Os interventores federais eram denominados a governador pelos Presidentes da República. Essas nomeações ocorreram, por exemplo, nos governos de Emílio Garrastazu Médici, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas.

Departamento Estadual da Pesca e Caça, como também a SUDEPE-Superintendência do Desenvolvimento da Pesca em 1962, permitindo incentivos financeiros para o processo de modernização da pesca.

Nesse momento as inovações como a presença de rede de nylon, barco a motor, aos pequenos pescadores estimulam o melhoramento de sua atividade. Por outro lado, o processo de industrialização também atinge o setor através da indústria de conserva e enlatados, assim como as fábricas de salga, como enfatiza (SILVA, 1992) “o aparecimento da grande indústria no setor provocou a desestruturação dos pequenos capitais manufatureiros e a pequena produção independente” (SILVA, 1992, p.185), o que acabou prejudicando os pescadores artesanais.

Novamente, não há como falar de economia sem atrelar a conjuntura política. No caso da salgas, os Ingleses vai ser uma região de destaque Na Porção Norte da Ilha, elas surgem “[...] na década de 1960. “Teve um ano que tinham nove fábricas de produzir peixe escalado” [...] As salgas, no contexto histórico econômico dos Ingleses, representaram a primeira estratégia efetiva na comunidade para ganharem dinheiro” (NOPEs, 2015, p.184).

O fato de as “salgas” terem um papel relevante na comunidade dos Ingleses, não é por acaso. As duas famílias consideradas “coronéis da comunidade” (os senhores Gentil Matias da Silva, e os José Fernandes da Silva), por muito tempo foram cabos eleitorais dos dois principais partidos que atuavam na capital, União Democrática Nacional (UDN) que tinha como uns dos líderes Irineu Bornahusen e os Konder, e o outro, o Partido Social Democrático (PSD) representado pelos Ramos. Um representando a burguesia industrial e outro os latifundiários feudais, pacto de poder que se instala com a Revolução de 1930.

Diante das políticas estabelecidas na década de 1960, como a SUDEPE, a “primeira salga foi fundada em 1962 por Gentil Mathias da Silva” (NOPEs, 2015, p.184), ou seja, o recurso para a modernização do processo de produção/ industrialização do pescado foi para alguém que estava diretamente ligado as grandes lideranças políticas da época.

As “salgas” deram tão certo que por volta de “1964 a 1965, a família Gentil instalou uma firma de pescado no centro, compraram barcos e caminhões para transportar o peixe da salga” (NOPEs, 2015, p.184). Por outro lado, o pescador artesanal, que também era pequeno produtor, por não ter conseguido se inserir no processo de modernização dos meios de produção entra em decadência e acaba indo para outras regiões em busca de emprego como o Rio Grande, pescar na Lagoa dos Patos.

Isso é ressaltado no trabalho de Célia Maria e Silva, “Ganchos

(SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira” (1992):

Ao retornar à pequena unidade de produção, os trabalhadores já não conseguiam acionar a sua produção independente como outrora. Isso porque perderam a sua condição de proprietários de instrumentos, os quais são agora, geralmente, proprietários dos intermediários. Expropriados das condições objetivas de seu trabalho, estes pescadores passam a se submeter aos interesses mercantis, deparando-se, então, com outros conflitos, entre os quais se pode destacar a redução do produto a ser capturado. Esta redução não está relacionada com o “falacioso” discurso de esgotamento dos recursos, mas com a desigual concorrência que se estabelece, de forma conflituosa, com a pesca industrial [...] enquanto que as condições tecnológicas das pequenas embarcações não permitem a extrapolação das proximidades do litoral (SILVA, 1992, p. 173 e 175).

Diante das diferenças no modo de produção industrial e artesanal, muitos moradores da Ilha, iam de caminhão com a família “Gentil”, segundo relatos de que muitos que foram trabalhar em empregos sazonais no Rio Grande, Santos, etc.... O que pode ser explicado por um de seus trabalhadores, em entrevista a (NOPES, 2015), que viajou o Brasil inteiro transportando o pescado da indústria de salga da família “Gentil”: “Então eu transportava, eles vendiam peixe daqui para o Rio de Janeiro e São Paulo, e o peixe salgado que saía da salga [...] ia para o Nordeste, Salvador, Recife, Paraíba e eu transportava. Eu cheguei a transportar peixe salgado para o Nordeste” (NOPES, 2015, p.185).

A partir da década de 1970, a “atividade da pesca foi decaindo, as salgas não existiam mais, nem atividades de plantações” (NOPES, 2015, p.186) nos Ingleses como também em toda a Ilha, o que intensificou o fluxo migratório.

Essas medidas do governo Celso Ramos e depois as que se seguem na década de 1960 contribuíram para a modernização das duas atividades principais no litoral catarinense, a pesca e a agricultura, por outro lado expropriaram muito desses pequenos produtores de sua fonte de trabalho, o que agravou ainda mais a decadência da pequena



produção, que acarretou no processo de imigração para outras regiões em busca de emprego nos anos 60.

O incentivo à **criação da bacia leiteira** na década de 1960 através do PLAMEG (Plano de Metas do Governo Catarinense) tendo como base o Plano de Metas nacional de Juscelino Kubitschek, da década de 1956 teve como objetivo o processo de modernização do campo, através do melhoramento das espécies bovinas<sup>175</sup>, suínas e avícolas, como também a introdução de sementes de melhor qualidade para as culturas agrícolas, como também implementar a Reforma Agrária, está feita as avessas.

Nesse período marcado pela “revolução verde” tornou possível às condições de melhoria na agricultura. A criação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina- IRASC em 1961, por Celso Ramos tinha

Objetivo de ser uma repartição pública estadual destinada a coordenar e executar atividades ligadas à reforma agrária em latifúndios, colonização das terras públicas, regularização das posses de agricultores, iniciativas que se somavam às medidas do governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e que antecipavam as “Reformas de Base” propostas pelo presidente João Goulart entre 1963 e 64 (SCHINKE, 2014, p.9).

Porem, não foi isso que ocorreu no Estado e nem na ilha de Santa Catarina, conforme explicita Gert Schinke no livro – O Golpe da Reforma Agrária: fraude milionária de terras em Santa Catarina- pelo contrário muitas dessas terras comunais foram apropriadas por funcionários públicos, políticos, etc... que ao contrário do que descrevia Leonel Brizola, as apropriações dessas terras comunais que eram publicas passaram a se concentrar nas mãos de poucos, formando

175

Na “bovinocultura e à produção leiteira, o objetivo maior era a substituição do gado solto de “raça inferior” para o gado de raça Jersey e Holandesa, confinado em campos apropriados para sua criação. Também visava incremento da produtividade, especialmente na qualidade da carne e dos laticínios, sendo que a produção de leite visava principalmente garantir o abastecimento da capital, por meio do Projeto Gado Leiteiro. Para se ter uma ideia de quanto era importante essa política, na ilha foram implementados diversos “campos de monta” (para tornar mais veloz e qualificada a procriação) em várias regiões: Canasvieiras, Rio Vermelho, Vargem Pequena, Córrego Grande, Itacorubi, Ressacada e Rio Tavares” (SCHINKE, 2014, P. 139).



grandes latifúndios em Florianópolis.

O governo também criou nesse período a colônia penal agrícola<sup>176</sup>, em Canasvieiras, que integrava parte de uma área conhecida como “campo da colônia”. “Até cerca de 1930 o campo era utilizado comunalmente por habitantes de Ponta das Canas, Cachoeira, Canasvieiras, etc” (CAMPOS, 1991, p.140).

Porém, o campo nesse período foi apropriado pelo tesoureiro da delegacia fiscal conhecido como Cantalício, que mais tarde, diante da descoberta da fraude, passa para as mãos de um comerciante da capital, João Moura. Esse acabou passando a área para o Estado, e este formou a colônia penal. A Colônia foi “utilizada comunalmente até cerca de [...] 1987” (CAMPOS, 1991, p.141).

Atualmente, a área conhecida como colônia pertence ainda ao Governo do Estado sendo administrada pelo “Sapiens Parque”, empreendimento que visa à instalação de um polo tecnológico no Norte da Ilha.

Esse tipo de “concessão terminou em 1982, por interferência da Procuradoria Geral do Estado, que as considerava ilícitas” (CAMPOS, 1991, p.141). Mas o interesse por essas terras como também dos pequenos produtores só aumentou devido ao crescimento e desenvolvimento de Florianópolis por uma classe média e alta. O turismo foi outro fator motivador da especulação imobiliário, atraiu investimentos em infraestrutura acarretando em um aceleração no processo de urbanização dessas áreas agrícolas.

O Norte da ilha ainda se veem grandes pastos com gados e a existência de alguns criadores que estão ligados a essa atividade. Segundo a Cidasc -Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina- “são pelo menos 8.000 cabeças de bovinos em Florianópolis, além de grande número de cavalos, cabras, ovelhas e porcos” (Notícias do Dia, 11 de agosto de 2015).

Muitos desses gados também têm o intuito de ocupar essas terras para que elas não sejam consideradas improdutivas, e passem a ser ocupada por algum movimento social, como o ocorrido em 2014 intitulado de movimento “Amarildo”<sup>177</sup>. Essa propriedade privada

<sup>176</sup> Através da Lei nº 4.378 de 11 de outubro de 1969.

<sup>177</sup> Essa terra é muito questionada, pois alguns apontam para o fato de o terreno ter sido uma terra comunal, a qual pertencia ao poder público e que foi incorporado a um terceiro no processo de distribuição de terra feitos pela IRASC com o intuito de se fazer a reforma agrária. Segundo SCHINKE (2014) “[...] em dezembro de 2013, justo quando o Plano Diretor Participativo estava

ocupada por este movimento foi uma área em que ocorreram várias tentativas de investimentos, dentre eles a criação de camarão.

### **6.1.2 Cultivo de camarão**

A planície quaternária do Ratoões e da Vargem Pequena, as margens da SC-401, na década de 1980 recebe um novo projeto vinculado à criação do cultivo de camarão em cativeiro.

Essa área no Norte da Ilha próxima, a entrada do trevo de Jurerê e da Daniela, e ao longo da SC-401, **Ilustração 25**, pode-se observar ainda hoje a presença desses antigos tanques de cultivo, iniciados nos anos de 1985-86 era uma fazenda relativamente grande. Apesar de a primeira tentativa de cultivo de camarão em Santa Catarina ter ocorrido em Palhoça dez anos antes, em 1974/75, contudo, como a da Ilha não obteve muito sucesso.

---

sendo votado na Câmara Municipal de Florianópolis, centenas de sem-teto e sem-terra instalaram sua ocupação numa área à margem da SC-401, região no norte da Ilha, em área parcialmente pertencente à União e parcialmente pertencente a um proprietário que a adquiriu possivelmente de alguém que recebeu uma concessão da IRASC ou órgão antecessor” (SCHINKE, 2014, p.274). Essa área seria essas terras ocupada pelo movimento a Comuna Amarildo de Souza.

Ilustração 25 - Localização dos antigos tanques de criação de camarão 1994/2015



FONTE: [http://geo.pmf.sc.gov.br/geo\\_fpolis/](http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/), acessado em 02/01/2016. Mosaico feito por Giselli Ventura.

Segundo o professor do Departamento de Aquicultura que acompanhou a instalação desses primeiros tanques em Florianópolis, Professor Edemar Andreata, essas espécies “nativas” de camarão, no

Norte da Ilha, não conseguiram alcançar uma produção “regular” e tiveram vários problemas ao longo do processo produtivo, o que acabou extinguindo a atividade na Ilha.

Apenas em 1998, se inovou esse tipo de cultivo ao entrar uma espécie exótica, comprada da Venezuela. Estas “larvas” foram levadas para Laguna e Paranaguá. Porém, a doença que se instalou na criação prejudicou o cultivo. O auge desse cultivo foi de 1999 a 2004. Atualmente o cultivo de camarão<sup>178</sup> em outras regiões está atrelado a novas tecnologias de manejo e cultivo, sobretudo no nordeste brasileiro (Ilustração 26) onde mais se desenvolve esse tipo de criação<sup>179</sup>.

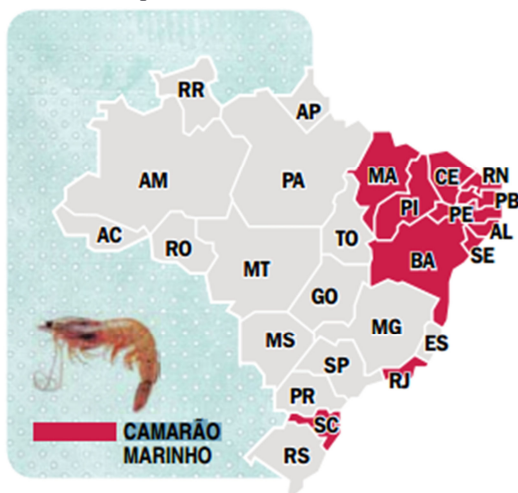
178

**“O camarão cultivado já teve um papel de destaque na economia brasileira.** Em 1998, chegou a representar 55% das exportações de pescado do País. Nessa época, o Brasil foi o maior exportador da espécie – de pequeno e médio porte – para os Estados Unidos, à frente de grandes produtores como China, Tailândia e Equador. Na última década, a atividade enfrentou uma ação antidumping norte-americana, que travou esse mercado, também afetado pela desvalorização cambial. Em 2012, não houve exportação. Depois de dez anos de muitas dificuldades, a carcinicultura, que acabou se voltando totalmente para o mercado interno, mostra os primeiros sinais de recuperação, com tímidas exportações para a França e a Espanha[...] **O estado do Ceará é responsável por quase metade da produção nacional de camarão.** Em 2011, respondeu por 35 mil das 75 mil toneladas produzidas em todo o País” (1º Anuário brasileiro da pesca e aquicultura, 2014, p.44). (*grifo* meu)

179

“Na Região Norte predominam peixes como o tambaqui e o pirarucu. **No Nordeste, a preferência é pela tilápia e pelo camarão marinho.** No Sudeste, a tilápia tem grande presença na aquicultura. **No Sul predominam as carpas, as tilápias, as ostras e os mexilhões.** Já no Centro-Oeste, os destaques são o tambaqui, o pacu e os pintados” (1º Anuário brasileiro da pesca e aquicultura, 2014, p.14). (*grifo* meu)  
[http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520\\_218117.pdf](http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf),  
 acessado em novembro de 2015.

Ilustração 26 - Estados produtores de camarão



FONTE: 1º Anuário brasileiro da pesca e aquicultura<sup>180</sup>, 2014, p.38.

No cenário econômico do cultivo de camarão (Ilustração 27) em Santa Catarina, a produção se concentra nos municípios de “São Francisco do Sul (que) apresentou a maior produção, com um volume de 136,4t, representando 75,61% da produção total, seguido por Balneário Barra do Sul e Imbituba” (EPAGRI- Cedap, 2014, p.07).

Florianópolis hoje não apresenta mais nenhuma participação nesse setor, à única tentativa que existiu foi essa no norte da ilha na década de 1980.

Ilustração 27 - Produção comercializada de camarão, por município em 2014, toneladas (t)



FONTE: EPAGRI- Cedap, 2014, p.07.

<sup>180</sup>

Disponível:

[http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520\\_218117.pdf](http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf),  
acessado em novembro de 2015.

A fazenda de Artêmio Paludo ainda é motivo de muitas polêmicas. A alteração do zoneamento da propriedade no Plano Diretor, através da Lei nº 3.819/92 altera o uso e ocupação do terreno permitindo a Implantação do complexo turístico/ esportivo/ residencial denominado “Florianópolis Golf Club”, conforme fica explícito no Art.3º da lei municipal: “Fica alterada para Área turística Residencial- 1 (ATR-1), a Área de Exploração Rural localizada nas UEP-87 (Vargem Pequena) e UEP-89 (Ratões Oeste), no km 14 da Rodovia SC-401”. Esse empreendimento em parceria com o Costão do Santinho, mas que anteriormente teve outros parceiros como a Habitasul que coordenada o loteamento de Jurerê Internacional<sup>181</sup>, ficaram apenas no papel.

Em 2003, novamente a área sofre outra mudança, através da Lei Complementar nº 116/2003, transforma as “Áreas de Exploração Rural (AER) remanescentes no interior das Zonas Urbanas dos Distritos de Florianópolis” em Áreas Residenciais Exclusivas (ARE).

Segundo em entrevista com Carlos Eduardo Medeiros<sup>182</sup>, diretor de Planejamento do IPUF, a partir de 2014 não existe mais área rural na ilha. As Áreas Residenciais Exclusivas (ARE) passam a serem denominadas como **Áreas de Urbanização Espacial (AUE)**, não permitindo o parcelamento do solo, porém isso não significa necessariamente a proibição de loteamentos e condomínios fechados.

Mais recentemente, essa terra ao longo da rodovia que ocupa a planície do Ratões “área parcialmente pertencente à União e parcialmente pertencente a um proprietário que adquiriu possivelmente de alguém que recebeu uma concessão do IRASC ou órgão antecessor” (SCHINKE, 2014, p.274), foi ocupada pela Comuna Amarildo de Souza<sup>183</sup>, em dezembro de 2013, porém estes acabaram sendo retirados em abril de 2014 do terreno de Artemio Paludo. Após vários destinos, os integrantes do movimento acabam indo para o município de Águas Mornas<sup>184</sup>, em um área destinada pelo INCRA.

O movimento Amarildo tinha como objetivo a instalação de casas populares<sup>185</sup> no terreno através da desapropriação da propriedade e financiamentos para a construção de casas do programa “minha casa minha vida”, Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, do

181 Notícias do Dia, 24 de janeiro de 2014.

182 Entrevista realizada em 24 de outubro de 2015.

183 Diário Catarinense, 27 de abril de 2014.

184 Notícias do Dia, 04 e 05 de julho de 2015.

185 Notícias do Dia, 05 de fevereiro de 2014.

Governo Lula. Porém muito foi questionado por outros moradores na Ilha que integram uma lista de espera, na prefeitura, para as moradias referente à faixa 1, a mais carente.

O movimento Amarildo também tentou se instalar em outra região no Rio Vermelho<sup>186</sup> ao longo da SC-406, entre os dias 20 e 21 de abril de 2014, porém também não obtiveram muito sucesso. A escolha de um terreno no Norte da Ilha vem sendo uma ótima opção por ser uma das regiões que mais crescem demograficamente, recebendo vários investimentos Estaduais e municipais em infraestrutura, assim como órgãos públicos e de empresas.

O terreno do ex-deputado Artêmio Paludo sofre em 2015 uma nova ocupação, chamado de “Guerreira Dandara- por uma Floripa que produza o seu próprio alimento”<sup>187</sup>, não obteve muito sucesso sendo logo retirados do terreno. O movimento tinha em sua formação estudantes universitários, em sua maioria de classe média, diferentemente da ocupação anterior que levou alguns meses para ser retirado já que muitos não tinham para onde ir. Além disso, os objetivos eram bem distintos do movimento de 2013.

Esse terreno ao longo da SC-401 atualmente rodovia que vem se instalando vários empreendimentos e empresas, fazem com que o poder público seja pressionado pela especulação imobiliária, e que exemplos como estes não surjam efeito, as ocupações por movimentos sociais. Este último, a milícia logo foi acionada em decorrência da ação de reintegração de posse pelo proprietário.

### 6.1.3 Maricultura

A atividade inicial do cultivo de camarão surge de pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com empresários na Ilha. Já a maricultura surge também na década de 80, tinha a universidade como a incentivadora junto com recursos financeiros do estado.

A diferença da maricultura para o cultivo de camarão está no público alvo desse projeto, os pescadores artesanais do litoral catarinense. O objetivo era promover a inserção desse pescador em uma atividade que pudesse complementar a sua renda. Outro ponto importante da iniciativa das fazendas de ostras e mexilhões se refere à

<sup>186</sup> Notícias do Dia, 20 de abril de 2014.

<sup>187</sup> Notícias do Dia, 19 de dezembro de 2015.



reserva desse alimento, que vinha sofrendo uma redução de sua oferta, devido aos problemas naturais e da extração predatória.

Até há pouco tempo, era bastante propalada a idéia de que os mares brasileiros ricos em recursos pesqueiros; hoje, através dos conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos anos, tal afirmativa já não tem sustentação. Assim, não obstante a sua grande extensão litorânea, nossos mares são realmente pobres em recursos pesqueiros. [...] a maior parte de nossa costa é pouco produtiva quanto aos recursos pesqueiros e, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) [...] estudos recentes demonstram que não há perspectiva de aumento expressivo na produção do país [...] A maioria dos recursos pesqueiros está próxima ao litoral e são dependentes, em sua maioria, das áreas costeiras para complementar seu ciclo de vida, entretanto, estas zonas estão sendo degradadas (Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 1999, p. 64 e 65).

O crescimento populacional das cidades ao longo do litoral brasileiro, principalmente de Santa Catarina e de Florianópolis, trouxe problemas ambientais e como consequência também do excesso de extração desse tipo de alimento. Como consequência fizeram com que se diminuísse a quantidade de ostra, berbigão, marisco, e até mesmo do peixe.

A alternativa de continuar consumindo esse tipo de alimento vem diminuindo no decorrer dos anos, devido à forte exploração, não apenas por pescadores artesanais (próximas ao litoral onde se encontra o ciclo de reprodução), mas à pesca predatória da indústria pesqueira. Outro motivo da diminuição é o crescimento das cidades litorâneas, onde se encontram muitos locais de reprodução de peixes, crustáceos, ostras, dentre outros, e que se agravaram ainda mais pelos problemas ambientais como aterros e poluição de praias, mangues.

A aquicultura<sup>188</sup> é uma solução para muitos, principalmente

188

“A aquicultura pode ser tanto continental (água doce) como marinha (**água salgada**), esta chamada de **maricultura**. A atividade abrange as seguintes especialidades: Piscicultura (criação de peixes, em água doce e marinha); **Malacocultura** (**produção de moluscos, como ostras, mexilhões,**



desses pescadores artesanais por ser uma fonte de produção de alimento e por gerar renda.

Esse aspecto natural, um litoral catarinense bem recortado com baías, enseadas, a presença de mangues, um bom clima e uma água com temperatura adequada, favoreceu o desenvolvimento da maricultura. Esse ambiente favoreceu a criação do cultivo de molusco como as ostras e os mexilhões.

A primeira tentativa de implantação do cultivo de ostras em Santa Catarina data de 1971<sup>189</sup>, através de um projeto de capacitação de sementes, fornecido pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira em Santa Catarina (Arcapesc), no estuário do Rio Ratonas, ao Norte do distrito de Santo Antônio de Lisboa, e as ostras eram retiradas para o consumo de pescadores. Não houve, porém, continuidade (“problemas surgidos parecem ter sido depredação das estruturas, por pescadores que usavam o local para a pesca com tarrafas e redes, e a falta de apoio financeiro necessário para a condução dos experimentos” (POLI, 2003, p. 252 e 253).

A atividade vinculada ao cultivo de moluscos ocorreu através de pesquisas realizadas em 1983, pelo Departamento de Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina, com as comunidades de pescadores artesanais da freguesia de Santo Antônio de Lisboa, o primeiro local onde se implantou o projeto da UFSC em parceria com a ACARPESC (atual EPAGRI), passando da fase experimental para a aplicação apenas em 1987.

Dentro do projeto de pesquisa, havia o Laboratório de Cultivo de

---

**caramujos e vieiras**). A criação de ostras é conhecida por ostreicultura e a criação de mexilhões, por mitilicultura; Carcinicultura (criação de camarão em viveiros); Algicultura (cultivo de macro ou microalgas); Ranicultura (criação de rãs); Criação de jacarés” (*grifo meu*) <http://www.mpa.gov.br/aquicultura>, acessado em janeiro de 2015.

<sup>189</sup> Lembrando que A atividade voltada ao cultivo de bivalves iniciou sua primeira tentativa na década de 1970, com pesquisas realizadas pelas Universidades brasileiras, (1972 na Bahia), no intuito de cultivar ostras no mangue, mas o projeto foi abandonado em 1985. Em 1974, iniciou-se a introdução de ostras do Pacífico ou ostra japonesa, tendo o Instituto de Pesquisas Marinhas do Rio de Janeiro importado sementes de ostras da Grã-Bretanha. Tais sementes, porém, não tiveram sucesso no meio natural. “Quase na mesma época, o Instituto de Pesca de São Paulo, trouxe sementes desta mesma espécie do [...] (Japão) em 1975. Em 1981, o Instituto de Biologia da Universidade da Bahia importou sementes de *Crassostrea gigas*” (POLI, 2003, p. 254), sementes essas hoje produzidas no laboratório da UFSC.

Moluscos Marinhos (LCMM), atualmente LMM-UFSC - Laboratório de Moluscos Marinho -, que fornece aos maricultores “sementes de ostras japonesa *Crassostrea gigas*, sementes de ostras de mangue, pré-sementes e sementes de vieira e larvas de mexilhão, atendendo a demanda de 1000 produtores de Santa Catarina e também de outros estados” (VICENTE, 2010, p. 09 e 10).

Esse tipo de semente- *Crassostrea gigas*- foi inicialmente produzido em escala comercial, pois apresentava um crescimento rápido. “Mas foi somente na baía norte da Ilha de Santa Catarina [...] que os resultados se mostraram promissores desde o início, motivando o interesse dos pescadores da localidade de Santo Antônio de Lisboa” (POLI, 2003, p. 254).

Com o sucesso da pesquisa no local, “formou-se aí o primeiro condomínio de Pesca e Aquicultura do Brasil, chamado Condomínio de Pesca e Aquicultura Baía Norte, formado por um grupo de pescadores pioneiros” (POLI, 2003, p. 254). Dentre esses pioneiros, inclusive das pesquisas iniciais em 1983 até a sua aplicação em 1988, José Alberto de Queiroz<sup>190</sup> foi um dos que participaram de todo o processo, e continua até hoje no cultivo.

Nesse canto eu estava aqui quando a universidade desceu com uma canoa aqui, e eu fui perguntar o que eles estavam fazendo aqui [...] foi em 1983 que o professor Poli, o Nelso, e a Paulinha [...] foram essas pessoas que começaram [...]e eles falaram que tavam fazendo um trabalho para repovoar o nosso meio ambiente com a nossa ostra nativa que o pessoal começou a tirar demais, e começou tava completamente extinta [...] e quando o Poli veio pra cá com a ideia tinham algumas pessoas desse grupo recém formadas pela universidade do Chile, e trouxeram pra cá essa sementinha [...] a verdade ela não é ostra chilena se chamada de *Crassostrea gigas* ou ostra do pacífico, mas na verdade de origem dela nativa é ostra japonesa. Adotaram de pacífico porque o Japão esta no pacífico [...] aí a gente colocou na água aqui e cresceu do dia para a noite [...] ela

190

“Os que começaram mesmo foram 5: eu o Ireno, o João, o Antônio, o Neves e o Bada (que é Reinaldo o nome)” (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

creceu demais [...]com 7 meses se tinha ostra bonita, grada [...] se fosse uma ostra nativa ela levaria três anos para alcançar esse tamanho [...] colocamos em 1984 essa ostra que veio do Chile [...] mas quando chegou em dezembro ela perdeu 99% porque a semente era de um ambiente bem mais frio que o nosso (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

Essa primeira experiência não teve muito sucesso, levando pesquisadores e maricultores a procurarem outra alternativa, descobrindo que no Rio de Janeiro havia um laboratório da Marinha que fazia semente de ostra, mas com a mudança da administração passaram a não mais fornecer. Segundo Queiroz, com o fechamento desse laboratório, passaram a comprar no litoral de São Paulo, porém não foi bem sucedida a parceria, pois as sementes não eram de boa qualidade.

Pra desconchar (retirar o molusco da concha) para fazer molho pra família de japonês lá [...] a ostra das sementes dele cresceu 5 vezes mais que do que a nossa [...] e viu que a ostra tava crescendo muito[...] e ele cresceu o olhou, [...] e começou a colocar a nossa no mercado de lá...se ele vendia a dele lá a 2 reais a dúzia, levou a nossa e passou a vender a 4 reais a dúzia. (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

No mesmo ano, eles resolveram produzir as sementes em parceria com a UFSC, em um laboratório localizado na Ponta do Sambaqui, terreno pertencente à colônia de pescadores da região, e até hoje continua no mesmo local, servindo como local de pesquisa.

A maricultura dentro do contexto mundial, no século XX, registrou uma das primeiras atividades ligadas à produção de moluscos de forma significativa, teve início na década de 1940 na Espanha, considerada até a década de 1980, como a maior produtora mundial de mexilhões perdendo o seu posto, apenas para a produção chinesa.

A produção mundial nesse setor vem aumentando a cada ano, o “cultivo de moluscos – representa uma das principais atividades da aqüicultura mundial com produção inferior apenas às algas e os peixes de água doce” (VICENTE, 2010, p. 01). Dentre os maiores produtores 147 de moluscos bivalves atualmente no mundo, temos China, Japão, Itália e Espanha. (SOFIA, 2009).

Segundo dados da EPAGRI (2009), o Brasil é o segundo maior produtor de moluscos bivalves da América Latina, perdendo apenas para o Chile, e o Estado de Santa Catarina é responsável pela maior parcela da produção nacional.

Se compararmos a produção brasileira a nível mundial (Ilustração 28) o País tem produção muito pequena, porém vem ganhando posição no ranking internacional estabelecido pela FAO (fishery statistical database). Em 1994, “era o 32º em produção aquícola e o 26º em termos de valor. Em 2004, o Brasil ocupava o 18º lugar no ranking mundial, com 0,5% da produção mundial e o 12º em termos de receitas geradas com 1,4% do total” (OSTRENSKY, 2008, p.29).

Ilustração 28 - Evolução da Produção Aquícola Mundial e Brasileira entre 1990 e 2004

| ANO       | MUNDIAL        |                | BRASIL         |                |
|-----------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|           | Quantidade (t) | Incremento (%) | Quantidade (t) | Incremento (%) |
| 1990      | 16.827.096     |                | 20.490         |                |
| 1991      | 18.279.033     | 8,6            | 23.390         | 14,2           |
| 1992      | 21.189.306     | 15,9           | 29.820         | 27,5           |
| 1993      | 24.453.567     | 15,4           | 30.390         | 1,9            |
| 1994      | 27.775.007     | 13,6           | 30.915         | 1,7            |
| 1995      | 31.195.352     | 12,3           | 46.202         | 49,4           |
| 1996      | 33.795.531     | 8,3            | 60.718         | 31,4           |
| 1997      | 35.841.010     | 6,1            | 87.801         | 44,6           |
| 1998      | 39.083.476     | 9,0            | 103.915        | 18,4           |
| 1999      | 43.000.079     | 10,0           | 140.656        | 35,4           |
| 2000      | 45.657.773     | 6,2            | 172.933        | 22,9           |
| 2001      | 48.555.041     | 6,3            | 205.779        | 19             |
| 2002      | 51.971.882     | 7,0            | 247.867        | 20,5           |
| 2003      | 55.183.013     | 6,2            | 273.629        | 10,4           |
| 2004      | 59.408.444     | 7,7            | 269.698        | -1,4           |
| 2004-1990 | 42.581.348     | 253,1          | 249.208        | 1.216,2        |

FONTE: OSTRENSKY, 2008, p.29.

Segundo o relatório do **IBGE- Produção Pecuária Municipal de 2014**<sup>191</sup>, Santa Catarina liderou mais uma vez os rankings de suinocultura e malacocultura no país. Alcançando 98% da produção de malacocultura no Brasil, foram 21,665 mil toneladas de **mexilhões, vieiras e ostras** cultivados em Santa Catarina. O

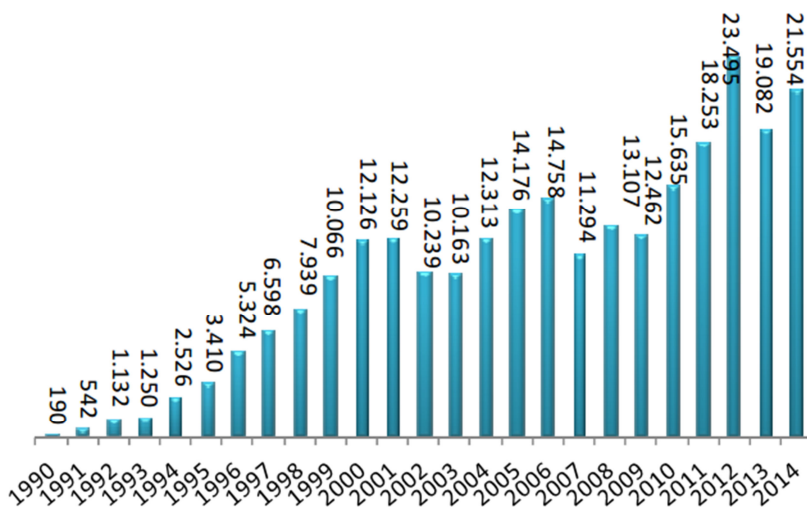
<sup>191</sup> IBGE, Produção Pecuária Municipal. v 42. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p 1-39.

município de Palhoça, na Grande Florianópolis, foi o destaque, com 60,8% da produção estadual e 59,6% da nacional. Outras oito cidades catarinenses apareceram no ranking das 10 com a maior produção do país<sup>192</sup>.

Já Florianópolis está na liderança da **produção de sementes** para a malacocultura. As fazendas da Capital, que se localizam em Sambaqui no Norte da Ilha e a outra na Lagoa da Conceição, coletam 88,2% do total das sementes dos mexilhões, vieiras e ostras que geram novas produções e substituem as envelhecidas.

Os dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e do Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap) referente a 2014, **Ilustração 29**, demonstram um crescimento de 12,95% comparado com o de 2013. Lembrando que em 2012 foi a maior produção já registrada.

Ilustração 29 - Evolução da produção de moluscos comercializados em Santa Catarina entre 1990 e 2014



FONTE: EPAGRI- Cedap, 2014, p.01.

Referente ao número de pessoas ligadas a atividade, atuaram

<sup>192</sup>

Foi matéria também nos jornais Diário Catarinense (08/10/2015), e Notícias do Dia (08/10/2015).

diretamente na produção um contingente de 610 maricultores, representando um aumento de 3,56% em relação a 2013 (589 maricultores). Os produtores estão organizados em 21 associações municipais e 1 estadual, 1 cooperativa e 2 federações, distribuídos em 12 municípios do litoral, compreendidos entre Palhoça e São Francisco do Sul. O número total de trabalhadores envolvidos diretamente na cadeia produtiva de moluscos é de 3.388 pessoas (EPAGRI; Cedap, 2014, p.01)<sup>193</sup>.

Apesar de o litoral catarinense estar na frente com a sua produção de moluscos, “apenas 30,24% da capacidade total dos parques aquícolas já licitados está sendo explorada, sendo que o potencial de produção é de 71.256,9t/ano, área que ainda poderá ser ampliada com a nova licitação que está sendo esperada ainda para 2015” (EPAGRI-Cedap, 2014, p.02). Ou seja, esse úmero pode aumentar em até 60% o que resultaria em um aumento de aproximadamente 6.776 novos empregos dentro da cadeia produtiva<sup>194</sup> de moluscos.

Vai ser dentro desse setor da maricultura<sup>195</sup> que Florianópolis (**Ilustração 30**) vai se destacar, “55% em Florianópolis, 15,5% em São José e 10,85% em Palhoça, totalizando 81,4% dos ostreicultores localizados nas Baías Norte e Sul mostrando a importância desta região para o estado” (EPAGRI-Cedap, 2014, p.03), assim como também na produção de vieiras.

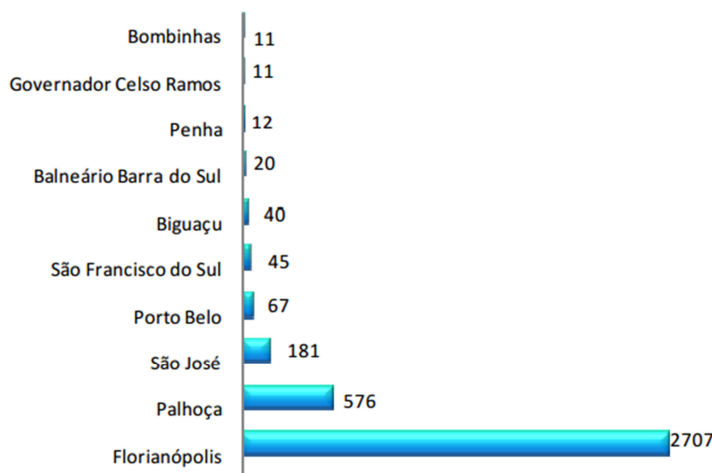
Em Florianópolis, a ostra, apesar de a baía Norte- Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui- terem sido as regiões pioneiras dessa atividade, o Ribeira da Ilha, na baía sul é quem vai se destacar na produção com cerca de 84% da produção da ilha.

<sup>193</sup> EPAGRI- Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap), **Síntese informativa da Maricultura**, 2014, p.01.

<sup>194</sup> Isso considerando que número total de trabalhadores envolvidos diretamente na cadeia produtiva de moluscos referente aos 30% é de 3.388 pessoas.

<sup>195</sup> Os mexilhões “O maior número de produtores está concentrado nos municípios de Palhoça (223), Governador Celso Ramos (90) e Bombinhas (80)” EPAGRI- Cedap, 2014, p.02.

Ilustração 30 - Produção de ostras comercializadas, por município em toneladas (t)



FONTE: EPAGRI- Cedap, 2014, p.04.

Ou seja, hoje na ilha as duas atividades que se destacam no setor de cultivo de moluscos vai se o de ostra e o de vieiras, sendo em ambas a maior produtora. A de mexilhões tem uma produção insignificante frente a outros municípios como Palhoça.

As baías Norte e Sul são responsáveis por cerca de 94% da produção de ostra, um sinal de que devemos considerar ou se verificar que muitas praias ao longo das baías estão atualmente “impróprias”, conforme as análises feitas pela FATMA. O problema de saneamento básica não afeta, apenas o turismo, como ressalta constantemente a mídia, mas também a atividade vinculada a maricultura.

Para usar os espaços físicos do litoral catarinense, as áreas aquícolas<sup>196</sup> pertencentes à União, deve-se ter uma autorização do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do IBAMA, do “Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Defesa (Comando da Marinha), Ministério do Meio Ambiente (Agência Nacional das Águas- ANA)” (NETO, 2005, p. 22).

Além dessa autorização, é também necessária a autorização do IBAMA, Termo de Ajuste de Conduta (TAC), (Portaria nº 69 de 30 de outubro de 2003), cujo objetivo é regular e enquadrar o maricultor

<sup>196</sup> “espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquíicultura, individuais ou coletivos” (NETO, 2005, p. 20).

dentro da atividade da aquicultura, e só depois fornecer a licença ambiental.

Para se enquadrar na categoria de aquicultor, seja como pessoa física ou jurídica, o Decreto de lei nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 estabelece uma autorização de espaços físicos de corpos de água sob o domínio da União para atividades aquícolas. No artigo 2º, esse decreto define:

I-aquicultura: O cultivo ou criação de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático; II- área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos; III- parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidos outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura.

Esses polígonos ou áreas aquícolas são delimitados através de coordenadas geográficas com GPS ao longo do litoral catarinense, seguindo os seguintes critérios: “abrigados de ventos e correntes fortes, áreas com profundidades iguais ou superiores a 1,5m, afastados dos locais de tráficos regulares de embarcações, dos fundeadouros, das áreas de pesca, dos locais utilizados para o turismo e o lazer das populações locais e das desembocaduras de rios” (NETO, 2005, p. 28).

Santa Catarina vai se tornar o primeiro Estado brasileiro a regularizar seus parques marinhos, ou seja, a demarcação de lotes aquícolas. O processo de concessão de 10 mil m<sup>2</sup> iniciou em 2004, tendo como objetivo voltar essas áreas para a produção de moluscos: ostras, mariscos, e vieiras, valendo essa licença por 20 anos. Serão “826 maricultores artesanais de 12 municípios que terão áreas de cultivo organizada” (Notícias do Dia, 17 de agosto de 2015, p.08) no ano de 2015, antes eram 610 maricultores. “A região da Grande Florianópolis concentra o maior número de área (68%). Na capital foram 121 áreas licitadas” (Notícias do Dia, 17 de agosto de 2015, p.08). Além disso, os produtores terão acesso a programas de linha de crédito agropecuário, financiamento do governo, o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar)<sup>197</sup>. A intenção é expandir ainda mais esse setor.

<sup>197</sup>

Notícias do Dia, 24 e 25 de outubro de 2015.



Em 1999, o Estado catarinense começa a exportar o produto, segundo informações recolhidas em entrevista com Alex Alves dos Santos (EPAGRI).

Para exportar a produção de moluscos para fora do Estado é necessário o selo de Serviço de Inspeção Federal- SIF concedido pelo Ministério da Agricultura. Porém para esses pequenos produtores requer um alto investimento.

Pois não basta o Estado ser o maior produtor de moluscos, também o “único Estado adequado ao Programa Nacional de Controle Higiênico e Sanitário de Moluscos Bivalves, conforme a Instrução Normativa Interministerial 07/2012” (Notícias do Dia, 24 e 25 de outubro de 2015, p.04).

Os produtores do Ribeirão, maioria e os que dentem esse tipo de certificado. E a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) vem auxiliando nesse processo de certificação junto com o Ministério da Agricultura.

É o caso de Dário Gonçalves, 54, dono dos restaurantes Rancho Açoriano e também da fazenda marinha Rancho Açoriano [...] somente a empresa produz 2 milhões de ostras por ano, para consumo em seus dois restaurantes. Para ganhar o certificado e se adequar às normas, Dário calcula que investirá cerca de 20 mil. “Fiz um espaço que terá uma barreira sanitária, onde só entram pessoas devidamente higienizadas para trabalhar com a ostra. É ali que a ostra vai receber a dosagem certa de cloro para não deixar nenhuma impureza [...]” Dário pretende, a longo prazo, revender para outros restaurantes (Notícias do Dia, 12 e 13 de setembro de 2015, p.18).

No caso dos produtores do Norte da Ilha que se concentram em Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, estes não tem o SIF o que dificulta a sua exportação de seus produtos para fora do Estado<sup>198</sup>. A outra dificuldade que se estende há quase dois anos, foi o fato de em março de 2014 seus ranchos terem pegado fogo. Isso dificultou o

<sup>198</sup> “os maricultores Otávio Narciso Barcelos, 62, e Jardel Joaquim da Silveira, 37 [...] ”Entregamos a produção para uma empresa que vende para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (Notícias do Dia, 27 de agosto de 2014, p.14).

trabalho desses maricultores, tendo só em fevereiro de 2016 a autorização para reconstruí-los<sup>199</sup>.

Outro problema que assolou os maricultores<sup>200</sup> é a “maré vermelha”, em agosto de 2014. Resultando na proibição de “18 balneários da região metropolitana da Capital e no Litoral Norte do Estado. A proibição do consumo de moluscos se dá em função da alta concentração de microalga DSP (toxina diarreica), que forma o fenômeno conhecido como mare vermelha” (Notícias do Dia, 26 de agosto de 2014, p.3), e que pode ocasionar riscos a saúde.

Os produtores do Norte da Ilha retratam a perda que tiveram com a mare vermelha, segundo “O maricultor José Alberto Queiroz, o Zeca, 63, afirma que seu prejuízo ultrapassou R\$ 5.000 no último fim de semana [...] quando a Vigilância Sanitária adotou medidas para impedir a venda e o consumo de moluscos” (Notícias do Dia, 26 de agosto de 2014, p.03).

Devido a algumas dificuldades como estás, que a regularização das fazendas marinha, e, sobretudo, o incentivo ao financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar vão auxiliar esses pequenos produtores do litoral catarinense.

O próprio poder municipal da Prefeitura de Florianópolis incentivou o cultivo de moluscos, criando em 1999 a Primeira Fenaostra, intentando trazer para a culinária dos restaurantes uma gastronomia voltada para pratos ligados aos produtos da maricultura, principalmente a ostra.

<sup>199</sup> “Os maricultores de Santo Antônio de Lisboa podem comemorar: A Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), conseguiu a liberação da reconstrução, no mesmo local em que ficavam anteriormente, dos ranchos que foram destruídos por incêndio há quase dois anos. O prefeito Cesar Souza Junior e o secretário de Pesca, Roberto Katumi, farão a entrega da licença de construção para os profissionais” <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comunicacao/?pagina=notpagina&menu=&noti=16383>, acessado em fevereiro de 2016.

<sup>200</sup> Lembrando que no final de 2012 ocorreu um vazamento na Tapera, sul da ilha, de óleo de uma estação da CELESC desativada o que “prejudicou a imagem da produção catarinense. Esta é a leitura dos produtores de ostra do Ribeirão da Ilha, na Capital, da entidade que representa bares e restaurantes e da secretaria de Agricultura e Pesca do Estado” (Notícias do Dia, 27 de agosto de 2014, p.14).

Este estímulo promoveu rotas gastronômicas, como a “Rota do Sol Poente” em Santo Antônio de Lisboa, região assim como o Ribeirão muito visitado e procurado por turistas. Locais onde concentram os principais restaurantes com comidas típicas da cultura açoriana, e pratos com esses principais moluscos.

#### 6.1.4 Agricultura ainda hoje sobrevive

A pequena produção agrícola sempre esteve presente na formação do litoral catarinense, sobretudo com os imigrantes açorianos. E o Norte da Ilha foi à região onde historicamente mais concentrou esse tipo de atividade, e ainda hoje se mantém em uma proporção menor, apesar da especulação da terra e da expansão urbana.

E à medida que a população urbana vai crescendo surge cada vez mais à necessidade de alimentos, e as hortaliças por serem produtos sensíveis devem ficar próximas a essas áreas. No caso da Grande Florianópolis foi surgindo aos poucos o cinturão verde.

A **Grande Florianópolis**<sup>201</sup>, de acordo com a **Federação Catarinense de Municípios –FECAM**, compreende hoje treze municípios: de São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Angelina, Rancho Queimado, Anitápolis, São Bonifácio, e Florianópolis. Juntos forma a grande região metropolitana de Florianópolis.

Essa região atualmente concentra o grande cinturão verde de Santa Catarina<sup>202</sup>, pois como os alimentos são mais perecíveis a tendência é que fiquem próximas as grandes áreas urbanas, como o litoral catarinense.

O principal produto da Grande Florianópolis são as hortaliças. De acordo com Júlio César Mello, coordenador de Assistência Técnica e Extensão

<sup>201</sup> Não confundir com **região metropolitana de Florianópolis** formada por nove municípios: Palhoça, São José, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, e Florianópolis.

<sup>202</sup> Segundo a dissertação de Maria Ângela Bizari Caviccioli- **As hortaliças na grande Florianópolis**: da produção ao consumo, a ação dos agentes intermediários- em 1997, a grande Florianópolis já era responsável por 70% da produção de hortaliças no Estado.

Rural da Epagri na Grande Florianópolis, 10 municípios da região tem folhas, bulbos e frutos que compõe o grupo de hortaliças o foco da produção rural (Notícias do Dia, 9 e 10 de agosto de 2014, p. 16 e 17).

Ressaltando que o cinturão verde da grande Florianópolis não produz apenas “**agricultura orgânica**” também há a presença de uma “**agricultura tradicional/ convencional**”, a qual se utiliza aditivos químicos- agrotóxico. Na porção Norte, no Rio Vermelho a presença do “**hidropônico**”<sup>203</sup> também está presente, onde as hortaliças são produzidas na água através de aditivos químicos.

Dentro da **agricultura tradicional/ convencional** as empresas que detém a maior fatia do mercado em Santa Catarina, segundo Armando Lopes da Silva<sup>204</sup> são:

**beijar flor**” de Antônio Carlos [...] que fornece especificamente a rede Angeloni [...] O “**cozinha fácil**” ele não produz ele só compra, processa o produto, ele também é de Antônio Carlos [...] ele comercializa com as redes de supermercado [...] eles só adquirem produtos de terceiros [...] eles vão lá e compram de pequenos produtores [...] fornece para o Angeloni e outras redes de supermercado [...] produção terceirizada [...] (E o “**Verde fácil**” que é de Biguaçu que trabalha também trabalham com produto convencional (entrevista realizada em 16/03/2015).

Todos estes estão no cinturão verde da grande Florianópolis. As hortaliças são o principal produto e, nesses espaços

<sup>203</sup> Segundo em entrevista com Armando Lopes da Silva (16/03/2015), ele relata que o hidropônico surgiu na segunda Guerra Mundial no Japão para alimentar os soldados americanos. Pois os japoneses estavam acostumados a utilizar a própria matéria orgânica humana na agricultura, faziam a sua compostagem naturalmente, porém os americanos quando consumiam este alimento tinham problemas de intestino. Nessa época com o forte desenvolvimento da parte química, os EUA desenvolve a técnica do hidropônico para alimentar os soldados americanos.

<sup>204</sup> Entrevista feita em 16/03/2015, este proprietário da Empresa “Alento da terra”.

Periurbanos (são) bastante valorizados, que recuam com a expansão urbana, a prática de uma agricultura de produtos perecíveis torna-se compensadora, quer em face da proximidade e garantia do mercado, quer em face dos altos preços pagos pelo consumidor [...] o pequeno produtor cultiva determinados produtos, em datas precisas e conforme a estação do ano, independente da presença de água para o regadio manual que compensaria a falta de ocorrência de chuvas (LIMA, 1983, p. 19 e 27).

A importância desse tipo de alimento estar próximo aos núcleos urbanos é ressaltada por Von Thunen<sup>205</sup>, em sua teoria sobre o “Estado Isolado” vai abordar a necessidade de alguns espaços no entorno da cidade devem ser estabelecidos, e organizado em forma de anéis concêntricos, onde cada círculo tem como condicionante um tipo de alimento como criação, plantação, sua posição vai variar de acordo com o transporte do produto (WAIBEL, 1948).

Na faixa mais interna, aparecem os produtos que não podem suportar transporte de longa distância, como verduras, frutas, flores e leite. Como o adubo suficiente pode ser trazido da cidade, a economia é muito intensiva. Não é necessária a rotação de culturas. Prevalece a livre economia dos hortelãos (WAIBEL, 1948, p. 4).

No caso das hortaliças essa ideia cabe perfeitamente, pois o cinturão verde está ao redor dos grandes núcleos urbanos do litoral catarinense, e das grandes vias de circulação como a BR- 101 que dá acesso a outras vias, ligando o Estado Catarinense como um todo. Além disso, por serem produtos perecíveis o encurtamento da distância do mercado consumidor passa a ser fundamental para manter a qualidade do produto.

Sobre o consumo e a comercialização de produtos orgânicos na Grande Florianópolis, o Instituto CEPA/ SC realizou em 2003 um

<sup>205</sup>

FONTE:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1978\\_v40\\_n2.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n2.pdf), acessado em outubro de 2015.

estudo com base nos dados de pequenos estabelecimentos, supermercados e feiras livres. Essa pesquisa concluiu que

os consumidores de produtos orgânicos são motivados por razões de saúde pessoal (mais de 66%), que o principal produto orgânico consumido é a hortaliça (mais de 77% das compras de orgânicos), com frequência semanal (93%), e normalmente está satisfeito com a oferta destes produtos. O principal problema para a aquisição é o seu alto preço (58% dos clientes de pequenos estabelecimentos, 53% dos clientes de supermercados e 45% dos clientes de feiras), porém, poucos locais de venda e diversidade de oferta também são problemas apontados com frequência (MATOS FILHO, 2004, p.38).

No caso do município de Florianópolis a região que consegue manter um número maior de pequenos agricultores é o Rationes, apesar de outras áreas ainda terem essa atividade. Essa agricultura policultora feita em pequenas glebas, atualmente, conseguem sobreviver e ganhar mercado consumidor por serem em sua maioria produtos orgânicos<sup>206</sup>, o qual tem um valor agregado maior.

Esse valor se explica pelo fato de o custo da produção orgânica ser mais cara e suscetível do que a produção convencional.

<sup>206</sup>

A agricultura orgânica surgiu com base nas teorias de Albert Howard em seu livro “Testamento da Agricultura” em 1940, na Inglaterra. A teoria tem como base a sustentabilidade da agricultura e a conversão da fertilidade do solo focado na matéria orgânica, dos microrganismos do solo e para a necessidade de interação entre a produção vegetal e animal. É em 1930, na Suíça que a Agricultura biológica se desenvolve e tem como objetivo preconizar o manejo do solo, a fertilização e o manejo do solo. “Segundo o Instrumento Normativo nº 7, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos e respeitem a integridade cultural [...] deve privilegiar a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todas as etapas da produção e da transformação. O conceito do sistema orgânico de produção abrange os denominados ecológicos, biodinâmicos, naturais, sustentáveis, regenerativos, biológicos, agroecológicos, e a permacultura” (OLTRAMARI, 2002, p.07 e 8).

Ilustração 31 - Condomínio fechado em Ratonés



FONTE: foto de Giselli Ventura de Jesus

Na localidade de ratones encontram-se produtores informais, alguns têm sua origem a partir dos pequenos produtores açorianos, e cresceram dentro dessa atividade. outros chegaram recentemente.

Os pequenos agricultores resistem à expansão urbana em Ratonés onde a cada ano surge um novo condomínio fechado, “propriedades (que) custam de r\$ 300 mil a r\$ 2 milhões” (notícias do dia, 15 de setembro de 2014)<sup>207</sup>. a Ilustração 31 mostra um desses grandes empreendimentos na região.

Leandro de Jesus Lisboa em seu trabalho de conclusão de curso de engenharia civil da ufsc (universidade federal de santa catarina), intitulado “evolução histórica dos preços dos imóveis nos distritos de santo antônio de lisboa e ratones”<sup>208</sup>, de 2014, demonstra o perfil do mercado imobiliário no ratones, apresentando um percentual pequeno de venda se comparado com a oferta. porém por ser uma área rural, torna a região um atrativo na oferta de sítios e chácaras, demonstrando nos últimos 5 anos um aumento na procura.

<sup>207</sup> Disponível: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/198421-agricultura-ratonés-urbanizacao-norte-da-ilha-florianopolis.html>, acessado em outubro de 2015.

<sup>208</sup> Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122002/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20dos%20Pre%C3%A7os%20dos%20Im%C3%B3veis%20nos%20Distritos%20de%20Santo%20Ant%C3%B4nio%20de%20Lisboa%20e%20Ratonés.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acessado em janeiro de 2015.

Segundo o proprietário da empresa “alento da terra”, Armando Lopes da Silva, hoje para um pequeno agricultor comprar um terreno no Ratoles para a atividade agrícola “é inviável, simplesmente impossível [...] um terreno normal de 350 m<sup>2</sup>, 400m<sup>2</sup> é 200, 300 mil reais [...] pega 10.000m<sup>2</sup> [...] são equivalente a 30 terrenos são 6 milhões de reais... não existe mais essa possibilidade” (entrevista realizada em 16/03/2015).

Um grande

complicador, vamos dizer assim [...] florianópolis tem áreas para a produção, áreas boas para a produção, mas a especulação imobiliária [...] entrou e é irreversível, tem sido um complicador, além da mão de obra que se canalizou para outras áreas [...] não existe mais áreas porque essas áreas estão muito caras (armando lopes da silva, entrevista realizada em 16/03/2015).

Há ainda a presença de alguns agricultores tradicionais como o Sr. Antônio Manoel Berto de 91 anos de idade, apesar de sua idade ainda continua a plantar. Ainda hoje “toda sexta e terça vou no centro [...] vou lá ver os netos [...] vou apanhar um pouco de louro e leva pros freguêsi na feira [...] antes eu tudo levava, plantava muita coisa” (entrevista feita em 04/03/2015).

Sr. Antônio é um exemplo de agricultor e comerciantes, ele comprava produtos de outras localidades, assim como de Ratoles e revendia no Centro de Florianópolis, como fica explícito em sua entrevista:

Aqui no Ratoles foi o lugar mais de fruta, tinha muita nona [...] levava pra cidade de carreta pra vende [...] Depois de quarenta e pouco começou a vi carro no Ratoles tinha dia que iam tudo lotado pra cidade de laranja [...] nos comprava em Canasvieiras cebola [...] tinha muita cebola [...] nos comprava cebola na Vargem Grande na Vargem Pequena [...] Em 71 eu vendi 50 mil quilo de mandioca, vendia muito pra gado [...] Colhi 5.000 kg de cebola [...] tinha muita cebola pimentão [...] colhi 230 caixa de pimentão[...] depois colhi 270 caixas de pimentão[...] eu levava pra cidade [...] eu tinha duas carretas, tinha de palheira e de um, levava dois rapazi comigo [...]



toda terça feira eu trazia 20 caixas pra levar na quarta, e na quinta levava 10 caixas pra leva na sexta[...] Fruta era mais no verão[...] fruta de abril, maio junho[...] dava mais nona, e a vegamorna e a laranja era de maio adiante [...] comprei muito na chácaras ali adiante [...] comprava e vendia por conta da festa da laranja [...] tinha muita vegamorta aqui [...] hoje não tem mais não sei o que que tem no terreno. Trazia carradas e carradas de laranja aqui (Antônio Manoel Berto, entrevista feita em 04/03/2015).

O Sr. Adalício Vitor da Silva, conhecido como Sr.Lici é outro agricultor desde pequeno. Sua Origem é na Praia Brava, mas há um ano está se dedicando exclusivamente a plantação de produto orgânico no Ratores, apesar de ter o terreno a mais de 20 anos. Ele entrega sua produção para supermercado e restaurantes do Norte da Ilha. Conforme o seu relato,

Faz um ano que descendi [...] Faz um ano que eu tô cuidando da verdura agora [...] planto é rúcula, alface, temperinho verde, salsa, cebolinha, manjericão, alfavaca [...] é tudo orgânico o pessoal compra muito [...] fixo tenho 19 clientes e entrego 3 vezes por semana, e no verão é todo dia (entrevista feita em 16/03/2015).

Esses dois produtores com origem na produção mercantil que existia na Ilha são um dos poucos que ainda sobrevivem ou mantem a atividade. Na **Ilustração 32** a técnica com a aplicada de lona preta para que a produção de alface possa dar no verão.

Ilustração 32 - Plantação de alface orgânico



FONTE: Foto de Giselli Ventura de Jesus.

Os moradores mais recentes, a partir da década de 1990 acabaram também ligados à atividade agrícola. É o caso de “Fábio Schaefer, 48, conta com a ajuda da mulher Rejane e do filho Luiz Felipe para organizar a empresa familiar” (Notícias do Dia, 2 e 3 de janeiro de 2016, p.17). Ele é dono do “**Sítio Cheiro Verde**”, referencia na produção de produtos orgânicos da Ilha, e um dos principais fornecedores para os supermercados. Outro forte fornecedor de hortaliças orgânicas para as grandes redes e para restaurantes é a Empresa “**Alento da terra**” que também atua em Rationes, e em Biguaçu.

Ambas são relatadas como as grandes produtoras desse tipo de seguimento em Florianópolis, pelos outros pequenos agricultores da região.

A “**Cheiro Verde**” iniciou em

1997 como passatempo e terapia familiar, a produção de orgânicos começou a virar negócio em 2014, quando Schaefer comprou parte do cunhado no sítio cercado de mata atlântica, ao pé do morro da Virgínia. Atualmente, são 16 empregados, todos moradores lá mesmo da região, e duas caminhonetes para o roteiro de entregas em supermercados, feiras e raros consumidores

(Notícias do Dia, 2 e 3 de janeiro de 2016, p.17).

A “Alento da terra” também surge na década de 1990, por volta de 1995/1996. Esse fato pode ser explicado, pois na época da gestão da “prefeitura da Ângela Amim houve um incentivo para essa agricultura Orgânica [...] houve um movimento para resgatar esses valores, mas depois a prefeita deixou o cargo essa ideia acabou sendo totalmente abandonada” (Armando Lopes da Silva, entrevista realizada em 16/03/2015).

Outro ponto curioso em entrevista como proprietário da empresa está vinculado à política nacional de “demissão voluntária” de algumas empresas públicas que surge nos anos de 1990. Armando era funcionário do Banco do Brasil e acabou solicitando a sua saída, como já tinha o sítio com o objetivo inicial de ser um lugar de lazer da família, e tendo a vontade de se dedicar a agricultura, acabou fundando a empresa.

A “**Alento da terra**” avançou na proposta de produto orgânico, ela modernizou o processo de higienização, sanitização e a embalagem de seus produtos. Ao entrar na parte do beneficiamento do produto onde trabalham 4 mulheres, pode-se perceber que as hortaliças passam por um processo diferenciado de beneficiamento do produto.

A própria proposta da embalagem coube ao proprietário um estudo de mercado, como no caso do “alface pacote 200g foi eu que inventei isso [...] Comecei a oferecer inicialmente um pacote de 300g e vi que era muito e estragava mais rápido [...]”(armando lopes da silva, entrevista realizada em 16/03/2015). Hoje esse modelo é aplicada a outros fornecedores.

Segundo o proprietário

Hoje nos temos um sistema único no brasil de higienização e sanitização[...] Faz a pré limpeza do produto, lava o produto, higieniza e sanitiza [...] Só que a nossa sanitização é feita em tanques de água gelada permanentemente filtrada [...] Pegamos um engenheiro mecânico [...] (para montar toda a estrutura) as verduras é um negocio muito complicado de higienizar [...] Como trabalhamos com matéria orgânicos [...] Você pode correr o risco de contaminação por bactérias [...] Você pode correr o risco de salmonela [...] E se não tiver uma boa higienização é complicado [...] Os outros não fazem o mesmo processo [...]

Me custou muito dinheiro para eu fazer isso aí, implantar isso [...] Hoje para investir no tanque de água gelada seguramente você vai gastar 100 mil reais (armando lopes da silva, entrevista realizada em 16/03/2015).

O outro condicionante de a agricultura em Florianópolis não ter expandido é apontado nas entrevistas. O motivo além da especulação imobiliária seria a falta de mão de obra. O dono de uma das principais plantações de orgânicos na ilha, o alento da terra, teve que adquirir um terreno em Biguaçu para atrair esse tipo de mão de obra, que vem do interior do estado como Anitápolis.

Ou mesmo, pequenos agricultores, mas que consegue abastecer muitos estabelecimentos como é o caso do Sr. Lici, ressalta que em Rationes: “aqui não tem quase plantador, nos velhos que planta os novos não querem planta” (Adalício Vitor da Silva, entrevistado 16/03/2015).

Essa realidade é descrita por muitos que trabalharam e trabalham na agricultura, a falta de jovens nessa atividade, e o próprio preço da terra fazem com que atividade não ganhe força dentro da ilha, pois ainda há espaços para essa atividade e um mercado consumidor cada vez mais exigente e que consegue pagar por esse produto de qualidade.

Apesar de incentivo para a permanência do jovem no meio rural iniciados na década de 1960, como o projeto “4S” do governador Celso Ramos, ainda fazem parte da pauta dos governadores. Mais recentemente, outro lageano, Raimundo Colombo apresentou através do “Programa SC Rural” em parceria com a Epagri, um projeto de capacitação desses jovens através de “cursos de formação em liderança, gestão e empreendedorismo voltados para os jovens agricultores do Estado. São iniciativas para melhorar a produção de leite, banana, turismo rural e vime para artesanato” (Diário Catarinense, 11 de agosto de 2015). Esse número a cada ano vem se reduzindo.

Além desses produtores há a presença de outros no Rationes, onde pode-se perceber na saída de campo ao local, e em conversas com moradores. Porém muitos são fechados e produzem para uma clientela fixa, em que toda semana entregam uma cesta com seus produtos. Muitos de seus clientes são pessoas de classe média a alta, que deseja qualidade de seus produtos orgânicos, os quais têm um valor agregado maior.

Esse tipo de atividade que tem um valor agregado maior e uma clientela próxima possibilita com que esse mercado possa crescer, apesar da interferência imobiliária e da falta de mão de obra, sobretudo

de jovens que queiram se inserir neste mercado.

## 6.2 SETOR TURÍSTICO

O turismo nascia assim como o banho de mar na década de 1930, uma prática que passa a ser enaltecida pela elite florianopolitana. “A elite que venceu a Revolução de 1930 fazia da praia um lugar de excelência de sociabilidade” (LIMA, 2007, p.131).

A praia de Canasvieiras vai ser uma das primeiras a ser ocupada por esta elite<sup>209</sup>, e a pioneira na instalação de um hotel sofisticado, fora da área central de Florianópolis<sup>210</sup>, que objetivava receber veranistas para a atividade a beira-mar. Na década de 1930,

O Hotel Balneário de Canasvieiras permaneceu por muito tempo a única construção destinada ao veraneio no interior da ilha. Para atrair veranistas, o Balneário colocava ônibus especiais, com saída na Praça XV, para quem quisesse passar o dia em Canasvieiras. De vez em quando, aconteciam piqueniques dos clubes da capital na praia. Não obstante os esforços, a praia de Canasvieiras era frequentada por uma elite muito reduzida. Os banhos de mar continuavam a acontecer nas

<sup>209</sup> Cabe destacar que a primeira praia a ser utilizada por essa elite e os moradores vai ser a parte continental de Florianópolis, ou seja, Coqueiro. Inclusive, em “1944, o interventor federal de Santa Catarina, Nereu de Oliveira Ramos (da oligarquia Ramos), assinou o decreto nº 951 que agregou o Estreito à capital, desmembrando-se de São José. É interessante observar que o município da capital, pelo decreto, tenha passado a ter uma parte continental que se estendeu da Ponta do Leal, ao norte, até à praia do Abraão, ao sul [...] justamente as praias onde a elite florianopolitana veraneava” (LIMA, 2007, p.136).

<sup>210</sup> “Os primeiros hotéis surgiram, aproximadamente, na metade do século XIX, na região do largo do palácio e comercial da cidade, próximo ao porto, junto ao comércio varejista. As primeiras iniciativas hoteleiras foram: Hotel do Commercio (1850); Hotel Brasil (1856); Hotel Café (1856); Hotel da Praça (1857); Hotel do Vapor (1857); Hotel Universo (1859); Hotel dos Paquetes (1864); Hotel Papini (1871); Hotel Trajano (1876); Grande Hotel (1884). Muitos desses estabelecimentos possuíam um partido arquitetônico de dois pavimentos, funcionando no primeiro andar uma forma de armazém e no segundo uma estrutura de hospedagem para receber os viajantes que chegavam a Desterro” (SANTOS, 2012, p.174-175).

imediações da cidade (LIMA, 2007, P. 134)

O Hotel Balneário de Canasvieiras, **Ilustração 33**, foi construído em 1927. Segundo reportagem do Jornal Notícias do Dia (25/03/2015)<sup>211</sup>, os atuais proprietários Ozires e Rose Carvalho Monteiro descrevem um pouco da história do hotel, inclusive relatam que o primeiro dono:

foi o coronel Pedro Lopes Vieira, alagoano que em 1920 ingressou na Força Pública de Santa Catarina e que também se tornou prefeito de Florianópolis. Depois, o hotel funcionou como um condomínio, onde famílias — a maioria do Rio Grande do Sul e São Paulo — compravam quartos. Quando o verão chegava, vinham se deliciar no lugar aprazível, ainda pouco habitado e de contadas casas. [...] **No fim dos anos 1920, a SC-401 não existia.** A estrada era de chão e se levava uma hora e meia do Centro até Canasvieiras. Apesar disso, os hóspedes chegavam. A maioria vinha das cidades gaúchas de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Muitos também desciam de São Paulo. **No final dos anos 1970, vieram os primeiros hermanos.** No cadastro de hóspedes, encontram-se argentinos que os visitam há 25 anos. Na rua Professor Milton Leite da Costa, onde se situa o hotel, restam algumas casas antigas. Isso mexe com a memória de Rose, que lembram dos tempos em que **famílias ricas tinham imóveis no balneário, frequentado por gente elegante da alta sociedade. O hotel serviu para casamentos e era referência para participantes do Festival Hollywood de Vela, evento importante nos anos 1980** (Jornal Notícias do Dia 25/03/2015).

211

Disponível:

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/03/primeiro-hotel-de-canasvieiras-testemunhou-a-vocacao-turistica-do-norte-da-ilha-4724885.html>, acessado em março de 2015.

Ilustração 33 - O Hotel Balneário de Canasvieiras em 1930



FONTE: Acervo do IHGSC

Os atuais donos do primeiro Hotel de Canasvieiras acabaram adquirindo ele “da família Daux<sup>212</sup> em 1970” (Jornal Notícias do Dia, 25/03/2015). Esta uma das famílias tradicionais da Ilha, e que integram o setor hoteleiro ainda hoje em Florianópolis, inclusive, atualmente Rafael Filomino Daux exerce o cargo como vereador na Câmara Municipal de Florianópolis, e eles atuam ainda no ramo da construção civil. A família Daux também leva o nome de uma das principais vias de acesso ao Norte da Ilha, conhecida como SC-401 ou Rodovia José Carlos Daux. Na década de 1970, eles constroem o Hotel Holiday Center, também localizado na praia de Canasvieiras com o intuito de tornar o Balneário um dos mais badalados do Brasil, hospedando inclusive celebridades nacionais e internacionais no verão da década de 1970 (BITENCOURT, 2005).

Mas, Florianópolis passa a despertar a vontade pelo setor turístico ainda na década de 1940, tanto que no ano de 1946 o jornal O Estado publica um artigo com este título “Como transformar Florianópolis em um centro turístico? [...] segundo afirmava o jornal, encontra-se (a ilha) abandonada à própria sorte, sem que nada fosse feito para torna-la mais atraente do ponto de vista do conforto e da comodidade” (FERREIRA, 1998 p.102).

Na **Ilustração 34** a praia de Canasvieiras na década de 1950 em contraste com a realidade atual, contendo na orla várias construções, sendo uma das principais praias do Norte da Ilha, e ainda o destino da

<sup>212</sup>

A família Daux em 1930 já havia inaugurado a Hotel Magestic, e em 1975 o Hotel Florianópolis Palace Hotel (Floph) (SANTOS, 2012, p.291).

maioria dos turistas argentinos e brasileiros.

Ilustração 34 - Orla de Canasvieiras na década de 1950



FONTE: Arquivo Histórico de Florianópolis e foto da matéria do Diário Catarinense (24/03/2015), mosaico feito por Giselli Ventura.

Em 1959 surge um documento reflexo do Seminário Socioeconômico sobre Santa Catarina intitulado “Turismo em Santa Catarina, Florianópolis e o Turismo”. Ele considera a atividade turística como uma das mais rentáveis, porém o Brasil, Santa Catarina como Florianópolis pouco tinham investido nesse setor. E no caso da Ilha a tornava um centro turístico devido “a situação geográfica privilegiada; a excelência do clima; a variedade dos acidentes topográficos; e o seu majestoso conjunto hidrográfico” (LIMA, 2007, p. 138).

Começam aos poucos a divulgarem através de revistas os turismo da ilha:

Na Revista Sul [...] a empresa Transportes Aéreos Catarinense (TAC), subsidiária da Cruzeiro do Sul, começou a divulgar em 1955 pequenos textos publicitários em que afirmava estar iniciando em Santa Catarina novos e grandiosos planos para o desenvolvimento do turismo. Não seria apenas mais um plano “baseado no apoio governamental”, cujo “destino é sempre o fundo de uma gaveta”. Ao contrário, este seria “uma certeza, pouco falta para ser realidade” (LOHN, 2002, p 32).

As políticas da década de 1960 com base no Plano de Metas nacional de Juscelino Kubitschek visava investimento em infraestrutura, sendo o Estado o grande investidor desse projeto. No caso de Santa Catarina temos como reflexo o Plano PLAMEG que previa investimento em obras e serviços públicos, assim como o desenvolvimento social e



econômico do estado (SCHMITZ, 1985).

Ainda em meados da década de 1960, após o Golpe de 1964, o governo “militar fomentava o Plano de Ação Econômico do Governo-PAEG”<sup>213</sup> (SILVA, 1992, p.152). Algumas medidas do Plano era o de aumentar a carga tributária e incentivar a poupança privada, dando espaço para o desenvolvimento do **capital financeiro** no Brasil.

Sobre essa expansão do sistema capitalista no país, Rangel (1986) descreve:

Significa que a equação econômico-financeira do mútuo ficaria preservada durante toda a vida deste, dado que ambos os membros eram multiplicados pelo mesmo fator. Em consequência, as garantias reais, dos tipos hipoteca e reserva de domínio, recuperavam sua plena vigência, o que trazia implícita certa tendência à queda da taxa real de juros. **Em prazo brevíssimo, o Brasil viu surgir um sistema nacional de poupança, que se comparava aos demais potentes do mundo.** Os investimentos, cobertos de fundos privados, entravam a elevar-se notadamente na construção residencial, liberando fundos públicos para outras aplicações. **Estava criada a escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro** (RANGEL, 1986, p.46). *(grifo meu)*

À medida que se tinha essa capacidade ociosa, e também o intuito de e o processo de modernização em alguns setores do país, se fortalecia

<sup>213</sup> O PAEG tinha como objetivo combater a inflação para isso tomou algumas medidas como: 1- restrição a demanda; 2- elevar a receita pública; 3- limitar o crédito do Banco do Brasil; 4- contenção do salário (como principal arma de cercear as liberdades democráticas/ proibiu também o direito a greve). Governo achava que abaixando o salários levaria a uma taxa no aumento de lucro exigida para retornar os investimentos internos e externos, sobretudo de empresas estrangeiras. Além de a política garantir o lucro da acumulação de capital, o capital estrangeiro através da abertura de mercado iria instalar um “ambiente de confiabilidade” para esses investimentos estrangeiro ao mercado nacional. Outra medida desse pacote econômico foi a “Derrocada da lei de remessas de lucros”. Todas essas medidas ocasionaram a falência das pequenas e medias empresas brasileiras. Novamente, para os elaboradores do PAEG o problema era a inflação.

e se estruturava o capitalismo financeiro no Brasil, o qual daria estrutura para financiar “o processo industrial, além de financiar a infra-estrutura básica a este processo modernizante (estradas, eletrificação etc.)” (SILVA, 1992, p.152-153), assim como outros setores da economia, como a atividade turística.

Diante disso, há um estímulo para se investir no setor turístico.

Em 1967, a crise política e econômica brasileira desestimulava qualquer ação na área do turismo. Entretanto, os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o intuito de fomentarem a economia na região Sul, fundaram o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que passou a ser agente financeiro da EMBRATUR, com linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos (SANTOS, 2012, p.194).

Essas medidas, ao mesmo tempo, tiveram como base de apoio o Governo Federal, pois no mesmo período criam-se mecanismos para intensificar o desenvolvimento do setor turístico, ao dar incentivos fiscais para quem investe na atividade, dando abertura para uma concorrência de investimento (OLIVEIRA, 2011). Segundo OLIVEIRA (2011), em 1968<sup>214</sup> o imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas poderiam ser destinado 50% para os investimentos relacionados ao turismo, principalmente na construção de novos hotéis.

O próprio BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco estatal financiou como também os que passam a surgir, ainda com o Plano de Metas Nacional de Juscelino. Como no caso de Santa Catarina, o BESC (Banco do Estado de Santa Catarina) e o fundo de investimentos (FUNDEC), os quais integram o Plano de Metas do Governo Estadual- PLAMEG I (1961 a 1965), estando no governo do Estado Celso Ramos, passado o PLAMEG II (1966-1970) para a gestão do governador Ivo Silveira.

Todos esses Planos econômicos vigentes eram um atrativo a integrantes de uma das grandes oligarquias regionais, e outras famílias

214

Em

1968 também “foi criada a lei que definiu a Política Estadual do Turismo e criou o Departamento Autônomo de Turismo- DEATUR, nos moldes em que propuseram o Grupo Executivo de Desenvolvimento do Turismo- GETUR, criado em 1967” (LIMA, 2007, p.138).

ligadas à elite florianopolitana, junto ao poder político e econômico do Estado fazer com que a Porção Norte da Ilha se desenvolvesse mais que outras áreas na Ilha, sobretudo ligada ao setor turístico, pois muitos tinham investimentos no foco de estudo.

Inclusive o empresário José Carlos Daux, um dos grandes investidores no setor hoteleiro em Florianópolis e em Canasvieiras, relata:

Voltando um pouco em suas lembranças, ele comentou como tudo começou em Canasvieiras e qual a relação da sua família com a implantação do balneário, referindo-se ao seu pai que havia comprado muitas terras naquele trecho. A família Daux era natural de Palhoça e muito próxima a família Ivo Silveira [...] Ivo Silveira foi governador do Estado de Santa Catarina entre 1966 e 1971[...] **O senhor Daux comenta: “e ai, ele mandou um recado para mim, não venda suas terras em Canasvieiras porque eu vou fazer o asfalto e vou botar água”** (BITENCOURT, 2005, p.95). (*grifo meu*)

E o governador Ivo Silveira cumpriu a sua promessa ao levar infraestrutura. Um das grandes obras que daria impulso para o desenvolvimento da Porção Norte da Ilha, a SC-401, leva inclusive o nome do empresário, Rodovia José Carlos Daux. Assim, como a construção da BR-101 alavancou o turismo na Ilha (PELUSO, 1991).

Esses investimentos em infraestrutura, como também de água e luz fizeram com que a partir da década de 1980 o turismo ganhasse força nas praias do Norte da Ilha.

Com a abertura e o asfaltamento das estradas estaduais, aliada à poluição das praias do perímetro urbano, o eixo de interesse dos veranistas mudou-se das praias das baías Norte e Sul para as praias oceânicas. Isto fez com que estes pioneiros balneários, localizados nas baías, passassem por uma estagnação. **Os veranistas fechavam suas casas nestas praias, para construir em Canasvieiras e Ingleses.** Somente na década de 1980, estas praias voltaram a crescer, tornando-se, então, bairros residenciais da capital (LIMA, 2007, p.150). (*grifo meu*)

Essas alianças entre e os pactos de poder estabelecidos ainda na terceira dualidade de Rangel (1981), no caso de Santa Catarina com as oligarquias regionais e com alguns membros da burguesia industrial continuam fortes em outros governos federais. Percebemos que as alianças locais vêm utilizando o aparato público para alavancar seus investimentos, tanto no setor turístico como o da construção civil, destacando a especulação da terra ainda muito presente na Ilha de Santa Catarina. Essa valorização da terra que vai ser denominada por RANGEL como a “Quarta Renda”.

Muitas terras comunais, de uso comum vão ser apropriadas para futuros investimentos, não é por acaso que surge também na década de 1960 o Instituto de Reforma Agrária em Santa Catarina (IRASC), o qual em vez de ter feito a reforma agrária, segundo (SCHINKE, 2014) concentrou ainda mais as terras nas mãos dessa elite ligada à política catarinense.

Para CAMPOS (2011), a década de 1970 é o “primeiro *boom* imobiliário”, sendo a indústria da construção civil muito relevante para o desenvolvimento de Florianópolis,

Apresentou rentabilidade significativa, desfrutando dos altos lucros do setor, proporcionados pelo baixo custo da construção, pelo grande volume de financiamentos, por um mercado altamente comprador e taxas de juros compensadoras, aliados a uma tímida fiscalização por parte dos órgãos públicos municipais, que, em muitos casos, até incentivavam tal indústria, dada a representatividade econômica (CAMPOS, 2011, p.148).

Todo esse estímulo a atividade turística que aquecia ainda mais a indústria da construção civil, ANEXO III, recebia suporte do capital financeiro governamental, através da poupança para investir, como toda a base de infraestrutura para valorizar ambas as atividades econômicas. O governo estadual e municipal inicia na década seguinte investimentos para divulgar a cidade, e atrair cada vez mais turistas para conhecer as “belezas naturais da ilha”.

No final dos anos de 1980, o governo estadual e municipal divulgou muito o turismo através de várias propagandas, o que permitiu alavancar o turismo no cenário brasileiro e do Cone Sul, sobretudo na Argentina. Várias propagandas de Florianópolis, e “*slongs* passaram a relacioná-la com imagens de “Ilha da Magia”” (LIMA, 2007, p.186).

A partir da década de 1990 se intensifica a propaganda turística referente à Florianópolis. Tendo mais incentivo na administração de Esperidião Amim (1989-1990), o qual objetivava transformar a Ilha na “Capital Turística Internacional” ou mesmo a “Capital Turística do Mercosul” (1993). Sua esposa, Ângela Amim ao assumir a prefeitura em duas gestões (1997 a 2004) dá continuidade ao *marketing* da cidade.

Outra conjuntura que contribuiu muito para a ampliação dessa atividade turística, foi o fato de o “manezinho” Gustavo Kuerten ter vencido o torneio de Roland-Garros em 1997 e se tornado um dos melhores tenistas do mundo. Isso repercutiu no Brasil como internacionalmente, e a Ilha passa a ganhar ainda mais destaque.

Nos anos de 1990 ocorre um

aumento da oferta de hotéis localizados nas praias do Norte da Ilha de Santa Catarina. Esse fato fez com que os hotéis localizados no centro da cidade passassem a sofrer a sazonalidade, diminuindo consideravelmente a ocupação e, conseqüentemente, a sua rentabilidade, pois começaram a concorrer na alta temporada com os hotéis localizados nos balneários (SANTOS, 2012, P.192).

Segundo a mesma autora (SANTOS, 2012), as praias que vão ter mais hotéis no período são as de Canasvieiras e Ingleses, depois expande para Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas e Santinho.

Esse crescimento pode ser atrelado à ampliação no fluxo de turistas argentinos que passam a invadir a Ilha devido à valorização da sua moeda, equiparando na época ao dólar, sobretudo a partir da década de 1980 e se intensificando a partir dos anos de 1990. Era comum, as pessoas negociarem com moeda estrangeira, sobretudo Canasvieiras que é ainda conhecida como uma das praias preferidas por estes turistas.

O turismo de massa consolida-se e, com ele, uma desenfreada expansão urbana dos balneários na porção Norte da Ilha de Santa Catarina, especialmente nos balneários de Canasvieiras, Ingleses, e Cachoeira do Bom Jesus. Os problemas desencadeados pela ocupação desordenada iniciaram-se nessa época e são percebidos ainda hoje, como a falta de balneabilidade das praias e de saneamento

(SANTOS, 2012, P.295).

Ilustração 35 - Poluição da Praia no Norte da Ilha



FONTE: Jornal AN Capital (09/02/1999).

Os reflexos desse crescimento desordenado, sobretudo durante o verão onde a última estimativa em 2015 foi de 1 milhão e 200 mil pessoas na Ilha<sup>215</sup>. Esse aumento acaba sobrecarregando serviços básicos como o consumo de energia e água, e o próprio sistema de tratamento de esgoto. Há praias em que triplica o número de habitantes durante a temporada. Problema que já vem da década de 1990, **Ilustração 35**, quando se intensifica o fluxo de pessoas.

Em dezembro de 2015, ganhou repercussão nacional e internacional os efeitos da contaminação da praia de Canasvieiras, através da análise feita semanalmente durante o verão pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente). Os problemas da balneabilidade do litoral catarinense foram divulgados e o relatório era atualizado na página do órgão do Estado. O fato de o rio do Brás<sup>216</sup>, extremamente

<sup>215</sup> Esses dados foram divulgados no Jornais pelo presidente da FATMA, na época, Marcio Luiz Alves.

<sup>216</sup> Há no distrito de Canasvieiras vários canais de drenagem, rios que foram desviados na década de 1950 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), no caso do Rio do Brás, além do esgoto clandestino, e estação de tratamento de esgoto de Canasvieiras (ETE), da Casan, que acaba despejando os afluentes tratados nos rios próximos. Em 2016 foi destinado ao

poluído que deságua na praia de Canaveiras, fez com que muitos turistas doentes fossem parar no Pronto Atendimento do Norte da Ilha, com isso a temporada de verão 2015 sofreu seus impactos.

Os problemas no verão de 2016, referente à poluição continuaram, e os afluentes tratados pela ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) acabaram sendo direcionada para o Rio Papaquaras, **Ilustração 36**. Os problemas de colocar esses resíduos no Rio Papaquaras é que ele passa no meio de uma área de preservação, a Estação Ecológica do Carijós, além disso ele acaba desaguando na Baía protegida da Daniela.

### Ilustração 36 - Os canais de drenagem no Distrito de Canasvieiras Um rio no centro da polêmica



FONTE: Jornal DC, 15/01/2016<sup>217</sup>.

O turismo da América do Sul lidera em Florianópolis, os Argentinos são os que mais se destacam, conforme **Tabela 7**, eles

Rio Papaquaras que fica dentro da Reserva do Carijós, uma áreas de preservação, que acaba desembocando na Baía Norte, na praia as Daniela.

<sup>217</sup> Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/01/nao-ha-como-a-poluicao-do-rio-do-braz-ser-levada-para-outros-pontos-da-ilha-garante-o-icmbio-4953158.html>, acessado em janeiro de 2016.



representam mais de 50%. Eles são uma alternativa em épocas de crise econômica brasileira, em que o turista nacional tende a retrain.

Tabela 7 - Principais turistas estrangeiros em Florianópolis

| País             | Ano    |        |        |
|------------------|--------|--------|--------|
|                  | 2006   | 2007   | 2008   |
| <b>Argentina</b> | 63,64% | 90,00% | 79,17% |
| <b>Chile</b>     | 15,91% | 5,50%  | 8,33%  |
| <b>Uruguai</b>   | 8,33%  | 0,50%  | 5,00%  |
| <b>Paraguai</b>  | 6,06%  | 2,50%  | 5,00%  |

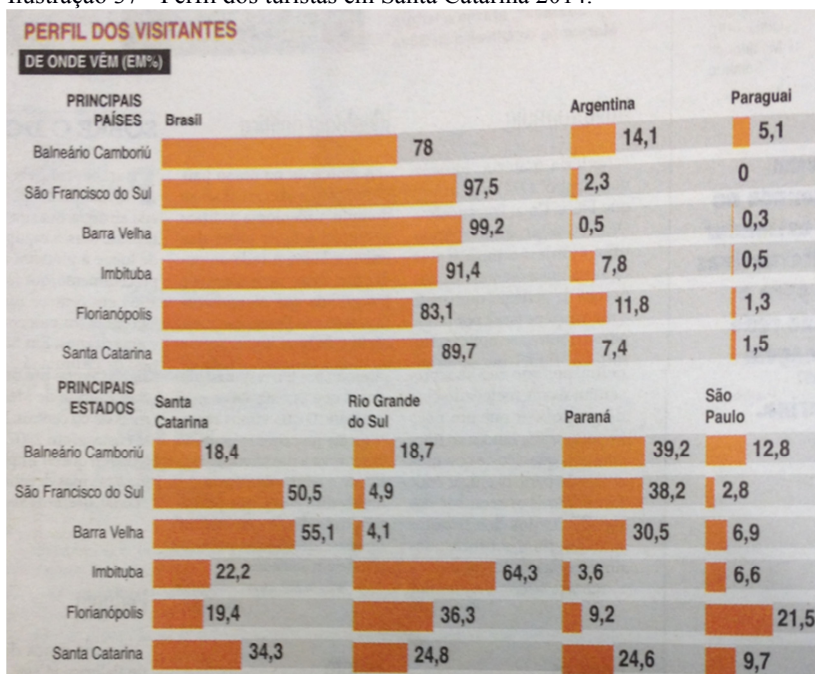
FONTE: SANTUR, Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte: Pesquisa Mercadológica Estudo Da Demanda Turística do município de Florianópolis, março de 2008, p.12.

Em 2014, o número de turistas brasileiros era maior, conforme Ilustração 37, mas os Argentinos mesmo diante de um câmbio não muito favorável continuam a vir para o Brasil. Entre as duas cidades mais visitadas, Florianópolis e Balneário Camboriú, o número de estrangeiros é maior que os demais destinos catarinenses. Em Florianópolis, os Estados que mais atraem turista são: em primeiro lugar o Rio Grande do Sul, em segundo São Paulo, em terceiro catarinenses de outros municípios, e em quarto os Argentinos.

Ressaltando, que devido à implementação, na década de 1960 das empresas estatais e da administração pública do Estado, acaba atraindo muitos moradores de outros municípios catarinenses, como a vinda de gaúchos que chegam com mais força na década de 1970 e 1980, assim como os argentinos. Os paulistas se instalam na Ilha e a visitar com mais frequência, a partir da década de 1990.



Ilustração 37 - Perfil dos turistas em Santa Catarina 2014.

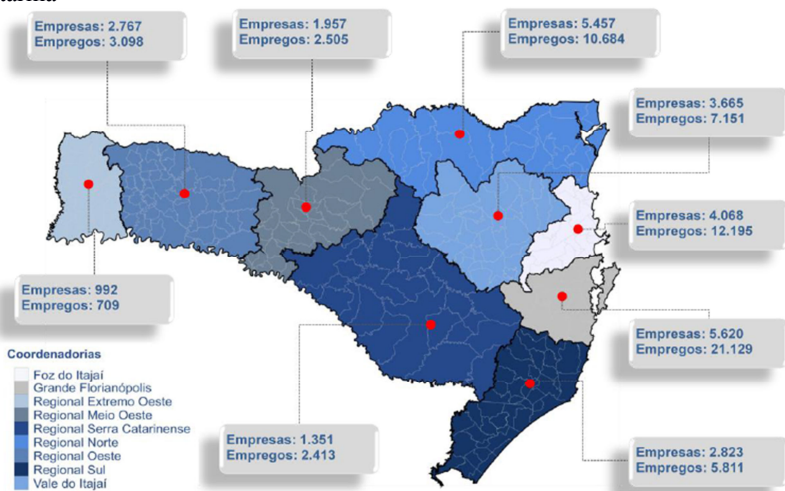


FONTE: Jornal Diário Catarinense (06/04/2014) p.16.

A crise econômica brasileira em 2015, sobretudo no setor turístico foi amenizada, novamente, com vinda dos Argentinos e Uruguaios, porém diante desse cenário de poluição das praias fez com que ocorressem muitos cancelamentos, o que trouxe muitos problemas para o setor.

Se comparar o turismo de Santa Catarina, **Ilustração 38**, os principais destinos continuam sendo o Litoral, principalmente a grande Florianópolis, o Norte, e o Vale do Itajaí. Mas, a capital continua sendo a que mais apresenta empresas e a que gera emprego nesse setor turístico.

Ilustração 38 - Número de empresas e empregos no setor de turismo em Santa Catarina



| Empresas 2008          |               |               |              |           |           |
|------------------------|---------------|---------------|--------------|-----------|-----------|
| Coordenadoria Regional | Total         | Micro         | Pequenas     | Médias    | Grandes   |
| Extremo Oeste          | 992           | 985           | 7            | -         | -         |
| Foz do Itajaí          | 4.068         | 3.728         | 315          | 22        | 3         |
| Grande Florianópolis   | 5.620         | 5.046         | 541          | 25        | 8         |
| Meio Oeste             | 1.957         | 1.906         | 47           | 4         | -         |
| Norte                  | 5.457         | 5.185         | 256          | 12        | 4         |
| Oeste                  | 2.767         | 2.693         | 72           | 1         | 1         |
| Serra Catarinense      | 1.351         | 1.283         | 68           | -         | -         |
| Sul                    | 2.823         | 2.669         | 148          | 4         | 2         |
| Vale do Itajaí         | 3.665         | 3.506         | 147          | 7         | 5         |
| <b>Santa Catarina</b>  | <b>28.700</b> | <b>27.001</b> | <b>1.601</b> | <b>75</b> | <b>23</b> |

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC a partir de dados do MTE, e RAIS.

Nota: Considera as atividades econômicas compreendidas pelos: serviços de hospedagem (Grupos 551 e 559); serviços de alimentação (Grupos 561 e 562) e outros serviços de turismo (Grupos 771, 791, 799 e 823).

FONTE: SEBRAE, 2010, p.13.

A economia catarinense é muito diversificada, porém o turismo<sup>218</sup>

218

“O Estado foi considerado o melhor destino turístico do Brasil por diversas vezes pela imprensa especializada (Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril). De acordo com a Santa Catarina Turismo S/A (Santur), o Estado recebe anualmente cerca de cinco milhões de visitantes, incluindo estrangeiros, brasileiros de outros estados e os próprios catarinenses. As belas praias distribuídas ao longo dos 560 km do litoral são as principais atrações do verão. Já no inverno, a Serra Catarinense é o destino mais concorrido, principalmente quando neva. Além disso, há destinos em Santa Catarina que atraem visitantes

tem a sua relevância, conforme o projeto lançado pela SANTUR em 2010 e concluído em 2012, a “atividade que representa 12,5% do PIB catarinense, segundo dados da Universidade de Oxford. Os números demonstram o quanto o turismo catarinense é competitivo – Santa Catarina foi eleita pelos leitores da Revista Viagem e Turismo, por três anos consecutivos, como o Melhor Estado do Brasil” (PLANO CATARINA 2020, 2012, p.04)<sup>219</sup>.

O turismo de verão ainda é o grande atrativo. Em 2013 e 2014, Florianópolis aparecia como o terceiro maior destino no Brasil, **Ilustração 39**, e Balneário Camboriú como o nono. Ambas as cidades também são as que mais se destacam no turismo catarinense, e a cada dia vem ampliando suas opções como o turismo de ventos fora da temporada. Inclusive foi matéria na Revista Exame (10/01/2013)<sup>220</sup> como “As 10 cidades brasileiras preferidas pelos turistas”, a Ilha parecia em terceiro.

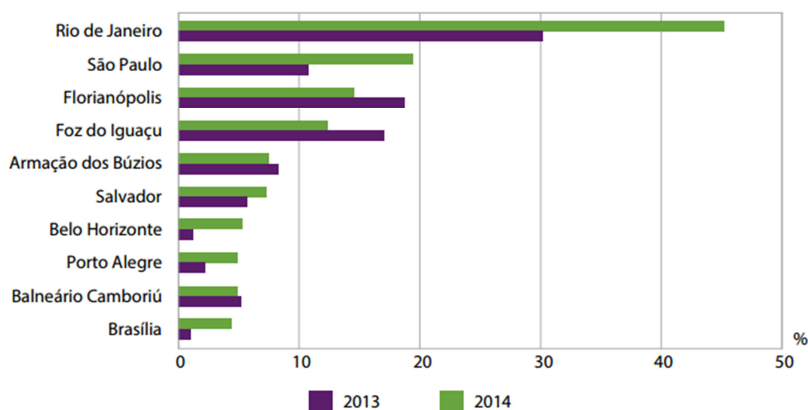
---

durante o ano inteiro, como o parque temático Beto Carrero World, em Penha, e o Santuário de Santa Paulina, em Nova Trento, esse último parte do que pode se chamar de “turismo religioso”. O Estado também oferece diversas festas típicas e eventos culturais, como a Oktoberfest e o Festival de Dança de Joinville (maior do gênero na América Latina)” (ESTADO DE SANTA CATARINA: BALANÇO GERAL, 2015, p.57)

<sup>219</sup> Disponível: <http://turismo.sc.gov.br/institucional/index.php/pt-br/informacoes/politica-estadual-de-turismo/category/4-plano-catarina-2020>, acessado em janeiro de 2016. O Plano Catarina 2020 – Marketing Turístico do Estado de Santa Catarina foi lançado em outubro de 2010 ficando pronto apenas em 2012.

<sup>220</sup> Disponível: <http://exame.abril.com.br/brasil/os-10-destinos-brasileiros-preferidos-pelos-turistas/>, acessado em outubro de 2014.

Ilustração 39 - Dez cidades brasileiras mais visitadas por turistas estrangeiros em 2013 e 2014<sup>221</sup>



FONTE: Estudo de Demanda turística internacional 2010-2014, Brasília: Ministério do Turismo, 2015. p.335.

Segundo o site “Portal Brasil” do governo federal, em 2016, os destinos preferidos pelos turistas receberam R\$ 725 mil reais do Ministério do Turismo para obras em infraestrutura. Florianópolis aparece como a “terceira cidade mais visitada por estrangeiros a lazer (14,6%), a ilha tem belas praias, como a Joaquina e Mole [...] Outra atração é conhecer Santo Antônio de Lisboa, no norte da ilha, um vilarejo com vários restaurantes e ateliês que guarda resquícios da cultura açoriana” (Portal Brasil, 05/04/2016)<sup>222</sup>.

Recentemente, há a intenção de expandir ainda mais no sentido da Porção Norte da Ilha. A instalação do Sapiens Parque e a ida de comércios e de empresas de tecnologia vêm atraindo para a região investimentos, como Centro de Eventos de Canasvieiras que leva o nome de “Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira”, inaugurado em 25 de novembro de 2015<sup>223</sup>. Assim como o elevado de

<sup>221</sup>

Disponível:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2016\\_v24.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2016_v24.pdf), acessado em janeiro de 2016.

<sup>222</sup>

Disponível: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/04/destinos-preferidos-pelos-turistas-receberam-investimentos-de-r-725-mi>, acessado em maio de 2016.

<sup>223</sup>

Disponível: <http://floripamanha.org/2015/11/centro-de-eventos-de-canasvieiras-ja-tem-data-de-inauguracao/>, acessado em dezembro de 2015.

Canasvieiras<sup>224</sup> que também ficou pronto no mesmo ano e que amplia o acesso à região e aos demais bairros.

Mais recentemente é anunciado

Primeiro investimento privado turístico no Sapiens Parque, reconhecido como um dos centros empresariais mais inovadores do Brasil, será um hotel. Nesta terça, acionistas do grupo Jj Participações e Investimentos Ltda, de Canasvieiras, assinou contrato de compra de terreno por R\$ 4 milhões, com potencial construtivo de 12 mil metros quadrados, ao lado do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira. Segundo o diretor executivo do Sapiens, José Eduardo Fiates, os empresários pretendem começar a obra rapidamente (Jornal DC, 12/04/217)<sup>225</sup>.

O investimento de um Hotel ao lado do Centro de Eventos de Canasvieiras junto ao parque tecnológico Sapiens Parque, comprovam que há um interesse em trazer para a região também o turismo de negócios, fora da temporada. Em entrevista realizada (11/06/2015), com o presidente da Certi e diretor do Sapiens Parque, José Eduardo Fiates, ele apontava a necessidade da instalação de um hotel que atendesse os conferencistas para que estes não tivessem problemas de mobilidade entre as acomodações e o local das feiras/eventos. Além disso, aponta que dependendo do evento e do público, a estrutura hoteleira de Canasvieiras e da Cachoeira do Bom Jesus conseguiria suprir a demanda.

A porção do Norte da Ilha de Santa Catarina vai ser um dos principais destinos de Florianópolis. Nela encontra-se também uma das maiores infraestruturas da cidade atrelada ao turismo, inclusive onde concentra boa parte dos empreendimentos voltada a um público mais exigente.

Como “[...] a Brava, em pouco menos de dois quilômetros de extensão tem também um espaço para outro público distinto. Condomínios Luxuosos, alguns com serviço de camareira, abrigam a elite local” (Jornal A Notícia, 31/01/1999). Jurerê Internacional com

<sup>224</sup> Jornal Notícias do Dia, 20 de novembro de 2015.

<sup>225</sup> Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2017/04/sapiens-parque-vai-ganhar-um-hotel-9770358.html>, acessado em abril de 2017.

seus atrativos “Beach Clubs” na beira da praia vem atraindo não apenas um público com poder aquisitivo como celebridades. Outro destino muito procurado, como o Costão do Santinho um dos dois principais resorts de Santa Catarina<sup>226</sup>.

O proprietário do Costão do Santinho, Fernando Marcondes de Mattos, trabalhou em várias instituições públicas através de cargos comissionados como: assessor técnico do governo do Estado de Santa Catarina (1962-1965) e Técnico do Conselho de Desenvolvimento de Extremo-Sul – Codesul (1963 a 1965)<sup>227</sup>, entre outros cargos estratégicos no Governo do Estado e municipal, com mais intensidade nos anos de 1960, sabendo de informações privilegiadas referentes a onde iam ser aplicados os investimentos em infraestrutura, não é de se estranhar o fato de seu *resort* também ficar no Norte da Ilha.

A inserção do “[...] grande capital se deu mais recentemente e se evidencia mais claramente nos empreendimentos de Jurerê Internacional e Praia Brava, destinado à ocupação seletiva de elites urbanas [...] A origem do capital investido nestas praias é tanto externa, quanto de

<sup>226</sup> “O maior número de empreendimentos hoteleiros de lazer está concentrado na faixa litorânea catarinense, próximas às praias. As regiões de Imbituba, Porto Belo e o Sul da Ilha de Santa Catarina são as que apresentam maior número de pousadas. Já nas cidades de Balneário Camboriú e Florianópolis concentram-se os hotéis de lazer e os três maiores *resort* do Estado: o Resort & Spa Costão do Santinho, localizado na Praia do Santinho, Norte da Ilha de Santa Catarina; o Infinity Blue Resort Spa, na Praia dos Amores, em Balneário Camboriú; e o Plaza Itapema Resort & Spa, em Itapema” (SANTOS, 2012, P.191). **Atualmente o hotel não existe mais. Está sendo reformado para as instalações do primeiro Hard Rock Café em Santa Catarina.** “A rede Hard Rock é conhecida mundialmente por seus restaurantes, hotéis, resorts e cassinos, e finalmente ela irá desembarcar na área hoteleira aqui no Brasil [...] De acordo com o site Arquitetura na Estrada, o **Hard Rock Hotel** irá chegar ao Brasil com unidades em **Itapema (Santa Catarina)**, Brasília (Distrito Federal) e Caldas Novas (Goiás). Em Itapema ele ocupará o espaço do Itapema Plaza Resort, conhecido hotel da região que tem uma vista belíssima para o mar” Disponível: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/02/17/hard-rock-international-anuncia-entrada-no-brasil-com-tres-hoteis.htm>, acessado em 26 de fevereiro de 2016.

<sup>227</sup>

Disponível:[http://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/18/Fernando\\_Marcondes\\_de\\_Mattos](http://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/18/Fernando_Marcondes_de_Mattos), acessado em fevereiro de 2017.

grupos políticos econômicos poderosos da própria cidade” (LAGO, 1996, p. 70-72).

O turismo e a construção civil são dois setores que na Ilha sempre estiveram muito atrelados, tanto para o empresário como para o pequeno investidor que construía quartos para alugar no verão. Seguindo,

O setor industrial da construção civil está esboçando uma pequena reação crescendo 2% no final de 98. A tendência foi captada pela Câmara Estadual da Indústria de Santa Catarina (Ceic-SC) com base no consumo de cimento em todo o Estado de Santa Catarina.[...] O resultado da alta temporada de verão foi fundamental para o setor [...] Uma boa temporada injeta recursos na economia, que poderá aquecer o mercado imobiliário com novos investimentos. **“O turismo de verão, mesmo concentrado em poucos meses, ainda é uma fonte muito interessante de recursos. É um dinheiro novo que movimenta a economia local e que acaba favorecendo novos projetos, quer seja no litoral com empreendimentos turísticos como residenciais** (Jornal A Notícia, 02/01/1999, p.13) *(grifo meu)*

Um exemplo de grandes investidores no setor hoteleiro e da construção civil é a família Daux. Ela, ainda é uma das que aplicam no setor hoteleiro como também no setor da construção civil, conforme relata a página on line da Construtora RCD de Ronaldo Couto Daux:

Há 20 anos no mercado de Construção Civil em Florianópolis, o **Grupo RCD dedica-se a construção, comercialização e administração de Centros Comerciais, Empresariais e Hotéis que se destacam hoje na paisagem urbana da capital.** Planejados, projetados e construídos um a um, frutos da aguçada visão empresarial e comercial de seu **Presidente Ronaldo Couto Daux**, os empreendimentos são estudados e aperfeiçoados em seus mínimos detalhes, recebendo um tratamento comparável “ao que o artífice dispensa as suas jóias mais raras e exclusivas”, o que os fez resultarem em completos sucessos comerciais, sendo considerados hoje, tanto suas lojas, quanto salas, conjuntos e hotéis,

os endereços VIPS da ilha, disputados por grandes empresas e profissionais liberais bem sucedidos, bem como empresários e turistas que visitam a ilha de Santa Catarina. **A atuação e experiência do Grupo RCD na área hoteleira constitui-se um fator de significativa referencia, pelas ações desenvolvidas para o planejamento, implantação e operação dos hotéis Majestic Palace e Águas Mornas Palace.** É importante salientar que uma parte de todos os empreendimentos não é comercializada, somando-se ao patrimônio do Grupo que administra seus aluguéis. Sempre em busca do pioneirismo em seus investimentos, o Grupo RCD também investe no ramo de mineração, mais precisamente o setor de Água Mineral Natural, com aquisição de 03 fontes naturais de águas termais localizadas no Município de Águas Mornas, SC, bem como no ramo de energia renovável com o projeto de Usina Eólica no Município de Laguna, SC<sup>228</sup>. (*grifo meu*)

Eles ainda são donos de um dos metros quadrados mais caros de Florianópolis, na Beira-Mar, próximo a Polícia Federal e entre o Supermercado Angeloni, apresentam quatro grandes prédios comerciais: o José Carlos Daux, o Edifício Sede da Caixa Econômica Federal, Centro Empresarial Luiz Elias Daux, e o comercial Célia Couto Daux. Ainda na Beira-Mar são donos do Hotel Magestic<sup>229</sup>. Além de um dos terrenos mais valorizados em Conqueiros, a Ponta do Ataliba<sup>230</sup>.

Ambos os setores de atuação o turismo e a construção civil são uma das principais atividades econômicas na Ilha, apenas atrás do setor terciário de comércio e serviço, e mais recentemente do setor de tecnologia.

<sup>228</sup> Disponível: <http://www.rcdpar.com.br/?ver=historico>, fevereiro de 2017.

<sup>229</sup> Disponível: <http://www.rcdpar.com.br/?ver=todas-obras>, fevereiro de 2017.

<sup>230</sup> Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/12/empresario-mantem-planos-de-construir-marina-na-ponta-do-ataliba-na-florianopolis-continental-4355315.html>, acessando em janeiro de 2017.



### 6.3 CONSTRUÇÃO CIVIL NO NORTE DA ILHA

A valorização da terra como o direcionamento dos investimentos na construção civil na Ilha de Santa Catarina está atrelado aos interesses das “elites florianopolitanas”, estas ligadas sempre a conjuntura política do seu tempo.

No que condiz a investimento em imóveis, tem-se como a maior porcentagem de investimento ao longo do século XIX, uma das famílias mais influentes do período, a **família Luz**. Ela possuía os mais valorizados imóveis, os quais se encontravam no centro de Desterro, conforme Ilustração 40.

Ilustração 40 - Os dez imóveis mais valorizados encontrados nos inventários

| Imóvel                         | Tipo    | Valor       | Proprietário                    | Ano  |
|--------------------------------|---------|-------------|---------------------------------|------|
| Sobrado na Rua Augusta         | Sobrado | 20:000\$000 | João Pinto da Luz               | 1866 |
| Sobrado em frente ao mercado   | Sobrado | 20:000\$000 | Maria Amália da Luz             | 1861 |
| Sobrado na Rua do Ouvidor, 1   | Sobrado | 20:000\$000 | Maria Pérfetua de Souza e Silva | 1871 |
| Chácara na Rua do Senado       | Chácara | 18:000\$000 | Estanislau Valeiro da Conceição | 1875 |
| Sobrado na Rua do Ouvidor      | Sobrado | 18:000\$000 | Maria Perpetua de Souza         | 1864 |
| Casa de Vivenda na Rua Formosa | Casa    | 16:000\$000 | Manoel de Almeida Valga         | 1879 |
| Sobrado na Rua Augusta         | Sobrado | 15:000\$000 | Jacinto José da Luz             | 1869 |
| Casa na Rua do Príncipe        | Casa    | 14:000\$000 | Silverio Ferraz Pinto de Sá     | 1860 |
| Armazém na Rua do Príncipe, 48 | Casa    | 12:000\$000 | José da Silva Pereira           | 1880 |
| Sobrado na Rua do Príncipe     | Sobrado | 12:000\$000 | Ana Maria da Silveira Bastos    | 1879 |

FONTE: BILÉSSIMO, 2008, p.78.

É importante observar que os homens mais ricos possuíam chácaras no perímetro urbano, bem como terrenos e terras, o que indica que ainda havia bastante espaço para o crescimento imobiliário (BILÉSSIMO, 2008, p. 79).

As famílias tradicionais do século XIX se fixaram na parte central da ilha, pois é onde girava a principal economia da época, o comércio. Os pequenos produtores mercantis se localizavam no interior, salvo algumas áreas polarizadoras como Santo Antônio de Lisboa, que tinha em Sambaqui o porto de apoio e um posto da Alfândega, onde também havia uma movimentação de comerciantes que atraía todos os fornecedores do Norte de Florianópolis.

Na década de 1930 uma nova conjuntura se fazia presente no Brasil através da substituição de importações, o que dava uma maior dinâmica para a modernização do modo de produção brasileiro, tanto nas cidades como no campo, assim como na modernização do modo de produção. Esse período classificado por Bastos (2000) como o terceiro processo de urbanização de Florianópolis que se inseria na conjuntura

da terceira dualidade brasileira de Rangel (1981).

Nesse contexto se estabelecia no governo de Getúlio Vargas a

[...] adoção de uma política industrializante criaram as condições para um aprofundamento da urbanização e, conseqüentemente, um aumento do mercado interno para os produtos agrícolas. É bom lembrar que o pacto de poder firmado com a Revolução de 1930 se deu entre os latifundiários feudais-comerciantes e a burguesia industrial nascente. **Esse novo pacto criou possibilidades de novas frações da burguesia utilizarem o poder do Estado para satisfação de seus interesses** (SAMPAIO, 2005, p.29). *(grifo meu)*

Como é o caso regional da família Ramos em Santa Catarina, latifundiários do planalto de Lages e que passam a ser uma das lideranças políticas do Estado, devido ao pacto de poder estabelecido na conjuntura do governo Vargas. Na oposição, tinham os Bornahusen e os Konder, ambos do Vale do Itajaí ligados a burguesia industrial e ao comércio.

Pacto de poder estabelecido na terceira dualidade brasileira (RANGEL, 1981), e, no caso catarinense caracterizado por dois grandes partidos políticos, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960, o Partido Social Democrático (PSD) representado por Aderbal Ramos da Silva, que as vezes fazia aliança com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas), e o União Democrática Nacional (UDN) que tinha como uns dos líderes Irineu Bornahusen e os Konder.

Como percebemos no capítulo 4, “a formação das freguesias do Norte da Ilha”, que esta conjuntura política do século XX, liderada por essas oligarquias oriundas do pacto de poder tinham nessas freguesias seus “intendentes” os quais eram cabos eleitorais.

Atualmente, há lideranças nas Câmaras Municipal de Vereadores de Florianópolis, representantes ou mesmo defensoras dos interesses de uma “elite florianopolitana”. Sete vereadores tem sua origem no Norte da Ilha, de um total de 23 que assumiram o cargo em 2017. Mas, há em sua maioria representante dos interesses dessas velhas oligarquias, como o ocorrido em 2014 na votação do Plano Diretor, onde foi aprovada mais de 600 emendas pelos vereadores alterando o plano inicial. Essas mudanças foram para beneficiar a especulação da terra, e futuros investimentos no setor da indústria da construção civil.

Ao analisar o caso da Porção Norte da Ilha sobre o processo de formação e o desenvolvimento não temos como não associar a “**especulação da terra**” com a “Quarta Renda”<sup>231</sup> mencionada por Rangel (2005). Sobretudo, porque esse interesse em transformar a terra em renda, se intensifica em Santa Catarina a partir da década de 1960 com as políticas públicas e com as “oligarquias regionais” no poder, principalmente com a criação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina- IRASC, no governo de Celso Ramos.

A renda vai ser a sobrevalorização que um proprietário tem em relação a um produto escasso no mercado. No caso da renda da terra é o lucro complementar que fica resguardado nas mãos do dono do solo em decorrência do monopólio da terra. O “*preço da terra tem uma tendência a alta*” (BORCHARDT, 2012, p.358).

Na conjuntura do sistema capitalista a renda da terra passa a ser uma parte da mais-valia, sendo descrita por Karl Marx, através da Renda diferencial I e II e a Renda Absoluta, “[...] definindo que não é a renda que determina o preço do produto e sim que o preço determina a renda, corrigindo assim Adam Smith e seguindo os ensinamentos de Ricardo. Rangel inovará o entendimento da terra através do conceito de Quarta Renda” (ROCHA Jr, 2010, p.230-231). “De longa data, a terra é, pelo menos do ponto de vista formal, no Brasil, uma mercadoria, como qualquer outra” (RANGEL, 2005, p.90).

Porém, não podemos falar de valorização da terra em Florianópolis, e até mesmo da expansão do Norte da Ilha, sem analisar a formação socioespacial do litoral catarinense, em que inicialmente fora ocupado pela pequena produção de açorianos, a qual não se tinha relações capitalistas inicialmente.

A posse da terra por parte dos açorianos, no século XVIII, “que fora oficialmente reconhecida somente no curto período entre a Independência e a Lei de Terras (1822-1850), acabou por se transformar

231 “A **quarta renda** converte o título imobiliário em título mobiliário, no sentido de que torna o preço da terra agudamente sensível às variações dos mercados onde encontra expressão a taxa de lucro do sistema econômico. Não é exagerado dizer que o primeiro mercado de valores a se estruturar no Brasil nos quadros do processo de industrialização, foi, precisamente, o mercado de papéis imobiliários. A escritura de promessa de compra e venda circulava com uma intensidade de que não gozavam nem ações nem obrigações. Mesmo agora (década de 1970) quando já existe uma bolsa de valores estruturada, seu papel não se compara com o sistema de poupança, todo ele estrutura sobre seus ativos” (RANGEL, 2005, p. 112-113). (*grifo meu*)

[...] na verdadeira forma histórica de ocupação da terra” (CAMPOS, 1986, p.116). Dentro desse contexto, o açoriano que adquirira a terra através do sistema de posse foi beneficiado pela Lei de Terra, que regulamentou o direito desses pequenos produtores. Segundo o seu Art.3, inciso 4, “As que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei”.

Assim é que

no interior da Ilha de Santa Catarina a maioria dos posseiros não solicitaram (sic), desde a criação da Lei de Terras em 1850 até os dias atuais, seus títulos de propriedade. Não o fizeram possivelmente por desconhecimento das normas jurídicas que aquela e outras leis seguintes definiram. Deve, contudo ter pesado muito mais o fato da (sic) terra possuir para os mesmos valor de uso e não comercial e/ou voltado à especulação (CAMPOS, 2002, p.116).

Na segunda metade do século XX, consolida-se o processo de urbanização e de mercantilização da terra, acelerado ainda mais depois da década de 1970. Ressalte-se que na Ilha ocorria muita “grilagem de terra” ou mesmo concessões relacionadas ao poder político, principalmente com a criação da IRASC nos anos de 1960.

O açoriano, por sua vez, não via a terra como uma mercadoria com **valor de troca**, e, sim, sob a perspectiva do **valor de uso**, em cujos termos ele era o trabalhador e o proprietário de sua própria terra. Eis o que permite caracterizá-lo como pequeno produtor. Marx (1988, p. 883) alerta para uma confusão que se faz no âmbito da economia política, referente à existência de dois tipos de propriedade: “a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e a sua antítese direta, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece-se que esta só cresce sobre o túmulo daquela”.

Dialeticamente, esses dois tipos de propriedade vão coexistir na estrutura política econômica catarinense. O açoriano, mesmo tendo a propriedade, produzia para a sua subsistência. Tal quadro, no entanto, passa a se modificar com o aumento e a diversificação da produção voltada ao abastecimento dos imigrantes alemães e italianos do século XIX, desenvolvendo-se, a partir daí, relações pré-capitalistas.

O pequeno produtor açoriano, nessa primeira fase, não vai gerar capital, pois “sabemos que não constituem capital meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor direto” (MARX, 1988, p.885). Ou seja, “quando o trabalhador, portanto, pode acumular para si

mesmo, o que pode fazer quando é proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p.886).

Mas, a partir da década de 1950 para 1960, com a decadência de pequeno produtor na Ilha atrelado a outros fatores, como o processo de modernização do modo de produção, fazem com que passem a vender o único bem que dispõem a terra, assim como a sua força de trabalho. Muitos migram para outras regiões do Estado e mesmo do Brasil em busca de emprego, e um intenso êxodo rural acaba ocorrendo nas freguesias do interior da Ilha.

O processo de **expropriação da terra** por parte desse pequeno produtor se intensifica nos anos 1960, momento de grande transformação em Santa Catarina e em Florianópolis. O pacto de poder estabelecido entre a oligarquia regional e a burguesia industrial, como mencionado anteriormente, passa a deter a máquina do Estado através da influencia política.

Os Planos econômicos nacionais, e os Planos estaduais como o PLAMEG I e o II (1961- 1970) fizeram com que ocorressem grandes investimentos em infraestrutura como: água, luz, e estrada o que permitiu a modernização e valorização de muitas terras. Ou mesmo, a própria criação na década de 1960 o Instituto de Reforma Agraria em Santa Catarina (IRASC), onde concentrou ainda mais as terras nas mãos dessa elite ligada à política catarinense. (SCHINKE, 2014)

A apropriação de terras pertencentes ao Estado foi se intensificado através da demarcação tornando-as terras particulares, ou as registrando em cartório garantindo a posse da terra. Dessas terras públicas, “extensas áreas de uso comum do povo (as chamadas *terra de uso comum*) necessária à complementação da vida diária do habitante açoriano” (CAMPOS, 2009, p.8) foram “grilhadas”, apropriadas. A terra passa nesse momento a ser uma mercadoria, sobretudo com o crescimento da capital do Estado motivada pela instalação de estatais e da máquina pública.

Segundo Campos (1986, p.125), “ocorriam em relação às terras de uso comum, representando interesses político-partidários ou mesmo oligárquicos, constante em diferentes períodos de nossa história, como nos tempos de UDN e PSD”. A vida política era presente nas freguesias, assim como seus cabos eleitorais que muitas vezes eram indicados a intendência de cada distrito. Ocorre que muitas terras “devolutas” foram doadas.

O ex-intendente de Santo Antônio de Lisboa, Altino Cabral esclarece que a “política naquela época era feita somente através de

favores, não tinha castigo. O partido que não fazia favor era o partido recém-criado, o PTB, que não tinha recursos. Mas os tradicionais da política sempre se revezavam: perdia o PSD, ganhava a UDN e vice-versa [...] e cada cidadão que precisava de um favor tinha que ir até um desses que estava em cima” (SOARES, 1991, p.88).

Em entrevista com Vicente Martins<sup>232</sup>, antigo proprietário de alguns cartórios em Florianópolis como os localizados em Santo Antônio de Lisboa, Rationes e na Lagoa da Conceição, e que atualmente não possui nenhum, relata, o caso do cartório localizado em Santo Antônio<sup>233</sup> faziam-se principalmente registros de óbito, certidões de nascimentos e de casamentos. Referente a escrituras públicas, quase ninguém as registravas, situação que só se modifica a partir da década de 1980.

Nos anos de 1970, a mercê do “milagre brasileiro” atrelado ao crescimento demográfico de Florianópolis, inicia-se o “boom imobiliário” (CAMPOS, 2010). Nesse período, a cidade apresentava um aumento da população urbana de “3,8% ao ano [...] que, se considerado isoladamente, é extremamente elevado, com aproximadamente 80% “ (CAMPOS, 2004, p.114). No mesmo período se intensifica a atividade turística na Ilha.

Diante desse cenário, muitos políticos sabiam dos recursos disponíveis e das possíveis áreas de expansão de Florianópolis, e onde seria rentável investir e comprar terras.

Canasvieiras vai ser a primeira região voltada para o turismo fora da área central de Florianópolis, iniciada ainda na década de 1930. O governador Hercílio Luz pretendia abrir uma estrada que ligasse a ponte, está que acabou levando o seu nome, até a praia de Canasvieiras, esse era o projeto. Porém anos mais tarde, o governador Adolfo Konder (1926 a 1930)<sup>234</sup> é quem conseguiu construíra a Rodovia no sentido norte, remodela na década de 1970 e passando a se chamar SC-401.

A família Daux vai ser uma das pioneiras no investimento turístico na região, **Ilustração 41**, aparece o primeiro loteamento realizado em 1960 na praia tendo do lado esquerdo uma construção maior que era o antigo Hotel Balneário de Canasvieiras.

<sup>232</sup> Entrevista feita em fevereiro de 2011.

<sup>233</sup> O cartório ficou em Santo Antônio de Lisboa até 1992, quando o proprietário o transferiu para seu antigo funcionário Cinésio, atual dono. O estabelecimento, que passou a se chamar Cartório Silva, situa-se atualmente às margens da SC-401, no bairro Saco Grande.

<sup>234</sup> Jornal ND, 31 de março de 2016, p.04-05.

Mas no final da década de 1940, devido ao início desses investimentos em “infraestrutura urbana [...] permitiu que os setores hegemônicos das elites retomassem o seu interesse pelas terras ao norte do núcleo urbano central da Ilha, e nas décadas seguintes redirecionassem o processo de expansão de suas áreas residenciais e de veraneio no sentido Norte da Ilha” (SUGAI, 2015, P.71). “Deve-se considerar ainda que, paralelamente ao Plano Diretor, ampliavam-se os interesses das elites pelos balneários situados ao norte da Ilha, em especial, Canasvieiras” (SUGAI, 2015, P.75).

O próprio Plano Diretor de 1952 de Florianópolis previa um crescimento no sentido centro continente (apenas a parte central), e posteriormente se desenvolveria no sentido sul da Ilha, e o aterro da Baía Sul daria margem a essa expansão. O prefeito na época, Osmar Cunha (1954 A 1959) incentivou o desenvolvimento das áreas balneárias tanto que solicitou uma porção considerável de terra para se criar loteamentos em Canasvieiras. Assim como na década de 1960 o Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina-IRASC solicitou que fossem distribuídas terras em Canasvieiras (BITENCOURT, 2005).

Ilustração 41 - Primeiro loteamento em Canasvieiras



Fonte: [http://tainhanarede.blogspot.com.br/2014/01/manemorias\\_14.html](http://tainhanarede.blogspot.com.br/2014/01/manemorias_14.html), acessado em janeiro de 2016.

Canasvieiras vai ser o primeiro balneário a se formar na costa Norte da Ilha, “[...] formou-se a partir da década de 1950, através dos loteamentos que se subordinaram a uma ordem de conjunto, configurando uma malha viária xadrez. Jurerê, na década de 1960, e os balneários Daniela e Açores, da década de 1970, foram construídos a



partir de empreendimentos únicos” (REIS, 2012, p. 162).

Os primeiros assentamentos criados junto à costa, nos balneários na Ilha, tendo um “Planejamento ordenado” são os loteamentos legalizados em “Canasvieiras e Jurerê, iniciados na década de 1950 e 1960” (REIS, 2012, p.133).

Nos anos de 1950, em Jurerê<sup>235</sup> (Ilustração 42), começa a “construção do empreendimento de luxo da Imobiliária Jurerê – empresa que tinha como principais titulares o engenheiro gaúcho Annito Zeno Petry e o governador catarinense Aderbal Ramos da Silva” (KRIEGER, 2014, p.6).

Por volta de 1956, foram colocadas placas no campo, como se a propriedade fosse particular. Isto levou o povo a retirar pouco a pouco o gado que soltava na área, muito embora continuassem a retirar lenha. **Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária. Aderbal Ramos era seu principal acionista.** Ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha. A pressão, no entanto, ia mais longe. Segundo Seu Criso, o povo viu-se forçado a deixar a área, a firma “apertava”, ou seja, cercava tudo, forçando o pessoal a sair, mesmo que não desejasse. Concorda Seu Deca Bastião que o número de pessoas “apertadas”, por parte principalmente de Petry (engenheiro da referida

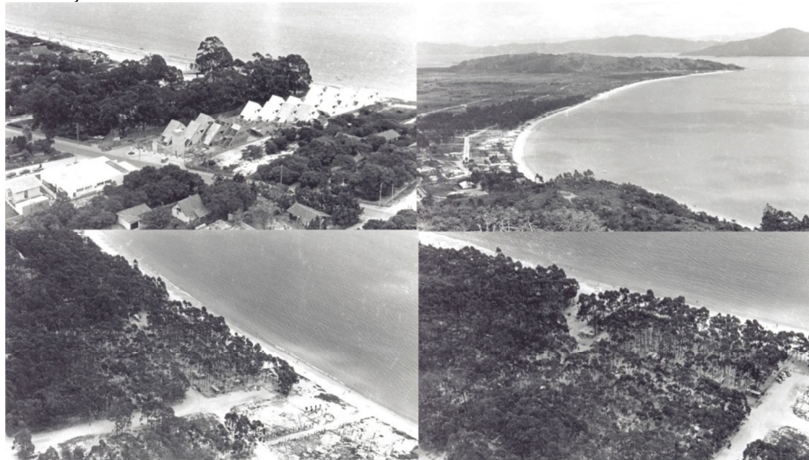
<sup>235</sup>

Há indícios de que “As terras de Jurerê passaram a ter “dono” de uma forma nada ou pouco conhecida. A primeira posse foi registrada a partir de uma troca do Governo do Estado com o dono das terras do local escolhido para abrigar a cabeceira da ponte Hercílio Luz. O primeiro proprietário, Antônio Amaro da Costa, registrou a posse do terreno em cartório em 1927, mas morreu antes de conseguir demarcá-las e registrá-las em seu nome. Com sua morte, a posse passou a ser de sua esposa, que nomeou procuradores para regularizar a situação. Mas o que há em registro é a passagem da propriedade para o nome de seus dois procuradores e, em seguida, em documento da mesma data, para o nome de Anitto Zeno Petry, sócio do então governador Aderbal Ramos da Silva na empresa que deu novo nome à região: Imobiliária Jurerê, 1951. Os motivos para a passagem do terreno de 6.511.456 m<sup>2</sup> para o nome dos procuradores podem ser dois: dívida ou morte. Não fica claro no documento por qual dos dois motivos a família Amaro não seguiu com a posse das terras” (KRIEGER, 2014, p.8-9).



imobiliária) foi considerável. **Petry tentou ainda se apossar da praia, tirando ranchos de canoas de pescadores, mas foi impedido inicialmente pela Prefeitura, que exigia o cumprimento da legislação de ocupação de terras da marina: 35 metros da máxima maré. Tal legislação foi burlada com o tempo e ocorreu a ocupação de muitas áreas até junto à praia, como fez o Grupo Habitasul. (CAMPOS, 1989,p 145). (grifo meu)**

Ilustração 42 - Jurerê Internacional na década de 1950



FONTE: acervo fotográfico da Fundação Franklin Cascades. Mosaico feito por Giselli Ventura.

Na Ilustração 42, Jurerê Internacional apresenta plantação de eucalipto próximo a praia e algumas cabanas, um cenário muito diferente do que vemos hoje.

Em 1983<sup>236</sup>, a imobiliária Jurerê (tendo como sócio Adrebal Ramos e Petry), acabam vendendo ao grupo Habitasul<sup>237</sup> o loteamento.

<sup>236</sup> A família Ramos já na década de 1940, incorporou ao seu patrimônio alguns campos na porção Norte da Ilha. Mas o balneário hoje conhecido como Jurerê Internacional, foi à terra comunal em que Aderbal Ramos da Silva tenta lotear e vender através da sua própria imobiliária Jurerê criada em 1957. Porém devido ao fracasso do empreendimento acaba vendendo em 1980 ao Grupo Habitasul. (CAMPOS, 1991, p.144 e 146).

<sup>237</sup> A empresa Habitasul foi fundada em 1967. Concentra a maior parte de

E aos poucos vão transformando-o em um empreendimento de alto padrão.

Novamente as grandes glebas de terras estão nas mãos das grandes oligarquias regionais catarinense, como os “Ramos”, como foi o caso de Jurerê e também da praia Brava. Algumas ao longo do tempo passaram para as mãos de grandes grupos econômicos. Em ambos os empreendimentos, Jurerê Internacional e Praia Brava, planejados e voltados desde o início a um público seletivo e de alto poder aquisitivo<sup>238</sup>.

Em entrevista com Adalício Vitor da Silva<sup>239</sup>, ele descreve que seu pai, Manoel Alberto da Silva, tinha bastante terra, era dono da Praia Brava, e acabaram vendendo para

A família Ramos comprou toda a Brava [...] ele comprava tudo [...] era o Celso Ramos [...] Ele (Sr. Manoel Alberto da Silva) vendeu dois terrenos e nos, eu e meus irmãos ficamos com um [...] ele vendeu em 1972 para o Newton Ramos, era o filho do Celso Ramos [...] e o segundo vendeu em 1982 também para o Newton Ramos (Entrevista com Adalício Vitor da Silva, 16/03/2015)

Inclusive um dos 4 filhos de Newton Ramos é conhecido como “Toninho Ramos”, e como frisou em sua coluna social, Cacau Menezes,

seus investimentos no setor imobiliário, e estão basicamente concentrados na Região Sul brasileira. O presidente da empresa atualmente é Péricles Druck, que presenciou a transformação do balneário Jurerê Internacional desde a concepção da empresa até hoje. (HABITASUL, 2008) O grupo Habitasul é composto por inúmeras empresas. No setor industrial, a empresa, através da Koch Metalúrgica e Celuloses Irani, investe em metalurgia e beneficiamento de celulose.

<sup>238</sup> Outros itens de diferenciação do planejamento urbano, utilizando condomínios horizontais ou loteamentos em Florianópolis são bem caracterizados pelo caso de Jurerê Internacional, como se pode observar em uma reportagem feita pela revista Veja no ano de 2007, que relatava o seguinte: Viva La vida mansa. **Jurerê Internacional é o nome de um luxuoso condomínio aberto de Florianópolis, um paraíso a beira mar, que dispensa muros e as demais parafernália que prometem segurança como cercas elétricas, câmeras de vigilância 24 horas**, etc. Por outro lado, possui um policiamento caprichado e um projeto próprio, “o Vizinho Solidário, em que todo mundo conhece quem mora ao lado e faz questão de se apresentar – e deixar o número do telefone – quando chega morador novo” (MING, 2007). *(grifo meu)*

<sup>239</sup>

Entrevista realizada em 16 de março de 2015.

ele é “o dono da Praia Brava e de muitos negócios na Ilha”(19 de abril de 2013). O neto do ex governador Celso Ramos que na década de 1960 fez vários investimentos em Florianópolis, sobretudo voltados também para o desenvolvimento da Porção Norte da Ilha. O empresário “Toninho Ramos” (Antônio Carlos de Castro Ramos<sup>240</sup>) é engenheiro formado pela UFSC e hoje comanda a Construtora ACCR que leva o seu nome desde 1989. Seu pai, Newton Ramos, foi dono de uma das pioneiras na construção civil, a Construtora Ceisa.

Inclusive, na década de 1970 construíram três grandes

[...] empreendimentos comerciais e de escritórios, no Centro da cidade, merecem destaque: o edifício Ceisa Center e o Edifício Alphan Centaurym, construídos pela Ceisa, e o Centro Comercial ARS (o primeiro com escada rolante em Santa Catarina), construído pela Construtora Maguefa, mas com a incorporação feita pelo Sr. Ardebal Ramos da Silva (CAMPOS, 2010, p. 147).

Mas o empreendimento da Praia Brava, “foi lançado em 1985, com 140 lotes residenciais e 30 para a construção de prédios” (CAMPOS, 2010, p.165). Em uma das propagandas compara a Brava com Jurerê Internacional:

A praia Brava apresenta um “bom planejamento urbano e infra-estrutura satisfatório, ela compete “mano a mano” com Jurerê Internacional [...] A partir da segunda metade da década de 1980 [...] a expansão imobiliária chegou com força e modificou radicalmente o cenário [...] Os apartamentos nos condomínios custam caro e a maioria dos proprietários os tem como residência de verão. O tenista Gustavo Kuerten é um dos veranistas ilustres. Muitos políticos importantes também possuem apartamentos no balneário (Jornal A Notícia, 31/01/1999, p.04).

Com os investimentos em infraestrutura na década de 1970 é quando

<sup>240</sup>

Disponível: <https://torneiodoestimado.wordpress.com/tag/toninho-ramos/>, acessado em abril de 2015.

iniciaram-se, no norte da Ilha, grandes empreendimentos imobiliários voltados para as camadas de alta renda, como o chamado Jurerê Internacional, o loteamento da praia Brava e os condomínios na Avenida Gaivotas em Ingleses-norte, os quais ocuparam áreas de preservação, como as dunas, e contribuíram para o fortalecimento da dinâmica imobiliária, dos processos segregativos e de novos investimentos públicos, como a duplicação da SC-401 (SUGAI, 2015, p.118).

Nos anos de 1980, devido a facilidade de acesso as praias do interior da Ilha, como a rodovia SC 401, diminuiu a distância entre as praias do Norte, e a instalação da rede pública de telefone e água na região, (VEIGA, 2004) acabam atraindo não apenas veranistas, mas moradores fixos, e com isso começam o surgimento de grandes condomínios fechados.

As localidades circunvizinhas dos grandes balneários badalados começam a expandir, como é o caso da Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses, Ponta das Canas, etc...

Ponta das Canas é um balneário que sofreu grande transformação a partir de 1984, quando a estrada que ligava a praia de Canasvieiras foi asfaltada. Até aquele ano, segundo o morador Valdelei Almeida [...] que nasceu e viveu sempre em Ponta das Canas, a ligação com Canasvieiras era feita por estrada de chão. Por causa disso, o fluxo do turismo era bem menor, e quase todos os nativos viviam da pesca. [...] Valdelei [...] Nessa época, segundo conta, eram os pescadores artesanais os donos dos terrenos e casas à beira-mar. Depois foram vendendo para gente de fora, e hoje a maior parte das residências perto do mar são usadas só na temporada. Uma dessas casas pertence ao senador Esperidião Amim, que no verão torna-se um habitué da praia (Jornal Diário Catarinense, 20/03/2000).

À medida que chegava a infraestrutura aumentava a especulação da terra. Durante a década de 1970, portanto, foram se reproduzindo os

empreendimentos imobiliários na região situada ao norte e nordeste da área central e nos balneários ao norte da Ilha, em especial os loteamentos e condomínios dirigidos aos setores sociais de mais alta renda. No final da década, é implantada a via de Contorno Norte-Ilha, o que facilitou a transferência dessa camada alta para as já mencionadas regiões (SUGAI, 1994, p.127).

Apesar da crise econômica dos anos 80, com uma das maiores inflações registradas no Brasil, o setor da construção civil continuou estável devido aos financiamentos aprovados no ano anteriormente. Mas, “[...] o mercado imobiliário, cada vez mais inseguro, apresentou a maior crise do setor, sem possibilidade de uma imediata reativação, dado o quadro conjuntural da época” (CAMPOS, 2010, p.162).

“Apesar deste momento de crise do setor, a cidade e a região continuaram a sofrer modificações em sua fisionomia e nos aspectos relacionados à ocupação do espaço urbano, provocados, em parte, pelo turismo, setor este que se acentuou durante o período” (CAMPOS, 2010, p.162).

Se observar a **Ilustração 43**, o número de imóveis cadastrados não se alterou muito nos anos 80, só no final da década. Como descrito anteriormente, o turismo e a construção de hotéis e mesmo de casas para se alugar no verão foram comuns nos anos 80, pois se a temporada de verão era lucrativa se investia na construção civil. A partir de 1990 o setor volta a crescer.

Ilustração 43 - Evolução de Imóveis cadastrados no município de Florianópolis (1982 a 1994)

| Ano  | Qtidade de Imóveis |
|------|--------------------|
| 1982 | 67000              |
| 1983 | 97000              |
| 1984 | 97560              |
| 1985 | 97900              |
| 1986 | 98400              |
| 1987 | 102940             |
| 1988 | 101882             |
| 1989 | 100000             |
| 1990 | 102276             |
| 1991 | 120041             |
| 1992 | 137128             |
| 1993 | 141928             |

FONTE: NASCIMENTO, 1996, p.102

Outro fato relevante é que Florianópolis aumentava a sua população, e a necessidade de moradias aumentava, tanto para compra como para aluguel. Se observar a Ilustração 44, a densidade populacional dos anos de 1960 para 1980 quase que duplicou, e nos anos de 1990 também cresceram, conseqüentemente o m<sup>2</sup> quadrado acompanhou o ritmo de crescimento, mesmo com uma conjuntura econômica brasileira desfavorável como a de 1980.

Ilustração 44 - Evolução da população de Florianópolis entre 1960 e 1990

| <b>Evolução da população de Florianópolis</b> |               |              |              |                  |
|---|---------------|--------------|--------------|------------------|
| <b>Ano</b>                                    | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> | <b>Total</b> | <b>Densidade</b> |
| 1960  | 40.963        | 56.864       | 97.827       | 217              |
| 1980  | 161.773       | 26.098       | 187.871      | 417              |
| 1996  | 250.657       | 20.624       | 271.281      | 602              |

| <b>Área construída (m<sup>2</sup>)</b> |              |
|--|--------------|
| 1750 .....                             | 328,00       |
| 1850 .....                             | 5.231,00     |
| 1950 .....                             | 251.687,02   |
| 1960 .....                             | 423.247,65   |
| 1970 .....                             | 746.998,12   |
| 1980 .....                             | 1.698.937,00 |
| 1990 .....                             | 2.617.405,36 |
| 1997 .....                             | 3.336.460,97 |

FONTE: CLÓVIS NEUMANN

FONTES: IBGE/CLÓVIS NEUMANN

FONTE: Jornal NA Capital, 05/07/1998.





Segundo uma pesquisa realizada em 1996<sup>241</sup>,

[...] apenas 47,55% de moradores são nascidas no Rio Vermelho [...] segundo o IBGE, a localidade contava em 1980 com 315 domicílios sendo 254 de uso permanente e em 1991 com 645, dos quais, apenas 184 não são ocupados incluindo os de 93 de uso ocasional, correspondendo a uma passagem de 254 para 461 domicílios de uso permanente (OLIVEIRA, 1996, p.568).

Essa pesquisa é interessante, pois a freguesia do Rio Vermelho tem características e aspectos rurais, não tendo uma área balneária como grande atrativo, mesmo assim segundo a pesquisa de Oliveria (1996) muitos bairros tradicionais passaram a receber moradores de outras regiões do país como aumentou o número de residenciais físicas, o demonstrou um crescimento populacional na região.

Reis (2012) ao analisar as fotografias aéreas da planície do Rio Vermelho e dos Ingleses na Ilha, percebe uma grande mudança a partir da década de 1994 quando aumenta o parcelamento do solo.

A foto de 1956 mostra toda essa áreas ocupada pela agricultura, que avança das montanhas e dunas. As moradias situam-se junto aos caminhos principais. Em 1978 a situação pouco mudou: os caminhos encontram-se mais consolidados, com algum adensamento construtivo; observa-se notável redução da atividade agrícola, tanto junto ao morro quanto a restinga, e alguns casos de parcelamento longitudinal das propriedade originais. A foto de 1994 permite observar a radical transformação de toda essa porção territorial. Junto aos Ingleses, no Capivari e no Santinho, as ruas que permitem loteamento das propriedades agrícolas já se encontravam abertas, os lotes já estão ocupados em grande parte. No Rio Vermelho, grande número de ruas também se encontra aberto, o Travessão consolida-se como caminho, a ocupação dos lotes avança. A foto de 1998 é que vai permitir observar a ocupação de

<sup>241</sup> Do autor do artigo com o professor Mario Texeira do DCM/UFSC.

praticamente toda a planície do Rio Vermelho (REIS, 2012, p.155).

Os Ingleses, descrito no mapa do Distrito (Ilustração 46), apresenta na parte mais clara as dunas, dividindo a planície ocupada com o litoral. Com a inserção na década de 1970 da construção da SC-403, se intensificou a ocupação dessa parte a Oeste próxima a rodovia. Na fotografia de 1994 aparecem várias “linhas” indicando as estradas e servidões que foram sendo abertas, sobretudo na localidade de Capivari e Ingleses Centro, conforme descrito no mapa da Unidade Espacial de Planejamento.

No mapa do Distrito do Rio Vermelho (Ilustração 47) podemos notar que nenhuma grande rodovia acaba cortada as localidade, só ao Norte passa a SC-403 e a SC-401 ficando mais distante, talvez por este motivo que pouco tenha se expandido na década de 1970, ao contrário do que ocorre nos anos de 1990. Ao sul do Distrito pouco se expande devido ao parque ambiental mantendo a praia do Moçambique ainda bem preservada também. As áreas que vão ser mais ocupadas é o Moquém, onde inicia o povoamento da região, segundo em entrevista com a morada D Cici<sup>242</sup>. E o Rio Vermelho Norte conforme o mapa da Unidade Espacial de Planejamento.

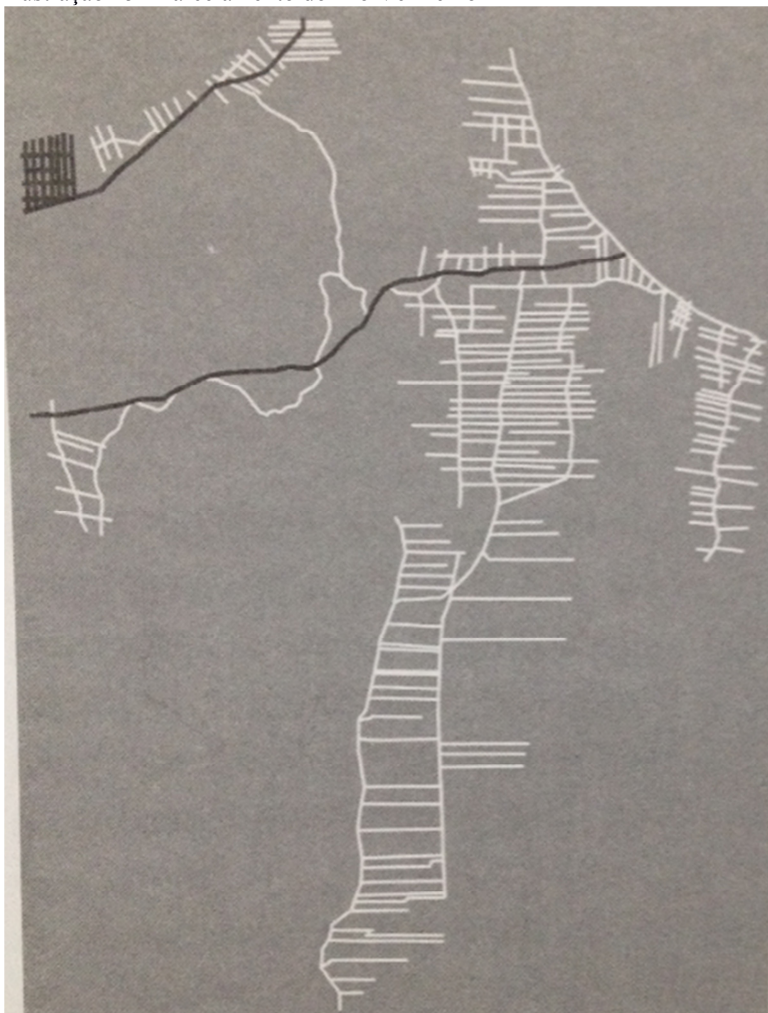
No Rio Vermelho, na gestão da prefeita Ângela Amim (1997 a 2005), cria-se as ZEIS (zonas de interesse social) para a população de baixa renda, onde o vereador da região “João da Bega foi candidato pela segunda vez fez as casinha da Ângela [...] faz uns 15 ano” (entrevista com Laureci da Natividade Lucas realizada em 13/08/2014). Esse programa levou muitas pessoas carentes da Via expressa para o interior da Ilha e o Rio Vermelho foi uma dessas regiões escolhidas.

Na **Ilustração 45**, a Linha preta maior representa a SC-403 que leva até a praia dos Ingleses. No caso do Rio Vermelho representada pelas linhas brancas na vertical que seguem ao sul, demonstrando como está organizado o traçado urbano e o espaço público (linhas brancas) do parcelamento simples de ambas as regiões.

242

Sr<sup>a</sup>. Laureci da Natividade Lucas (D.Cici) entrevista realizada em 13/08/2014.

Ilustração 45 - Parcelamento do Rio Vermelho

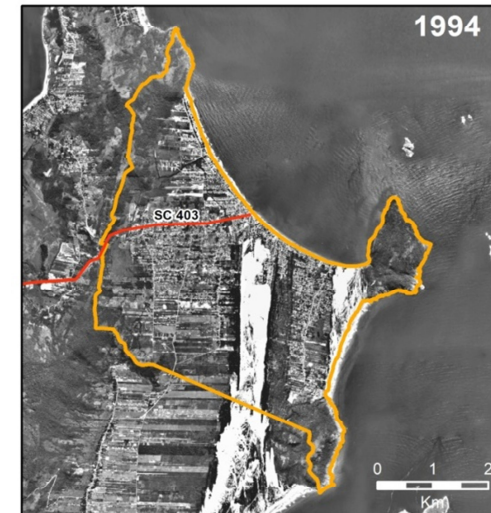
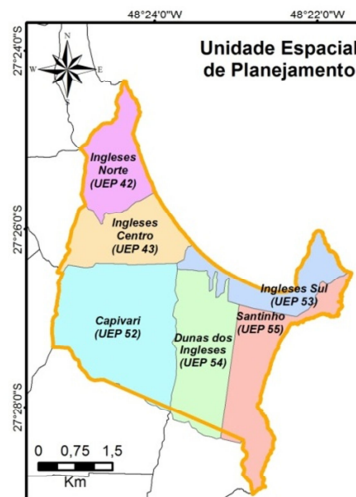
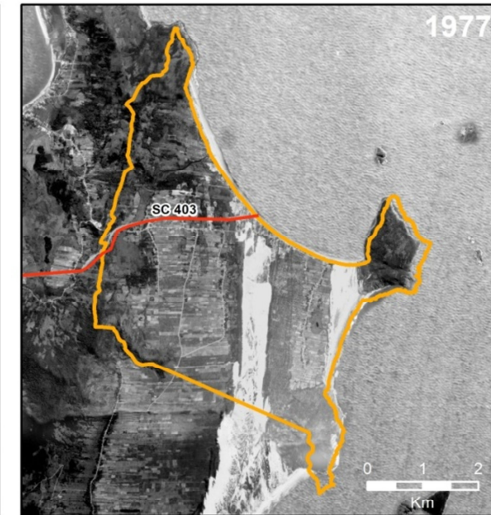
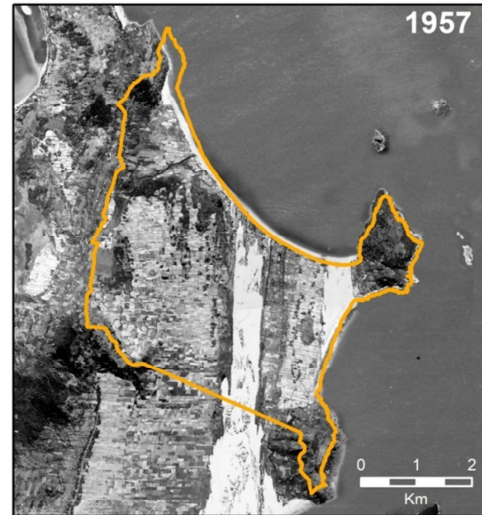
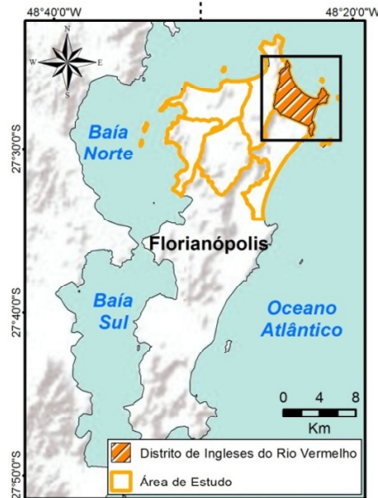
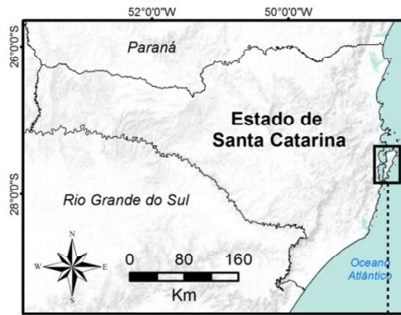


FONTE: REIS, 2012, P.238.



Ilustração 46 - Distrito de Ingleses do Rio Vermelho

### DISTRITO DE: INGLESSES DO RIO VERMELHO

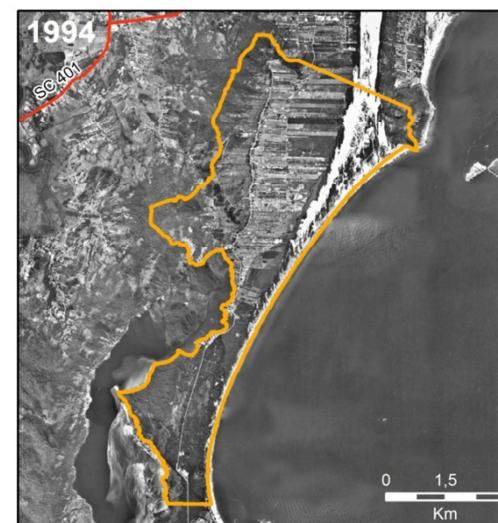
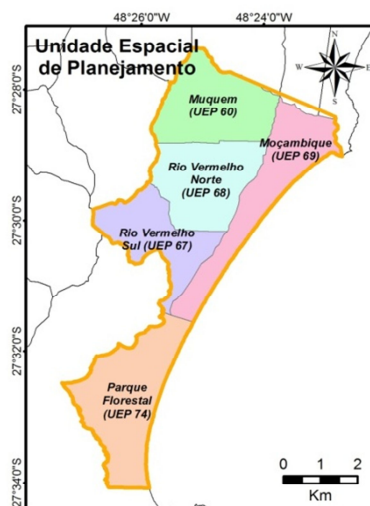
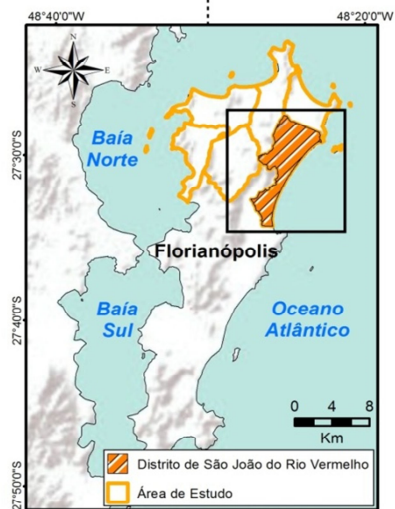
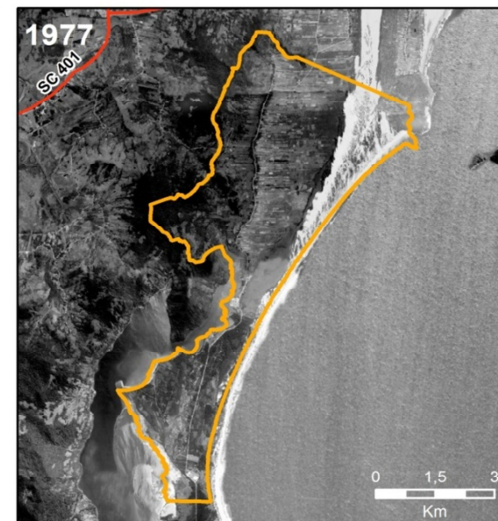
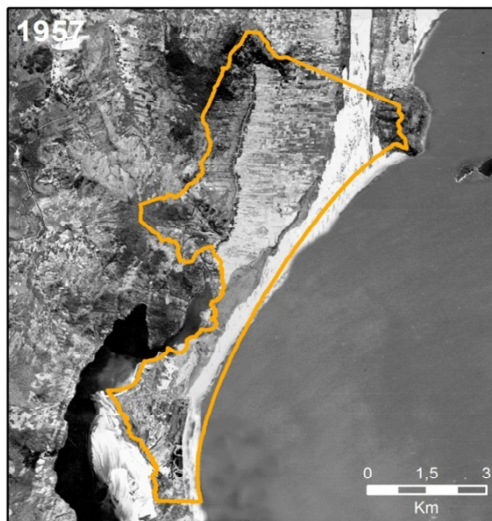
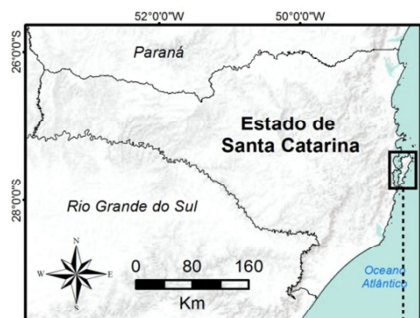


Fonte: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SAD 69.. Fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994.



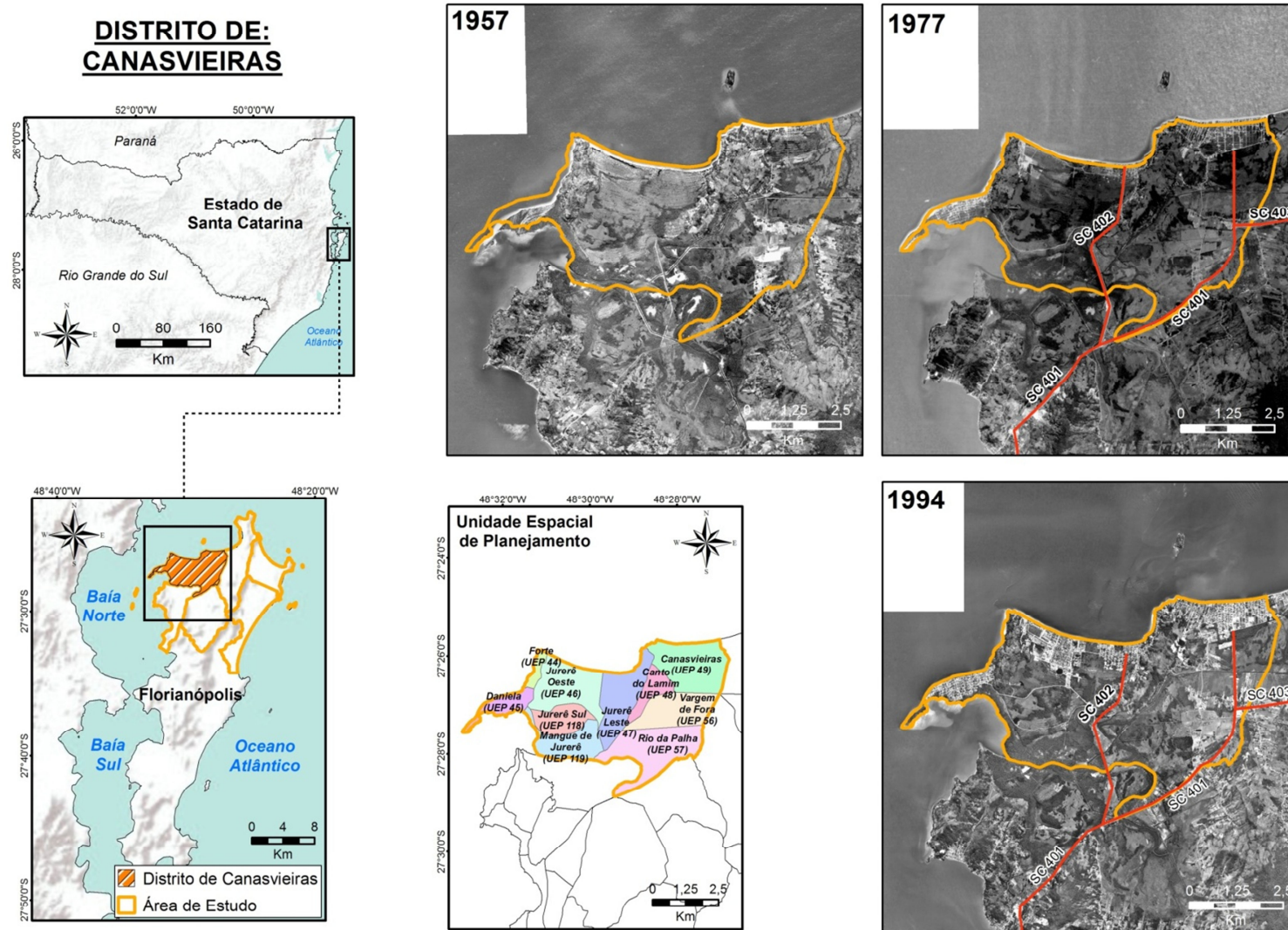
Ilustração 47 - Distrito de São João do Rio Vermelho

### **DISTRITO DE: SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO**



Fonte: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SAD 69.. Fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994.

Ilustração 48 - Distrito de Canasvieiras



Fonte: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SAD 69.. Fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994.

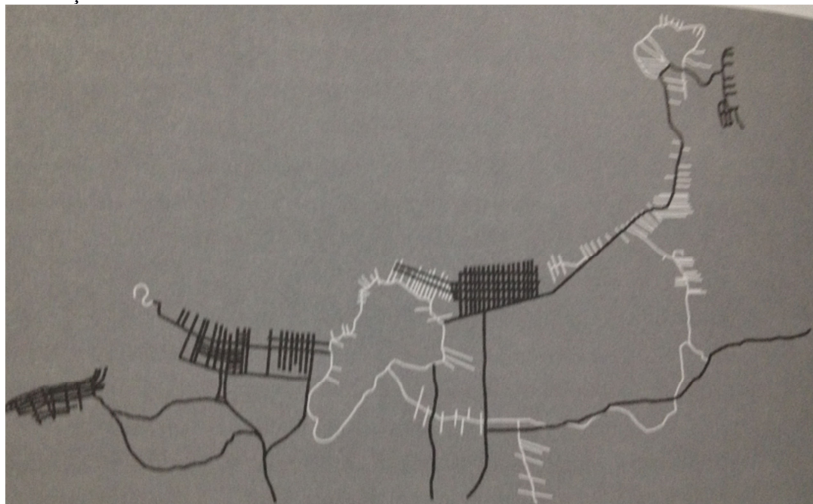




Ao contrário do que ocorre no caso do Distrito de Canasvieiras, **Ilustração 49**, onde apresenta tanto o Parcelamento Simples (linha branca) como o Parcelamento Ordenado (em preto). Os parcelamentos ordenados, que aparece da esquerda para a direita são: o loteamento da Daniela, o de Jurerê Internacional, e o de Canasvieiras. Entre esses dois últimos parcelamentos do solo de forma estruturada temos a localidade de Jurerê com uma ocupação com um Parcelamento do solo simples, pois ha a presença de moradores tradicionais deram outra dinâmica.

Se observar o mapa do Distrito de Canasvieiras **Ilustração 48**, fica visível o quanto teve influências do poder público e investimentos, pois cortam três SCs a 401, 402 e 403. Novamente a aliança entre os interesses do setor privado e as políticas públicas para atender a esses empresários.

Ilustração 49 - Parcelamento do Distrito de Canasvieiras



FONTE: REIS, 2012, p. 246.

Todo esse processo de uso e ocupação do solo pode ser analisado também através de dados como os apresentados nas tabelas seguintes condizentes com os números de alvarás liberados pela prefeitura. Fazendo uma ressalva de que até hoje Florianópolis tem problemas sérios referentes a construções regulares, por este motivo os dados apresentados têm de ser observados com cuidado. Sobretudo na Porção Norte onde as localidades dos Ingleses e Canasvieiras foram as que mais apresentaram esse tipo de construção. Inclusive o Ministério Público fez

com que a Prefeitura suspendesse a emissão dessas licenças em 2015 na gestão do prefeito Cesar Souza Junior, o mesmo que aprovou o Plano Diretor em 2014 com mais de 600 emendas, e que está sendo acompanhadas pelo Ministério Público algumas alterações.

Atualmente, o prefeito Gean Loureiro aprovou a operação “Agiliza Floripa” para que imóveis com construção abaixo de 750 m<sup>2</sup> sejam liberados em 10 dias. Por uma lado é positivo porque no quadro econômico esses investimentos ajudariam a ativar a economia local ligada a construção civil. Por outro, pode acarretar no processo de sobrecarregar a máquina pública ao não conseguir dar infraestrutura básica a demanda crescente por água, luz, coleta de lixo, e saneamento básico, por exemplo.

Tabela 8 - Número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014

| Total |                                | Construção Res.Multifamiliar |             |             |                |       | Construção Residencial e Comercial |             |             |                |       | Construção ou reforma de estabelecimento |             |             |                |       |
|-------|--------------------------------|------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------|------------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------|--|-------------|-------------|----------------|-------|
|       |                                | Década 1980                  | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total | Década 1980                        | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total | Década 1980                              | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total |
| 5380  | Total do Distrito Sede (Oeste) | 439                          | 421         | 397         | 211            | 1468  | 133                                | 88          | 128         | 43             | 392   | 395                                      | 339         | 522         | 467            | 1723  |
| 2098  | Total do Norte da Ilha         | 97                           | 390         | 379         | 207            | 1073  | 20                                 | 59          | 67          | 28             | 174   | 42                                       | 51          | 137         | 132            | 362   |
| 577   | Total do Sul da Ilha           | 2                            | 14          | 91          | 117            | 224   | 3                                  | 5           | 16          | 11             | 35    | 14                                       | 16          | 41          | 51             | 122   |
| 323   | Total do Leste da Ilha         | 6                            | 41          | 44          | 12             | 103   | 2                                  | 6           | 7           | 4              | 19    | 17                                       | 20          | 23          | 26             | 86    |
| 8378  | Total                          |                              |             |             |                |       |                                    |             |             |                |       |  |             |             |                |       |

FONTE:SMADU, 2015.

Tabela 9 - Número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014 (loteamento, casas e comércio)

|                                | Construção Loteamentos |             |             |                |       | Construção Condomínio de Casas |             |             |                |       | Construção Comercial |             |             |                |       |
|--------------------------------|------------------------|-------------|-------------|----------------|-------|--------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------|----------------------|-------------|-------------|----------------|-------|
|                                | Década 1980            | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total | Década 1980                    | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total | Década 1980          | Década 1990 | Década 2000 | Década 2010-14 | Total |
| Total do Distrito Sede (Oeste) | 15                     | 11          | 4           | 3              | 33    | 12                             | 7           | 22          | 1              | 42    | 395                  | 339         | 522         | 466            | 1722  |
| Total do Norte da Ilha         | 7                      | 2           | 13          | 4              | 26    | 30                             | 12          | 45          | 19             | 106   | 38                   | 52          | 137         | 130            | 357   |
| Total do Sul da Ilha           | 2                      | 3           | 10          | 1              | 16    | 15                             | 5           | 29          | 10             | 59    | 14                   | 16          | 41          | 50             | 121   |
| Total do Leste da Ilha         | 1                      | 2           | 1           | 1              | 5     | 4                              | 5           | 4           | 0              | 13    | 17                   | 20          | 23          | 37             | 97    |

FONTE:SMADU, 2015.

Tabela 10 - Total do número de alvarás para construção dos anos de 1980 a 2014

|  | Total do Distrito Sede (Oeste) | Total do Norte da Ilha | Total do Sul da Ilha | Total do Leste da Ilha |
|--|--------------------------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| Construção Res.Multifamiliar             | 1468                           | 1073                   | 224                  | 103                    |
| Construção Residencial e Comercial       | 392                            | 174                    | 35                   | 19                     |
| Construção ou reforma de estabelecimento | 1723                           | 362                    | 122                  | 86                     |
| Construção Loteamentos                   | 33                             | 26                     | 16                   | 5                      |
| Construção Condomínio de Casas           | 42                             | 106                    | 59                   | 13                     |
| Construção Comercial                     | 1722                           | 357                    | 121                  | 97                     |

FONTE: SMADU, 2015.



Segundo dados da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano –SMADU, **Tabela 8**, o número de alvarás destinados a construção de residenciais “multifamiliares” (seria de prédio), a década de 1980 e 1990 a parte central da Ilha foi a que apresentou maior número de construções. Já a Porção Norte apresenta uma peculiaridade dá um grande salto de 1980 para 1990, decaído a partir de 2000. Já número de alvarás para reformas cresceu de forma gradativa a todas as regiões da cidade.

A explosão imobiliária de 2000, **Tabela 9**, vai se apresentar com relevância no Norte, tanto na construção de loteamentos, condomínio de casas como de comércios. Sendo a parte central da Ilha onde concentra o comércio é onde mais apresenta o número de licenças para construção. Cabe salientar, que ao se ver os dados percebe-se que na prática não é o que retrata a realidade de alguns distritos como os Ingleses e de Casnavieiras, onde existe alguns centros de comércio. Isso ocorre porque ainda na Ilha se tem muita construção irregular.

A **Tabela 10** dá uma ideia do perfil de construção em cada região da Ilha. A parte central (o Centro/Oeste) o número de licenças para construção de “residenciais multifamiliares” (prédios) foi maior, ficando a área de estudo em segundo lugar. Já no que se refere ao comércio, como dito anteriormente não tem o Centro de Florianópolis não apresentar maiores percentuais, porém o Norte deveria ter um número mais elevado se comparado com as saídas de campo, onde há em alguns distritos uma forte concentração comercial. O que pode ser a ausência desse tipo de licença.

Todo esse crescimento e expansão que a cidade de Florianópolis vivenciou nas últimas décadas do século XX são decorrentes a como esses espaços foram ocupados e como eles vem sendo apropriados. Atualmente, o Plano Diretor que rege o uso e ocupação do solo em um município é uma forma dos movimentos sociais e dos empresários terem representatividade através da participação das audiências públicas, apesar de nem sempre isso ocorrer de forma equilibrada, se avançou a discussão do “direito a cidade” a todos. Uma vitória que mesmo estando na constituição de 1988 só foi possível com o surgimento do Ministério das Cidades, e de projetos desenvolvimento como o PAC.

### 6.3.1 As tentativas de apropriação das terras na Ilha de Santa Catarina

O desenvolvimento iniciado em 1960<sup>243</sup> com a instalação da parte administrativa do Estado e de algumas estatais em Florianópolis fez surgir um crescimento da Cidade. Contudo, a década de 1970 diante do “Milagre brasileiro”, motivou e impulsionou obras relacionadas à questão de infraestrutura. O reflexo dessa política nacional se faz presente através da implantação da via de Contorno Norte- Ilha, o que auxiliou na expansão e no acesso a outras regiões (SUGAI, 1994), fora a parte central de Florianópolis.

A localização do campus da UFSC na Trindade, a leste do centro urbano na década de 60, e, ainda, a execução e pavimentação da SC-401 e SC-404, na década de 70, representaram os marcos iniciais desta intenção. A Via de Contorno Norte-Ilha, no final dos anos 70, viabilizou este propósito, gerando acessibilidade e constituindo-se no eixo estruturador e de interligação dos principais bairros onde as elites localizaram e pretenderam expandir suas áreas residenciais e de veraneio” (SUGAI, 1994, p.217).

Antes da pavimentação do asfalto nesse período “os veranistas frequentavam, no máximo, Cacupé e Sambaqui ao Norte, e Ribeirão da Ilha, ao sul” (LIMA, 2007, P.150). O acesso da porção Norte da ilha pela SC-401 nos anos 70 contribuiu no fortalecimento do turismo na região.

Atrelando o turismo com a construção civil surgem vários condomínios e loteamentos de alto padrão. Esses empreendimentos vão ser até hoje ponto de referência turística da Ilha. Se observar a **Ilustração 50**, em que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000, a porção central é que apresenta junto com a Lagoa o índice mais alto. Se comparar a porção Norte e Sul, iremos perceber que esses empreendimentos de alto padrão vêm a corroborar com o aumento

<sup>243</sup>

A construção das estradas estaduais foi o que impulsionou o crescimento do interior da Ilha. No “governo Celso Ramos (1961-1966) que iniciou a abertura do leito da SC- 401, ligando o centro da cidade a Canasvieiras. Mas foi somente no governo de Colombo Salles (1971-1975) que estas estradas receberam asfalto” (LIMA, 2007, p.150).

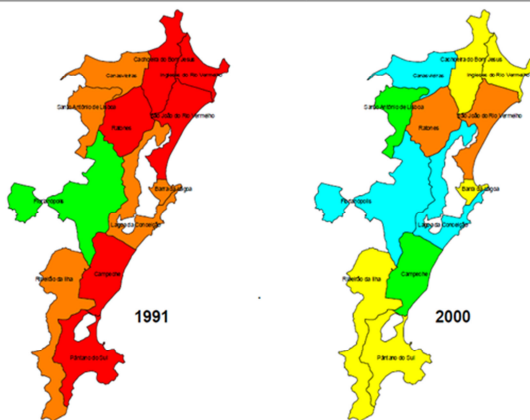
desse índice em algumas áreas ao Norte. O sul, o ponto que mais se destaca é o Campeche.

Ilustração 50 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Local (IDH) dos Distritos de Florianópolis (1991 e 2000)

| Lugar Fpolis | Distritos                | 1991                   |             |
|--------------|--------------------------|------------------------|-------------|
|              |                          | Condição de Eficiência |             |
|              |                          | Índice                 | Nível       |
| 1            | Florianópolis            | 0,906                  | Médio Alto  |
| 2            | Barra da Lagoa           | 0,769                  | Médio Baixo |
| 3            | Lagoa da Conceição       | 0,769                  | Médio Baixo |
| 4            | Canasvieiras             | 0,716                  | Médio Baixo |
| 5            | Ribeirão da Ilha         | 0,705                  | Médio Baixo |
| 6            | Santo Antônio de Lisboa  | 0,701                  | Médio Baixo |
| 7            | Campeche                 | 0,698                  | Baixo       |
| 8            | Pântano do Sul           | 0,677                  | Baixo       |
| 9            | Inglese do Rio Vermelho  | 0,668                  | Baixo       |
| 10           | Cachoeira do Bom Jesus   | 0,589                  | Baixo       |
| 11           | São João do Rio Vermelho | 0,588                  | Baixo       |
| 12           | Ratones                  | 0,551                  | Baixo       |

| Lugar Fpolis | Distritos                | 2000                   |             | Evolução do Índice |
|--------------|--------------------------|------------------------|-------------|--------------------|
|              |                          | Condição de Eficiência |             | 1991-2000          |
|              |                          | Índice                 | Nível       | %                  |
| 1            | Florianópolis            | 0,975                  | Alto        | 7,57               |
| 2            | Lagoa da Conceição       | 0,967                  | Alto        | 25,81              |
| 3            | Canasvieiras             | 0,966                  | Alto        | 34,98              |
| 4            | Santo Antônio de Lisboa  | 0,930                  | Médio Alto  | 32,52              |
| 5            | Campeche                 | 0,905                  | Médio Alto  | 29,69              |
| 6            | Inglese do Rio Vermelho  | 0,847                  | Médio       | 26,85              |
| 7            | Barra da Lagoa           | 0,846                  | Médio       | 10,09              |
| 8            | Ribeirão da Ilha         | 0,831                  | Médio       | 17,88              |
| 9            | Pântano do Sul           | 0,830                  | Médio       | 22,61              |
| 10           | Cachoeira do Bom Jesus   | 0,809                  | Médio       | 37,32              |
| 11           | São João do Rio Vermelho | 0,784                  | Médio Baixo | 33,31              |
| 12           | Ratones                  | 0,734                  | Médio Baixo | 33,29              |



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO INTRAMUNICIPAL DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - IDH IM - 1991 - 2000

■ 0,95 - 1,00 = ALTO   
 ■ 0,90 - 0,94 = MÉDIO ALTO   
 ■ 0,80 - 0,89 = MÉDIO   
 ■ 0,70 - 0,79 = MÉDIO BAIXO   
 ■ 0,60 - 0,69 = BAIXO

Fonte: Censo Demográfico 1991-2000, IBGE, Mapa Digital: IPUF

FONTE: ANDERSEN, 2002, p.48 e 49.

Dados de 2012, conforme a Tabela 11 demonstra que a concentração de renda continua ainda nas mesmas localidades e regiões de Florianópolis. O distrito Sede (parte Oeste) encontram-se os melhores percentuais de salários acima de 10 SM, onde apresenta o m<sup>2</sup> mais caro da cidade, a Beira-Mar Norte, onde se localizavam as antigas chácaras da elite florianopolitana do século XIX<sup>244</sup>. Ficando a Lagoa também em uma boa posição, e a Porção Norte o Distrito de Canasvieiras (tendo o empreendimento de alto padrão, Jurerê Internacional), e o de Santo Antônio de Lisboa que apresenta em Cacupé um dos imóveis mais valorizados da cidade.

O Campeche, Pantâno do Sul e Ribeirão vão apresentar uma classe média representativa. Na Porção Norte há presença de uma classe privilegiada e segregada nos grandes empreendimentos, como também apresenta uma população de baixa renda como no Rio Vermelho, Ratoles e Cachoeira do Bom Jesus.

Essas diferenciações no “decorrer de sua breve história, o Estado e o capital imobiliário promoveram uma permanente redistribuição espacial da população, de acordo com as exigências do padrão de expansão urbana – que tem como uma de suas características básicas a segregação espacial da população mais pobre” (Brito e Souza, 2005, p. 52)

<sup>244</sup> Referente ao m<sup>2</sup> mais caro de Florianópolis há algumas considerações a serem feitas. Segundo alguns sites e mesmo corretores imobiliários que salientam que é o Centro da cidade, especialmente a Beira-Mar Norte, assim como uma das poucas ruas ainda arborizadas da parte central a Rua Trompovsky. Porém, estudos como da Fecomércio divulgado em 2015 apontam Jurerê Internacional o que apresenta o com maior valor de mercado. Sendo que todas as pesquisas da Federação do Comércio de Santa Catarina são encomendadas temos de ter cuidado. Contudo, a capital apresenta áreas bem segregadas em que o m<sup>2</sup> não é para a classe média e nem baixa. Essa colocação dos dois m<sup>2</sup> mais valorizados manteve o mesmo ranking referente a pesquisa da Comércio em 2014, ANEXO IV. A divulgação dos dados da Fecomércio fora divulgadas no Jornal DC de 9 de julho de 2015.



Tabela 11 - Distribuição de Renda da População de Florianópolis por Distrito

| Distritos                 | Divisão da Pesquisa | 0 a 3 SM* |        | 5 a 10 SM* |        | mais de 10 SM* |        |     |
|---------------------------|---------------------|-----------|--------|------------|--------|----------------|--------|-----|
|                           |                     |           |        |            |        |                |        |     |
| Sede (Ilha)               | Oeste               | 25,57%    | 13º    | 21,91%     | 9º     | 38,68%         | 1º     |     |
| Sede (Continente)         |                     | 31,42%    | 9º     | 24,59%     | 4º     | 29,40%         | 3º     |     |
| Cachoeira do Bom Jesus    | Norte               | 46,86%    | 2º     | 20,13%     | 12º    | 9,62%          | 11º    |     |
| Canasvieiras              |                     | 34,25%    | 8º     | 21,36%     | 11º    | 26,40%         | 5º     |     |
| Inglesees do Rio Vermelho |                     | 42,51%    | 5º     | 22,99%     | 5º     | 12,38%         | 8º     |     |
| Ratones                   |                     | 55,61%    | 1º     | 15,05%     | 13º    | 6,89%          | 12º    |     |
| Santo Antônio de Lisboa   |                     | 31,10%    | 11º    | 22,28%     | 8º     | 29,05%         | 4º     |     |
| São João do Rio Vermelho  |                     | 46,29%    | 3º     | 20,71%     | 10º    | 7,56%          | 13º    |     |
| Barra da Lagoa            |                     | Leste     | 44,67% | 4º         | 22,45% | 7º             | 12,45% | 7º  |
| Lagoa da Conceição        |                     |           | 29,57% | 12º        | 22,70% | 6º             | 31,27% | 2º  |
| Campeche                  |                     | Sul       | 30,88% | 10º        | 28,53% | 1º             | 20,42% | 6º  |
| Pântano do Sul            |                     |           | 40,33% | 6º         | 26,38% | 2º             | 11,66% | 10º |
| Ribeirão da Ilha          | 39,91%              |           | 7º     | 25,33%     | 3º     | 12,25%         | 9º     |     |

FONTE: PMF, janeiro de 2012, p.23. Com base no Censo do IBGE de 2000<sup>245</sup>.

\*SM (Salário Mínimo)

A concentração de Renda da população, Ilustração 51, dá uma ideia onde estão localizadas as pessoas com maior poder aquisitivo, e com menor renda. Sugai (2015) com base no Censo do IBGE conseguiu calcular a renda média de até 2 a 3 salários mínimos (SM) para baixa renda (em azul na Ilustração), e de mais de 15 a 20 SM (em marrom).

Percebe-se que na década de 1980, o salário mínimo chegava a US\$ 90 dólares, concentrando uma mancha azul apenas em São José, afinal Florianópolis era composta por uma classe média ligada ao funcionalismo público, e alguns apresentando o salários maior que 20 SM, acabavam se localizando na parte central (Beira Mar Norte), Trindade, Coqueiros (continente), e Canasvieiras no norte da ilha.

Nos anos de 2000, com o salário mínimo chegando a US\$ 83

<sup>245</sup>

A distribuição de renda por distrito baseou-se na renda dos responsáveis pelo domicílio.

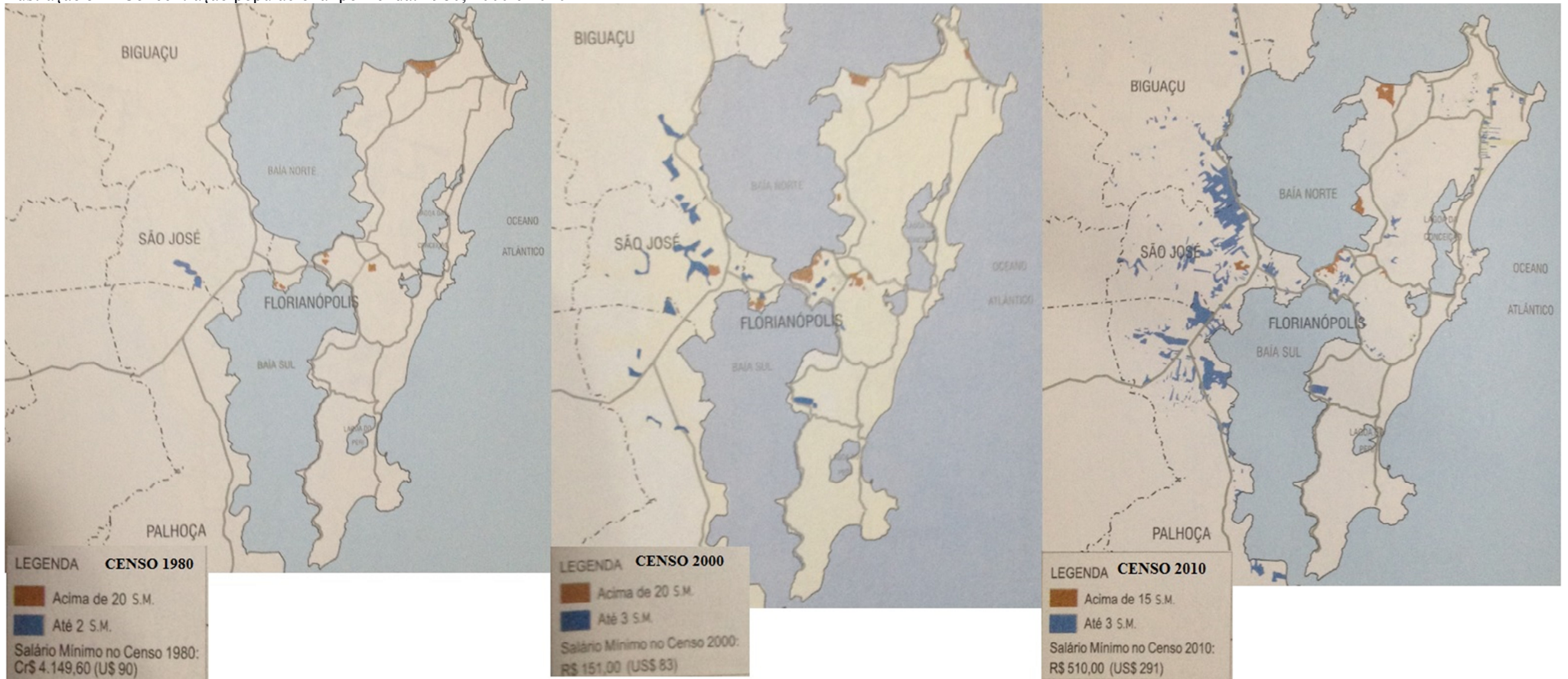
dólares, aumenta o número de pessoas com essa renda na cidade, e na área de estudo aparece à mancha marrom em Cacupé e na praia Brava.

Em 2010, temos o salário mínimo chegando a U\$291 dólares, uma política que fazia parte das medidas do presidente Lula de ativar a economia brasileira sobre os efeitos da crise mundial de 2008, aumentar o piso salarial para que houvesse mais consumo interno o que iria girar a economia.

Ao analisar, novamente a Ilustração 51, referente a 2010 há um crescimento de pobreza na área conurbada de Florianópolis, como Biguaçu, São José e Palhoça. Dentro da Ilha no maciço do Morro da Cruz na área Central, no Saco Grande e Monte Verde, e em Canasvieiras e Ingleses. Por outro lado, Jurerê Internacional e Cacupé aumentara a mancha marrom da população que ganha mais de 15 SM, e onde ficam alguns empreendimentos de alto padrão.

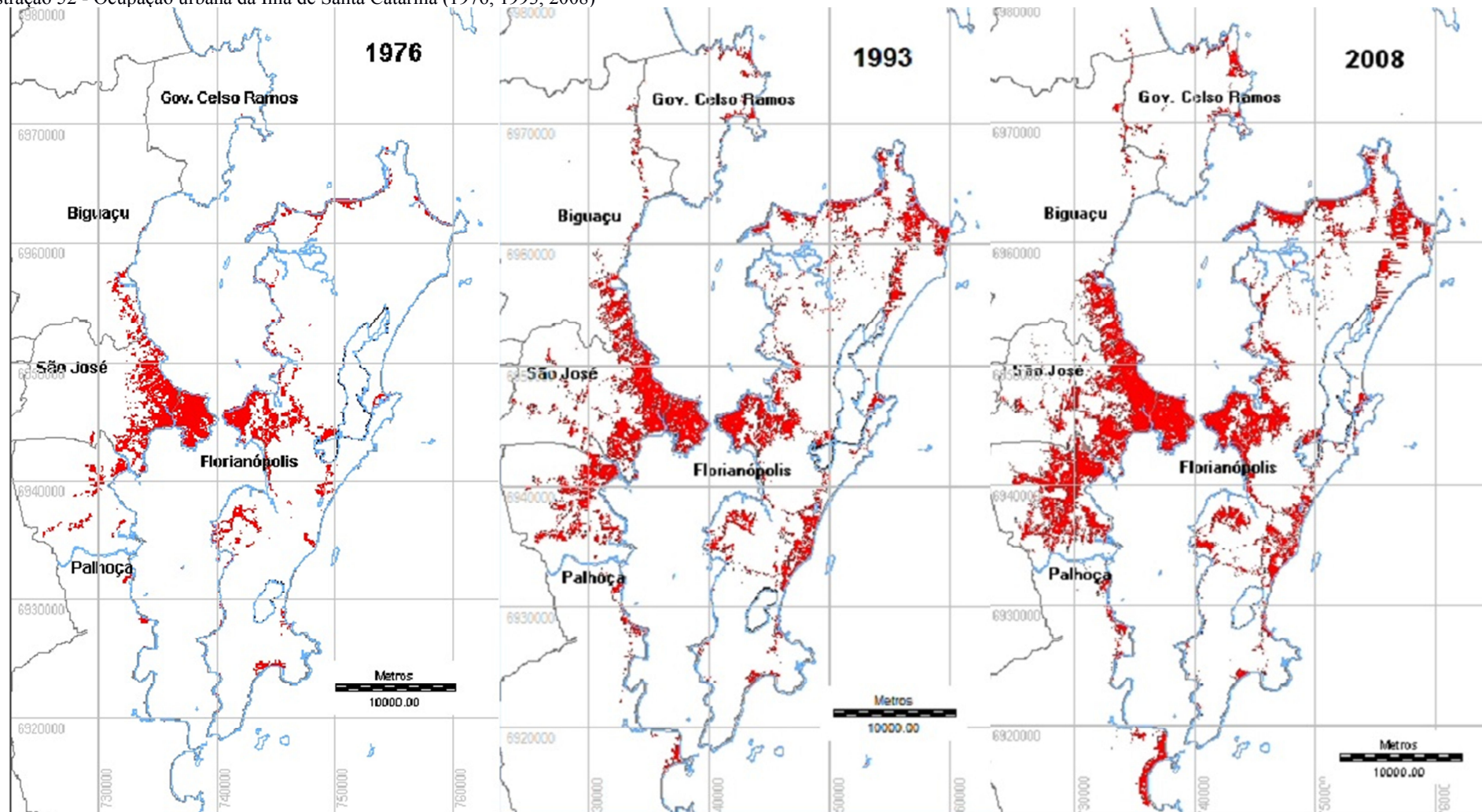
A diferenciação de renda poderia ser um exemplo para a teoria de Castells, em seu livro a Questão Urbana, no sentido de que quando este autor trata da segregação urbana teoriza que: “A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais de distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seu status profissional, nível de instrução [...]” (Castells, 1979, p.249).

Ilustração 51 - Concentração populacional por renda: 1980, 2000 e 2010



FONTE: SUGAI, 2015, p. 212, 214 e 215. Mosaico feito por Giselli Ventura.

Ilustração 52 - Ocupação urbana da Ilha de Santa Catarina (1976, 1993, 2008)



FONTE: Laboratório de Geoprocessamento GCN-UFSC. Mapas elaborados por Joel G.R.M. Pellerin. Mosaico montado por Giselli Ventura de Jesus.



O município de Florianópolis também apresenta inúmeros locais de concentração de população de baixa renda, contudo, os dados Censitários permitiram dar essa visão mais clara da desagregação dessa população. Afinal, “É preciso considerar ainda que as periferias das metrópoles cresceram mais que os núcleos centrais, o que implica aumento relativo das regiões pobres” (Maricato, 2000, p. 25). A capital tendo um dos m<sup>2</sup> mais caros do Brasil, acabou levando muitos a residirem na região conurbada o que justificaria o aumento de manchas azuis (faixa de até 3 SM) em 2010.

Cabe ressaltar que esses índices devem ter sido alterados em algumas regiões tanto ao norte como no sul. Ao norte empreendimentos de altíssimo padrão como os existentes em Cacupé, e em grande parte do Distrito de Santo Antônio onde apresenta uma tecnologia de alto padrão como é o caso dos

condomínios St.Barth, Floripa, Loft, Cacupe, Riviera [...] que trazem um novo conceito de morar no que há de mais moderno em tempos de tecnologia. Entre as inovações, estão guaritas blindadas, controle de residência à distância por meio de computadores de bolso, fechadura com registro digital (KÖRBES, 2008, p.98).

Esses investimentos estão à frente muito deles até mesmo das construções de alto padrão de Jurerê Internacional. No sul o Campeche vem ganhando cada vez mais investimento de alto padrão.

A **Ilustração 52** apresenta a mancha urbana de Florianópolis e sua região conurbada, um desenvolvimento na ocupação do solo, comprovando que esse crescimento se dá constantemente. Referente à área de Estudo, a porção Norte, acabou tendo um crescimento urbano contínuo, o que chama a atenção é o aumento da ocupação urbana em torno da SC-401, isso motivada pela instalação de empreendimentos comerciais e de empresas de tecnologia, como também o Governo do Estado.

A dinâmica dos investimentos na Ilha na área da construção civil pode ser vista nos dados fornecidos pelo Sindicato da Indústria da Construção- SIDUSCON. O número de autorizações para a construção nas principais regiões, agregadas em 4 (Norte, Leste, Oeste, e Sul), conforme a proposta da pesquisa demonstra o potencial de cada uma delas, umas mais residenciais e outras mais ligadas aos setores econômicos como o de comércio e serviço, ou mesmo a indústria de

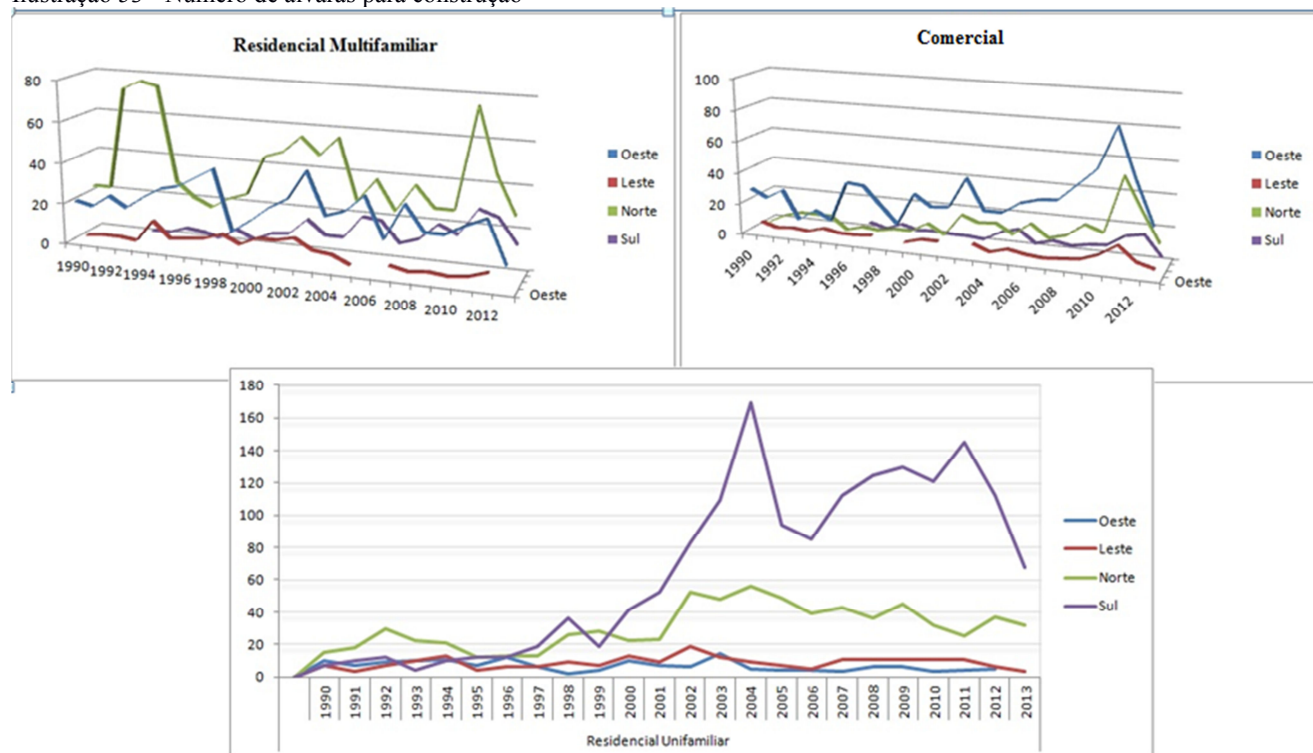
tecnologia. Na **Ilustração 53**, aparecem três tipos de imóveis definidos pela SIDUSCON: os comerciais, os residenciais Unifamiliar (casas), e os Multifamiliar (apartamentos).

Na Ilustração 53, referente aos imóveis **Comerciais** a parte Oeste, ou seja, o distrito centro de Florianópolis é o que apresenta um maior índice, o que se justifica pelo fato de a anos ter tradição nesse comércio terciário, com a presença de vários prédios administrativos, estatais, como de outros órgãos públicos, assim como outras atividades.

Já os gráficos das **residências unifamiliar** tiveram um forte crescimento no sul da Ilha, por exemplo, a planície do Campeche se vê do dia para a noite saírem cada vez mais casas, além do adensamento que vão ocorrendo nessa planície do Ribeirão. O Norte segue em segundo, depois a Lagoa e por último o Centro.

O curioso é que o Centro vai ter o menor crescimento da **residência unifamiliar** se comparado com a **residência multifamiliar**, o que se explica devido ao intenso processo de verticalização que vem sofrendo a área central da cidade. Ficando em segundo o Norte com a construção de pequenos prédios, e o sul ganhando espaço com as construções unifamiliar no início dos anos de 2000. Esse aumento significativo do sul, superior ao Norte da Ilha é perceptível devido ao intenso processo de ocupação e de construção de casas na planície do Campeche.

Ilustração 53 - Número de alvarás para construção



FONTE: SIDUSCON.





Cabe destacar que os dados apresentados pela SIDUSCON, são de empresas associadas ao sindicato, e que nem todas as construtoras contribuem para montar a estatística. Além, de outro fator, de muitas construções “Unifamiliar” contratarem um arquiteto ou engenheiro particular e terceirizar a mão de obra, o que novamente não entraria nos dados. Ao cruzar com as informações da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano -SMADU (2015), na Tabela 9, a Porção Norte da Ilha apresenta na década de 2000 a concessão de 45 licenças para construção, e a Porção Sul 29.

Mas, as saídas de campo para ambas as regiões provam que a planície do Campeche vem tendo um avanço considerável na construção de casas, sobretudo os loteamentos a margem da Rodovia SC-405 no sentido Campeche Ribeirão, e na SC406 a rodovia que liga o Rio Tavares a Lagoa, os quais apresentam grandes glebas de terras, assim como no Norte da Ilha. Em 2015, os jornais locais denunciaram as constantes construções irregulares, sobretudo nos Ingleses o líder em denúncias. Essas informações são confirmadas em conversas com funcionários da parte de fiscalização realizada em outubro de 2015.

Apesar de o sul ter ficado por muito tempo no esquecimento, vai demonstrando que vem ganhando espaço. Já em relação ao turismo continua o norte como o grande protagonista da alta temporada de verão. Os empreendimentos de alto padrão estarem em sua maioria na Porção Norte, era uma tentativa de fazer com que a atividade turística de alto padrão pudesse ser voltada para os balneários da área de estudo.

Segundo a entrevista com José Carlos Daux (BITENCOURT, 2005),b referente ao seu investimento em Canasvieiras:

Quando eu comecei a pensar nesse local como ponto de referência turística, encomendei para a universidade uma pesquisa [...] Constataram o seguinte, que a temperatura da água em fevereiro a noite, é maior que a temperatura do ar. Isso quer dizer que você pra se esquentar tem que tá na água. Isso não existe, não tem tubarão, água quente sempre tem tubarão, aqui não tem, não tem borrachudo[...] não é apenas adequado é raro (BITENCOURT, 2005, p.95).

José Carlos Daux vai ser o interlocutor entre os turistas Argentinos e o balneário de Canasvieiras, segundo ele descreve, isso ainda nos fim da década de 1970, já que segundo o empresário as economias das décadas seguintes não contribuíram para o turismo

nacional. Essa ideia de atrair os argentinos surge quando ele descobriu navegando que

uns argentinos que vinham fazer pesca submarina. Na falta de hospedagem, eles se alojavam nos barcos de pescadores, porque não tinha outra maneira [...] foi então que passei a viajar para a Argentina todos os anos [...] Eu colocava anúncio no La Nación e ficava atendendo o telefone [...] eu ia lá na Argentina [...] eles me convidavam para ir no palacete que eles viviam. Naquela época, o dólar valia uma fortuna e aqui só vinha argentino milionário [...] do mais alto nível (BITENCOURT, 2005, p.114).

Na sua dissertação SUGAI (1994) ressalta que o Plano Diretor desse período dos anos 70 considerarem os balneários de Canasvieiras e Jurerê como um dos grandes protagonistas do desenvolvimento turístico da Ilha. Porém, esta região acaba ficando “relegada ao sexto lugar na lista de prioridades de ação” (SUGAI, 1994, p.99).

Como nada funciona sem que os administradores do poder político queiram, SUGAI (1994) aponta para o fato de o Governador do Estado nesse período ser Aderbal Ramos, e como este era proprietário de muitas terras no norte da Ilha, fez com que o governo do estado ignorasse as orientações das leis municipais do Plano Diretor vigente no período, canalizando os investimentos públicos ocorre maciçamente na porção norte da ilha.

No século XX, diferentemente dos séculos anteriores onde o Norte se destacava mais do que a Porção Sul e a Porção Leste da Ilha, devido aos seus aspectos naturais das baías protegidas, ótima para o navio que aportavam, assim como a parte oeste, mas que ao contrário do Centro da cidade apresentava uma concentração maior no número de pequenos produtores fornecedores de produtos básicos. Passa no século XX e XXI, sobretudo após os anos de 1960, momento este em que o condicionante político atrelado à máquina estatal de financiamento, tanto em infraestrutura como de crédito, passa a interferir no desenvolvimento local de acordo com os interesses particulares de uma “elite florianopolitana”.

Como relatado no subcapítulo “o setor turístico”, o turismo nasce a partir do interesse de uma elite que acaba investido no setor hoteleiro e na atividade turística. Esse setor turístico está atrelado ao desenvolvimento da construção civil, em que o governo Estadual e

Municipal dá incentivo através da oferta de crédito, utilizando recursos da poupança para expandir a cidade, sobretudo o interior da Ilha. Para tanto, novamente o estado fornece também infraestrutura para que tais investimentos, por uma seleta “elite florianopolitana” vinculada ao poder político possa tornar ainda mais rentável os investimentos imobiliários.

**As praias do norte foram de início as mais valorizadas**, por certo pelas suas condições naturais e maior facilidade de acesso, apesar das estradas precárias. **Sua ocupação pelas elites da capital, no entanto, facilitou a implantação de alguns serviços de infraestrutura e a construção da rodovia, principal fator do desenvolvimento turístico da área, com a instalação dos serviços complementares inerentes a esta atividade, e o consequente crescimento da pressão imobiliária nos seus balneários** (LAGO, 1996, p.70-72). (*grifo meu*)

O mercado imobiliário da Ilha e a construção civil passaram por várias fases de crescimento como os anos de 1970, 1990 e 2000 considerado o grande “boom imobiliário” (CAMPOS, 2010).

Desde o “primeiro *boom* imobiliário” da década de 1970 (CAMPOS, 2011), o empresário Fernando Marcondes de Mattos<sup>246</sup>, que assumiu vários cargos políticos na década de 1960, época de financiamentos fáceis e de apropriação de terras públicas pela IRASC, relata que nos anos de 1970, Florianópolis apresenta

<sup>246</sup> “Setor Público: Assessor Técnico do Governo do Estado de Santa Catarina (1962 a 1965); Assistente Técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (1962 a 1965); Técnico do Conselho de Desenvolvimento de Extremo-Sul – Codesul (1963 a 1965); Diretor Financeiro da Sociedade Termoeletrico de Capivari S.A – Sotelca (1965 a 1971); Diretor Financeiro da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul (1969 a 1973); Secretário de Planejamento do Município de Florianópolis (1988); **Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina no período de 15 de março de 1991 até 18 de novembro de 1992**). Em 1986, foi candidato a Vice-Governador de Santa Catarina pelo PFL, ao lado do candidato ao Governo, Wilson Kleinübing”. Disponível: [http://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/18/Fernando\\_Marcondes\\_de\\_Mattos](http://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/18/Fernando_Marcondes_de_Mattos), acessado em fevereiro de 2017.

[...] tantos prédios, tem-se opinião diversa. Tem-se ideia de uma cidade que cresce aceleradamente. [...] deve-se indagar se realmente houve um crescimento econômico expressivo em Florianópolis, ou, então, se a aplicação da quase totalidade da poupança local em investimentos imobiliários provocou uma mudança na fisionomia urbana (MATTOS, 1973, p.169).

Mattos (1973) fala se realmente havia um crescimento urbano, pois a crise do petróleo em 1973 trazia uma retração na economia brasileira. No caso de Florianópolis independente da conjuntura econômica nacional a indústria da construção civil conseguia a se adaptar, o que a torna ainda hoje como uma das principais atividades econômicas da Ilha. Inclusive, um dos dois principais resorts em Santa Catarina, o Costão do Santinho situado no Norte da Ilha é de Marcondes de Mattos e é inaugurado em dezembro de 1991, um dos períodos áureos da construção civil florianopolitanas. E como se destacava a economia brasileira nesse período?

Na década de 1990 inicia o Desmonte do Estado no Governo de Fernando Collor de Melo<sup>247</sup> continuando no de Fernando Henrique Cardoso. Ambos os Fernando aplicaram a política neoliberal através das privatizações, e diminuição nos gastos sociais.

O programa de estabilização econômica, o Plano Real, teve como objetivo controlar a inflação aplicando uma política macroeconômica com base no tripé: câmbio Flutuante (deixando o dólar flutuar mais), responsabilidade fiscal e metas para a inflação. Todas essas medidas

Resultando na valorização do câmbio frente ao dólar, aumento da dívida interna e externa, elevada taxa de juros, política que desestabilizou o sistema produtivo brasileiro, pois “liquidou boa parte da burguesia nacional, industrial e financeira, e excluiu socialmente, via emprego e terceirização, uma grande parcela assalariada formal”, gerando, no final da década de 1990, “milhões de “novos pobres” que reconstituíram o

<sup>247</sup> O “Plano Collor II” (1991) teve como políticas neoliberais, por exemplo a abertura generalizada das importações, ao mesmo tempo reduziu as alíquotas de importação, e o amplo programa de privatizações da: VASP, SIBERBRÁS, USIMINAS, e CSN.

exército industrial de reserva” (SINGER, 2000, p. 14-18).

No final da década de 1990, um conjunto de investimentos dentro de um caráter viário “determinou repercussões na área intraurbana favoráveis à ampliação dos processos segregativos e a **transferência de milhares de famílias de alta renda para Florianópolis**” (SUGAI, 2015, p.147) (*grifo meu*)

Mesmo o Governo de Fernando Henrique Cardoso ter sido o que menos investiu em infraestrutura, devido à aliança “política favoreceu os acordos e os arranjos políticos entre o governo federal e os poderes executivos locais que faziam parte dessa base aliada, o que garantiu os recursos, através dos empréstimos externos e do orçamento da União” (SUGAI, 2015, p.147). Ressaltando que uma das medidas implementadas na década de 1990 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil foi a Lei de Responsabilidade Fiscal o que impedia os Estados e municípios gastarem menos que arrecadavam, mas com a aliança política das bases foi permitido esse empréstimo.

Essa aliança consistia entre a “prefeita de Florianópolis Ângela Amim (PPB) [...] o ex-governador Vilson Kleinunbing (PFL), o ex-senador e então governador Esperidião Amim (PPB) e o ex-governador e senador Jorge Bornhausen (PFL)” (SUGAI, 2015, p.147). Se observar essa oligarquia no poder desde a república velha como os Bornhausen influenciaram em todo o processo de uso e ocupação do solo na Porção Norte da Ilha.

A hegemonia de uma pequena parcela da classe social do país se sentia representada pelas medidas do presidente Fernando Henrique. “Essa expansão do poder de classe, definida pela ampla articulação política e ancorada na estabilidade monetária” (SUGAI, 2015, p.146) deu alicerce a um modelo econômico dessa pequena classe hegemônica, como o corte de gastos em políticas sociais, redução dos direitos trabalhistas, reformas constitucionais. Medidas essas que nos remete ao atual governo do presidente Michel Temer.

Inclusive em um dos vídeos divulgados pela Procuradoria Geral da República referente à delação premiada de, Emilio Odebrecht no caso “Lava-Jato”<sup>248</sup>, relata que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o

248 Disponível: <http://www.valor.com.br/politica/4938090/emilio-diz-que-deu-ajuda-de-caixa-oficial-e-nao-oficial-fhc>, acessado em abril de 2017. Divulgado no Jornal Valor Econômico (13/04/2017). A transcrição de uma parte da fala do empresário de uma das maiores empresas brasileiras se refere

que menos investiu em infraestrutura durante o seu governo.

Ao contrário de Lula, que em seu segundo mandato iniciou vários projetos voltados ao Desenvolvimento do Brasil e investimento em infraestrutura, uma área muito deficitária, como a de portos, por exemplo, que ficou há anos sem se modernizar sendo que qualquer país precisa exportar para garantir e fortalecer a sua economia internas.

O governo iniciou 2006 com uma política macroeconômica expansionista tanto do ponto de vista fiscal quanto monetária. O governo promoveu um aumento recorde do valor real do salário-mínimo (14%) e continuou na mesma direção nos anos seguintes [...] O governo também ampliou seu investimento em infraestrutura, primeiramente mediante o aumento emergencial do gasto com reparação de rodovias, na chamada Operação Tapa-buracos de 2006 e posteriormente com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007” (BARBOSA, 2013, p.75).

Muitos investimentos em infraestrutura, ou mesmo do PAC em Florianópolis como a ampliação e modernização da Rua Padre Rohn em Santo Antônio de Lisboa, ou mesmo a duplicação da SC-403 que dá acesso aos Ingleses tem o intuito de beneficiar alguns setores da construção civil.

O financiamento de imóveis através do programa Minha Casa Minha Vida<sup>249</sup> do PAC que surge em 2007, não conseguiu solucionar a questão da moradia no Brasil, mas a amenizar as distorções que existiam.

Essa segregação de alguns espaços na Ilha são bem presentes, como já descrito principalmente nos condomínios de alto padrão. Essa

---

justamente a de um governo que não investiu em infraestrutura: **“Foi o presidente na realidade que não fez investimento, a grande crítica a Fernando Henrique é que não houve investimento na área de infraestrutura [...] foi o presidente que menos investiu [...] porque ele tinha um ministro na fazenda competente, séria [...] que tinha uma mão de muquirana [...] não houve investimento na área de infraestrutura”** (fala de Emílio Odebrecht).

<sup>249</sup> O Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa lançado em 25 de março de 2009 através da medida provisória nº459 que dá sustentabilidade a Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009, atendeu a milhares de famílias brasileiras.

“segregação” é importante para o mercado especulador, e para a renda da terra que acaba tornando algumas terras na Ilha, uma mercadoria para poucos, como é o caso de grandes empreendimentos como o de Jurerê Internacional.

Porém, o setor imobiliário no Governo do PT não apenas atendendo a classe alta e média, mas também a classe baixa como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), faixa 1. O programa passou ao longo do seu amadurecimento atender as várias faixas das camadas sociais, não apenas de baixa renda, conforme reportagem de 2014: “Hoje vemos dezenas de empreendimentos em construção, desde o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, até o de alto padrão, com imóveis de luxo sendo construídos em Florianópolis, São José e Palhoça” (Jornal Notícias do Dia, 08 a 14 de agosto de 2014, p.06).

Essas medidas adotadas pelo presidente Lula entre 2006 e 2008, uma “política macroeconômica mais expansionista, com foco na aceleração do crescimento e no aumento do emprego e do investimento [...] (foram) medidas para combater os impactos negativos da crise internacional iniciada no final de 2008” (BARBOSA, 2013, p.70).

Essa expansão devido à demanda doméstica refletiu o impacto de três fatores sobre a economia brasileira. Em primeiro lugar [...] a taxa de câmbio continuou a cair de 2006 a 2008, o que, por sua vez, ampliou o poder de compra das famílias e barateou os bens de capital, gerando um aumento do consumo e dos investimentos privados. Em segundo lugar, o aumento do investimento público e do investimento por parte da Petrobrás teve forte efeito de “arrasto” sobre toda a economia. Em terceiro lugar, a aceleração do crescimento aumentou os lucros e salários num contexto de redução na taxa de juros e gerou uma expansão no crédito, que aumentou de 28%, em 2005, para 40% do PIB, em 2008” (BARBOSA, 2013, p.76).

As medidas tomadas antes a crise mundial de 2008 alavancou o crescimento da economia brasileira, principalmente porque a “elevação nos preços das *commodities* em 2006 e 2007” (BARBOSA, 2013, p.75), permitiu ao Governo Lula iniciar investimentos pesados em setores estratégicos como o de infraestrutura através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado em 2007.

O Programa MCMV<sup>250</sup>, foi a princípio “destinado a impulsionar a construção de moradias como forma de reagir à anunciada crise internacional de eclodiu em outubro de 2008 “ (MARICATO, 2012, p.58).

O acesso ao crédito e o incentivo de programas como o Minha Casa Minha Vida motivaram a economia interna frente à crise internacional. No caso de Florianópolis, tendo em sua maioria uma classe média formada por funcionários públicos com estabilidade permitia uma maior obtenção de crédito, o que acabou estimulando setores como o comércio e o da construção civil.

Ao analisar as medidas tomadas por Lula, principalmente o acesso ao crédito, inclusive as camadas de baixa renda, nos remetemos à questão já apontada por Ignácio Rangel na década de 1970, a renda da terra que ele intitulou como a “quarta renda”. Rangel (2005) defendia a estruturação do sistema financeiro nacional com o intuito de fornecer a transferência de recursos, através da poupança nacional criada nos setores de recursos ociosos, e estes serviriam para efetivar o investimento nos pontos de estrangulamento da economia, criando um novo ciclo interno de crescimento.

Foi o que aconteceu, mesmo diante da crise mundial de 2008, o presidente Lula investiu internamente com o acesso ao crédito, o que gerou confiança por parte da população aumentando o consumo, com isso a economia interna até cresceu diante do cenário internacional. E várias famílias puderam adquirir sua casa própria.

Na Tabela 12, percebe-se que há ainda muito a ser investido, mesmo Florianópolis, está apresenta mais de 70% da população tem moradia própria, igual à média nacional. A classe média em geral é

250 “Do ponto de vista social, a lógica do MCMV foi ampliar a rede proteção e inclusão social construída pelo governo federal com o acesso subsidiado à moradia para a população mais pobre. O MCMV foi realizado de duas formas, uma direta e outra indireta. Na via direta, o governo federal contratou a construção de moradias junto ao setor privado e, em cooperação com os governos estaduais e municipais, alocou essas moradias para a população de baixa renda mediante um pagamento simbólico de prestações por parte dos mutuários. Na via indireta, o governo utilizou recursos próprios e recursos excedentes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para subsidiar o financiamento de imóveis populares para a população de baixa renda. Nesse caso a iniciativa partiu do mutuário e das construtoras, com o governo oferecendo subsídios na entrada e na taxa de juro do financiamento imobiliário” (BARBOSA, 2013, p.83). (*grifo meu*)



proprietária do seu imóvel tendo muitas vezes um segundo como residência sazonal (temporada), ou para aluguel.

Tabela 12 - Condição de ocupação dos domicílios em Florianópolis

| Moradia      | Florianópolis  |       | Santa Catarina   |       | Brasil            |       |
|--------------|----------------|-------|------------------|-------|-------------------|-------|
|              |                |       |                  |       |                   |       |
| Próprio      | <b>80.901</b>  | 77,9% | <b>1.190.558</b> | 79,4% | <b>33.306.136</b> | 74,4% |
| Alugado      | <b>17.717</b>  | 17,1% | <b>187.957</b>   | 12,5% | <b>6.403.325</b>  | 14,3% |
| Cedido       | <b>4.936</b>   | 4,8%  | <b>113.522</b>   | 7,6%  | <b>4.532.093</b>  | 10,1% |
| Outra Forma  | <b>266</b>     | 0,2%  | <b>6.705</b>     | 0,4%  | <b>553.547</b>    | 1,2%  |
| <b>TOTAL</b> | <b>103.820</b> |       | <b>1.498.742</b> |       | <b>44.795.101</b> |       |

FONTE: SEBRAE<sup>251</sup>, 2010, p.30.

Em 2009 “o governo federal lançou um amplo programa de investimento habitacional [...] o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) [...] iniciou a construção de um milhão de unidades habitacionais em 2009 e 2010 e, dessa forma, incentivou fortemente o crescimento da construção civil no período” (BARBOSA, 2013, p.83). A intenção do governo Lula, dentro de uma visão macroeconômica, era incentivar um dos setores que mais emprega amortizando os efeitos da crise, como o desemprego, ao mesmo tempo em que movimentava o mercado interno, principalmente o da construção civil. Na Ilha, segundo relato do setor imobiliário, foi um dos melhores anos no setor foi em 2010.

Além disso, o Governo Federal incentivou e apoiou a “formação de capital por parte do setor privado” e, concomitantemente, aumentou o investimento em infraestrutura, como os vinculados ao PAC, dando uma série de

desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no Brasil [...] **uma das principais desonerações do PAC foi a criação de um regime tributário especial para micro e pequena empresas, o Simples Nacional,**

<sup>251</sup>

Teve como fonte de dados da pesquisa do SEBRAE foi IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, Censo Demográfico 2000.

que consistia na combinação de tributos federais, estaduais e municipais numa alíquota única sobre o faturamento. O Simples Nacional representou uma simplificação e desoneração tributária para pequenos negócios, que correspondem pela maior parte dos empregos da economia brasileira. Assim, além de racionalizar e reduzir a tributação, o Simples Nacional estimulou a formalização de micro e pequenas empresa, aumentando a formalização do mercado de trabalho brasileiro (BARBOSA, 2013, p.78). *(grifo meu)*

Mas não foi apenas às micros e pequenas empresas que se beneficiaram dos incentivos tributários, as desonerações para o setor produtivo como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industriais), sobre os bens de capitais, fizeram toda a diferença na política governamental de Lula em 2008, ao estimular o consumo interno da população.

Outro ponto forte do adotado pelo governo Lula foi à valorização do salário mínimo, pois ele acreditava que isso iria estimular o consumo interno dos bens duráveis, alavancando dessa forma também o consumo interno e dando giro a economia.

O Censo do IBGE tem como base o salário mínimo (SM) brasileiro e o quanto ele corresponde ao dólar, para saber a renda média de uma família. Diante disso, se comparamos o SM década de 1980, momento agudo de crise economia e uma alta da inflação o salário mínimo era de US\$ 90 dólares<sup>252</sup>. Comparando com a década de 1990 o salário era de US\$ 83. A que preço conseguiu controlar a nossa inflação durante o Governo de FHC? Ao custo de uma dívida externa com o FMI e a aplicação de políticas neoliberais que aumentaram a diferenciação social, e o consumo interno não chegou nem perto do governo que se segue, o voltado ao investimento interno. O salário mínimo no governo Lula, segundo estimativa do IBGE chegou a US\$291 dólares, o maior de todos os tempos.

No caso, de Florianópolis por ser uma cidade que tem como principal setor econômico o comércio isso fez com que a economia local sofresse um reaquecimento. Como também outros setores importantes na Ilha como o da construção civil e o de tecnologia, ambos em 2008 “especialmente para os setores da construção pesada associada à

infraestrutura, bem como para setores de maior intensidade tecnológica” (BARBOSA, 2013, p.79) ganharam incentivos tributários.

Os dois primeiros anos do governo de Dilma, a partir de 2011, também

iniciou um amplo programa de concessões de infraestrutura, de modo a reduzir custos e aumentar a competitividade internacional do Brasil. Essa iniciativa ampliou as concessões de rodovias e ferrovias previstas no PAC, bem como incluiu portos e aeroportos no programa brasileiro de concessões (BARBOSA, 2013, p.89).

Os reflexos dessas concessões na capital tiveram o aeroporto internacional Hercílio Luz, que com o atual governo Temer deu prosseguimento, mas que infelizmente nenhuma empresa brasileira participou da licitação. Isso é um reflexo da investigação da operação “Lava-Jato”, que desqualificou as principais empresas nacionais ligadas a grandes obras de infraestrutura.

As políticas neoliberais de abertura ao capital financeiro e de empresas estrangeiras são características do atual governo provisório, após o golpe. Os problemas de essas licitações é que empresas estrangeiras terão setores estratégicos em suas mãos por alguns anos, além do capital de giro voltar aos países dessas empresas não incentivando a economia interna brasileira.

Apesar da crise econômica apresentada de forma mais profunda no Governo Dilma a partir de 2012, o setor da construção civil em Florianópolis consegue se manter diante das dificuldades.

Mesmo em 2014 o Brasil continuando a passar por dificuldades econômicas, a construção civil na Capital apresentava bom desempenho, (ANEXO V).

A Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil) da Grande Florianópolis comemora o desempenho do setor da região metropolitana da Capital como o mais significativo de Santa Catarina, com ritmo de desenvolvimento impressionante e constante nos últimos 10 anos, em especial depois de 2008. Naquele ano, contrariando as expectativas criadas em torno de uma crise econômica internacional, a região começou a experimentar um verdadeiro

boom de crescimento imobiliário. O auge foi em 2010, considerado o melhor ano de todos os tempos para o segmento (Jornal Notícias do Dia, 08 a 14 de agosto de 2014, p.06).

Os dados de alguns corretores imobiliários “[...] o aluguel em Florianópolis é cerca de 0,5% a 0,7% do valor da propriedade. Para ele, comprar o imóvel ainda na planta é, de fato, a melhor opção” (Jornal DC Classificados, 13 de abril de 2014, p. 02).

Um dos lugares apontados como um bom local para se investir é a Cachoeira do Bom Jesus próximo a Canasvieiras, onde a presença do Parque tecnológico promete trazer ainda mais investimento em infraestrutura e valorização para a região.

Segundo Dalton Andrade, o bairro Cachoeira do Bom Jesus, no Norte da Ilha, é o que mais vai valorizar nos próximos cinco anos em função do Sapiens Parque, condomínio de empresas de tecnologia e startups. -No passado, os imóveis desta região valorizaram 30%- acrescenta (Jornal DC Classificados, 13 de abril de 2014, p. 02).

Em 2015, segundo os dados divulgados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índice da Construção Civil- Sinapi calculado pelo IBGE, e em parceria com a Caixa:

A redução de 0,1% nos custos da construção civil em outubro, na comparação com setembro, não tirou Santa Catarina o título de Estado com maior crescimento em 2015 do Índice da Construção Civil, medido pelo IBGE. Neste ano os custos do setor aumentaram 8,75% EM Santa Catarina- no acumulado dos últimos 12 meses, o índice sobe para 10,12%. Os dois números estão acima da média do país- respectivamente 5,14% e 6,01% [...] Santa Catarina já tem o terceiro maior custo médio do m<sup>2</sup> entre os 27 entes da federação (Jornal Notícias do Dia, 7 e 8 de novembro de 2015, p.14).

Esse saldo positivo reflete também da mesma forma em Florianópolis. Por este motivo a renda da terra como a indústria da construção civil está sempre atenta no processo de elaboração do Plano

Diretor municipal da cidade, e como ocorrerá esse uso e ocupação do solo.

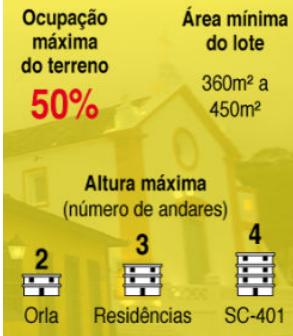
O atual Plano Diretor Florianópolis inicia sua elaboração em 2006, na gestão ainda do prefeito Dário Berger, mas só é aprovado em 2014 no mandato de César Souza Junior, através da Lei Complementar 482/2014. Contudo, diante das várias emendas aprovadas pela Câmara de Vereadores da capital, o Ministério Público e a Justiça Federal solicitaram que novas audiências públicas sejam realizadas em cada distrito, já que o plano foi elaborado de forma nucleada.

O atual prefeito Gean Loureiro, tendo de refazer algumas etapas do Plano novamente, devido a uma determinação da Justiça Federal e do Ministério Público, como as audiências públicas com a participação dos Órgão Gestores. O Plano passa agora pela elaboração da redação final, sendo marcado a última audiência em maio de 2017 para passar novamente pelos Gestores e ser encaminhado para a votação na Câmara.

Os mais de 10 anos para se finalizar este documento, se deve as várias críticas que foram apontadas ao longo da sua elaboração. O Jornal Diário Catarinense em maio de 2014 trouxe uma reportagem com uma série de apontamentos, e as opiniões acerca do plano, como a do secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Dalmo Vieira Filho, assim como de algumas lideranças de cada localidade.

Dentre do que foi lido, em reportagens, site da prefeitura com as atas das reuniões, e blogs de alguns vereadores, além dos relatos feitos por moradores das comunidades ao longo das entrevistas feitas na tese, se elaborou um com o objetivo de dar um panorama, Ilustração 54.

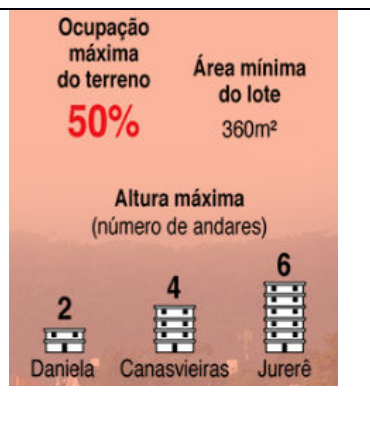
Ilustração 54 - O número de andares permitidos por Distritos

|   |   |
|---|---|
| <p>No de <b>Santo Antônio de Lisboa</b> esse plano diretor participativo seria a ideia distorcida que os técnicos estão elaborando em gabinete, pois tem de se considerar que a construção de prédios de até 4 andares provocaria um adensamento populacional que a infraestrutura viária não suportaria. O próprio relevo do bairro – bem acidentado, com a presença de morros, que começaram a ser fortemente ocupados no final do século XX – irá interferir nessa expansão.</p> |  <p>Ocupação máxima do terreno: <b>50%</b></p> <p>Área mínima do lote: 360m<sup>2</sup> a 450m<sup>2</sup></p> <p>Altura máxima (número de andares): <b>4</b></p> <p>2 Orla, 3 Residências, 4 SC-401</p> |
|---|---|

## Ilustração 54 (continua)

O **Distrito de Canasvieiras** tem como proposta o crescimento de uma nova centralidade na localidade de Canasvieiras, sobretudo visando a expansão urbana e comercial em torno do Sapiens Parque, o que causou discordância entre os moradores locais. No caso de Jurerê se intensifica as construções e se preserva Jurerê Internacional e a Daniela.

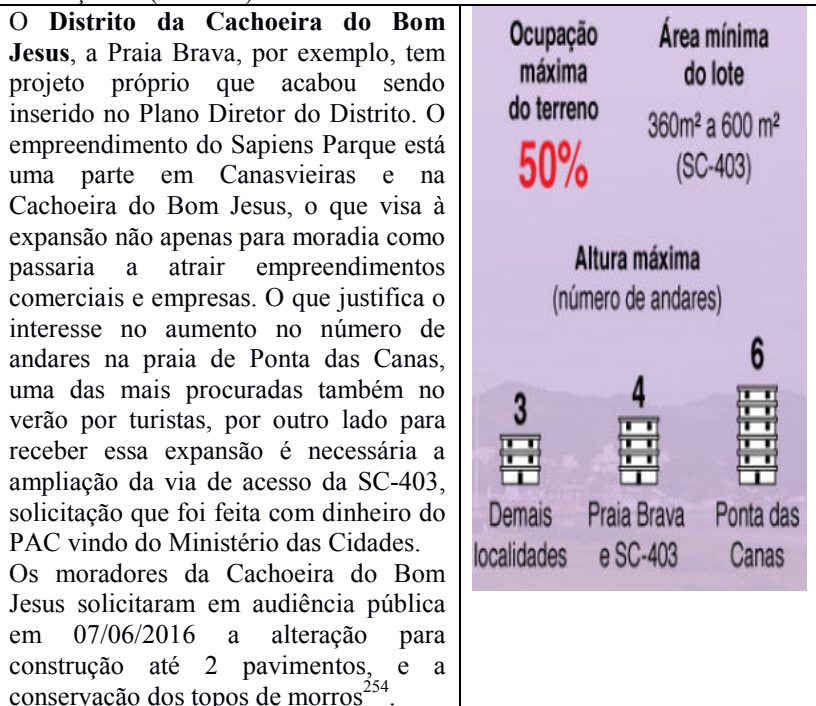
Na audiência pública de 31 de maio de 2016 a comunidade e os núcleos gestores solicitaram atenção para as áreas de expansão da comunidade<sup>253</sup>.



253

“Mais de 180 moradores do Distrito de Canasvieiras participaram do evento e reivindicaram, principalmente, a rediscussão das áreas que seriam destinadas, na proposta original, à expansão urbana da região. No entendimento dos representantes do distrito, é fundamental fazer um estudo completo da região antes da liberação para qualquer tipo de construção. Eles também defendem uma ampla discussão com a comunidade, em função da proximidade com Estação Ecológica de Carijós e das condições atuais de mobilidade e urbanização das comunidades da Daniela, Jurerê e Canasvieiras. Atenção especial também foi solicitada para as áreas que podem ser classificadas como de conflito ambiental, mas que já estejam consolidadas. A proposta é o reconhecimento dessa condição em alguns locais do distrito e a criação de uma comissão, com participação paritária, para a resolução de eventuais conflitos, evitando-se decisões unilaterais e garantindo que elas sejam baseadas no interesse das comunidades” (PMF, 2016). Disponível: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?pagina=notpagina&noti=17088>, acessado julho de 2016.

Ilustração 54 (continua)









254

Disponível:

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?pagina=notpagina&menu=3&noti=17139>, junho de 2016.

Ilustração 54 (continua)

|  |   |   |   |  |  |   |   |                 |                 |
|--|---|---|---|--|--|---|---|-----------------|-----------------|
| <p>No <b>Distrito dos Ingleses</b> se caracteriza por ser uma região residencial, mas também apresenta um centro comercial dinâmico. Ao Norte apresenta uma alta valorização dos imóveis, um mercado visado pela especulação imobiliária. Outros empreendimentos de alto padrão ao Sul no Santinho é o Costão Golfe. Em contrapartida a parte Sul apresenta ocupações irregulares como a favela do Siri, nas dunas. É uma das regiões, como a de Canasvieiras que mais atraia turistas no verão.</p> <p>Os Ingleses na audiência pública de 14 de junho de 2016 “A comunidade pediu a preservação das encostas dos morros, das dunas e da lagoa do Jacaré, com a criação de parques que possam ser visitados pelos moradores e turistas e que contribuam com a preservação do meio ambiente. Também foi solicitado o incremento da fiscalização das construções na região, para que seja garantida a qualidade de vida da população” (PMF, 2016)<sup>255</sup></p> | <table border="0"> <tr> <td data-bbox="575 185 703 379"> <p>Ocupação máxima do terreno</p> <p><b>50%</b></p> </td> <td data-bbox="762 185 912 379"> <p>Área mínima do lote</p> <p>360m<sup>2</sup> a 450m<sup>2</sup></p> </td> </tr> <tr> <td colspan="2" data-bbox="620 427 852 507"> <p>Altura máxima (número de andares)</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="639 517 695 639"> <p><b>3</b></p>  </td> <td data-bbox="770 517 829 639"> <p><b>4</b></p>  </td> </tr> <tr> <td data-bbox="617 651 717 687"> <p>Santinho</p> </td> <td data-bbox="751 651 848 687"> <p>Ingleses</p> </td> </tr> </table> | <p>Ocupação máxima do terreno</p> <p><b>50%</b></p> | <p>Área mínima do lote</p> <p>360m<sup>2</sup> a 450m<sup>2</sup></p> | <p>Altura máxima (número de andares)</p> |  | <p><b>3</b></p>  | <p><b>4</b></p>  | <p>Santinho</p> | <p>Ingleses</p> |
| <p>Ocupação máxima do terreno</p> <p><b>50%</b></p>  | <p>Área mínima do lote</p> <p>360m<sup>2</sup> a 450m<sup>2</sup></p>   |   |   |  |  |   |   |                 |                 |
| <p>Altura máxima (número de andares)</p>   |   |   |   |  |  |   |   |                 |                 |
| <p><b>3</b></p>   | <p><b>4</b></p>    |   |   |  |  |   |   |                 |                 |
| <p>Santinho</p>  | <p>Ingleses</p>   |   |   |  |  |   |   |                 |                 |


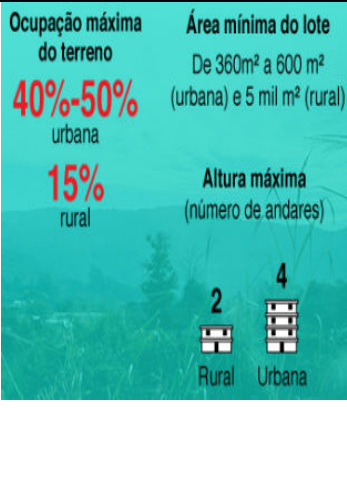
255

Disponível:

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?pagina=notpagina&noti=17175>, junho de 2016.



Ilustração 54 (final)

|   |   |
|---|---|
| <p><b>Distrito de Rio Vermelho</b> ainda apresenta muitas terras planas e grandes extensões de terras com aspectos rurais. Não apresenta muitas edificações altas, são mais construções residenciais. A SC-406 liga a comunidade até a Lagoa da Conceição, sendo que ao longo da rodovia se encontra o Parque Estadual do Rio Vermelho. O interessante é que nesse distrito não apresenta nenhuma “área de urbanização especial” ou “zona exclusiva”. Na audiência de 01 de junho de 2016 o núcleo Gestor pedia mais infraestrutura a comunidade<sup>256</sup>.</p>                                   |  <p><b>Ocupação máxima do terreno</b><br/> <b>30% a 50%</b> urbana<br/> <b>15%</b> rural</p> <p><b>Área mínima do lote</b><br/> 360m<sup>2</sup> a 600m<sup>2</sup> urbana e 5mil m<sup>2</sup> rural</p> <p><b>Altura máxima</b><br/> (número de andares)<br/> <b>3</b></p>                               |
| <p>O <b>Distrito do Ratonos</b> é o que apresenta o menor desenvolvimento e o com maior aspecto rural. Há a presença de pequenos produtores de hortaliças e de gado. Aos poucos estão surgindo condomínios fechados. Sua planície quartenária e alagada dificulta a sua expansão, além de parte pertence à reserva de preservação de Carijós. E assim como Santo Antônio e Canasvieiras apresenta uma “<b>Área de Urbanização Especial</b>”. Ratonos na Nova audiência pública em 21/06/2016 solicitava o cuidado com o uso e ocupação do solo e a preservação ambiental da região<sup>257</sup>.</p> |  <p><b>Ocupação máxima do terreno</b><br/> <b>40%-50%</b> urbana<br/> <b>15%</b> rural</p> <p><b>Área mínima do lote</b><br/> De 360m<sup>2</sup> a 600 m<sup>2</sup> (urbana) e 5 mil m<sup>2</sup> (rural)</p> <p><b>Altura máxima</b><br/> (número de andares)<br/> <b>2</b> Rural <b>4</b> Urbana</p> |

256 “Defende melhorias na infraestrutura urbana da comunidade, para que ela possa atender melhor os seus moradores e aproveitar seus atrativos turísticos e ambientais, desenvolvendo-se social e economicamente.” (PMF, 2016).

Disponível:

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?pagina=notpagina&noti=17098>, julho de 2016.

257 “Ratonos defende que as áreas de proteção ambiental (APL e APP) sejam fisicamente demarcadas e identificadas. Também propõe que este trabalho seja acompanhado de um sistema de gestão e controle ambiental a partir de uma base georreferenciada. A comunidade busca o melhor aproveitamento dos recursos que devem ser auferidos por meio da cobrança

FONTE: Jornal Diário Catarinense (janeiro de 2014)<sup>258</sup> e Prefeitura Municipal de Florianópolis (Junho de 2016).

Um das críticas ao conversar com funcionários públicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e alguns moradores dos bairros do Norte da Ilha é referente as “**Área de Urbanização Especial**” ou “**Urbanização Especial**”. Para nenhum deles fica claro qual o intuito dessas áreas senão o de estabelecer nessas regiões grandes empreendimentos vinculados à especulação imobiliária. Esses grandes empreendimentos seriam como o que foi implementado em Palhoça, intitulado “Pedra Branca”, formando quase um bairro, porém tem de se pensar nas vias de acesso e o quanto isso vai impactar contradizendo muitas vezes o interesse da comunidade.

Estas áreas estão presentes, na área de estudo ficando localizadas nos Distritos de Rationes, Santo Antônio como de Canasvieiras. Elas apresentam grandes glebas de terras, e todas passaram a ser consideradas como “**Área de Urbanização Especial**”(em azul na Ilustração 55) no Plano Diretor atual. Essas áreas não deixam bem claro o seu objetivo, apenas que poderão ser ocupada por projetos especiais devendo ser aprovado na Câmara de vereadores, e estas podem se transformar em uma nova centralidade.

Como fomos percebendo ao longo da tese, os interesses de uma seleta “elite florianopolitana” está diretamente atrelada às lideranças

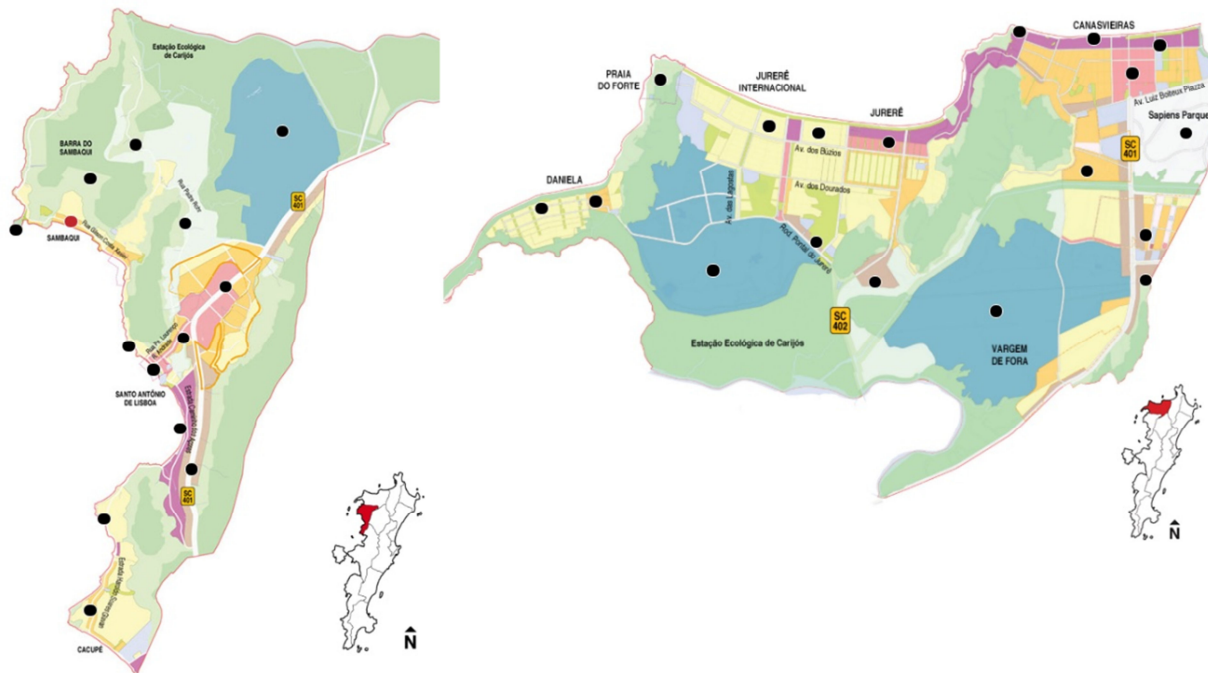
---

pelas outorgas onerosas, que é quando o empreendedor paga para construir além da área de seu terreno. Como não tem acesso ao mar, também quer aproveitar o potencial dos rios para a geração de desenvolvimento e garantir a regularização fundiária de toda a região. A preservação ambiental e paisagística das bordas d’água e a manutenção do reconhecimento de boa parte do distrito como área rural fazem parte das propostas da Prefeitura para Rationes, apresentadas pelo representante do IpuF Alexandre Félix. O Município também defendeu para o Distrito que sejam demarcadas áreas residenciais predominantes mistas nas proximidades da rodovia principal que corta o distrito e a criação de áreas de urbanização especial para a proposição de um processo de urbanização que priorize o uso sustentável do solo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS- PMF, 2016).

<sup>258</sup> <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/pagina/florianopolis-do-futuro.html>, acessado em janeiro de 2015, e <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?pagina=noticias&menu=4>, acessado em junho de 2016.

políticas locais, visto a aprovação das 600 emendas que alteraram o Plano diretor aprovado em 2014. Ou mesmo a operação “Ave de Rapina” deflagrada pela Polícia Federal, na qual vereadores beneficiavam empresários. Por este motivo não seria difícil e nem empecilho o fato de os projetos da Área de Urbanização Especial (AUE) serem aprovadas na câmara municipal.

Ilustração 55 - Áreas de Urbanização Especial no Norte da Ilha: Distrito de Stº Antônio e de Canasvieiras



FONTE: Jornal Diário Catarinense, 5 maio de 2014 p.28 e 6 de maio de 2014, p.24. Mosaico montado por Giselli Ventura de Jesus.

Essas “**Área de Urbanização Especial**” pouco se sabem realmente quem são seus donos, mas tem-se noção que estão ligados diretamente ao setor da construção civil.

O engenheiro e empresário “Toninho Ramos”, neto do ex-governador Celso Ramos, e proprietário também da construtora ACCR, assim como o seu primo Valério Gomes são os muitos empresários que estão acreditando e apostando na expansão da Porção Norte da Ilha.

O empresário Valério Gomes<sup>259</sup> tem prédios comerciais ao longo da SC-401 como o Office Parque Centro Empresarial, e a área do Primavera Garden Center e onde fica a ACATE (Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia). Ou seja, a família Ramos ainda mantém seus representantes no cenário político e econômico florianopolitano.

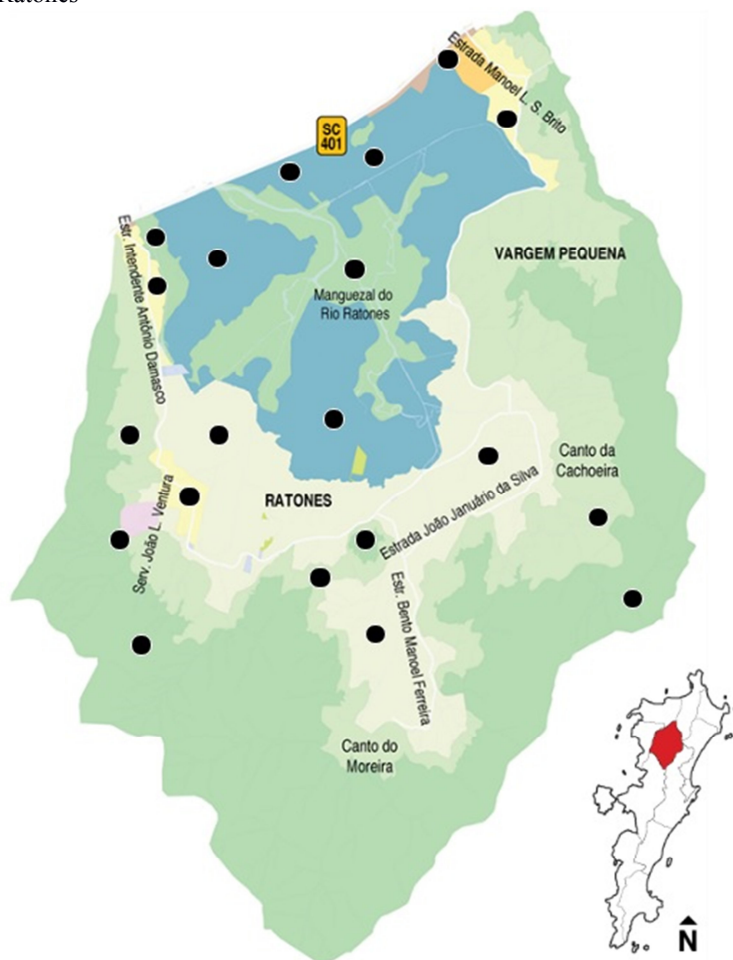
Referente à “**Área de Urbanização Especial**” no Ratoles, Ilustração 56, uma das mais cobiçadas, pois se situa próxima a SC-401. Esse terreno em 2014 foi invadido pelo movimento “Ocupação Amarildo de Souza”<sup>260</sup> reivindicando que se fizesse a reforma agrária dessas terras, o que acabou não ocorrendo.

Em fevereiro de 2017, uma dessas “Áreas Especiais” prevê um Parque Aeronáutico em Ratoles. O “projeto encabeçado pelo Grupo Costa Esmeralda e avaliado em R\$ 59,7 milhões, não foi aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU)” (Jornal DC, 22/02/2017). Mas, os empresários acabaram provocando um incêndio justamente nessa área destinada ao empreendimento em fevereiro de 2017.

<sup>259</sup> Sua família é proprietária da cerâmica Portubelo em Tijucas, mais um dos empreendimentos existentes.

<sup>260</sup> Jornal Diário Catarinense, 27 de abril de 2014, p. 35.

Ilustração 56 - Áreas de Urbanização Especial no Norte da Ilha: Distrito de Rationes



FONTE: Diário Catarinense, 10 de maio de 2014, p.22. Mosaico montado por Giselli Ventura de Jesus.

O vereador “Pedrão”<sup>261</sup> na sessão da Câmara de Vereadores de Florianópolis do dia 22 de fevereiro fez a denúncia do que estava

261

Disponível:

<https://www.facebook.com/pedraovereador/videos/769705733185403/>, acesso em fevereiro de 2017.

ocorrendo na comunidade de Ratonos, a queima irregular no terreno onde tem como objetivo implementar o projeto, visto que é uma comunidade tradicional e com aspectos rurais.

Segundo relato de um dos moradores da localidade de Ratonos:

Eles estimam que o volume de pousos e decolagens deve ser de 5 mil por ano, mas 70% deles será nos fins de semana. Ou seja, o barulho vai se concentrar nas sextas, sábados e domingos. O problema é o espaço para descer. A consultoria falou que deve ser uns três minutos para cada operação. Entendemos que muitos aviões vão ficar circulando. É um risco — conta Flávio. [...] Além do risco de acidentes \_ segundo Flávio há residências que ficarão a uma distância de 600 metros da cabeceira da pista, caso a obra saia do papel \_, os moradores ainda reclamam do desmatamento que será necessário para erguer o parque, levando em contra a fauna do local (Jornal DC, 22/02/2017)<sup>262</sup>.

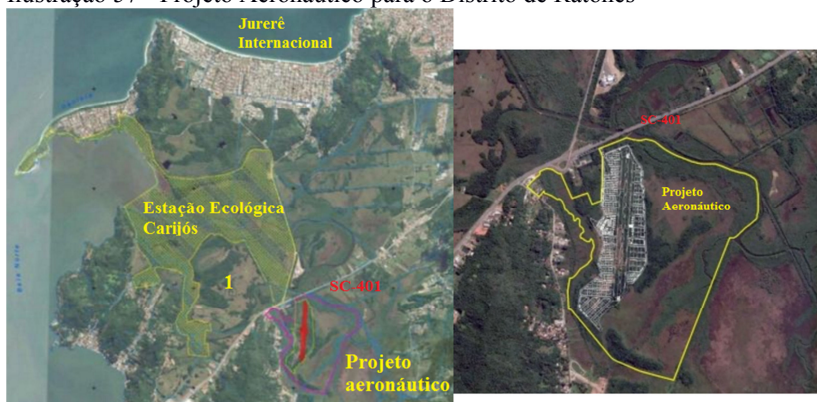
Se observarmos a Ilustração 60 com a outra Ilustração 57, podemos perceber que o empreendimento do Grupo Costa Esmeralda está justamente nessa “**Área de Urbanização Especial**” no Ratonos, além de estar próxima a Jurerê Internacional, o que atrairia para a região um fluxo maior de pessoas com alto poder aquisitivo que visam fugir do congestionamento. Isso facilitaria também a vida de muitos empresários que passam a semana em São Paulo, deixando suas famílias residindo na Ilha. Além disso, o transporte aéreo permitiria a muitos desses empresários chegarem em 50 minutos a São Paulo, atraindo cada vez mais esse público para Florianópolis.

<sup>262</sup>

Disponível:

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/projeto-que-preve-parque-aeronautico-em-ratonos-em-florianopolis-ainda-nao-foi-aprovado-9728181.html>, acessado em fevereiro de 2017.

Ilustração 57 - Projeto Aeronáutico para o Distrito de Ratonos



FONTE: Jornal Diário Catarinense, 22/02/2017. Mosaico montado por Giselli Ventura de Jesus.

Ainda sobre a AUE do Distrito do Ratonos, ao lado desse projeto aeronáutico fica a propriedade onde na década de 1980 se tentou introduzir o cultivo de camarão, terra que várias vezes foi invadida. Essa propriedade pertencente ao ex-deputado Artêmio Paludo, conforme descrito anteriormente na tese.

Outros três distritos que apresentam “**Área de Urbanização Especial**”- Urbanização Especial- é o Campeche, Pântano do Sul e o Ribeirão da Ilha, porém as maiores extensões dessas áreas continuam na Porção Norte da Ilha, o que passa a ser estimulada por ter uma maior infraestrutura e a grande artéria de acesso que é a SC-401, uma rodovia duplicada que atrai ainda mais investimentos e interesse da especulação imobiliária.

O que podemos perceber é que estas áreas situam-se justamente nas regiões que mais apresentaram crescimento na construção civil nos últimos anos, e onde há maiores extensões de terras. Ao mesmo tempo, elas receberam investimentos em infraestrutura com recurso do PAC. Como os casos mais recentes: do elevado do Rio Tavares, o elevado de Canasvieiras, a duplicação da SC-403, a aprovação do projeto BRT para a área central da Ilha que pretende expandir até Canasvieiras e para os municípios conturbados de Florianópolis, dentre outras obras.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>263</sup> iniciado

263

“O PAC também contém um amplo programa de investimentos em energia, com destaque para o aumento dos investimentos da Petrobras na



no segundo mandato do governo Lula, em 2007, ”consiste em uma série de investimentos prioritários em infraestrutura econômica e social que procura elevar a taxa de investimento na economia e começar a eliminar os principais gargalos logísticos do país” (BARBOSA, 2013, p. 75).

Apesar dos cortes de orçamento que a Presidente Dilma teve de fazer, anunciados em junho de 2015 ao Estado de Santa Catarina de 25, 9 milhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)<sup>264</sup>.

O PAC 2 do governo Dilma liberou recursos para Florianópolis investir no projeto de mobilidade urbana, “[...] a capital já recebeu do Ministério das Cidades mais de R\$ 6,8 bilhões em investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. Só o programa Minha Casa Minha Vida investiu mais de R\$ 81,2 milhões” (Portal Brasil, 24/11/2015).<sup>265</sup> Também procurou-se atender os interesses os interesses de vários setores como o da construção civil, dos empresários ligados ao turismo, de comerciantes, e de empresários das empresas de tecnologia. Setores fortes da economia local. E o Norte da Ilha foi uma das áreas que se beneficiaram, pois há interesse em transformar a SC-401 em um “corredor da inovação”.

Na **Ilustração 58**, aparece uma das Obras beneficiadas pelo PAC2 na Porção Norte da Ilha. Ela encontra-se no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, uma das regiões que apresentam as AUE, conforme apresentado pelo número “1” na Ilustração 61. Essa grande extensão de terra localizada as margens da SC-401 e divisa com a Estação Ecológica de Carijós elevam ainda mais o valor do m<sup>2</sup> da propriedade. A proximidade do terminal de ônibus TICAN (Terminal Integrado de Santo Antônio de Lisboa) favorece a instalação de um cetro comercial ou mesmo de uma área residencial.

---

exploração e produção de petróleo na plataforma continental brasileira, na denominada camada do pré-sal. Ainda do ponto de vista fiscal, o governo também iniciou um extenso programa de reestruturação de carreiras e a valorização do funcionário público a partir de 2006 [...] As ações de combate à pobreza também foram ampliadas, com aumento do número de famílias atendidas pelo Bolsa Família” (BARBOSA, 2013, p.75).

<sup>264</sup> Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/06/veja-a-situacao-das-obras-do-pac-em-santa-catarina-4772209.html>, acessado em agosto de 2015.

<sup>265</sup> Disponível: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/11/santa-catarina-recebe-investimentos-de-r-43-9-milhoes-para-obras-de-mobilidade-urbana>, acessado em agosto de 2015.

Ilustração 58 - Obra do PAC2 na Rua Padre Rohn em Santo Antônio de Lisboa



Fonte: foto de Giselli Ventura de Jesus

A obra do PAC2 na Rua Padre Rohn começou no início de 2015, e a prefeitura prevê um gasto em torno de 5 Milhões de reais, **Ilustração 59**. Segundo o Jornal Notícias do Dia:

Parte de 40 áreas residenciais serão desapropriadas pela prefeitura de Florianópolis para a pavimentação da Rua Padre Rohr, que liga o bairro Santo Antônio de Lisboa à Barra do Sambaqui, no norte da Ilha. A obra, que prevê asfaltamento, construção de calçadas, cicloviárias, duas faixas de rolamento e implantação de nova iluminação pública, começou no início do ano com demarcação, drenagem e instalação de galerias pluviais. Nenhuma casa será removida. (Jornal ND, 20/02/2015)<sup>266</sup>.

<sup>266</sup>

Disponível: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/02/moradores-se-dividem-quanto-a-obra-na-rua-padre-rohr-no-norte-da-ilha-4703906.html>, acessado em fevereiro de 2015.

Ilustração 59 - Pavimentação e Drenagem da Rua Padre Rohr: ligação de Stº Antônio de Lisboa e Sambaqui



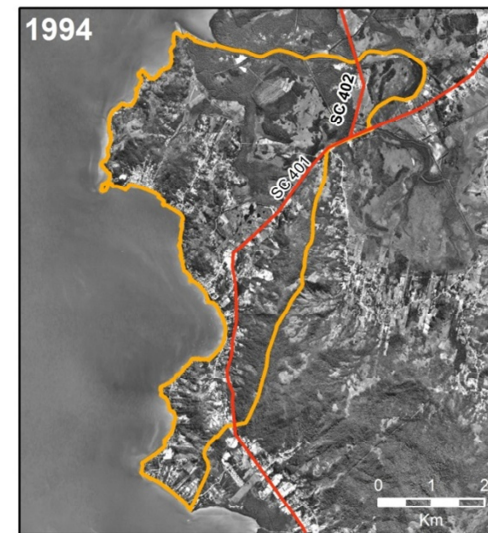
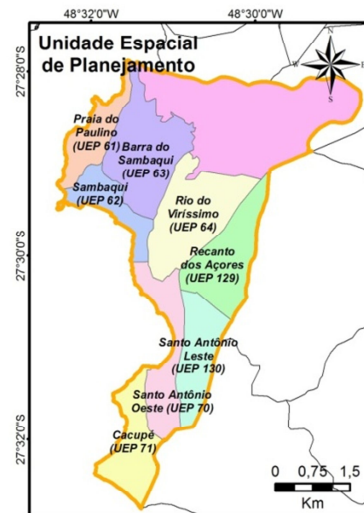
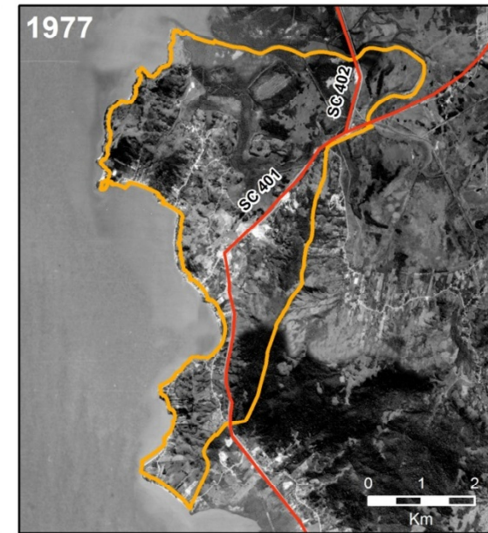
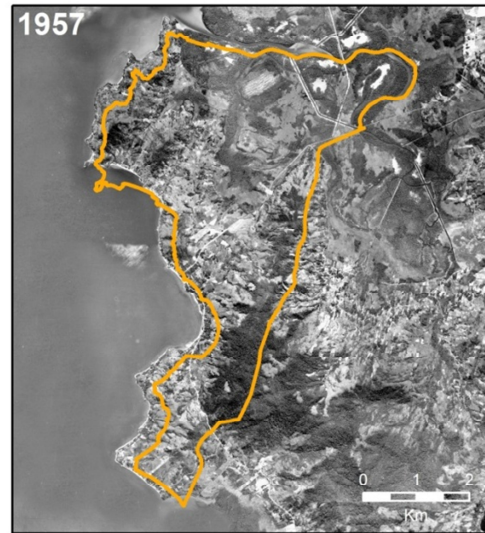
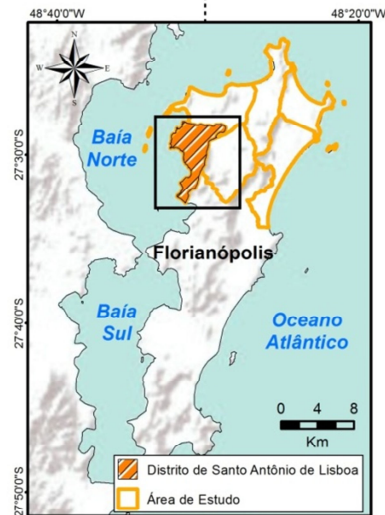
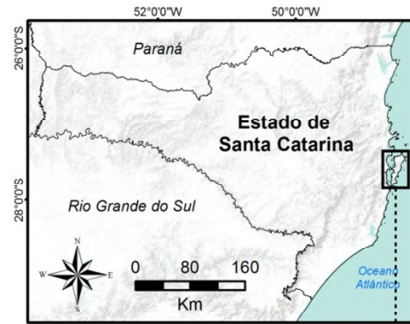
FONTE: foto de Giselli Ventura de Jesus.

A rua Padre Rohn ao receber dinheiro do PAC2 acaba seguindo os padrões das obras de melhoria de infraestrutura exigidas pelo Ministério das Cidades, como padronização de calçadas e ruas, assim como a presença de ciclovias. Se observar o mapa do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, Ilustração 60, ele é cortado pela SC-401, e como a rua sai próximo ao trevo do Distrito, o acesso a rodovia é muito rápido, o que torna os terrenos localizados na rua mais atrativos. Principalmente pela dificuldade de mobilidade que em se tornando a cidade.



Ilustração 60 - Distrito de Santo Antônio de Lisboa

### DISTRITO DE: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA



Fonte: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SAD 69. Fotografias aéreas de 1957, 1977 e 1994.



O recurso para a obra foi garantido pelo Ministério das Cidades e acompanhado pela Caixa Econômica Federal. Devido aos processos de desapropriação a obra de melhoria da Rua Padre Rohr continua ainda inacabada. Essa obra que inicia ao lado do TICAN, e ainda próxima à rótula de acesso ao distrito, oferece uma faculdade e a cada dia surge um comércio mais diversificado, como o Fort Atacadista (do grupo Pereira de Itajaí, a loja foi inaugurada em 4 de fevereiro de 2014, na SC-401, altura da praça do pedágio), assim como oferecer serviços mais especializados como o famoso “Café François” (propriedade de um francês que produz pães refinados e típicos de seu país), e a rota gastronômica Encostas do Poente. Além disso, se o projeto aeronáutico na AUE do Ratoles sair irá atrair para região um número maior de investimentos de alto padrão em busca de um público mais exigente.

Ao oferecer um serviço de acesso sofisticado, como um aeroporto, acabará elevando o padrão e fazendo com que as terras ao entorno fiquem ainda mais visadas pelos empreendimentos imobiliários de alto padrão e se acentue a segregação social.

O atrativo de belas praias com infraestrutura, assim como a SC-401, e uma natureza preservada como a Reserva Ecológica de Carijós elevam ainda mais o preço de um imóvel. Além disso, Santo Antônio fica próximo ao Centro da cidade se comparado com outros bairros, levando 30 minutos sem trânsito, um atrativo para a construção civil em uma geração que se fala tanto em mobilidade urbana e qualidade de vida.

Todos esses interesses atrelados às políticas públicas fizeram com que o investimento do Governo Federal através do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) fosse feito no Distrito de Santo Antônio de Lisboa,

Sobre o Plano Diretor há muitas dúvidas e questionamentos, pois o atual Plano vigente tem várias emendas constitucionais o que acaba voltando atrás de muitas decisões aprovadas pelo Núcleo Gestor que tinha como uma parte representada pela comunidade de cada distrito.

O grande problema de se expandir algumas áreas com grandes empreendimentos pode ser a falta de estudo do impacto que irá causar, ao serem construídos. O fluxo de pessoas e de carros que esse tipo de projeto pode causar em muitas localidades com ruas estreitas resquícios do processo de colonização. Como o caso de Sambaqui, Santinho, Jurerê, entre outros. Além disso, um projeto de transporte público eficiente para que os engarrafamentos não piorem a mobilidade urbana do Norte da Ilha são necessários antes de serem construídos.

O receio em relação ao crescimento desordenado e os



empreendimentos nessas grandes extensões de terras é o impacto que possíveis obras de grandes proporções poderão causar a população local como para o poder público, a prefeitura. Afinal, “Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista” (CARLOS, 1997, p.25-26).

Desta forma

[...] a cidade aparece como um bem material, como uma mercadoria consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. O processo de produção da cidade tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização, o que aparece sob forma de mercadoria, que se realiza através do mercado, isto é, **a terra urbana é comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria** (CARLOS, 1997, p.27-28) (*grifo meu*).

Florianópolis é hoje um dos destinos mais cobiçados por muitos brasileiros para fixar residência, e por este motivo mesmo diante da crise que o cenário econômico nacional apresenta um dos m<sup>2</sup> mais valorizados no cenário brasileiro, elevando a renda da terra ao mercado especulador.

#### 6.4 O SETOR DE ALTA TECNOLOGIA

O setor de tecnologia vem se expandido no Mundo, sobretudo com a terceira Revolução Tecnológica no início dos anos de 1970. Milton Santos classifica essa fase como Revolução Técnica Científica Informacional onde “Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 1997b, p. 191).

Atualmente, os países que ganham destaque no desenvolvimento da Tecnologia da Informação (TI), são os “Estados Unidos, que investiram US\$ 679 bilhões, seguido pela China, que investiu US\$ 201 bilhões. Na sequência, marcaram presença Japão, Reino Unido, Alemanha e França, que investiram US\$ 148 bilhões, US\$ 115 bilhões, US\$ 102 bilhões e US\$ 73 bilhões, seguindo a mesma ordem” (ABES,



2014, p.7).

No cenário nacional a “[...] Tecnologia da Informação, que inclui hardware, software e serviços, movimentou 60 bilhões de dólares em 2014, representando 2,6% do PIB brasileiro e 3% do total de investimentos de TI no mundo, um resultado praticamente igual às participações apontadas no ano anterior” (ABES, 2015, p.05).

Em Florianópolis o setor de tecnologia “teve início em meados de 1980” (XAVIER, 2010, p.29), e hoje se apresenta como um dos setores que mais se expande na capital, ocupando um papel relevante na economia da cidade.

Segundo um estudo da “ACATE Tech Report 2015”<sup>267</sup>, divulgado em junho de 2016, pela Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), cruzando dados do Ministério do Trabalho e Emprego, do IBGE e da Receita Federal, dentro outros órgãos; o Estado Catarinense foi o que mais gerou emprego na área de TI<sup>268</sup>.

Com um faturamento estimado de R\$11,4 bilhões, o setor de tecnológico de Santa Catarina já corresponde a aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. São 2,9 mil empresas de TI, com cerca de 5,3 mil sócios empreendedores e mais de 47 mil funcionários [...] com um crescimento de 3,6% no número de colaboradores. Esses números vão na contramão do panorama econômico: no mesmo ano, SC teve uma queda de 2,88% no número de empregados (ACATE, 2016)<sup>269</sup>.

Apesar da conjuntura política brasileiras de 2016, em crise, o

<sup>267</sup>

A pesquisa levou em consideração as seis mesorregiões catarinenses comparando com os nove estados que estão localizados os treze polos tecnológicos do país.

<sup>268</sup>

“**Tecnologia da Informação.** É o desenvolvimento de sistemas (*softwares*) que trabalham com a armazenagem, processamento, análise e divulgação de informações. Quando se fala em TI convencionalmente está se tratando de empresas de desenvolvimento de *softwares*, que podem ser aplicados em diversas áreas, tais como *software* específicos de engenharia, saúde, agronegócio, entre outros. As áreas do conhecimento que compreende TI são: Ciências da Computação, Sistema de Informações, Engenharia da Computação, Informática” (XAVIER, 2010, p.46).

<sup>269</sup>

Disponível: <https://www.acate.com.br/node/92146>, acessado em julho de 2016.

setor de TI de Santa Catarina apresenta um crescimento indo na contra mão do alto índice de desemprego que vem apresentando o país. No caso de Florianópolis é a cidade mais representativa no setor, apresentando “o melhor resultado entre os polos do país, com expansão de 6,9%” (ACATE, 2016).

Os três polos do Estado que se destacam são o de Florianópolis, Joinville e Blumenau. Segundo os dados

As maiores responsáveis pelo faturamento do setor tecnológico catarinense são as regiões da Grande Florianópolis, com 901 empresas que faturam R\$ 4,3 bilhões, e do Vale do Itajaí, com R\$ 2,9 bilhões provenientes de 804 empresas. Elas representam, respectivamente, 37 e 25% do faturamento total do estado em TI. A região Norte está em terceiro lugar, com 555 empresas faturando R\$ 2,5 bilhões (ACATE, 2016).

A relevância que essas empresas vêm ganhando no mundo, no Brasil e mesmo na capital do Estado refletem as políticas e incentivos que esse setor vem sofrendo nos últimos anos. Inclusive no planejamento urbano da cidade de Florianópolis, ao atrair para o Norte da Ilha empresas voltadas para esse setor, com o intuito de torná-la uma “Rota da Inovação” ou uma “Rota Tecnológica”. Essa grande “artéria” do desenvolvimento seria ao longo da rodovia SC-401.

#### **6.4.1 A principal artéria do Norte da Ilha: a SC-401**

A “ideia de abrir uma estrada para ligar a ponte Hercílio Luz até a praia de Canasvieiras surgiu com o ex-governador Hercílio Luz. Ele vislumbrava a estrada quando o maior símbolo catarinense começou a ser erguido em 1922. Esse seria o caminho para levar o desenvolvimento econômico até o Norte da Ilha” (Jornal ND, 31/03/2015, p.4-5).

Porém, só com o governador Adolfo Konder (1926-1930) que começa a ser traçada a Rodovia Virgílio Luz, recebendo o maior investimento na década de 1970 com uma nova rota e levando o nome de José Carlos Daux (precursor do turismo no Norte da Ilha), e só depois passou a ser SC-401.

Foi somente com a construção de estradas estaduais que se processou um crescimento no

movimento das praias no interior da Ilha. Antes delas, os caminhos eram meras trilhas. Foi no governo de Celso Ramos (1961-1975) que se iniciou a abertura do leito da SC-401, ligando o centro da cidade a Canasvieiras. Mas foi somente no governo de Colombo Salles (1971-1975) que estas estradas receberam asfalto (LIMA, 2007, p.159)

A rodovia foi contra o que previa o Plano Diretor de Florianópolis de 1976, que previa a expansão da cidade para o Sul da Ilha, na região da planície do Campeche. Porém não foi o que ocorreu. A cidade passa a se desenvolver no sentido Norte devido aos interesses de uma “elite florianopolitana”.

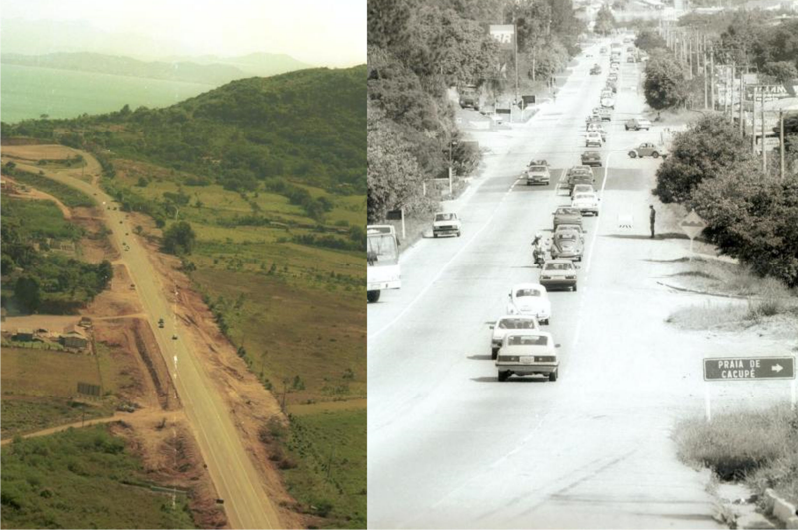
Na década de 1990 a SC-401 é duplicada o consórcio da Empresa Engepasa e Linha Azul responsável pela duplicação da SC-401, em agosto de 1998 tem suas obras paralisadas segundo decisão da 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça (TJ). Com base na Lei de Licitações a deputada Ideli Salvatti:

requereu o cumprimento dos termos do edital de duplicação da SC-401, segundo ela desrespeitado no momento em que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), vinculado à Secretaria Estadual dos Transportes, assumiram responsabilidade que era do consórcio [...] com o resultado do julgamento, o consórcio continua impossibilitado de cobrar o pedágio garantido pelo contrato com o governo do Estado. A decisão do Tribunal de Justiça não é definitiva, já que o mérito da ação ainda não foi julgado (Jornal AN Capital, 25/02/1999, p.05).

E até hoje o pedágio não pode ser cobrado. Atualmente funciona no local um posto da polícia estadual. Na **Ilustração 61**, a fotografia do lado esquerdo é o trecho de Santo Antônio de Lisboa, onde hoje se encontra a praça do pedágio, o TICAN, a Faculdade CESUSC, o Supermercado FortAtacadista, dentre outros comércios. Do lado direito, a parte onde mais concentra comércio e serviço, próximo a entrada de Cacupé. Nesse trecho fica O prédio do Governo do Estado e a Secretaria de Desenvolvimento do Estado, a ACATE, como vários prédios comerciais, um dos trechos mais valorizados da rodovia, e de maior

fluxo.

Ilustração 61 - Rodovia SC-401 na década de 1990: trecho Santo Antônio e Cacupé



FONTE: <http://diariocatarinense.clicrbs.com...o-4046629.html>, acessado em abril de 2016.

Na Ilustração 62, o trevo de acesso às localidades do João Paulo e do Saco Grande, próximo ao Floripa Shopping e a Cassol. Essas fotografias são do período da duplicação da rodovia na década de 1990.

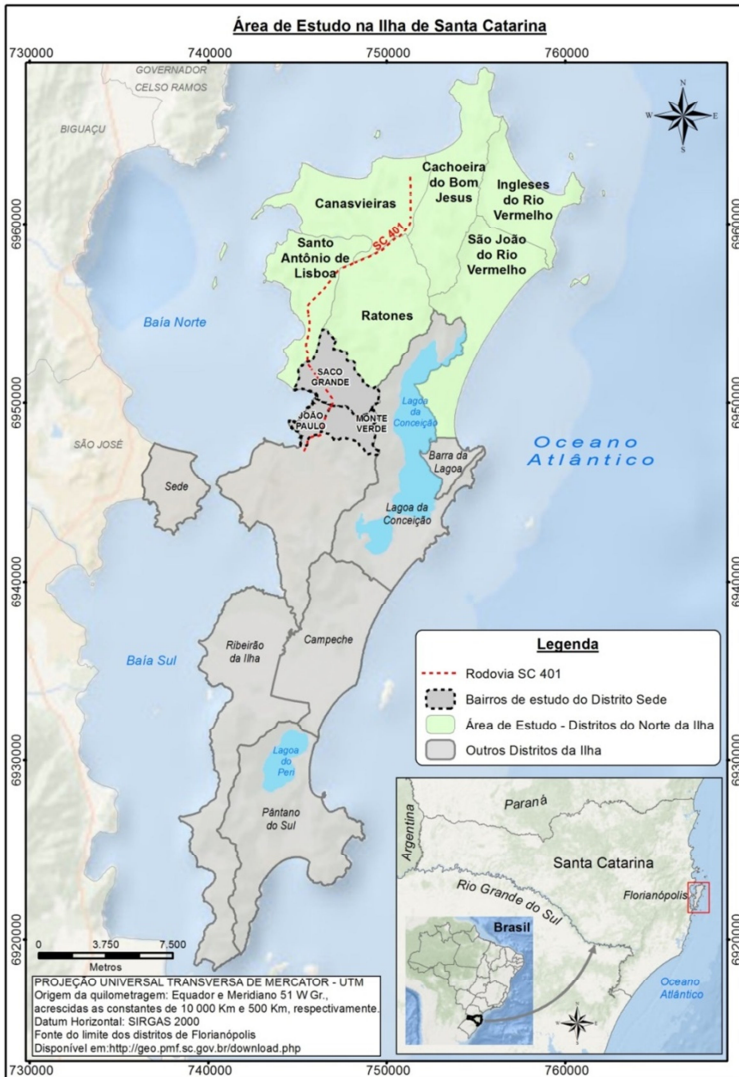
Ilustração 62 - Rodovia SC-401 na década de 1990: trecho João Paulo e do Saco Grande



FONTE: <http://diariocatarinense.clicrbs.com...o-4046629.html>, acessado em abril de 2016.

A SC- 401 vai ter um papel importante não apenas a partir da década de 1970 como também atualmente no processo de expansão no sentido Oeste (Centro de Florianópolis) para o Norte. O mapa demonstra a principal via de ligação entre o distrito sede e os demais distritos ao Norte, Ilustração 63.

Ilustração 63 - Área de estudo na Ilha de Santa Catarina



Fonte: Limites do distrito de Florianópolis, disponível: <http://geo.pmf.sc.gov.br/download.php>. Projeção Universal Transversa de Mercator- UTM. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano. Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 51 W Gr., acrescidas as constantes de 10.000 Km e 500Km, respectivamente. Datum Horizontal: SIRGAS 2000.

No atual Plano Diretor de 2014 fica explícito: “Cabe ainda destacar que a proposta é que as regiões Norte e Oeste de Florianópolis cresçam mais do que as regiões Leste e Sul”<sup>270</sup>.

A SC-401 atualmente é chamada por muitos de o “novo corredor econômico”, “rodovia da inovação”, ou mesmo “novo corredor do polo tecnológico”. O que se explica pelo aumento no número de empresas de tecnologias que estão indo, e se instalando ao longo dessa via, assim como outros setores comerciais, até mesmo o centro Administrativo do Estado de Santa Catarina.

Esse aumento é justificado por muitos comerciantes como uma alternativa hoje mais viável, já que o centro de Florianópolis tem hoje o m<sup>2</sup> mais caro, além da questão da falta de mobilidade urbana como também a dificuldade de estacionamento. Apontam ainda que a SC- 401 facilita o acesso por ser uma via duplicada, e por estar próxima ao centro.

Por sua vez a procura por um ponto ou sala comercial ao longo da SC-401 fez com que ocorresse em 2002 uma valorização de 2.000%, conforme reportagem do Diário Catarinense de 16/02/2013. “Se, em 2002, o metro quadrado de um terreno custava R\$ 70, em 2007 passou a valer até R\$ 600 e hoje, está por até R\$ 1,5 mil”.

Ao entrevistar vários estabelecimentos, os que responderam: Quanto você paga de aluguel por mês? Percebe-se que o aluguel pode variar de 800 reais por mês, no caso de uma borracharia, até 10 mil por mês em um grande estabelecimento. Tendência que vem acompanhando essa valorização do m<sup>2</sup> na rodovia.

A construção de grandes empreendimentos com salas comerciais aumentam a cada dia. A SC- 401 hoje tem vários prédios ao longo de sua via sendo o ParqTec Alfa (próximo a entrada do João Paulo) o primeiro “Polo Tecnológico de Florianópolis conquistara seu primeiro parque tecnológico em 1993” (XAVIER, 2010, p.105). Mais recentemente surgiu o Techno Tower (Os mesmo proprietários do “Casa e Desing Shopping” também na SC-401); o grande empreendimento do momento feito pela Construtora CFL<sup>271</sup>, Square Corporate, no trevo de Cacupé. O Corporate Park na entrada de Santo Antônio de Lisboa é

270

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=a+importancia+do+novo+plano+diretor>, acessado em maio de 2015.

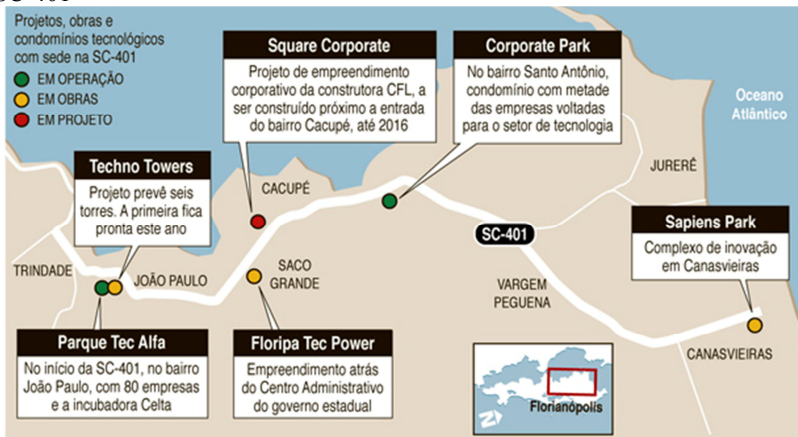
271 <http://www.sc401.com.br/?gclid=CLjRptOj1sYCFYeRHwoduWIPVg>, acessado em maio de 2015.



outro empreendimento com varias salas comercial já construído. Fora outros que estão em obras ao longo da SC-401. A própria ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia) esse ano levou sua sede também para a SC-401. Assim como o SEBRAE que vem fazendo parcerias em cursos e palestras nesta área do setor tecnológico. Aos poucos muitas empresas ligadas a esse setor estão indo nessa direção e se estabelecendo nesse novo corredor econômico.

A Ilustração 64 demonstra os principais empreendimentos com salas comerciais destinados, principalmente as empresas de tecnologia.

Ilustração 64 - Prédios Comerciais voltados para empresas de Tecnologia na SC-401



FONTE: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2012/06/sc-401-na-capital-vira-polo-de-empresas-de-tecnologia-3794594.html>, acessado em junho de 2012.

Próximo a Canasvieiras no final da SC-401, o Sapiens Parque é outro polo de atração, com 4 milhões e meio de m<sup>2</sup> o maior espaço destinado a esse setor, que tem como objetivo implantar e desenvolver um parque tecnológico e de inovação, ou seja, um Centro de Empresarial de Sedes de Empresas de Tecnologias. Investimentos como a arena multiusos e a ida de grandes empresas como a SOFTPLAN são uma das grandes apostas para fazer do parque uma referência no setor de tecnologia.

Mais recentemente a ACATE<sup>272</sup> anunciou que foi aprovado pelo



BNDES um investimento de 10 milhões de reais para um novo prédio no Sapiens Parque, tendo como objetivo ser sede de 10 companhias.

Além da SC-401 foram construídas a SC-402 (que leva a praia de Jurerê e Daniela), a SC-403 (que liga Canasvieiras e os Ingleses, essa inclusive recebeu dinheiro do PAC2 para a sua duplicação), SC-404 (liga o Itacorubi a Lagoa da Conceição).

A SC-401, ganha destaque frente as demais, pois cada vez mais vem atraindo empresas de tecnologias como outros investimentos no setor imobiliário como vários tipos de comércio, e até mesmo a parte do setor público como a parte administrativa do governo do Estado de Santa Catarina. Na **Ilustração 65**, tem-se um panorama dos tipos de empreendimentos que foram se estabelecendo ao longo dessa rodovia que vem sendo a grande artéria que vem estimulando esse crescimento no sentido Norte.

Essa expansão no sentido da Porção Norte da Ilha vem sendo estimulada pelo fácil acesso da rodovia SC-401, a qual é duplicada formando uma grande artéria que liga o a parte central da cidade com as localidades ao Norte. Um dos motivos que a cada dia vem atraindo mais empresas de tecnologia e o comércio na região, assim como investimentos em infraestrutura por parte do governo.

Diante disso, a Porção Norte da Ilha vem atraindo investimentos em infraestrutura através do Programa de Aceleração (PAC), e estimulando a formulação de projetos como o PLAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis)<sup>273</sup>.

Uma das políticas implantadas durante 2014 e 2015, foi o desenvolvimento do PLAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis) tendo como apoio técnico e

---

programa-do-bndes-para-apoiar-inovacao-em-florianopolis, acessado julho de 2015.

<sup>273</sup>

Disponível:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em fevereiro de 2016. “O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Santa Catarina em conjunto com os municípios, com apoio técnico e financeiro do BNDES. O objetivo é promover a melhoria da mobilidade urbana em 13 municípios, integrando a Região Metropolitana de Florianópolis: Anitápolis, Rancho Queimado, São Bonifácio, Angelina, Antônio Carlos, Aguas Mornas, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José, Palhoça e Florianópolis”

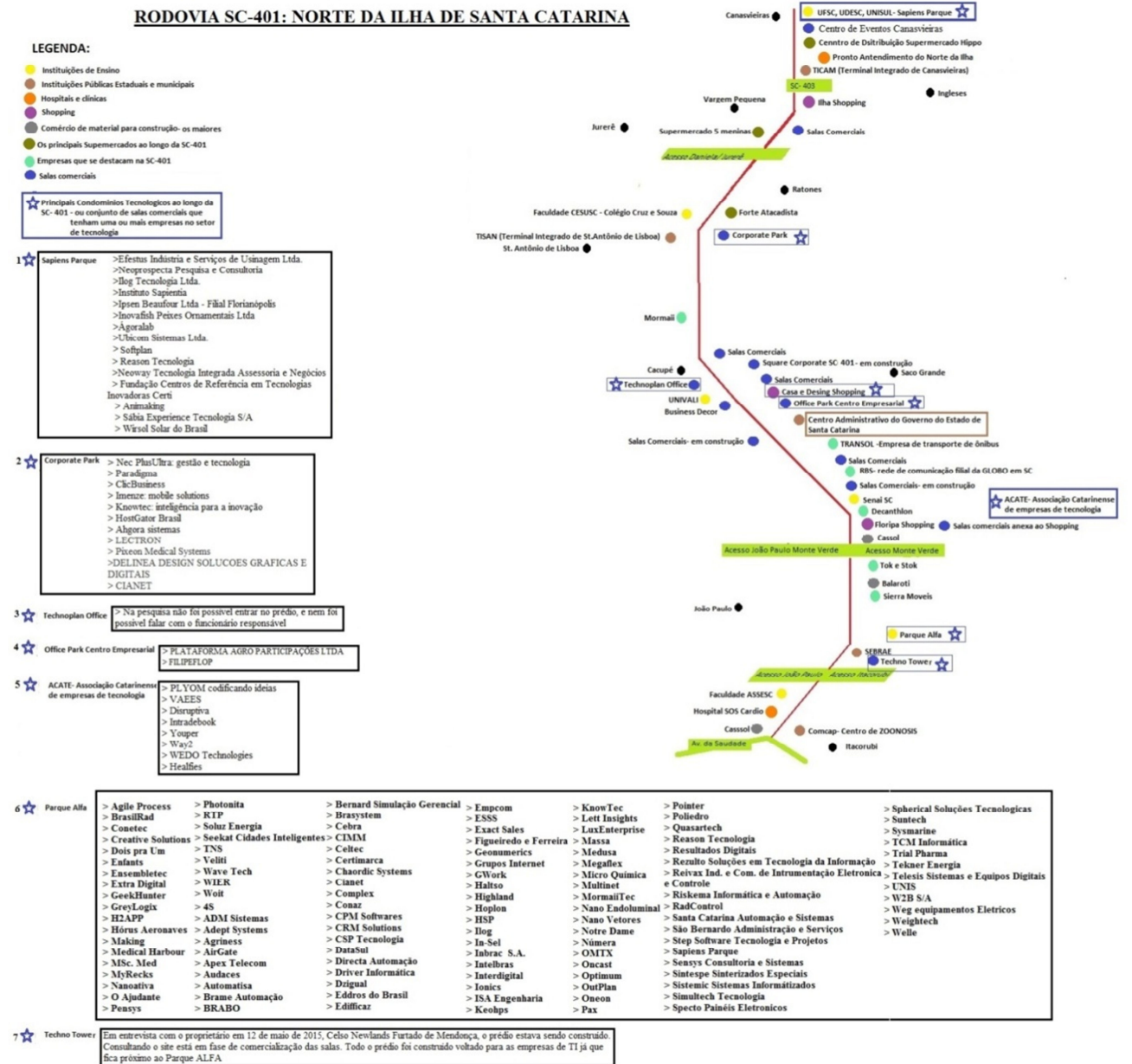
Disponível: <http://www.plamus.com.br/noticia.php?id=91>, acessado em dezembro de 2015.

financeiro o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que objetivava a melhoria da mobilidade urbana da região metropolitana de Florianópolis<sup>274</sup>.

Outra política que ganhou força e investimento federal pelo fato da existência da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) foi à construção do anel/ “contorno viário da grande Florianópolis”, iniciado em 2013, tendo como principal foco obstruir o intenso fluxo de automóveis ao longo da BR-101 no trecho da área conurbada. Área que inclui os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, São José, Governador Celso Ramos, e Palhoça.

<sup>274</sup> Apresenta ainda a RMF uma comissão de desenvolvimento intitulada (CODERF). Os membros do CODERF foram nomeados através do Decreto nº 318, de 19/08/2015, publicado no DOE nº 20.126, de 20/08/2015, página 2.

Ilustração 65 - Os empreendimentos ao longo da SC-401



FONTE: Coleta de dados referente a saída de campo e entrevistas realizadas em 2015, além de sites das empresas ligadas a alguns empreendimentos.



O projeto<sup>275</sup> visa 50 km de extensão, **Ilustração 66**, e está sob a concessão da Autopista Litoral Sul. A construção do contorno viário, ainda continua trazendo polêmica e alterações no projeto o que tornou a sua conclusão ainda sem previsão, mas o objetivo final é desviar o trânsito pesado e intenso, que passa por dentro dos municípios da RM de Florianópolis, ao longo da BR 101, que liga o litoral brasileiro de Norte a Sul.

Ilustração 66 - Obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis



FONTE: Jornal Diário Catarinense de 30/05/2014<sup>276</sup>

A consequência dessa obra do contorno viário, além da desobstrução do tráfego intenso de veículos é promover uma agilidade na mobilidade da região. Para tanto, o projeto PLAMUS que surge em

<sup>275</sup>

A obra gerou muita polêmica principalmente na primeira fase de desapropriações das terras, em 2013, iniciada pelo município de Palhoça e São José. Em 2014 começam as obras no trecho de São José. Segundo o Jornal Diário Catarinense de 30/05/2014, conforme trecho da reportagem: “Perto da obra, às margens da SC-281, casas já foram demolidas para dar lugar às pistas. Elas são parte das 144 desapropriações necessárias no trecho já liberado pelo Ibama. Segundo a Autopista, 41 lotes já foram negociados e outros 40 estão em fase de negociação. Mas o início das obras do acesso à via pela BR-101 ainda é incerto. Ninguém arrisca prazo para a liberação da Licença de Instalação para o trecho de 28 quilômetros entre a BR-101, em Governador Celso Ramos, e São José e a etapa de sete quilômetros em Palhoça”.

Disponível: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/05/obras-no-contorno-viario-na-grande-florianopolis-comecam-mas-prazo-para-conclusao-ainda-gera-duvidas-4513527.html>, acessado em agosto de 2014.

<sup>276</sup>

Idem

2014, seria outro investimento visando melhorar não apenas o trânsito, mas também os vários tipos de transporte como: os corredores de ônibus (BRTs), ciclovias, etc... Proporcionando uma integração maior entre os municípios vizinho a Florianópolis, e os bairros na Ilha.

O projeto tem como objetivo inicial a área central (**Ilustração 67**), e depois se estender até Canasvieiras, sentido Norte onde a prefeitura visa expandir o crescimento.

Ilustração 67 - Obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis: intervenção na área central da Ilha



FONTE: Jornal Notícias do Dia, 26/01/2015<sup>277</sup>.





Essas obras dentro da Ilha começaram em 2015, durante o mandato de Cesar Souza Jr. Segundo o prefeito,

**A construção do anel viário da área central de Florianópolis, que contará com corredor exclusivo para ônibus**, começará efetivamente na próxima semana. Na primeira etapa, que tem previsão de duração de três anos, serão implantadas duas faixas para ônibus na avenida Beira-Mar Norte. Para a execução será necessário o aterramento de partes da orla para onde serão recuadas calçada e ciclovia. O espaço utilizado pelos ciclistas será então aproveitado pelos ônibus no sentido bairro-Centro. Nos dois sentidos, a faixa exclusiva será quase na totalidade na pista do lado direito. Além do Centro, o anel viário passará pelos bairros Pantanal, Saco dos Limões, José Mendes e Prainha. **Na última etapa será implantado corredor exclusivo ligando os terminais do Rio Tavares e Canasvieiras ao Ticen** (Jornal Notícias do Dia, 26/01/2015)<sup>278</sup> *(grifo meu)*

Outros estudos estão sendo feitos pelo PLAMUS em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC<sup>279</sup>, para melhorar o sistema viário da Grande Florianópolis, sobretudo o transporte coletivo da região<sup>280</sup>.

<sup>278</sup> Disponível: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/anel-viario-no-centro-de-florianopolis-tera-17-quilometros-de-faixas-exclusivas-para-onibus>, acessado em janeiro de 2015.

<sup>279</sup> Vários estudos e oficinas estão sendo promovidos pelos laboratórios da UFSC, como o “Observatório da Mobilidade Urbana”. Disponível: <http://observatoriodamobilidadeurbana.ufsc.br/>, acessado em agosto de 2016.

<sup>280</sup> “Para isso, uma equipe de profissionais da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e do governo do Estado trabalha para, até 2018, eliminar a sobreposição de linhas e implantar BRTs (Bus Rapid Transit) e corredores exclusivos na Via Expressa (BR-282) e em parte da BR-101. Para executar o projeto, a Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Grande Florianópolis) firmou um convênio com o recém-criado Observatório da Mobilidade da UFSC, que deve apresentar no fim de agosto o primeiro estudo preliminar que integrará o transporte coletivo da região. Formado por professores e pesquisadores de diferentes áreas, o observatório surgiu da necessidade de se criar um laboratório responsável por gerir todo o acervo de

Em janeiro de 2015, a equipe técnica do PLAMUS apresentou a Secretaria do Estado do Planejamento o projeto.

**Pesquisas do Plamus indicam que 48% dos moradores da Grande Florianópolis usam carro ou moto para se deslocarem diariamente, 24% optam pelo transporte coletivo e 25% preferem os meios não-motorizados, como bicicletas.** Além disso, o tempo médio das viagens por transporte público é o dobro das realizadas por automóvel. “Não há uma visão integrada do transporte coletivo na Grande Florianópolis”, aponta um dos coordenadores do Plamus, Carlos Eduardo Gondim. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2015)<sup>281</sup>. (*grifo meu*)

Em 2015<sup>282</sup> a Plamus concluiu alguns estudos para a melhoria da mobilidade urbana da Grande Florianópolis. Entre os resultados da pesquisa se prevê o projeto de ciclovias e BRT (sigla em inglês para Bus Rapid Transit) transporte<sup>283</sup> com corredores exclusivos, na SC-401 no

diagnósticos do Plamus. Dentro do observatório, que é coordenado pelo professor Werner Kraus, o projeto NeoTrans tem a missão de ser o passo seguinte ao Plamus” (Jornal Notícias do Dia, 03/08/2016).

Disponível: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/ate-2018-grande-florianopolis-deve-ter-reestruturacao-do-transporte-coletivo-na-regiao>, acessado em agosto de 2016.

<sup>281</sup> Disponível: <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-transportes-e-estradas/12435-plamus-e-apresentado-a-especialistas-em-mobilidade-urbana>, acessado em fevereiro de 2016.

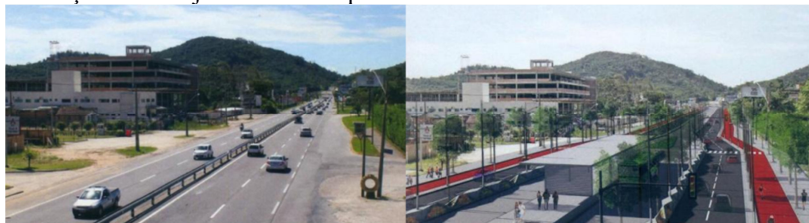
<sup>282</sup> **Entre os motivos para a situação da mobilidade na região** está a urbanização dispersa, a baixa densidade demográfica em algumas áreas, a concentração de empregos no centro da capital e o baixo nível de complementaridade de soluções dos municípios da região. A equipe do Plamus sugere medidas que estimulem o desenvolvimento de propostas de solução de grandes temas, como a mobilidade, com gestão da região metropolitana da Grande Florianópolis” (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2015). (*grifo meu*)

Disponível: <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-transportes-e-estradas/12435-plamus-e-apresentado-a-especialistas-em-mobilidade-urbana>, acessado em fevereiro de 2016.

<sup>283</sup> Há também projetos voltados para o transporte marítimo integrando a Ilha com os demais municípios vizinhos integrantes da área conurbada da RM

Norte da Ilha (**Ilustração 68**). Contudo, esta transformação da avenida ainda não tem orçamento destinado e nem aprovado para esse projeto.

Ilustração 68 - Projeto PLAMUS para a SC-401



FONTE: Jornal ClickRBS, 27/12/2015.<sup>284</sup>

Apesar de essas pesquisas serem financiadas pelo BNDES, o PLAMUS é um plano de políticas voltado à mobilidade urbana da Grande Florianópolis tendo como meta sair do papel até 2040. Diante da conjuntura atual do presidente Temer, de cortes de gastos e ajuste da política, não se sabe se os projetos terão continuidade fora do papel. Assim, como tiveram outros, voltados à questão urbana como o PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) ou mesmo o “Minha Casa e Minha Vida” nos governos anteriores, de Dilma e Lula.

Porém, à medida que vem crescendo essa Porção Norte da Ilha cria-se a necessidade de se implantar projetos como o PLAMUS, sobretudo quando começam a vir importantes empresas de tecnologia e o desenvolvimento de grandes empreendimentos.

#### 6.4.2 Polo tecnológico em Florianópolis

As empresas de tecnologia vêm desenvolvendo um papel importante em Florianópolis, não apenas por trazer uma boa participação da arrecadação de ISS (Imposto sobre serviço), onde no ano de 2007 foi o terceiro maior, Ilustração 69, perdendo apenas para o setor de “serviço” e de “intermediação financeira”. Cujo “valor aproximou-se de 10 milhões em 2008” (XAVIER, 2010, p.27).

---

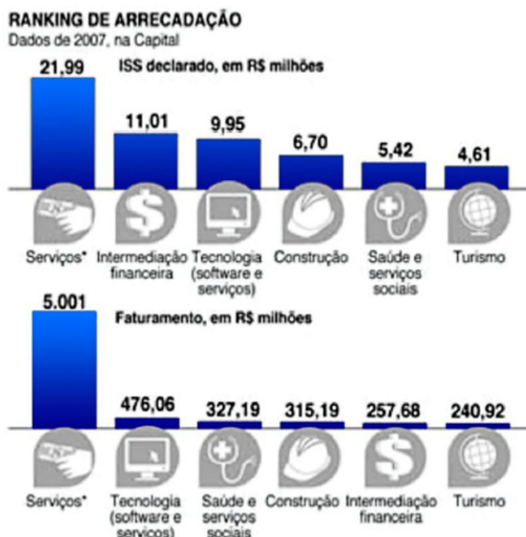
de Florianópolis.

Disponível: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/04/prefeitos-da-grande-florianopolis-assinam-pacto-para-mobilidade.html>, acessado em abril de 2016.

<sup>284</sup>

Disponível: <http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/12/plano-preve-sc-401-com-ciclovias-mas-sem-prazo-paraobras-4939474.html>, acessado em dezembro de 2015.

Ilustração 69 - Setores que mais contribuirão para o ISS



FONTE: Jornal Diário Catarinense (16/11/2008)

Florianópolis é um dos três principais polos tecnológicos de Santa Catarina, assim como Blumenau e Joinville. Juntos eles somam “50,3% das empresas e 59,6% dos empregos do setor. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, relativos a 2007, o setor de tecnologia representa 6,2% do valor adicionado fiscal do estado” (SEBRAE, 2010, p.09). Em 2015, o setor de tecnologia atingiu 5% do PIB do Estado, um faturamento de R\$ 11,4 bilhões. Outro diferencial foi que “Enquanto o Brasil registrou queda de 0,09% no número de colaboradores em TI, as empresas catarinenses estavam contratando. O aumento de 3,6% de vagas configurou no maior do país, seguido pelo Rio de Janeiro, com 2,72% e Rio Grande do Sul, com 1,42%” (ACATE, 2016)<sup>285</sup>.

Segundo o mesmo estudo da ACATE (2015), o faturamento médio das empresas de tecnologia em “Florianópolis é o terceiro maior do Brasil, com R\$ 4,7 milhões por empresa. A capital catarinense perde apenas para os polos tecnológicos de Campinas (SP) e Rio de Janeiro”.

Em entrevista com o diretor de inovação da Fundação CERTI<sup>286</sup>,

<sup>285</sup> Disponível: <https://www.acate.com.br/node/92146>, acessado em julho de 2016.

<sup>286</sup> Data da entrevista: 11/06/2015.

José Eduardo Fiates, ele descreve a relevância das empresas de tecnologia hoje onde participam de 20% do PIB de Florianópolis, e 3% do PIB de Santa Catarina.

Florianópolis é a região que mais emprega pessoas nesse setor da economia, conforme a Ilustração 70. O fato de Florianópolis se destacar é atribuído a alguns fatores: o surgimento na década de 1960 de um curso de engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina bem estruturada que deu suporte para implementar uma política voltada para esse setor na década de 1970. Os Cursos técnicos oferecidos pela Escola Técnica, hoje IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina) foram também importante para formação de profissionais na área de TI (Tecnologia da Informação). Como também a participação dos laboratórios de algumas estatais como a CELESC e a ELETROSUL.

Ilustração 70 - Número de empregados no setor de tecnologia-2008

| Empregos 2008          |               |              |              |              |               |
|------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Coordenadoria Regional | Total         | Micro        | Pequenas     | Médias       | Grandes       |
| Extremo Oeste          | 123           | 78           | 45           | -            | -             |
| Foz do Itajaí          | 1.237         | 509          | 578          | 150          | -             |
| Grande Florianópolis   | 12.132        | 1.063        | 2.076        | 1.468        | 7.525         |
| Meio Oeste             | 442           | 133          | 59           | -            | 250           |
| Norte                  | 6.343         | 909          | 1.524        | 890          | 3.020         |
| Oeste                  | 583           | 254          | 329          | -            | -             |
| Serra Catarinense      | 280           | 133          | 91           | 56           | -             |
| Sul                    | 1.162         | 330          | 378          | 237          | 217           |
| Vale do Itajaí         | 4.407         | 869          | 1.249        | 846          | 1.443         |
| <b>Santa Catarina</b>  | <b>26.709</b> | <b>4.278</b> | <b>6.329</b> | <b>3.647</b> | <b>12.455</b> |

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC a partir de dados do MTE, (RAIS).

Nota: Considera o somatório das atividades econômicas compreendidas por: fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (grupos 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268); Telecomunicações (grupos 611, 612, 613, 614 e 619); atividades dos serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação (grupos 620, 631 e 639).

FONTE: SEBRAE, 2010, p.13.

Historicamente o setor tecnológico ganha força com as políticas nacionais a partir da década de 70, através dos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento)<sup>287</sup>, as indústrias “eletrônica de base e a eletrônica

<sup>287</sup> “Na década de 1970, a preocupação no âmbito federal com o desenvolvimento urbano é reforçada no I Plano Nacional de Desenvolvimento-PND, para o período de 1972 e 1974, e na criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana-CNPU “ (IBGE, 2015, p.05). O que vai contribuir para o investimento em infraestrutura e em tecnologias.

Disponível:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em fevereiro de 2016.

digital seriam priorizadas para o desenvolvimento no país com vistas ao atendimento dos sistemas integrados de comunicação e informática” (VIEIRA, 1996, p.18).

Mas é nos anos de 1980 onde o setor de Florianópolis ganha novos estímulos,

o prefeito Edison Andrino de Oliveira já havia captado a potencialidade da indústria limpa de tecnologia como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico sustentável para a capital, tornando-se um dos apoiadores da criação do Polo Tecnológico. O governador do Estado, Esperidião Amim, compartilhou da mesma visão (XAVIER, 2010, p.82).

Em 1980 o complexo industrial de informática é implantado na Trindade onde se instalaram a “Incubadora Empresarial Tecnológica e o Condomínio Industrial de Informática” (XAVIER, 2010, p.101). Mas só na década de 1990 ganha o Parque Tecnológico Alfa ao longo da SC-401. E em 2001 ocorre a celebração do acordo de cooperação entre a CERTI e o Governo do Estado de SC para o desenvolvimento do Sapiens Parque.

Os incentivos nesse setor tecnológico é uma alternativa viável em Florianópolis por apresentar uma alta porcentagem de pessoas com nível superior e com pós graduação, conforme aponta um estudo divulgado na Revista Exame de novembro de 2014, feito pela Endeavor (uma organização internacional) :

O setor de tecnologia tornou-se o maior pagador de impostos ao município. Hoje, reúne 600 empresas que mantêm 6000 empregos e devem faturar 1,3 bilhões de reais este ano. “Tecnologia não é mais uma opção para Florianópolis”, diz o prefeito César Souza Junior. “É uma necessidade” (Revista Exame, 26/11/2014, p.38 e 39).

Um estudo feito pelo SEBRAE em 2010 já dava indícios de bom faturamento do setor tecnológico, pois, além de apresentar os melhores salários, Ilustração 71, entre os anos de 2005 e 2009, “o salto no faturamento do setor de tecnologia foi de 55%. “A tecnologia possui

---

alto valor agregado e que exige capacitação dos funcionários, o que eleva a faixa salarial, distribuindo melhor as riquezas entre a população”” (Jornal ND, 24/03/2012, p.02).

Ilustração 71 - Salário médio do trabalhador no setor de tecnologia-2008

| Remuneração média mensal – dez/2008 |                 |
|-------------------------------------|-----------------|
| Coordenadoria Regional              | 2008 (R\$)      |
| Extremo Oeste                       | 772,94          |
| Foz do Itajaí                       | 961,50          |
| Grande Florianópolis                | 1.649,82        |
| Meio Oeste                          | 946,93          |
| Norte                               | 1.631,03        |
| Oeste                               | 1.025,23        |
| Serra Catarinense                   | 913,57          |
| Sul                                 | 1.273,09        |
| Vale do Itajaí                      | 1.620,10        |
| <b>Santa Catarina</b>               | <b>1.555,16</b> |

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC a partir de dados do MTE, (RAIS).

Nota: Considera as atividades econômicas compreendidas por: fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (grupos 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268); Telecomunicações (grupos 611, 612, 613, 614 e 619); atividades dos serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação (grupos 620, 631 e 639).

FONTE: SEBRAE, 2010, p.15.

No estudo da “ACATE Tech Report 2015” demonstra que o número de funcionários na área de TI vai ser a que mais se destaca no Brasil, pois a cada 100 mil habitantes há 2.891 pessoas que trabalha nas empresas de tecnologia, ficando atrás de Manuas e Campinas.

Segundo a Tabela 13, o número de funcionários que atuam no setor de tecnologia em Florianópolis é de 22.881 pessoas, dessas a maioria está no setor de Software (20.435 pessoas, cerca de 89,30%), de Hardware (239 pessoas equivalendo a 1,04%), e de Serviço e Comércio (2.207 pessoas representando 9,64%).





Tabela 13 - Dados sobre o setor de TI em Florianópolis RAIS <sup>288</sup>

| CNA 2.0_classes                      |                           | Estabelecimentos   | Nº de funcionários |               |
|--------------------------------------|---------------------------|--|--------------------|---------------|
| <b>Tecnologia da Informação (TI)</b> | <b>Software</b>           | <b>Reprodução de Software em Qualquer Suporte</b>  | 1                  | 0             |
|                                      |                           | <b>Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda</b>                                      | 81                 | 1.108         |
|                                      |                           | <b>Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis</b>                      | 51                 | 2.476         |
|                                      |                           | <b>Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Não-Customizáveis</b>                  | 52                 | 997           |
|                                      |                           | <b>Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet</b>                   | 29                 | 162           |
|                                      |                           | <b>Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet</b> | 43                 | 15.692        |
|                                      |                           |  | <b>257</b>         | <b>20.435</b> |
|                                      | <b>Hardware</b>           | <b>Fabricação de Componentes Eletrônicos</b>   | 2                  | 45            |
|                                      |                           | <b>Fabricação de Equipamentos de Informática</b>   | 5                  | 116           |
|                                      |                           | <b>Fabricação de Periféricos para Equipamentos de Informática</b>                                    | 7                  | 78            |
|                                      |                           |  | <b>14</b>          | <b>239</b>    |
|                                      | <b>Serviço e Comércio</b> | <b>Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática</b>  | 14                 | 136           |
|                                      |                           | <b>Comércio Atacadista de Suprimentos para Informática</b>   | 2                  | 23            |
|                                      |                           | <b>Comércio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informática</b>                 | 104                | 497           |
|                                      |                           | <b>Recarga de Cartuchos para Equipamentos de Informática</b>   | 2                  | 3             |
|                                      |                           | <b>Provedores de Acesso às Redes de Comunicações</b>   | 10                 | 26            |
|                                      |                           | <b>Provedores de Voz Sobre Protocolo Internet – Voip</b>   | 1                  | 19            |
|                                      |                           | <b>Consultoria em Tecnologia da Informação</b>   | 24                 | 660           |
|                                      |                           | <b>Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação</b>                     | 59                 | 459           |
|                                      |                           | <b>Salas de Acesso à Internet</b>  | 9                  | 15            |
|                                      |                           | <b>Treinamento em Informática</b>  | 7                  | 28            |
|                                      |                           | <b>Reparação e Manutenção de Computadores e de Equipamentos Periféricos</b>                          | 36                 | 188           |
|                                      |                           | <b>Reparação e Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico</b>           | 47                 | 153           |
|                                      |                           |  | <b>315</b>         | <b>2207</b>   |
|                                      | <b>TOTAL</b>              | <b>586</b>   | <b>22.881</b>      |               |

FONTE: RAIS, 2014.

<sup>288</sup> A **CNAE** (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é um instrumento de padronização de códigos de atividade econômica elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em conjunto com a Receita Federal, e representantes da União, dos Estados e dos Municípios, e estes atuam como membro permanente da Comissão Nacional de Classificação- CONCLA



Tabela 14 - Número de empresas de tecnologia em Florianópolis

|                                       | 1-<br>Hardware | 2-<br>Software | 3-Comércio<br>Serviço e             | TOTAL       |
|---------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|-------------|
| <b>Total do Distrito Sede (Oeste)</b> | 25             | 581            | 1.084                               | 1690        |
| <b>Total do Norte da Ilha</b>         | 7              | 65             | 209                                 | 281         |
| <b>Total do Leste da Ilha</b>         | 1              | 18             | 45                                  | 64          |
| <b>Total do Sul da Ilha</b>           | 3              | 54             | 156                                 | 213         |
|                                       | <b>36</b>      | <b>718</b>     | <b>1.494</b>                        |             |
|                                       |                |                | <b>Empresas de TI<br/>em Fpolis</b> | <b>2248</b> |

FONTE: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), fevereiro de 2017.

Obs: Ver anexo VI<sup>289</sup>

Tabela 15 - Localidades que integram o distrito sede, mas que se encontram ao longo da SC-40<sup>290</sup>

|                    | SC-401     |
|--------------------|------------|
| <b>Saco Grande</b> | 70         |
| <b>Monte Verde</b> | 12         |
| <b>João Paulo</b>  | 64         |
|                    | <b>146</b> |

FONTE: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), fevereiro de 2017.

<sup>289</sup> Em anexo VI, o número de empresas de acordo com cada distrito do Norte da Ilha.

<sup>290</sup> Tais localidades pertenceram ao distrito de Santo Antônio de Lisboa até a década de 1990 sendo desvinculado e incorporado ao Distrito Sede, porém não se localizar no início da SC-401 e onde encontra-se o Parque Alfa, uma das primeiras incubadoras, já que a primeira se localizavam na Trindade.

O setor de software que integra a indústria de Tecnologia da Informação (TI), segundo Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES, 2015), a indústria de TI brasileira ocupa a sétima posição no ranking mundial, alcançando U\$\$ 60 bilhões de investimento no ano de 2014. Ilustração 72.

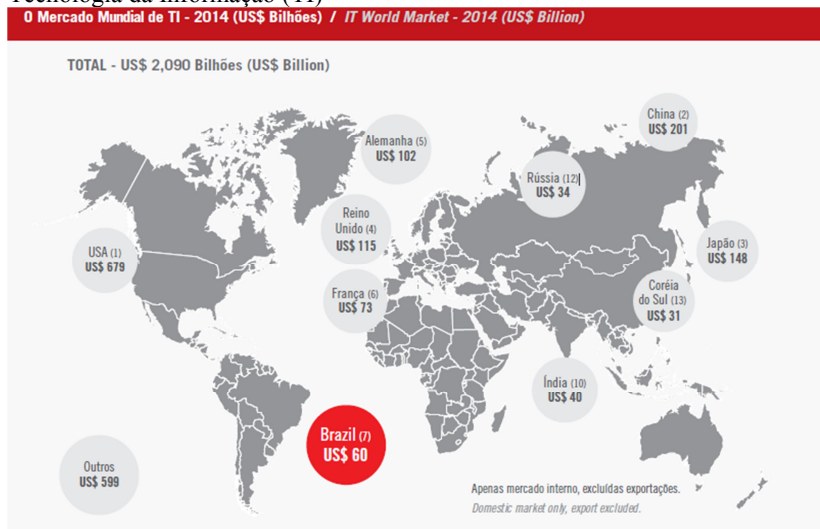
Ao considerar o faturamento médio das empresas de tecnologia, Florianópolis ocupa a terceira posição no Brasil, com R\$ 4,7 milhões por empresa. A capital catarinense perde apenas para os polos tecnológicos de Campinas (SP) e Rio de Janeiro (ABES, 2015)

Florianópolis, Tabela 13, no setor de Software apresentar 257 empresas ficando esse setor da TI em segundo lugar, o primeiro vai ser de “serviço e comércio” com 315 empresas. O que poderia se explicar já a capital tem como principal fonte de arrecada o setor terciário de comércio e serviço.

Se comparar a Tabela 13 com a Tabela 14, o número de empresas no setor de TI era de 586 no ano de 2014, passando em 2017 para 2.248, ou seja o aumento foi quatro vezes maior em 3 anos o que demonstra o potencial no setor de Florianópolis.

Mais recentemente, Tabela 14, segundo os dados da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina existem 718 empresas de software, se comparado com 2014 mais que dobrou o seu número.

## Ilustração 72 - Representatividade das empresas mundiais na indústria de Tecnologia da Informação (TI)



FONTE: ABES, 2015, p.06.

Isoladamente, o setor de Software e Serviços de TI (excluídas as exportações) alcançou US\$ 25,2 bilhões no ano de 2014, número que colocou o Brasil na liderança de investimentos de TI na América Latina, respondendo por 46% do mercado (ABES, 2015, p. 9). Ilustração 73.

### Ilustração 73 - Principais na indústria de Tecnologia da Informação (TI) da América Latina

**Mercado Latino-Americano de TI 2014 - US\$ 128,9 Bilhões / Latin American IT Market - (US\$ Billion)**



FONTE: ABES, 2015, p.09.

Dentro da indústria de TI, o estado de Santa Catarina “historicamente as principais concentrações de empresas de *software* ocorrem nos municípios de Florianópolis, Blumenau e Joinville. No período recente, municípios como Criciúma e Chapecó também vêm galgando posição de realce no plano estadual “ (LENZ, 2015, p.01).

Segundo reportagem da Revista Exame (06/04/2017)<sup>291</sup>:

Com o segmento de tecnologia e startups em ebulição, a cidade tem importado mão-de-obra qualificada para dar conta da expansão que vive. “Nós temos mais 900 empresas de tecnologia só em Florianópolis que, juntas, trazem um faturamento de 5,4 bilhões reais, que é quatro vezes maior do que o retorno que o turismo traz”, diz Daniel Leipnitz, presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate).

291

Disponível: <http://exame.abril.com.br/carreira/florianopolis-vagas/>, acessado em abril de 2017.

O fato de Florianópolis ter um papel relevante no setor de Tecnologia da Informação, a Porção Norte está sendo a região que mais vem atraindo investimentos para a região tanto privados com a construção de várias salas comerciais, e de comércios, como de infraestrutura como os recursos recebidos pelo PAC. O próprio setor de tecnologia apresenta áreas destinadas ao setor como a ACATE, Parque Tecnológico Alfa, o Sapiens Parque.

A **Ilustração 65**, com as empresas de tecnologia ao longo da SC-401, assim como de alguns comércios e estruturas governamentais importantes. A maioria das salas comerciais apresenta algum tipo de empresa de TI.

Dentre os prédios voltados as empresas de TI, temos o empreendimento Corporate Park que se localiza em Santo Antônio de Lisboa, ANEXO VII. Nele, existem 16 empresas de tecnologia. Dessas empresas, 12 são brasileiras, duas são americanas (HostGator Brasil, e Infraestrutura e Meio Ambiente CB&I), uma inglesa (Tecnologia e Inovação Educacional -BRAVI SOFTWARE), e outra Sueca (Tecnologia e Software Toccatto Tecnologia).

Em entrevista com o diretor da Construtora “Rá Incorporações LTDA”, e também administrador do Corporate Park, (Anexo VIII-modelo de questionário), Frederico Campos Didoné<sup>292</sup>, o prédio comercial foi construindo pensando em atender esse público do setor tecnológico e de markentig, apresentando uma estrutura mais elevada para passar toda a fiação e cabeamento, assim como espaços amplos. Em 2015, o m<sup>2</sup> de cada sala custava 40 reais, em uma sala de 100 m<sup>2</sup>, o aluguel chegava a 4 mil reais.

Outros aluguéis voltados ao comércio também se concentraram ao longo da SC-401, como é o caso do espaço onde se instalou o Supermercado Compre Fort cujo valor equivale ao percentual de 1.2% a 1.3% do lucro mensal, sendo que o lucro é, em média, de 10 milhões, o que faz o aluguel chegar até 130.000 reais por mês<sup>293</sup>.

O setor de tecnologia, a cada dia, vem atraindo mais empresas do setor como também estimulando outras empresas e comércios ao longo da SC-401.

Outra vantagem do setor tecnológico é que precisa de pouco

<sup>292</sup> Entrevista feita em 23/07/2015.

<sup>293</sup> Entrevista feita em novembro de 2015 com o diretor do FortAtacadista de Santo Antônio de Lisboa., Jocenei Marcos Cunha.

espaço para trabalhar, e com isso cresce o número de salas comerciais em Florianópolis estimulando também o setor imobiliário, como uma forma de investimento frente à necessidade da economia local. Essas empresas são indústria de ideias, fábricas de produção sem chaminé, não precisam de estradas para levar o seu produto, basta uma boa conexão de internet para atingir o mundo e conquistar novos mercados.

Ao analisar essas mudanças do mercado econômico de Florianópolis cabe destacar uma passagem do livro “Os Centros Urbanos: a maior invenção da humanidade”, quando o autor se refere ao desenvolvimento da tecnologia da informação na Índia que:

ainda é pobre, mas está crescendo a ritmo febril, e Bangalore, a quinta maior cidade indiana, está entre os maiores sucessos do subcontinente. A riqueza de Bangalore não vem de sua força industrial (embora ainda produza muitos têxteis), mas de sua força como cidade de ideias (GLAESER, 2011,p.07)

As cidades estão despontando em toda a parte “têm sido os motores da inovação desde a época de Platão e Sócrates discutindo em um mercado ateniense. As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as ruas de Birmingham nos deram a Revolução Industrial” (GLAESER, 2011, p.03), elas concentram pessoas e trazem ideias, seduzem à muitos com a esperança de ascender financeiramente. Esse movimento de êxodo do campo para a cidade vem ocorrendo ao longo da história das civilizações, e se acentuando, conforme vão evoluindo os meios de produção de uma sociedade.



## CONCLUSÃO

A tese analisou a dinâmica do processo de urbanização da Porção Norte da Ilha de Santa Catarina, a partir do paradigma da formação sócioespacial do litoral catarinense, tendo como base desse processo histórico o modo de produção voltado para a pequena produção mercantil.

Esse **primeiro processo de ocupação e urbanização** é marcado com a vinda dos imigrantes açorianos no século XVIII, não só para o litoral catarinense como também para Florianópolis, e conseqüentemente da Área de Estudo. A instalação desses imigrantes caracteriza significativo planejamento estatal português no sul do Brasil (SILVA, 1992), tendo não apenas o enfoque na ocupação como também a instalação de manufaturas que gerassem renda para o capital português. E a Porção Norte da Ilha de Santa Catarina, acaba se inserindo nesse contexto.

O desenvolvimento da atividade agrícola implementada por essa pequena produção, vai ganhar destaque, sobretudo na área de pesquisa da tese, pois segundo dados do ano de 1872, as localidades do norte tinham um total de 2.209 lavradores (CARDOSO, 2000, p.111) sendo que existiam na Ilha 5.126. Ou seja, era onde se concentravam a maioria dos pequenos produtores. Isso se explica por ser, já nessa época, a segunda área mais ocupada, atrás apenas da parte central (Centro de Desterro, atual Florianópolis).

Outro ponto relevante da Área de Estudo, foi o aspecto geográfico ter sido favorável, pois apresenta terrenos mais planos, um litoral bem recortado com baías, rios, assim como um posto da alfândega, localizado em uma das freguesias que compõem a Porção Norte. Era a freguesia de Santo Antônio de Lisboa, onde muitos navios atracavam para abastecer seus navios com água potável e se abrigar na baía contra os ventos fortes. Além disso, era a região polarizadora da área de estudo, onde chegavam vários produtos que iam para o centro de Florianópolis, o porto principal da cidade.

Devido a esses fatores, comprovou-se a importância da região no processo de produção agrícola em Desterro. Por outro lado, esses açorianos vão apresentar um quadro de pobreza não condizente com a sua produção, justificada por suas obrigações com a coroa portuguesa. É com a primeira Dualidade Brasileira (RANGEL, 1981) que o pacto de poder em Santa Catarina vai se configurar de forma diferenciada, por apresentar uma pequena produção mercantil, ao contrário do restante do Brasil, o comércio dos produtos estava nas mãos do capital comercial

português. Na Ilha, esse monopólio português do comércio era encaminhado ao poder administrativo e centralizado no Rio de Janeiro, motivo esse que dá continuidade ao quadro de pobreza do pequeno produtor açoriano.

Esse quadro se modifica com as duas crises econômicas nos “centros dinâmicos” no século XIX, quando a economia interna brasileira é favorecida pela “substituição de importações”. A primeira fase vai de 1815-1847, fase “b” do primeiro Kondratief, tendo como reflexo na Ilha, a comercialização dos produtos do pequeno produtor açoriano no abastecimento local, como também no centro de Desterro. No segundo momento (período de 1873-1896), a fase “b” do segundo Kondratief (RANGEL, 1981), a pequena produção mercantil açoriana passa a fornecer produtos não apenas a Florianópolis, mas também aos novos imigrantes dos Vales Atlânticos Catarinense.

Nesse final do século XIX, ocorre o **segundo processo de urbanização** ligado à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, denominado por Rangel, de Segunda Dualidade Brasileira ao se romper o monopólio comercial com Portugal. No caso catarinense, surge uma nova classe ligada ao capital comercial, como Hoepcke, que investe na estrutura portuária e no setor industrial. Como a Área de Estudo tinha sua base econômica voltada à pequena produção acabam ascendendo também e desenvolvendo o comércio local.

Já o **terceiro processo de urbanização** da Ilha de Santa Catarina (BASTOS, 2000) marca uma nova etapa no início do século XX, e surge devido a inovação das forças produtivas e a inserção do capitalismo industrial, dentro de um cenário nacional marcado por uma política de Estado, que promoveu através da substituição das importações, um incentivo ao processo de industrialização interna brasileira.

Como reflexo, em Florianópolis, ocorre a decadência da pequena produção mercantil que não inovou a sua força de trabalho diante de um novo cenário que se instalava no Brasil. Por outro lado, os imigrantes alemães e italianos que vieram no século XIX, passam a implementar indústrias em Santa Catarina. Com a crise da pequena produção agrícola e pesqueira na Ilha de Santa Catarina, muitos agricultores do interior acabam, a partir da década de 1940 e 1950, migrando para outras regiões.

Esse processo de êxodo rural foi muito forte na área de estudo. Segundo dados do Censo de 1950, na Ilha de Santa Catarina havia 67.540 moradores e no Norte 8.269; já em 1960, a capital do Estado era de 77.585 contra 1.889 na Área de Estudo. Ao analisar o Censo das localidades de Florianópolis nota-se que a única região que aumentou a

sua densidade demográfica foi a parte central onde se concentrava a administração do Estado catarinense e algumas empresas estatais. O interior por sua vez sofre uma diminuição populacional, devido a decadência dessa pequena produção, e como a Área de Estudo era uma das que mais concentrava agricultores, acabou sofrendo fortemente com esse impacto.

O empobrecimento dos pequenos produtores agrícolas acarretou sua expropriação da terra e muitos tiveram de emigrar para outras regiões em busca de emprego, como Santos e o Rio Grande, pois a nova configuração do modo de produção se inseria em outro contexto: o capitalista. É a partir da década de 1970, que se intensifica o processo de valorização da terra motivado pelos investimentos em infraestrutura do governo federal, como as rodovias de acesso ao Norte da Ilha.

O pacto de poder feito durante na terceira dualidade brasileira (RANGEL, 1981), durante a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas com as oligarquias regionais, como os Ramos e a burguesia nascente Bornhausen e os Konder moldaram as políticas aplicadas e a organização do Estado catarinense. No caso de Florianópolis, sobretudo a Área de Estudo, a Porção Norte da Ilha foi uma das que recebeu grandes investimentos devido ao interesse das grandes elites florianopolitanas. E atualmente, é uma das regiões onde apresenta melhor infraestrutura, só atrás da parte central da Cidade. É também onde estão localizadas as maiores Áreas de Urbanização Espacial presentes no Plano Diretor da capital, onde se objetiva fazer grandes empreendimentos de alto padrão como o “Pedra Branca” em Palhoça.

Essas áreas foram ainda mais valorizadas com os investimentos nos últimos anos pelo poder público através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), quando foram injetados só na Rua Padre Rohr no distrito de Santo Antônio de Lisboa R\$4.984.929,88. Outros investimentos importantes, como a duplicação da SC-403 que dá acesso aos Ingleses, orçada em R\$ 36,2 milhões<sup>294</sup> e o elevado de Canasvieiras, no valor de R\$12 milhões<sup>295</sup>, todas obras essenciais para o Norte da Ilha, sendo uma das regiões que vem recebendo várias obras de grande porte.

A Porção Norte ainda apresenta projetos como o PLAMUS

<sup>294</sup> (Jornal Notícias do Dia, 03/11/2014).

<sup>295</sup> (Jornal Notícias do Dia, 13/10/2015).

<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/elevado-de-canasvieiras-em-florianopolis-deve-ter-trafego-liberado-na-proxima-semana>, acessado em novembro de 2015

apresentado pela Secretária do Estado do Planejamento, em 2015, visando futuramente ligar o Norte da Ilha através do BRT (Bus Rapid Transit), onde esta obra iniciou sua execução no início de 2017, e irá contemplar apenas a parte Central da Ilha, ou seja, ligará a Universidade Federal ao centro da cidade.

Todos esses investimentos fazem com que a região valorize, e consequentemente atraia ainda mais investimentos de alto padrão como o polêmico aeroporto que tenta se implementar no distrito do Ratoles, que dará um acesso mais rápido através da SC-401 aos turistas e moradores de Jurerê Internacional, por exemplo.

As mudanças que ocorreram a partir da década de 1960, sobretudo ligadas ao uso e ocupação do solo, auxiliaram uma nova conjuntura na Ilha, tendo reflexos até hoje nas **recentes expansões urbanas**. Objetiva-se a construção de grandes prédios, um processo de verticalização e adensamento populacional da área urbana da Ilha. Algumas avenidas importantes como a Beira-mar Norte e a SC-401 marcaram essa passagem da década de 1960 para 1970 quando ocorreu um “boom imobiliário” (CAMPOS, 2010).

Em 1960, vem para Florianópolis, investimentos de estatais, além da parte administrativa estadual e federal, o que atraiu não apenas pessoas, como também a necessidade de investimento em infraestrutura como os que se seguem na década de 1970. A própria construção da BR-101 permitiu ligar a Ilha de Norte a Sul do Brasil, e foi um dos impulsionadores do turismo.

O crescimento populacional e a formação de uma classe média e média alta ligada ao funcionalismo público, em sua maioria, permitiu que ocorresse um “**boom imobiliário**” na década de 1970 (CAMPOS, 2010), sobretudo nas duas regiões que ganhavam fôlego com empreendimentos voltados para a “elite”: o norte e o leste da ilha. Essa expansão só foi possível com a construção do contorno-norte, facilitando o acesso a essas regiões, assim como também o avanço do turismo nesses balneários.

Nos anos 80, “a proposta do turismo ganhou credibilidade, sensibilizando ainda mais a esfera política na condução de investimentos públicos em campos infraestruturais, atraindo setores empresariais, internos e externos, representativos do grande capital e, também, cativando os pequenos investidores.” (LAGO, 1996, p.363).

No caso da Área de Estudo, famílias importantes acabam sendo beneficiadas com esses investimentos públicos, como a família Daux, uma das pioneiras no turismo em Canasvieiras. Esse setor da construção civil vai ativar a economia, e com isso surgem grandes

empreendimentos como a Praias Brava e Jurerê Internacional,

Os **anos de 1980**, por outro lado, são marcados por uma **crise econômica** no cenário brasileiro, porém possibilitou a expansão desses investimentos iniciados na década de 1970 nos Balneários. As grandes empresas da construção civil, diante do cenário econômico, acabam dando espaço às pequenas empresas que passam a investir em condomínios multifamiliares, já que Florianópolis continua a crescer demograficamente. Novamente o Norte da Ilha avança o seu processo de uso e ocupação do solo, através do aumento dos loteamentos, condomínios e o fato de pessoas passarem a fixar ali residências permanentes e não só de veraneio.

Esses condomínios multifamiliares,- prédios na área central (distrito Centro e parte do Continente) apresentaram-, entre o ano de 2010 e 2014, um total de 211 pedidos de alvarás, segundo SMADU (2015). Já a Porção Norte apresentou no mesmo período 207 pedidos. Por outro lado, as autorizações para a construção de casas em condomínios fechados de acordo com a Área de Estudo é a que apresenta maior relevância segundo dados coletados em 2015 com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

A **explosão imobiliária a partir do ano de 2000** (CAMPOS, 2010) se dá pela estabilidade econômica e incentivos aos financiamentos imobiliários. Assim como a vinda cada vez mais intensa de pessoas em busca de qualidade de vida, (índices divulgados em várias reportagens nacionais e internacionais). O turismo também fez com que a cidade virasse objeto de desejo e a cada ano o número de turistas só crescesse.

Florianópolis passou a ser uma cidade contemporânea, sem ter sido uma “cidade industrial”, pois, por ser a capital do Estado, concentrou a parte administrativa estadual e federal, além da instalação de algumas empresas estatais. Isso fez com que a cidade se voltasse para o setor do comércio e de serviço. Formou uma classe média com salário acima da média brasileira, o que acabou atraindo pessoas e empresas, sobretudo nos últimos anos.

A Área de Estudo vai concentrar atividades turísticas por apresentar melhor infraestrutura hoteleira, como o “Resort & Spa Costão do Santinho, localizado na Praia do Santinho, Norte da Ilha de Santa Catarina” (SANTOS, 2012, p.191), segundo Santos (2012) um dos três principais no Estado. Além disso, os “Beach Clubs” são outro atrativo a turistas não apenas nacionais como internacionais, o que torna muitas dessas regiões cobiçadas não apenas aos turistas, como ao setor da construção civil.

Mais recentemente, as empresas de tecnologia visam sua

expansão rumo ao Norte de Florianópolis, pois a instalação do “Sapiens Parque” (Parque tecnológico) e mesmo incentivos do governo estadual para a instalação de incubadora, fazem com que empresários, e mesmo empresas como “a Softplan” (uma das mais importantes no setor de Tecnologia da Informação-TI) migrem para essa região. Esse é um dos setores que mais crescem e vem ganhando espaço na economia da cidade.

Todas essas atividades econômicas, como o turismo, comércio, construção civil e empresas de tecnologia, têm relevante representatividade na economia do município de Florianópolis com participação significativa na Porção Norte da Ilha de Santa Catarina. E essa dinâmica urbana vem sendo estimulada pelo crescimento desses setores econômicos a medida que vão ganhando força na área de estudo.

## REFERÊNCIAS

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOFTWARE – **Mercado brasileiro de software 2015**. Disponível em: <http://central.abessoftware.com.br/Content/UploadedFiles/Arquivos/Dados%202011/mercado-brasileiro-de-software-02-2015.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015.

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOFTWARE. **TI e Internet lideram ranking de fusões e aquisições**. Disponível em: <http://www.abessoftware.com.br/noticias/ti-e-internet-lideram-ranking-de-fusoes-e-aquisicoes>. Acesso em 3 de junho de 2015. ABREU, Mauricio de Almeida. Pensando a cidade do Brasil no passado. In: FRIDMAN, Fani; HAESBAERT, Rogério (org). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALBUQUERQUE, Manoel M. de. **Atlas histórico escolar**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1983.

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação Imobiliária e Segregação Social em Palmas do Tocantins**: uma análise a partir dos programas de habitacionais no período de 2000 a 2008. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU pertencente a Universidade de Brasília, 2009. <http://docplayer.com.br/7530728-Francisco-otaviano-merli-do-amaral.html>

AMORIM FILHO, O. B; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: 2002. p.1-22.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANTÔNIO, Tamires Polla. **UDN e Afonso Guizzo**: o domínio político udenista em Ararangua na terceira república. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel e Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Crisiúma-SC, 2014.

Disponível:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3008/1/TAMIRE%20POLLA%20ANT%20C3%94NIO.pdf>, acessado em janeiro de 2017.

AHU-SC, cx. 6, doc. 386. Carta do governador João Alberto de Miranda Ribeiro à rainha Dona Maria I, em 16 nov. 1797, fls. 06 e 07.

\_\_\_\_\_, Mauricio de Almeida. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n56, jul-dez.1994 (p.21-122).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ilha de Santa Catarina: Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX**. Assessorial Cultural, 1979.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Centro de Memória. “Ofício colocando as dificuldades dos caminhos entre as duas localidades: Santo Antônio e Rationes”. Ofício 1841-1843.

Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Caixa 29- nº. 75, p. 08 e 09, 1835-1841.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Ofícios do Governador à câmara Municipal (1752-1817)**, Tomo II, v.1, Caixa 49, p.32 e 33.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Ofícios das Câmaras Municipais ao Governador da Capitania de 1776 a 1808**, Núcleo de Estudos Portugueses- Universidade Federal de Santa Catarina. Tomo IX, voll, Caixa 49, p. 45 e 46, Ilha de Santa Catarina, 1995.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Carta ao Juiz de paz, Antônio Manoel de Souto ao presidente da Província em 23 de novembro de 1831**.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SABER, Emir (org). 10 anos de governo pós-neoliberalismo no Brasil: a e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARROS, Edy Álvares Cabral. **A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio de Lisboa: 1841 a 1910: a sua**



Transição demográfica. Florianópolis, 1979. Universidade do Estado de Santa Catarina (Mestrado em história).

BASTOS, José Messias. Urbanização, Comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Mauricio A. dos (ORG). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BATISTA, Gisele Victor. **A Geo-grafia: a paisagem desenhada aos olhos dos moradores do Morro do Mocotó**. Universidade Federal de Santa Catarina- Centro de Ciências e Filosofia- Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia, 2002.

BECKER, Débora. **Condomínios horizontais fechados: avaliação de desempenho interno e impacto físico-espacial no espaço urbano**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, UFRGS, 2005.

BELLET, C. S.; LLOP, J. M. T. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, v.8, n.165, maio, 2004.  
Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em: 16 abril 2013.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

BILÉSSIMO, Angelo. **Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880)**. 2007. 161 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Curso de História- UDESC. Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_, Ângelo. **Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880)**. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

BITENCOURT, Suzana. **Castelo de Areia: o Turismo de Litoral em Florianópolis (1930-1980)**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2005.  
Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

BONATELLI, Maria José. **As Rendas**. In: Faculdade Catarinense de Filosofia- Curso de Geografia e História- Cadeira de Antropologia Cultural (Prof. Oswaldo Cabral), Florianópolis, 1956.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Pesca em Santa Catarina**. Santa Catarina: Federação das Colônias Cooperativas de Pescado de Santa Catarina, 1934.

BOITEUX, Henrique. Santa Catarina no Parlamento, o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. In: **Revista do IHGSC**, v. 5, 1916.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catharinense**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

BORCHAEDT, Julian. **O Capita: edição resumida**. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BORN, Sandra. **Falás na cidade de Florianópolis: relações de poder e formação de redes sociais (1945-1964)**. 2007. 128p. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação e Cultura, Florianópolis, 2007.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**. Florianópolis, Fiesc, 1988.

BRANCHER, Ana (org). A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina - estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRITO, Paulo Jozé Miguel de. **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina**. Florianópolis: Sociedade Literária Biblioteca Catarinense, 1932.

BRITO, F.; Souza, J. **Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2005.

CABRAL, Oswaldo R. Os Grupos de Negros em Santa Catarina. In: **Laguna e outros ensaios**. Florianópolis, IOESC, 1939.

\_\_\_\_\_. **A Vitória da Colonização Açoriana em Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 19-.

\_\_\_\_\_. **Nossa Senhora do Desterro II.** Florianópolis: Impresso na UFSC, maio de 1972.

\_\_\_\_\_, **História de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CAMPANÁRIO, Paulo. Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050). In: **Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis-IPUF**, 2007.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comunais e Pequena Produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed./ Ed. Da UFSC, 1991.

\_\_\_\_\_, Nazareno. **Revista Arquipélago.** Ponte Delgada: Açores, 2009.

\_\_\_\_\_, Nazareno. Usos e Formas de Apropriação da Terra da Ilha de Santa Catarina. In: **Geosul: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V1, n1 (1º semestre 1986- Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão Imobiliária e seus Impactos Ambientais em Florianópolis.** Florianópolis: Insular, 2004.

\_\_\_\_\_. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil.** Florianópolis: Insular, 2010.

CASARIL, Carlos C. **A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão- Paraná.** 2014. Dissertação (Mestrado)- Universidades do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas- Mestrado na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, Florianópolis, 2014.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** São Paulo, Ed. Paz e Terra, original de 1979.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M.E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias: espaços em transição**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 245 - 364.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3ª ed. Trad. de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo, Contexto, 1992.

CARVALHO, Patrícia Nasser; SENHORAS, Elói Martins. Evolução da Formação Territorial da América do Sul: da fragmentação colonial ao espaço regional transnacional da União Sul-Americana. In: **V Jornadas Latino-americanas de História das Relações Internacionais, 2007**, Porto Alegre. Anais da V Jornadas Latino-americanas de História das Relações Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CARNEIRO, Fernanda Maria Trentini; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Olhar em circulação: os anjos da capela de Nossa Senhora das Necessidades**. 2007. 78 p. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina.

CARUSO Jr., F. **Mapa geológico e de recursos minerais do sudeste de Santa Catarina**. Brasília: DNPM, 1993. (Programa Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica), mapa, escala 1:50.000.

CAVICCIOLI, Maria Ângela Bizari. **As hortaliças na grande Florianópolis: da produção ao consumo, a ação dos agentes intermediários**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 1997.

CECCA- Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Unidades de**

**Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina:** caracterização e legislação/ CECCA. Florianópolis: insular, 1997. 160p.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: **L'Informattion Geographique**, 12<sup>o</sup> année, n<sup>o</sup>3. Mai-Juin, 1948. Traduzido por L.M.C.Bernardes.

\_\_\_\_\_. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos.** In: Boletim. Geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany.** trans. C.W.Baskin (first published 1933). Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

CLARAMUNT, Maria Cristina. **Configuração urbana e identidade espacial:** estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A invasão castelhana na Ilha de Santa Catarina, em 1777, na escrita epistolar do 2<sup>o</sup> Marquês do Lavradio. In: **II Encontro Internacional de História Colonial: A experiência colonial no Novo Mundo (séculos XVI a XVIII)**, 2008, Natal. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneime Revista de Humanidades. Natal, 2008. v.9.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades Médias: discutindo o tema. IN: Sociedade e Território, Natal, v.25, n<sup>o</sup>1, p45-61, jan/jun.2013.

CONTE, C.H.; FRESCA, T.M. Cidades Médias: percursos conceituais e realidade- o exemplo de Foz do Iguaçu-PR. In: Revista Geografar. Curitiba, v.6, n.1, p. 192-211, jun/2011.

COSTA, Antônio José de. Bancas de Peixe (1791). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.** Florianópolis: Typ. Da Escola dos Artífices, 2 sem., 1943.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XXIX, n<sup>o</sup>4, 1967.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias: espaços em transição**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 245 - 364.

\_\_\_\_\_. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias: espaços em transição**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e Formação Espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Revista **Território**, Rio de Janeiro, ano. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

CLARK, David. **Introdução a geografia urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 286p.

CRUZ, Martins da Cruz. **A Contribuição de Alemães e Descendentes para a Formação Sócio-Espacial Catarinense: o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Departamento de pós Graduação em Geografia, 2008.

Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0348-D.pdf>, acessado em novembro de 2013.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e História ao Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1989 (Coleção Reconquista do Brasil. 3. série, v.7).

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-

IBGE. Ano 1, julho de 1947\_Nº1.

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 2, janeiro de 1948\_Nº2.

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 2, janeiro de 1948\_Nº3.

DIAS, Wilmar. DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 1, janeiro de 1947\_Nº1

DUTRA, Ricardo Aldo. **Florianópolis: a organização político-administrativa a intendência distrital 1889-1992**. Dissertação de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade e do estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

EPAGRI- Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap), Síntese informativa da Maricultura, 2014.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A.da. Formação socioespacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). In: **Experimental**, n 3, p.61-67, setembro, 1997.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Centro de Sócio-economia e Planejamento Agrícola. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2008-2009. Coordenação: Econ. Luiz Marcelino Vieira, Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2009.

EPAGRI- CEDAP, Síntese Informativa da Produção de Moluscos, 2009. (disponibilizado no site:

[http://www.cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&Itemid=173](http://www.cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=173))

\_\_\_\_\_. Ostras e mexilhões inspecionados. Florianópolis: (Epagri Boletim Didático, 88), 2010.

FERREIRA, Sergio Luiz. **Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960). Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Departamento de História, 2006.

\_\_\_\_\_, Sérgio Luiz. **Histórias Quase Todas Verdadeiras: 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui**. Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998.

\_\_\_\_\_, Sergio Luiz. **Santo Antônio de Lisboa, 310 anos: sua gente, sua igreja e sua festa do Divino**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

\_\_\_\_\_, Sergio Luiz. **Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

FIDÉLIS, F. N. L. **Uma abordagem sobre as profundas modificações na morfometria fluvial da bacia hidrográfica do Rio Ratonas - Florianópolis/SC**, em um período de quarenta anos e suas consequências. Florianópolis/SC, 1998. 255 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora-universidade de São Paulo, 1968.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2.193, de 03 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento o uso e ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providencias. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1010610/lei-2193-85-florianopolis-0>. Acesso em: 17 mar. 2015.

FRANÇA, I. S. de.; PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R.; MEDEIROS,



D. L. Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior: Estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. In: **Revista Formação, Presidente Prudente**, v. 2, n.16, p.52-70, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias**. Revista Mercator, Fortaleza, nesp., dez./2010, p. 75 - 81.

**Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis**. Meio Ambiente que Faz a Gente. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.

GERLACH, Gilberto. **Desterro: Ilha de Santa Catarina**. Floiranolópolis: Editora Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, v.1, 2001.

Governo do Estado de Santa Catarina- 1ª mensagem anula 15 de abril 1961.

GEIGER, Pedro Pichas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

HABITASUL. Disponível em [www.habitasul.com.br](http://www.habitasul.com.br). Acesso em 10/09/2015.

HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC/ Lunardelli, 1996.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981. 120p.

\_\_\_\_\_, Laura Machado. **Histórica Econômica e Financeira**. In: **MELO, O.F. de História Sócio-Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube 12 de Agosto, IHGSC, Lunardelli, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IBGE. **Censo demográfico**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1952, 445p. (Série Regional, parte 19).

IBGE. **Censo demográfico**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1955. 106p. (Série Regional, v. 27, t. 1).

IBGE. **Censo demográfico de 1960**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: 157p. (Série Regional, v.1 – Tomo XV – 1º parte)

IBGE. **Censo demográfico**. Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1970, 575p. (Série Regional, v.1 – Tomo XX).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Pecuária Municipal**. v 42. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p 1-39.

\_\_\_\_\_. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Disponível:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em fevereiro de 2016.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (Prefeitura Municipal de Florianópolis). Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis. Florianópolis: IPUF, 1998. 238p.

IPHAN. **Aspectos históricos e de evolução urbana: Santo Antônio de Lisboa**. Florianópolis, documento datilografado, junho, 1984.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **As freguesias luso-brasileiras na Região da Grande Florianópolis**.

Florianópolis: IPHAN, janeiro de 2015.

Disponível:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento.pdf>, acesso outubro de 2016.

IPUF. **Guia Florianópolis**. Florianópolis. Edição Edeme, IPUF, 1992.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa**: Referencias histórico-culturais do Distrito de Santo Antônio. N°13. maio de 2002

KOHLER, Maria Claudia Mibielli. **Agenda 21: desafios da implementação**. Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e

Florianópolis. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública. 2003. Acessado: file:///C:/Users/Giselli/Downloads/Maria\_Claudia\_Kohler\_diss.pdf, janeiro de 2016.

KÖRBER, Aline Schaefer. **Condomínios fechados horizontais de Cacupé no contexto urbano de Florianópolis**: os lugares fora do lugar. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

KRIEGER, Patricia. **Os donos de Jurerê: Disputas de terras no bairro mais caro de Florianópolis**. Relatório do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Projetos Experimentais. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão- CCE- Departamento de Jornalismo. Florianópolis, 2014. Disponível:[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131016/PATR%C3%8DCIA%20KRIEGER\\_rel%C3%B3rio\\_t%C3%A9nico.pdf?sequence=2](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131016/PATR%C3%8DCIA%20KRIEGER_rel%C3%B3rio_t%C3%A9nico.pdf?sequence=2), acessado em janeiro de 2016.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993

LACERDA, Eugenio Pascele. **O atlântico açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2003.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A Terra- o Homem e a Economia**. Florianópolis, 1968.

\_\_\_\_\_. **Florianópolis: A Polêmica Urbana**. 1. ed. Florianópolis : Franklin Cascaes, 1996.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário**. 1983. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora UFSC, 1996.

LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Florianópolis, v. 245, p. 1-187, out/dez, 1959.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora Insular, 2007.

LEAL, Greisse Q. **Moradia na Cidade:** a produção capitalista do espaço urbano de Três Lagoas/MS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de concentração: Análise Geoambiental e Produção do Território. Três Lagoas/MS, 2013.  
file:///C:/Users/Giselli/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Greisse.pdf

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. Londrina não é cidade média. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25, SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009. p.1-15.

LENZ, Talita Cristina Zechner. **A geografia da indústria de software em Santa Catarina: concentração e dispersão espaciais.** 2015. 350 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2015. Disponível em:  
<<http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0593-T.pdf>>

LIMA, André Cordeiro de Araujo. **Relatório que o presidente da Província de Santa Catharina Dr. André Cordeiro de Araujo Lima dirigio a Assembléia Legislativa Provincial:** no ato da abertura de sua sessão ordinária em 25 de março de 1870. Cidade de Desterro: Topographia de J.j.lopes, 1870.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente.** Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2007.

LOJKINE, Jean. O papel do estado na urbanização capitalista. In:

FORTI, Reginaldo (org.). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Lohn, Lindolfo Reinaldo. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pontes para o Futuro: relações de poder e cultura urbana**. Florianópolis, 1959 a 1970. 2002. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

LUIZ, E. L. Tipos de Solos do Município de Florianópolis. In: Maria das Dores de Almeida Bastos. (Org.). **Atlas do Município de Florianópolis**. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2004, v. , p. 42-45.

LUZ, Márcio Pinto da. **A Descendência Pinto da Luz**: um casa de açorianos uma grande descendência brasileira. Florianópolis: SECCO, 2008.

MAIA, D. S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) **Cidades Médias e Pequenas**: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador: SEI, 2010. p.15-41.

MAMIGONIAN, Armen. **Industrialização de Santa Catarina**. Atlas GAPLAN. In: Atlas GAPLAN., 1986.

\_\_\_\_\_, Armen. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul-UFSC**, nº3, 1º de sem. 1987.

\_\_\_\_\_, Armen. Habitat Rural Açoriano. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (IBGE). Conselho Nacional de Geografia, 1958.

\_\_\_\_\_, Armen. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Urbano**. In: **Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente**. Florianópolis, 1989.

\_\_\_\_\_, Armen. Vida regional em Santa Catarina. In: **REVISTA**

**ORIENTAÇÃO.** São Paulo: set. 1966.

\_\_\_\_\_, Armem. As Conquistas Marítimas Portuguesas e a Incorporação do Litoral de Santa Catarina. In: Seminário “O Mundo que o Português Criou”, 1997, Revista Eletrônica, Fundaj.

\_\_\_\_\_, Beatriz Gallotti. Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. In: **GEOSUL**. Revista do Departamento de Geociências (CFH). Florianópolis, v.14, n.28, jul/dez.1999.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Geografia Econômica e de História do Pensamento Geográfico** 2005 (Tese de Livre Docência).

\_\_\_\_\_, A. A Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (org) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

\_\_\_\_\_, A. Notas sobre geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos para a geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998, p.203-208.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Impasse da Política Pública no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 2000

MARTINELLO, Dirce Maria. **Santo Antônio de Lisboa: O Pescado Tecendo a sua Própria Rede**. Florianópolis, 1992. Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação da UFSC.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes; Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **A metropolização de Florianópolis o papel do estado** /. Florianópolis, 2000. 319 f.Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MARX, Karl. **Contribuições para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

\_\_\_\_\_, Karl. **Teoria Moderna da Colonização**. In: O Capital. São Paulo: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: abril Cultura, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: Feuerbach- A** contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas. Coleção a obra prima de cada autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MATOS FILHO, Altamiro Morais. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade: uma análise da região de Florianópolis/ SC**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Centro Tecnológico. Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental, 2004.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina, nova dimensão**. Florianópolis: Editora UFSC, 1973.

MELO, Osvaldo F. de. O Componente Açoriano. In: PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense: Coletânea de Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

MING, L. **Viva La vida mansa**. Veja, São Paulo, v. 37, p.62, set, 2007.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1982.

Ministério da Pesca e Aquicultura. **Relatório da Produção Pesqueira e Aquícola de 2008 e 2009**. Disponível no site: <http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>

MIRA, Marly Ana F.B. A População da Ilha de Santa Catarina. In: PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense: Coletânea de**

Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na primeira república**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

NASCIMENTO, Cristiano do. **Da Pequena Produção Mercantil ao Cultivo de Moluscos**: Litoral catarinense. Trabalho de Conclusão de curso da Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, 2005.

NASCIMENTO, Marcelo Vieira; HOCHHEIM, Norberto. **Os cadastros imobiliário e fiscal do município de Florianópolis e o calculo dos tributos municipais : uma análise critica**. 1996. xxix, 337f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico Disponível:<http://www.bu.ufsc.br/teses/PECV0031-D.pdf>>. Acesso em : 1 abr. 1999.

NETO, F.M. Oliveira. **Diagnóstico do cultivo de moluscos em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2005.

NONNENMACHER, Marilange. **Um Lugar de Memória: Rua Conselheiro Mafra no século XX**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências e Filosofia, fevereiro de 2002.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. A. Condições da privacidade na colônia. In: **História da vida privada na América Portuguesa**. Organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOPEs, Adriane. **Memórias da Tradição**: praia dos Ingleses Ilha de Santa Catarina. Jaraguá do Sul: Impressul Indústria Gráfica, 2015.

OLIVEIRA, Thiago Paulo Silva de. **Planejamento Público Local e Fontes de Financiamento para Projetos de Desenvolvimento**: a evidência no caso de Florianópolis. Universidade Federal de Santa



Catarina- Departamento de Ciências Econômica, Florianópolis, 2009.

OLIVEIRA, Antônio T.R. de; ERVATTI, Leila R.; O'NEIL, Maria M. V.C.O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: IBGE, Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Disponível:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf#page2>,  
acessado em novembro de 2015.

OLIVEIRA, A.P. **A história do turismo em Florianópolis**.

Florianópolis: PalavraCom, 2011.

OLIVEIRA, Lisete Assen de. O espaço de colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina: suas particularidades e suas marcas no presente. In: **SHCU 1990**: Seminário de história da cidade e do urbanismo, v.4, n.3, 1996.

Disponível:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/36>,  
acessado em outubro de 2013.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo, et all. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

Disponível:

[http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepapublicacoes/organicos.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/organicos.pdf),  
acessado em março de 2016.

OSTRENSKY, Antônio; BORGUETTI, José R.; SOTO, Dóris.

**Aqüicultura no Brasil**: o desafio é crescer. Brasília, 2008. Disponível no site: <http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>.

PASSOS, Elsom B.dos; OROFINO, Flávia G.O Saneamento Básico na Ilha. In: PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense**: Coletânea de Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. EDEME, 1973.

\_\_\_\_\_, Evaldo. **Hercílio Luz Governador Inconfundível**. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina: IOESC, 1976.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro : Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

PEREIRA, Nereu do Vale, [et al] organizador. **A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Florianópolis das 100 praias**. Florianópolis: Mares do Sul, 1999.

\_\_\_\_\_, Nereu do Vale. **Os Engenhos de Farinha de Mandioca da Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense**. Florianópolis: Ed. Fundação Cultural Açorianista, 1992.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização** (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardeli, [198- ].

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e modernização: um estudo da modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Ed. Lunardelli/ UDESC Editora, 1974.

PEREIRA, Raquel M.F. do Amaral. **A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana- FFLCH/USP.

\_\_\_\_\_, Raquel M.F. do Amaral. **A Gênese da Formação Social Brasileira**. In: O Mundo que o Português Criou-CNPQ, 1998.

\_\_\_\_\_, Raquel Maria F. do Amaral; VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Geografia e Marxismo: o caso da formação sócio espacial do Brasil Meridional. in: MAMIGONIAN, Armem (org). **Relatório técnico-científico** (CNPQ). Região Sul- Sociedade e Natureza. Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional, expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: notas sobre as microrregiões de Itajaí e Florianópolis. In: **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Año 2011 (ISSN-2115-2563).

\_\_\_\_\_. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. In: *Interações*. Campo Grande, v12, n.1, p.101-111, jan./jun. 2011.

**PELUSO JUNIOR**, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. 1 ed. Florianópolis: FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991. 284 p.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

\_\_\_\_\_. **Tradição e Plano Urbano**: Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina. In: Boletim Geográfico- Conselho Nacional de Geografia- IBGE. ANO XIV, 1956.

\_\_\_\_\_. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. 3ª.fase, n.03, 1981.

**PIAZZA**, Walter F. **A Epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. [Florianópolis]: Editora Lunardelli, Editora da UFSC, 1983.

\_\_\_\_\_, Walter F; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**, 2 grau . 381lorianópolis: Lunardelli, 1983. 150 p.

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

\_\_\_\_\_. (org). **Dicionário Político Catarinense**. 2.ed. Florianópolis: ALESC, 1994.

**PRADO JR**, Caio. **História Econômica do Brasil**. 39º ed. São Paulo:

Editora Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Fórum Agenda 21 Local do Município de Florianópolis**: meio ambiente quem faz é a gente. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.

PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**, janeiro de 2012.

POLI, Carlos Rogério (org). **Aqüicultura**: experiências brasileiras. Florianópolis: Editora Multitarefa, 2003.

\_\_\_\_\_, Carlos Rogério. 1996. **Cultivo de Crassostrea gigas (Thunberg, 1795) no Sul do Brasil**. Tese de Livre Docência, UFSC, Departamento de Aquicultura, Centro de Ciências Agrárias, 114 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Interthesis**, v. 01, n. 01. Florianópolis: UFSC, 2004.

RAMOS, M. H. R. (org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RANGEL, Ignácio. **A História da Dualidade Brasileira**. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, nº4, v.1. 1981.

\_\_\_\_\_, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1v., 2005.

\_\_\_\_\_, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2v., 2005.

\_\_\_\_\_, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-milagre**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no**

**Brasil.** Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1999.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e. **Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro.** Florianópolis: Insular, 1999.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 245, out./dez. 1959.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Publicado Sob os Auspícios do Governo do Estado, v. 3, 1914. 1º e 2º Trimestre.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Typographia da Escola de Aprendizes Artífices, v. 7, 1918. 1º Trimestre.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: 3ª fase, nº 18, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro\\_darcy\\_povo\\_brasileiro\\_for\\_macao\\_e\\_o\\_sentido\\_do\\_brasil.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro_darcy_povo_brasileiro_for_macao_e_o_sentido_do_brasil.pdf)

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do Urbanismo ao Planejamento Urbano: Utopia e Ideologia caso de Florianópolis- 1950 a 1990.** Dissertação de Mestrado em Geografia. CMG/CFCH/UFSC. Florianópolis, 1999.

ROCHA JR., Antônio G. **História e Política em Ignácio Rangel.** Dissertação de Mestrado em História Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

ROSENDAHL, Zeny. O Sagrado e o Urbano: gênese e função das cidades. In: **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, EDIÇÃO COMEMORATIVA, P. 67-79, 1993-2008. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6135/4419>

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Assessoria cultural, 1979.

SANTA CATARINA. **Evolução histórico- econômica de Santa. Catarina:** estudos das alterações estruturais; Século XVIII a 1960. Florianópolis: CEAG, 1980.

SANTA CATARINA. Mensagem Anual do Governador Ivo Silveira encaminhada à Assembléia Legislativa, 1967. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTIAGO, Theo (Org). **Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica.** 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 236p.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 1ªed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Método.** 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Método.** 5.ed. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Método.** 5.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_, Milton. **Economia Espacial.** 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Sociedade.** 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. Geografia e Desenvolvimento Econômico: a contribuição dos geógrafos ao planejamento”. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, out-dez, 1959.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n54, p.81-100, jun.1977.

\_\_\_\_\_. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manual da Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do Homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. Cidade, mais valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teórica e Crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. [1971]. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. Tradução de: Sandra Lencioni. 5. Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. [1996]. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. A.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 200.1

SANTOS, Silvio Coelho dos. Rio Vermelho uma povoação do interior da

Ilha de Santa Catarina. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. nº 27/28. Rio de Janeiro, 1963.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; BROIETTI, Marcos Henrique; MESEIROS, Marlon Clovis. Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho. In: **Cadernos Geográficos**. Florianópolis UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, nº11, maio, 2005, 78p.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”**: fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

SCHMITZ, Paulo C.SILVA, Danísio. **Mercado Público: e suas memórias**. Florianópolis: Editora Vitelli Design, 2007.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números: Pesca e Aquicultura**, 2010.

\_\_\_\_\_, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números: Tecnologia**, 2010.

\_\_\_\_\_, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números: Turismo e artesanato**, 2010.

\_\_\_\_\_, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números: Florianópolis**, 2010.

SIEBERT, C.; SPENGLER, B. A rede urbana de Santa Catarina. In: **XIII ENANPUR- Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**-. 25 a 29 de maio de 2009. Florianópolis, maio de 2009.

Disponível:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2831/2768>, acessado em fevereiro de 2016.

SILVA, Andressa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidades médias. In: **Geoingá: Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia**. Maringá, v.5, n.1, p. 58-76, 2013.

SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento econômico periférico e a**



**formação da rede urbana de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre: UFRS, 1978. (tem na biblioteca da UFSC)

SILVA, Adriana Gondran Carvalho da. **Espaços Públicos, cidadania e turismo no Balneário de Canasvieiras.** Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina - Parte Sul.** Dissertação Curso de Pós-Graduação em História, concentração em Arqueologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos SC: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_, Célia. **Ciclos de Kondratieff e Pequena Produção Mercantil Pesqueira.** In: Geosul: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V14, nº 28 (jul./dez. 1999- Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** Brasiliense e CEBRAP: São Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. IN: MOURA, H.A. de (coord.). **Migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil-BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. T.1, p. 211-244 (Estudos Econômicos e Sociais 4).

\_\_\_\_\_. SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional ( USP ), 1968.

\_\_\_\_\_. **O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista: a produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo, 1979.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** São Paulo: ZAHAR, 1982.

\_\_\_\_\_. **Curso de introdução à economia política.** 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **Aprender Economia.** 14º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

SOARES, Iaponan. **Santo Antônio de Lisboa:** vida e memória. Florianópolis: Lunardelli, 1991

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Revista **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

SOFIA – The State of World Fisheries and Aquaculture – Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2009.

SOUTO, Theodoro Carlos de Faria. **Relatório da Assembléia Provincial de Santa Catharina:** em 25 de março de 1883. Cidade do Desterro: Typographia do Caixeiro, 1883.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina: Séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Ed. FCC edições, 1981.

SOUZA, M. L. de. **A B C do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. (*et al*). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

\_\_\_\_\_. Desafios para o estudo das cidades médias *In:* seminário internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio, 11, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

\_\_\_\_\_. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Revista **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 114-139.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

\_\_\_\_\_, Maria Inês. **As intervenções-viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno Norte-Ilha**. Dissertação apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

TAUNAY, Affonso D'E. **Santa Catarina nos anos Primêvos**. Separata dos Anais do Museu Paulista. T.IV, São Paulo, 1931.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira**. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida - Lisboa 2000.  
[http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo\\_07.htm](http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_07.htm) , acesso em fevereiro de 2010.

TRICART, Jean. **Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas**. Boletim Geográfico nº 135. IBGE, novembro-dezembro, 1956.

TONERA, Roberto. **O patrimônio ambiental urbano de Santo Antônio de Lisboa**. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VÁRZEA, Virgílio. **SANTA CATARINA – A ILHA**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: a ilha.** Florianópolis: IOESC, 1984.

VAZ, Marcelo Cabral. **Lagoa da Conceição: a metamorfose de uma paisagem.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pósgraduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis: espaço público do ritual.** Florianópolis: Editora UFSC/ FCC, 1991.

VEIGA, Eliana Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana.** Florianópolis: Ed. Da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Transporte coletivo em Florianópolis: origens e destinos de uma cidade à beira-mar.** Florianópolis: Insular, 2004.

VICENTE, André Luiz. **Diagnóstico de Problemas e Demandas da Malacultura em Santa Catarina: uma visão de maricultores, extensionistas e pesquisadores.** Universidade Federal do Paraná. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Zootecnia. Curitiba, 2010.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. **Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel Maria F. do Amaral. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: Notas Preliminares.** Florianópolis, Anais IHGSC, 1997.

VIEIRA, Carlos Alberto. **Distrito de Ratoles, Florianópolis, SC: a comunidade tradicional e suas relações ambientais.** Florianópolis, SC, 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de PósGraduação em Geografia.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESC, 2001.

WAIBEL, Leo. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra – sua aplicação a Costa

Rica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano X, n. 1, jan-mar de 1948.

ZANELATTO, João Henrique. De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma, UNESC, 2012. p.54.

**SITES:**

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>, acessado em novembro de 2015.

<http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/qualidade-de-vida/>, acessado em 02/01/2016.

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124\\_empreendedorismo\\_lgb\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_empreendedorismo_lgb_lk), acessado em 22 de novembro de 2015.

<http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br>, acessado em outubro de 2015.

[http://geo.pmf.sc.gov.br/geo\\_fpolis/](http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/), acessado em 02/01/2016.

[http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520\\_218117.pdf](http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf), acessado em novembro de 2015.

<http://www.mpa.gov.br/aquicultura>, acessado em janeiro de 2015.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf#page2>, acessado em novembro de 2015.

<http://www.ipoggo.com.br/uploads/arquivos/896f9c71db1599a2840e3ce5dae0a902.pdf>, acessado em janeiro de 2016.



## **ANEXOS**





## ANEXO I

Tabela dos municípios Catarinenses com mais de 100 mil habitantes estimativa do IBGE 2016

| <b>Municípios em Santa Catarina com mais de 100 mil habitantes</b> | <b>n° de Habitantes segundo estimativa de 2016</b> | <b>As maiores cidades da Região Metropolitana de Florianópolis</b> |
|--|--|--|
| Balneário Camboriú   | 131.727  |  |
| <b>Blumenau</b>  | <b>343.715</b>                                     |  |
| Brusque  | 125.810  |  |
| Chapecó  | 209.553  |  |
| Criciúma   | 209.153  |  |
| <b>Florianópolis</b>   | <b>477.798</b>                                     | <b>477.798</b>   |
| Itajaí   | 208.958  |  |
| Jaraguá do Sul   | 167.300  |  |
| <b>Joinville</b>   | <b>569.645</b>                                     |  |
| Lages  | 158.620  |  |
| Palhoça  | 161.395  | <b>161.395</b>   |
| São José   | 236.029  | <b>236.029</b>   |
| Tubarão  | 103.674  |  |
| <b>TOTAL</b>   | <b>3.103.377</b>                                   | <b>875.222</b>   |

Fonte:

[http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2016/estimativa\\_2016\\_TCU.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_2016_TCU.pdf), acessado em janeiro de 2017.



## ANEXO II

Tabela dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis

| <b>Municípios</b>            | <b>Censo de 2010<br/>IBGE</b> | <b>Estimativa do<br/>IBGE 2016</b> |
|------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| Águas Mornas                 | 5.548                         | 6.206                              |
| Antônio Carlos               | 7.458                         | 8.223                              |
| Biguaçu                      | 58.206                        | 65.528                             |
| Florianópolis                | 421.240                       | 477.728                            |
| Governador Celso<br>Ramos    | 12.999                        | 14.087                             |
| Palhoça                      | 137.334                       | 161.395                            |
| Santo Amaro da<br>Imperatriz | 19.823                        | 22.266                             |
| São José                     | 209.804                       | 236.                               |
| São Pedro de Alcântara       | 4.704                         | 5.488                              |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>877.116</b>                | <b>996.950</b>                     |

Fonte:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420600&search=santa-catarina|governador-celso-ramos>, acessado em janeiro de 2017.



## ANEXO III

TABELA - Extensão e Limites das Freguesias da Ilha de Santa Catarina

| Freguesias   | Tem de extensão para a parte Norte  | Para a parte Sul   | Para a parte Leste   | Para a parte Oeste   | Total de léguas (Quantidade Norte e Sul) |
|--|---|--|--|--|--|
| <b>Villa Cap. De N.Sr<sup>a</sup> do Desterro cituada no meio da Ilha</b>                                  | 1 ½ Legoas Até o Rio do Amorim no Saco do Itacorubi; onde parte com a Freg. Das Necessidades  | 5 leg. Até a Ponta dos Naufragados na Barra do Sul: compreende o Ribeirão, distante da V <sup>a</sup> Cap <sup>a</sup> 2 ½ leg. E a Armassão da Lagoinha cituada na Costa do Mar grosso e distante da V <sup>a</sup> Cap <sup>a</sup> 4 ½ legoas | 1 ½ leg. Até o Córrego Grande onde parte com a freguesia da Lagoa  | Fica separada da Terra firme para hum estreito de Mar de 200 braças de Largo, que fica defronte a V <sup>a</sup> Capital | 6 ½                                      |
| <b>Freguesia de N.S<sup>a</sup> das Necessidades, cituada na Ilha, no norte da V<sup>a</sup> Capital</b>   | 3 ½ legoas até a Ponta de Canasvieiras; compreender o lugar de S. Fran. De Paula distante da Igreja da Freguesia a 2 leg.                                   | 1 leg. Até o Rio do Amorim no Saco de Itacorubi, onde parte com a Freg <sup>a</sup> da Villa da Capital  | 2 ½ leg. Circulando da Ponta de Canasvieiras pela Costa do Mar –grosso até o Morro dos Ingleses, onde parte com a freguesia da Lagoa | Fica separada da terra firme pelo mar e ele fica defronte a freguesia de S.Miguel na distancia de 2 ½ leg.               | 4 ½                                      |
| <b>Freg<sup>a</sup> de N. Sr<sup>a</sup> da Conceição da Lagoa cituada ao leste da Ilha e da V.Capital</b> | 3 ½ leg.até o Morro dos Ingleses, onde parte com a Freg <sup>a</sup> das Necessidades, compreende o Rio Vermelho distante da igreja da Freguesia 2 ½ Léguas | 1 ½ leg. Até a Cabeceira do Rio Tavares, onde parte com a freguesia da Vila Capital  | Confina com a Costa do Mar grosso  | 1 ½ leg. Até o Córrego Grande, onde parte com a freguesia da Vila Capital  | 5  |

FONTE: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 245, out./dez. 1959, p.165. Tabela<sup>296</sup> adaptada da a forma da escrita de algumas palavras por Giselli Ventura de Jesus.

296

No texto “legoas/ leg.” se refere a “léguas”, e a sua medida equivale: (1 légua = 6600 metros).



## ANEXO IV

Indústria da construção civil apresentou uma pequena reação no final do ano passado

## Verão estimula construção civil

### Conclusão de obras no Litoral favorece desempenho

**Florianópolis** – O setor industrial da construção civil está esboçando uma pequena reação crescendo 2% no final de 98. A tendência foi captada pela Câmara Estadual da Indústria da Construção de Santa Catarina (Ceic-SC) com base no consumo de cimento em todo o Estado de Santa Catarina. A previsão anterior era de que o ano fecharia com crescimento zero. A aceleração de cronogramas de conclusão de obras no litoral catarinense para entrega ainda nesta alta temporada de verão é a principal justificativa desta “bolha” de consumo, segundo o presidente da Ceic, Olímpio Daros Sobrinho.

O resultado da alta temporada de verão será fundamental para o setor, entende Daros. Uma boa temporada injeta recursos na economia, que poderá aquecer o setor imobiliário com novos investimentos. “O turismo de verão, mesmo concentrado em poucos meses, ainda é uma fonte muito interessante de recursos. É um dinheiro novo que movimentará a economia local e que acaba favorecendo novos projetos, quer seja no litoral com empreendimentos turísticos ou residenciais”.

Com base no consumo de cimento, o setor da construção civil movimentou no ano passado R\$ 3,9 bilhões, com cerca de 9,177 milhões de metros quadrados construídos em obras de toda e quaisquer natureza, desde pontes e viadutos, reformas, construções e ampliações, tanto públicas como privadas.

As perspectivas para 1999, segundo Daros, ainda não estão muito claras. “Estamos na eterna dependência de fixação de regras mais claras do governo para uma política habitacional. No plano privado, os financiamentos permanecerão tímidos em função da taxa de juro, a qual inibe também uma expansão de financiamentos através do recém-aprovado SFI – Sistema Financeiro Imobiliário. O segmento que pode crescer um pouco mais é o de consórcios imobiliários, que já é uma alternativa bastante utilizada em Estados como o Paraná e Rio Grande do Sul, onde a política de atuação das empresas que atuam no setor é mais agressiva em termos de comercialização”.

FONTE: Jornal A Notícia 02/01/1999, p.13.

## Leis facilitam a especulação imobiliária

*Floram e Susp esclarecem que venda de terrenos em áreas de reserva não são proibidas, só construções*

**AMECAR OLIVEIRA**

As ocupações irregulares da Ilha são favorecidas em grande parte pela permissividade da lei quando o assunto é cobrir a especulação imobiliária. Tanto Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) quanto Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (Susp) afirmam que a venda de imóveis em áreas de reserva não são proibidas. “O que não pode haver é a construção de imóveis novos locais”, afirma o diretor de Fiscalização de Obras da Susp, Vimar Sardi. “As construções que existem nas áreas de preservação são totalmente irregulares, mas não a venda dos terrenos”, reforça o técnico da Susp.

A mesma afirmação é feita pela diretora-superintendente da Floram, Elisabete Amin Vecete. A diretora da Floram diz que a lei não é permissiva. “Ter facilidade não significa que há estímulo para fazer o errado”, argumenta. Elisabete Vecete diz que a fundação recebe em média 10 denúncias por dia de irregularidades. Viriam de discussões sobre árvores em terrenos limítrofes até ocupações clandestinas em áreas de preservação.



FONTE: Jornal A Notícia 28/01/1999, p.4.





## ANEXO V



FONTE: Jornal Notícias do Dia, 13 de agosto de 2014, p.16.



## ANEXO VI

6 NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, 8 A 14 DE AGOSTO DE 2014

Notícias do Dia  
O MELHOR DIA PARA CUMPRIR SEUS SONHOS

CLUBE DO IMÓVEL

# Grande Florianópolis tem melhor desempenho de SC

## A construção civil vive esplendor econômico na região metropolitana da Capital

O Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil) da Grande Florianópolis comemora o desempenho do setor na região metropolitana da Capital como o mais significativo de Santa Catarina, com ritmo de desenvolvimento impressionante e constante nos últimos dez anos, em especial depois de 2008. Naquele ano, contrariando as expectativas criadas em torno da crise econômica internacional, a região começou a experimentar um verdadeiro boom de crescimento imobiliário. O auge foi em 2010, considerado o melhor ano de todos os tempos para o segmento. Desde lá, não pararam de surgir lançamentos em Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, chegando mesmo a cidades menores, como Santo Amaro da Imperatriz, Timon e São João Batista.



FONTE: Jornal ND- Clube do Imóvel, 8 a 14 de agosto de 2014, p.6.



## ANEXO VII

TABELA: Número de empresas de TI por Distrito em Florianópolis

| Distrito      |  | Bairros                | 1-       | 2-       | 3-Comércio e |    |
|---------------|--|------------------------|----------|----------|--------------|----|
|               |  |                        | Hardware | Software | Serviço      |    |
| Distrito Sede |  | Saco Grande            | 1        | 39       | 30           | 70 |
|               |  | Monte Verde            |          | 2        | 10           | 12 |
|               |  | João Paulo             | 1        | 32       | 31           | 64 |
|               |  | Itacorubi              | 1        | 52       | 79           |    |
|               |  | Trindade               | 7        | 132      | 144          |    |
|               |  | Santa Mônica           |          | 14       | 18           |    |
|               |  | Córrego Grande         |          | 9        | 31           |    |
|               |  | Carvoeira              |          | 4        | 11           |    |
|               |  | <b>Centro</b> Pantanal |          | 6        | 28           |    |
|               |  | Agronômica             |          | 10       | 18           |    |
|               |  | Centro                 | 10       | 183      | 321          |    |
|               |  | José Mendes            |          | 2        | 6            |    |

|                   |                              |    |     |     |
|-------------------|------------------------------|----|-----|-----|
|                   | <b>Saco dos Limões</b>       | 1  | 8   | 26  |
|                   | <b>Costeira do Pirajubaé</b> |    | 4   | 18  |
|                   | <b>TOTAL</b>                 | 21 | 497 | 771 |
|                   |                              |    |     |     |
|                   | <b>Jardim Atlântico</b>      |    | 6   | 24  |
|                   | <b>Balneário</b>             |    | 5   | 22  |
|                   | <b>Estreito</b>              | 2  | 29  | 99  |
|                   | <b>Canto</b>                 |    | 2   | 17  |
|                   | <b>Coloninha</b>             |    |     | 17  |
| <b>Continente</b> | <b>Monte Cristo</b>          |    |     | 4   |
|                   | <b>Capoeiras</b>             | 2  | 13  | 78  |
|                   | <b>Abraão</b>                |    | 4   | 13  |
|                   | <b>Bom Abrigo</b>            |    | 2   | 7   |
|                   | <b>Itaguaçu</b>              |    |     |     |
|                   | <b>Coqueiros</b>             |    | 23  | 32  |
|                   | <b>TOTAL</b>                 | 4  | 84  | 313 |

|                         |                         | Total do Distrito Sede (Oeste) | 25          | 581         | 1.084                | 1690 |
|-------------------------|-------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|----------------------|------|
| Distrito                |                         | Bairros                        | 1- Hardware | 2- Software | 3-Comércio e Serviço |      |
| Santo Antônio de Lisboa | Sambaqui                |                                |             | 1           | 3                    |      |
|                         | Barra do Sambaqui       |                                |             |             |                      |      |
|                         | Santo Antônio de Lisboa | 7                              | 18          |             | 16                   |      |
|                         | Cacupé                  |                                |             |             | 9                    |      |
|                         | <b>TOTAL</b>            | <b>7</b>                       | <b>19</b>   | <b>28</b>   |                      |      |
| Canasvieiras            | Daniela                 |                                |             |             | 6                    |      |
|                         | Praia do Forte          |                                |             |             |                      |      |
|                         | Jurerê Internacional    |                                |             | 2           | 4                    |      |
|                         | Jurerê                  |                                |             | 6           | 11                   |      |
|                         | Vargem de Fora          |                                |             |             |                      |      |

|              |                                 |                     |                               |    |    |    |
|--------------|---------------------------------|---------------------|-------------------------------|----|----|----|
| <b>Norte</b> |                                 | <b>Canasvieiras</b> |                               | 10 | 40 |    |
|              |                                 | <b>TOTAL</b>        |                               | 18 | 61 |    |
|              | <b>Cachoeira do Bom Jesus</b>   |                     | <b>Lagoinha do Norte</b>      |    |    |    |
|              |                                 |                     | <b>Ponta das Canas</b>        |    | 1  | 4  |
|              |                                 |                     | <b>Praia Brava</b>            |    | 1  | 1  |
|              |                                 |                     | <b>Cachoeira do Bom Jesus</b> |    | 6  | 17 |
|              |                                 |                     | <b>Vargem do Bom Jesus</b>    |    | 1  | 5  |
|              |                                 |                     | <b>Vargem Grande</b>          |    | 2  | 8  |
|              |                                 |                     | <b>TOTAL</b>                  |    | 11 | 35 |
|              | <b>São João do Rio Vermelho</b> |                     | <b>Muquém</b>                 |    |    |    |
|              |                                 |                     | <b>Moçambique</b>             |    |    |    |
|              |                                 |                     | <b>Rio Vermelho</b>           |    | 2  | 26 |
|              |                                 |                     | <b>TOTAL</b>                  |    | 2  | 26 |
|              |                                 |                     | <b>Ratones</b>                |    |    | 2  |



|  |                                |                         |                    |                    |                             |            |
|--|--------------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|------------|
|  | <b>Ratones</b>                 | Vargem Pequena          |                    | 2                  | 3                           |            |
|  |                                | <b>TOTAL</b>            |                    | 2                  | 5                           |            |
|  | <b>Inglese do Rio Vermelho</b> | Inglese do Rio Vermelho |                    | 13                 | 54                          |            |
|  |                                | Santinho                |                    |                    |                             |            |
|  |                                | <b>TOTAL</b>            |                    | 13                 | 54                          |            |
|  | <b>Total do Norte da Ilha</b>  |                         | <b>7</b>           | <b>65</b>          | <b>209</b>                  | <b>281</b> |
|  | <b>Distrito</b>                |                         | <b>1- Hardware</b> | <b>2- Software</b> | <b>3-Comércio e Serviço</b> |            |
|  |                                | <b>Bairros</b>          |                    |                    |                             |            |
|  | <b>Código de atividade</b>     |                         |                    |                    |                             |            |
|  |                                | Costa da Lagoa          |                    | 1                  |                             |            |
|  |                                | Cantos dos Araças       |                    |                    |                             |            |
|  |                                | Canto da Lagoa          |                    |                    |                             |            |
|  |                                | Porto da Lagoa          |                    |                    |                             |            |

|                 |                               |                               |                        |                        |                                 |           |
|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------------|-----------|
| <b>Leste</b>    | <b>Lagoa da Conceição</b>     | <b>Galheta</b>                |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>Praia Mole</b>             |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>Joaquina</b>               |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>Centrinho da Lagoa</b>     | 1                      | 16                     | 35                              |           |
|                 |                               | <b>TOTAL</b>                  | 1                      | 17                     | 35                              |           |
|                 | <b>Barra da Lagoa</b>         | <b>Barra da Lagoa</b>         |                        | 1                      | 10                              |           |
|                 |                               | <b>Fortaleza</b>              |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>TOTAL</b>                  |                        | 1                      | 10                              |           |
|                 | <b>Total do Leste da Ilha</b> |                               | <b>1</b>               | <b>18</b>              | <b>45</b>                       | <b>64</b> |
| <b>Distrito</b> |                               |                               | <b>1-<br/>Hardware</b> | <b>2-<br/>Software</b> | <b>3-Comércio e<br/>Serviço</b> |           |
|                 | <b>Campeche</b>               | <b>Bairros</b>                |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>Rio Tavares</b>            |                        | 13                     | 29                              |           |
|                 |                               | <b>Fazenda do Rio Tavares</b> |                        |                        |                                 |           |
|                 |                               | <b>Campeche</b>               | 3                      | 26                     | 58                              |           |
|                 |                               | <b>Morro das Pedras</b>       |                        |                        | 11                              |           |

|                              |                         |                                   |          |           |           |
|------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|----------|-----------|-----------|
| <b>Sul</b>                   |                         | <b>TOTAL</b>                      | <b>3</b> | <b>39</b> | <b>98</b> |
|                              | <b>Ribeirão da Ilha</b> | <b>Carianos</b>                   |          | 2         | 20        |
|                              |                         | <b>Ressacada</b>                  |          |           |           |
|                              |                         | <b>Aeroporto/<br/>Base Aérea</b>  |          |           |           |
|                              |                         | <b>Tapera</b>                     |          | 7         | 12        |
|                              |                         | <b>Ribeirão da<br/>Ilha</b>       |          | 2         | 8         |
|                              |                         | <b>Alto Ribeirão</b>              |          |           |           |
|                              |                         | <b>Costeira do<br/>Ribeirão</b>   |          |           |           |
|                              |                         | <b>Caiacanga</b>                  |          |           |           |
|                              |                         | <b>Tapera da<br/>Barra do Sul</b> |          |           |           |
|                              |                         | <b>Caeira da<br/>Barra do Sul</b> |          |           |           |
|                              |                         | <b>TOTAL</b>                      |          | <b>11</b> | <b>40</b> |
|                              |                         | <b>Armação</b>                    |          | 3         | 14        |
|                              |                         | <b>Matadeiro</b>                  |          |           |           |
| <b>Lagoinha do<br/>Leste</b> |                         |                                   |          |           |           |

|  |                             |                               |          |           |            |            |
|--|-----------------------------|-------------------------------|----------|-----------|------------|------------|
|  | <b>Pântano do Sul</b>       | <b>Comunidade do Saquinho</b> |          |           |            |            |
|  |                             | <b>Sertão do Peri</b>         |          |           |            |            |
|  |                             | <b>Pântano do Sul</b>         |          | 1         | 4          |            |
|  |                             | <b>TOTAL</b>                  |          | 4         | 18         |            |
|  | <b>Total do Sul da Ilha</b> |                               | <b>3</b> | <b>54</b> | <b>156</b> | <b>213</b> |

FONTE: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), fevereiro de 2017.

## ANEXO VIII

**Empresas no Corporate Park**

| Nº | Unidade   | Ramo de atividade       | Empresa nacional ou internacional |
|----|---|-------------------------|-----------------------------------|
| 1  | Ponto Eletrônico e Gestão de Presença<br><b>Ahgora Sistemas</b>                             | <b>Polo Tecnológico</b> |                                   |
| 2  | Tecnologia e Inovação Educacional<br><b>BRAVI SOFTWARE</b>                                  |                         | Inglesa                           |
| 3  | TECNOLOGIA E SOFTWARE<br><b>CLICBUSINESS SOFTWARE S.A.</b>                                  |                         |                                   |
| 4  | Hospedagem de Sites - Webhosting<br><b>HostGator Brasil</b>                                 |                         | EUA                               |
| 5  | Desenvolvimento de tecnologia para a gestão de ativos<br><b>LECTRON - CIAPORTE E TIPO D</b> |                         |                                   |
| 6  | Desenvolvimento de sistemas para a área da saúde.<br><b>Manager Systems</b>                 |                         |                                   |
| 7  | Tecnologia e Software<br><b>Nec Plus Ultra Gestão e Tecnologia</b>                          |                         |                                   |

|    |   |  |        |
|----|---|--|--------|
| 8  | TECNOLOGIA E SOFTWARE<br><b>PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A</b>                              |  |        |
| 9  | Tecnologia e Software<br><b>PIXEON</b>  |  |        |
| 10 | Tecnologia e Software<br><b>Segware do Brasil LTDA.</b>                                       |  |        |
| 11 | Tecnologia<br><b>Seventh do Brasil EPP</b>  |  |        |
| 12 | Tecnologia e Software<br><b>Toccatto Tecnologia</b>   |  | Suécia |
| 13 | Tecnologia da Informação<br><b>UNICHECK Processamento de Dados Ltda</b>                       |  |        |
| 14 | Tecnologia da Informação<br><b>WPLEX Software</b>   |  |        |
| 15 | Equipamentos computadores, servidores,<br>notebooks, serviços.<br><b>Norion Internacional</b> |  |        |
| 16 | Infraestrutura e Meio Ambiente<br><b>CB&amp;I</b>   |  | EUA    |
| 17 | Hotelaria - Operadora de turismo - Comunicação<br>e Publicidade - Intermediação na compra e   |  |        |

|    |  |  |                          |
|----|--|--|--------------------------|
|    | venda de imóveis e negócios para investidores e renda -Representação de produtos para construção civil<br><b>Grupo BSC</b> | Marketing,<br>Publicidade e<br>Propaganda. |                          |
| 18 | Propaganda, promoção, eventos, PDV e marketing esportivo e cultural.<br><b>Propague Comunicação</b>                        |  |                          |
| 19 | Pós-Produção de áudio para cinema e TV<br><b>Cool Tunes</b>  |  | Espanha                  |
| 20 | <b>Propague</b>  | Não aparece no site                        |                          |
| 21 | <b>ENA - Escola Nacional de Administração Brasil</b>   | Educação                                   | Parceria Brasil e França |
| 22 | <b>Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES</b>  |  |                          |
| 23 | <b>IPOG - INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO</b>   |  |                          |
| 24 | Serviços de tradução, versão, revisão de texto e consultoria<br><b>ABS Traduções</b>                                       |  |                          |
| 25 | Consultorias e desenvolvimento de Tecnologias Educacionais.  |  |                          |

|    |  |                         |         |
|----|--|-------------------------|---------|
|    | <b>DELINEA TECNOLOGIA EDUCACIONAL</b>  |                         |         |
| 26 | Treinamento / Cursos Empresariais / Gestão de Pessoas<br><b>INSTITUTO RENNOVE - ENEAGRAMA NA GESTÃO DE PESSOAS</b>         |                         |         |
| 27 | Seguradora<br><b>WORKNET CORRETORA DE SEGUROS</b>  | Setor diversificado     |         |
| 28 | Bancário<br><b>Posto da Caixa Econômica Federal</b>  |                         |         |
| 29 | Formação de atletas e diferenciação na prestação de serviços ligados ao esporte.<br><b>PLAY GRUPO DE GESTÃO DO ESPORTE</b> |                         |         |
| 30 | <b>Saccaro Móveis</b>  | Móveis arte e decoração |         |
| 31 | Arquitetura , Design de Interiores e Tecnologias verdes.<br><b>INNATEAM</b>  |                         | Espanha |
| 32 | <b>Café Françoise</b>  | Bar e Restaurante       |         |



## APÊNDICES



## APÊNDICE I



Universidade Federal do Estado de Santa Catarina- UFSC  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFH  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



### QUESTIONÁRIO

**Nome da empresa ou estabelecimento:**

#### O ENTREVISTADO

- 1- O nome da pessoa entrevistada:
- 2- Idade:
- 3- É natural de Florianópolis?    ( ) Sim    ( ) Não
- 3.1- Se a resposta for sim de que bairro?
- 3.2- Se for não que Estado?
- 4- Cargo em que ocupa na empresa ou no estabelecimento:
- 5- Trabalha há quanto tempo na (empresa/ estabelecimento/ instituição):

#### Empresa/ Estabelecimento/ Instituição

- 6- A (empresa/ estabelecimento/ instituição) tem quantos proprietários:
- 7- Qual (is) o(s) nome(s):
- 8- Quanto tempo existe a(empresa/ estabelecimento/ instituição)?
- 9- A (empresa/ estabelecimento/ instituição) é uma franquia:
- 10- Existem filiais em Florianópolis ou fora da cidade? E onde elas se encontram?
- 11- Caso a empresa tenha outras filiais, dentro do cenário da empresa a nível nacional, em que ranking a de Florianópolis está em vendas ? (essa pergunta é feita porque algumas filiais ao longo da SC-401 alcançaram destaque no cenário nacional, em vendas).
- 12- O(s) proprietários(s) é (são) naturais (is) de Florianópolis?  
 ( ) Sim    ( ) Não
- 12.1- Se a resposta for sim de que bairro?
- 12.2- Se for não qual cidade/estado/país?
- 13 - Eles têm outras (empresas, estabelecimentos ou investimentos) em outros ramos de atividades?
- 14- O (s) Proprietário (s) tem alguma formação?

( ) ensino fundamental ( ) ensino médio ( ) técnico ( ) superior

**14.1- Se for ensino superior ou técnico qual seria?**

**15- Quando a empresa ou o estabelecimento veio para a SC-401?**

**16- Tem mais de um estabelecimento ou investimento na SC 401?**

**17- A empresa, instituição ou empreendimento já existia antes de vir para a SC-401?**

**17.1- Se sim, onde ficava antes de vir para a SC-401?**

**18- E o que motivou a vinda para a SC-401/Norte da Ilha?**

**19- O imóvel é próprio ou alugado? ( ) Sim ( ) Não**

**19.1- Caso o imóvel seja alugado quem seria o proprietário?**

**19.2- Quanto seria o aluguel por mês?**

**20- Qual é o público alvo da (empresa, instituição ou estabelecimento)? Quais os principais produtos ou serviços ofertados pelo (a) (empresa, instituição ou estabelecimento)?**

**21- A empresa vem aumentando sua conta de vendas, ou teve algum ano de retração? (essa pergunta faço, pois devido as políticas econômicas alguns setores do comércio sofreram retração) Qual o ano que teve maior produção e maior retração econômica da empresa ou do setor?**

**22- E por parte do Governo: Federal, Estadual e Municipal teve algum incentivo no setor? E quais foram e em que ano?**

**23- Quantos funcionários a (empresa, instituição ou o estabelecimento) tem atualmente?**

**24- Vocês estão com problemas ou têm dificuldade para encontrar funcionários qualificados?**

**25- Qual a origem desses funcionários? Se possível apontar quantos são de Florianópolis, quantos são de SC, e, quantos são de outros estados ou mesmo foram do Brasil?**

**26-**

**27- Os funcionários residem em que localidade de Florianópolis? (essa pergunta é importante também para saber de onde estão vindo esses funcionários: se de SC, SP, Nordeste, etc... pois a cidade está recebendo mão de obra de outras regiões, e essa resposta me ajudará a montar um fluxograma do processo migratório. Além disso, a residência atual deles indicam em que localidade/bairro estão se fixando).**